

# REVISTA

DO

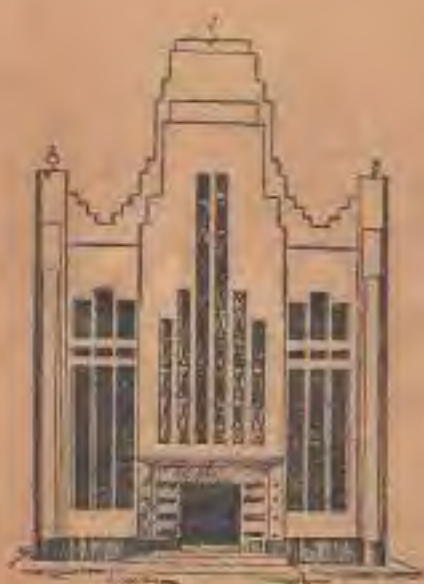
Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe

RHGS

18

Vol. XIII

Nº 18



Vol. XIII

SS-20050

# REVISTA

DO

Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe

\*\*\*

DIRETOR RESPONSÁVEL

EPIFÂNIO DA FONSECA DÓRIA

\*\*\*

N. 18

Vol. XIII

DIRETORIA E COMISSÃO PERMANENTES DE  
1943 - 1945

---

**PRESIDENTE** — Professor José Augusto da Rocha Lima (reeleito)

**VICE-PRESIDENTE** — Desembargador Humald Santafêr Cardôa (reeleito)

— Dr. Francisco Leite Neto (reeleito)

**SECRETÁRIO GERAL** — Dr. Luiz Garcia

**SECRETÁRIO** — Epitácio da Fonseca Dória (reeleito)

— Jornalista Antônio Vale (reeleito)

**ORADOR** — Dr. José Calasans Brandão da Silva

**TESOUREIRO** — Major João Nunes da Mota (reeleito)

**COMISSÃO DE FAZENDA E ORÇAMENTO:**

Coronel Francisco de Souza Porto, Major Onésimo de Araújo Pinto e Irineu Marques de Oliveira (reeleitos).

**COMISSÃO DE HISTÓRIA:**

Professor Artur Fortes, Dr. Mário de Araújo Cabral e João de Araújo Monteiro (reeleitos).

**COMISSÃO DE GEOGRAFIA:**

Drs. Féliz Bezerra e José Roemberg Leite (reeleitos) e Jornalista José Maria Fontes.

**COMISSÃO DE MANUSCRITOS E AUTÓGRAFOS:**

Dr. Ernani Mesquita Prata, Jornalista Zózimo Lima e Armando Barreto (reeleitos).

**COMISSÃO DE ADMISSÃO DE SÓCIOS:**

Major Nicácio Ribeiro Nunes, Dr. Laura Hara e Antonio Bragança de Azevedo (reeleitos).

**COMISSÃO DE REVISTA:**

Drs. João Dantas M. dos Reis, Gonçalo Roemberg Leite e Carlos Garcia (reeleitos), sendo responsável pela publicação Epitácio da Fonseca Dória.

## EXPLICAÇÃO NECESSÁRIA

Aparece retardado este volume da Revista, não porque o Instituto se descuidasse de sua publicação na época própria, mas porque se não conseguiu a casa tipográfica que pudesse tomar o encargo de sua impressão.

Saindo, agora, não o faz sem superar dificuldades não pequenas, entre elas a carístia do papel e da impressão.

Forçoso foi não se incluir neste volume parte da matéria recebida para ser publicada. Relevem a medida, aqueles cuja colaboração vai ter publicação retardada, certos de que o adiamento foi inevitável e de que seus trabalhos aparecerão, oportunamente, nas páginas da Revista.

## BRÍCIO CARDOSO, PROFESSOR E FILÓLOGO

Discurso proferido pelo professor José Augusto da Rocha Lima na sessão solene da congregação do Colégio de Sergipe, pelo transcurso do centenário natalício do professor Brício Maurício de Azevedo Cardoso, a 7 de julho de 1944.

Está em festa o nosso Ateneu. Permitti que assim lhe chame, em que pêsse à denominação vigente, porque Ateneu é que toa sentimentalmente, nesta hora, a corações sergipanos, Ateneu foi o nome que várias gerações deram a êste colégio e Ateneu é uma tradição plena de glória, para a qual, não há dúvida, muito contribuiu o professor Brício Maurício de Azevedo Cardoso, o centenário de cujo nascimento estamos festejando.

Brício Cardoso nasceu na Estância a 9 de julho de 1844, iniciou aí e prosseguiu na Bahia os estudos, e em 1874 dava entrada no corpo docente desta casa, onde começou por lecionar retórica e poética.

Filho de professor, o advogado Joaquim Maurício Cardoso, parece que Brício sentiu a influência paterna e dela hauriu aquêlê gosto e dedicação com que se entregou à causa do ensino, senhor de uma erudição bebida nas lições do próprio genitor e de outros mestres como o vigário José Luiz de Azevedo e, sobretudo, o afamado fr. Antonio da Virgem Maria Itaparica.

Documento sejam do seu talento e da sua habilidade no exercício da profissão as palavras de João Ribeiro, aluno que foi do Ateneu Sergipense, onde ouviu Brício Cardoso, cuja silhueta sóbriamente assim traçou:

"As minhas recordações de estudante ficam muito longe, apagadas e encobertas pela ferrugem de mais de cinquenta anos de vida.

Era então adolescente e vivia nessa pequenina Aracaju, quadriculada e geométrica, à margem do rio-mar do Cotinguiba, dúbio povoado de coqueiros na faixa arenosa, donde a cidade emergiu em poucos anos.

Fazia eu, então, os meus estudos no Ateneu e entre os professores desse ginásio oficial da província havia um de feições amáveis que me lembrava um pastor protestante. Era Brício Cardoso, professor de retórica e poética, de português e eventualmente de filosofia.

A sua figura ainda hoje me aparece aos olhos, viva, simpática, impressiva, ao mesmo tempo severa, dentro da sua imperturbável serenidade.

Com êle aprendi os rudimentos da filosofia, segundo o livro oficial, que era o do Padre Barbe. A minuciosa loquacidade e a arte de argumentar de Brício Cardoso animava a frialdade daquele compêndio cheio de toleimas e trivialidades.

Muito aprendi do espírito do mestre e quasi nada das trivialidades teológicas do Padre Barbe.

Conheci as provas da existência de Deus e da Divina Providência, sem esquecer aquela de Bernardin de Saint-Pierre, que explicava a finalidade dos suicos da casca do melão para se ajeitarem às fatias succulentas do animal frugívoro. Pensei muitas vezes que a melancia devia ser uma objeção séria, mas as objeções contribuíam para o fulgor do argumento divino.

Todos nós sabíamos que era o querido mestre uma autoridade respeitável em questões de linguagem. Na frase castiça, correta e elegante estava o sinal das suas predileções”.

Isso, escrito por João Ribeiro, tem valor de depoimento, insuspeito e verídico, e vale por um retrato fiel e perfeito.

Seu maior elogio foi e será este : iluminou a inteligência da mocidade do seu país, dedicou-se a uma profissão nobre, mas penosa, cujos encômios um professor não pode delinear sem incorrer na acusação de advogar pro domo sua.

Mas é solar a evidência de que o magistério pereniza a civilização e o progresso, e de que a escola fundamenta todas as conquistas pacíficas e generosas do espírito humano.

Não nos interessa aqui sua passagem na política provinciana. Por aí não lhe conheço atos que desbrilhem, mas lembra-me sempre o que de políticos, ressaltando exceções, disse Sílvio, em dia

de pessimismo : "...floração inclassificável que tem sido o espanto das almas dignas."

É de crer que, forçado pelas contingências da vida a vadear esses volutabros, o mestre sentisse, ao depois, as náuseas resultantes do contacto com tantos individuos chavascos, cujo ideal, nas tranquiérbrias partidárias, é unicamente fazer o bem a si e a seu corrilho, sem preocupações de pátria, nem de bem comum.

Aquela alma, que se alimentou de princípios cristãos e que nunca os desertou, não podia sentir-se feliz em meio à coliquação dos caracteres, onde o traidor de ontem é o aquinhoado de hoje ou vice-versa, onde a virtude é exposta à irrisão e se premeia generosamente ao zorro e ao parvo, porque melhor servem nos conciliábulos do facciosismo.

Foi deputado à legislatura de 1878 a 1879 ; com o advento da República entrou para Assembléa Constituinte e participou como secretário do Estado nos governos do general Valadão e do Dr. Martinho Garcez.

Seu título à gratidão da posteridade está, repitamos, no afã com que se deu à educação da mocidade de seu país durante 50 anos, na Bahia, na Estância e em Aracaju. Aqui vários estabelecimentos de ensino o tiveram por mestre em diversas disciplinas : o Ateneu Sergipense, a Escola Normal, o Colégio N. S. de Lourdes e o Colégio Tobias Barreto.

Foi essa a carreira que lhe sorriu, êsse o seu bonum certamen, essa a sua vocação, êsses os serviços com que se creditou ao reconhecimento dos vindouros, êsse o motivo do seu galardão, de sua glória.

E êle cumpriu a sua missão sem catureira nem desencanto, porque sempre se revelou um enamorado de sua terra natal, como, em geral, o são os bons sergipanos. Êle sabia as vantagens materiais de sua profissão bem-querida ; êle via a pobreza como companheira inseparável de quantos se votam ao magistério.

Nada, porém, dessas visões lhe aguou ou esfriou o entusiasmo e o ideal.

Não tive a honra de privar com êle, nem a alegria espiritual de que tantos se gozaram, ouvindo-lhe aquelas lições, acepilhadas em bom vernáculo, a que se reportou o citado João Ribeiro.

Por duas vezes cruzei-lhe o limiar em companhia de Alberto Bragança, seu parente e amigo, e ouvi-o discorrer sobre livros e estudos. Jamais pude esquecer essas palestras.

Há aqui uma circunstância que desejei ocultar, mas que rebenta da pena a contragosto do plúmivo.

Onde hoje se ergue um solar, aguentava-se, então, contra as águas do pantanal circunvizinho e das fortes bâtegas da invernia hostil, um casarão pobre, onde expiava sua existência de idealista um velho benemérito.

E hoje, cogitando naquele quadro, acode-me à memória o verso de Gautier celebrando a penúria de Corneille, ressaltada pela pompa de Luiz XIV: "La tête dans le ciel et le pied dans la fange".

Sim, a cabeça estava no céu, mas o pé na lama, no chão da pobreza, no pantanal onde ficam, onde envelhecem e morrem os que melhor servem e menos barganham, os que mais lustre dão à pátria e menos pecúnia lhe absorvem.

Rendamos, srs. e colegas meus de magistério, uma homenagem especial de coração a êsses desaparecidos camaradas, que mais do que nós sofreram talvez, porque nem de esperança se alimentaram no sonho das redenções, em que o sol da justiça venha um dia a luzir sôbre todos e possam tirar da lama o pé os que têm a cabeça no céu:

"La tête dans le ciel et le pied dans la fange".

Acredito que o mestre se não desconsolava por isso.

Lido, como era, nos clássicos latinos, certamente cobraria alento e coragem, meditando com Ovídio que, ao passo que os animais olham para o limo, os homens trazem a cabeça erguida, como que para poderem melhor contemplar as estrêlas:

"Pronaque cum spectent animalia cetera terram, os homini sublime dedit."

Esta é a pobreza gloriosa: a pobreza dos que, a despeito dela, conservam o fogo do ideal, pouco se lhes dando da opulência ambiente, cujo esplendor não invejam.

O poeta venusino, dedicando suas odes a Mecenas, enumera as paixões que arrastam os homens e, declarando que tôda sua ambição é a poesia lírica, confessa que, se fôr contado entre os vates, terá topetado os astros com a cabeça altaneira:

"Quod si me lyricis vatibus inseres,

Sublimi feriam sidera vertice".

Os apaixonados das letras, das artes, das ciências, da filosofia, formam uma classe de desprendidos, que não desdenham os bens materiais, mas os não cortejam nem perseguem com a abominável

fome de ouro, nem convertem a vida num balcão sem escrúpulos, ou num telônio sem alma.

O que lhes importa, é a cabeça : sublimi vertice, os sublime, la tête dans le ciel. . .

Brício concorreu poderosamente para a grandeza intelectual de Sergipe e não convém deslembrado que êle veio do magistério primário, do ensino popular, para o secundário, onde formou espiritos tais como o de João Ribeiro, para não citar outros, porque dispensáveis, uma vez que João Ribeiro se me afigura a maior das cerebrições sergipanas, depois de Tobias.

Foi no ensino, pois, que Brício fez a boa política, preparando o Brasil para a verdadeira democracia, regime que não se concebe num país de analfabetos, num povo que não lê nem medita e que, por isso mesmo, tem de ser indiferente aos seus direitos, negligente da sua sorte, inconsciente dos seus perigos, como avisava Rui Barbosa.

“O governo do povo pelo povo — é do mesmo gênio que deslumbrou em Haia — tem a base da sua legitimidade na cultura da inteligência nacional pelo desenvolvimento nacional do ensino.”

E nós concluiremos: o mestre é a coluna da democracia, o livro é o fanal dos povos livres; as nações apedeutas não merecem outra governança que a ditadura, clara ou disfarçada. Para elas a ditadura é, muitas vezes, a salvação contra os chapeirões da anarquia e da desordem.

Se formos sinceros em nosso culto à liberdade e à democracia, não há outro caminho, temos que enveredar pela instrução, temos que empregar a riqueza pública no aperfeiçoamento moral e intelectual do povo.

E houve um estadista americano que tomou como lema isto: governar é educar.

Brício educou, serviu a seu país na cátedra, orientando e esclarecendo a mocidade, em quem, não tenhamos dúvida, reside o futuro da pátria, quando essa mocidade não aberras das normas da ética e do civismo, quando não encarreira pela preguiça, pela velhacaria, pela violência, pela fanfúrria, mas trabalha e se esforça, mas cultua a verdade, mas respeita os pais, mestres e superiores, mas vence na vida pelo bem e se guinda às posições pelo merecimento.

Plasmar assim a mocidade é o sumo dos serviços que prestar se pode à sociedade e ao país.

Pois foi a essa tarefa, por vezes dura e espinhosa, que se deu Brício Cardoso. Dura e espinhosa, porque muitos fatores, a revêzes, contrariam a obra construtiva do mestre.

Aqui é uma família que não colabora com os educadores da escola, antes os deprime aos olhos do estudante, antes os calunia e lhes torce as intenções, originando-se dêste surdo dissídio as grandes indisciplinas do aluno e as dolorosas decepções do mestre. Ali é um ambiente viciado, em cujos meandros vai o moço mergulhando e afogando a personalidade, até que lhe desaparecem os nobres estímulos, e a virtude, para sua alma achacada e atascada, surge como uma ridiculez, indigna de sua virilidade estuante.

Donde duas campanhas se tornam indispensáveis, para que não se neutralizem os esforços dos educadores e mestres: a ação das famílias e a ação da autoridade, quer judiciária, quer policial.

Nem sempre o mestre é como aquele semeador de quem fala o salmista:

*"Euntes ibant et flebant, mittentes semina sua; venientes, autem, veniunt cum exultatione, portantes manipulos suos:"*  
*"Eles iam e choravam, dispondo as suas sementes; ei-los, porém, que voltam com alegria, vergando ao peso dos feixes opimos."*

A nossa semeadura é penosa e dessa pena só se poderá encabeçar quem vier conosco compartilhar as contingências dela; mas a nossa volta, na hora da ceifa e da sega, é mais penosa ainda, porque não trazemos os manipulos da abundância material, porque está na evidência quotidiana a pobreza com que vivemos e em que morremos; nem da abundância que desejaríamos na alma e no coração dos nossos filhos espirituais, dos quais tão grande número se baldam para as conquistas do saber e para os encantos da virtude, comparada por Kant a um firmamento estrelado.

Compreendendo que a ciência do professor é a pedagogia, Brício Cardoso a ela se dedicou, como o provam várias de suas publicações na imprensa e diversos discursos que proferiu.

No Jornal de Aracaju, já se manifestavam suas inclinações para os estudos pedagógicos: essa era a epígrafe que trazia a série de artigos nesta data saídos a alume.

O ensino primário e o normal mereceram-lhe consideração especial, como de ver é em trabalhos que estampou nas gazetas desta capital.

É sabido que Brício cursou o seminário pequeno da arquidiocese da Bahia.

Seu espírito ficou impregnado duma religiosidade que lhe transluz em toda a vida. Na imprensa católica colaborou assiduamente. Ainda me recordo dos artigos que publicava no órgão oficial da diocese de Aracaju, quando esse jornal era dirigido pelo monsenhor Floduardo Fontes.

Bricio acercava-se dos oitenta anos e escrevia, quasi semanalmente, para aquêlê periódico, com uma lucidez invejável e com um estilo aprimorado que os moços saboreávamos com vivo prazer.

Pode-se afirmar que o pensamento religioso lhe seguiu a trajetória da vida.

Apaixonou-se, por vêzes, do teatro. Talvez sentisse aí a influência do irmão mais velho, Severiano Cardoso, igualmente grande mestre, de quem testemunhou Armindo Guaraná que "na corporação do professorado sergipano nenhum outro o excedeu em competência e amor à instrução, nem houve quem melhor soubesse difundir o ensino no espírito dos seus jovens discípulos."

Como é sabido, Severiano, poeta de feliz inspiração, escreveu muito para o teatro. Pode-se dêle afirmar que foi um dos maiores e mais laboriosos dramaturgos de Sergipe.

Bricio também é autor de duas composições teatrais : a *Cegonha* e o *Escravo Educado*, drama êste onde a escravidão recebe as fustigações de um espírito amante da liberdade e da dignidade humana, quando ainda o abolicionismo (o drama é de 1870) não chegara àquele ponto de ebulição que inflamaria Joaquim Nabuco, Rui Barbosa e José do Patrocínio.

Em meio ao acervo de suas publicações percebe-se-lhe um amor constante, não só à grande pátria e aos seus problemas, senão ainda ao torrão natal, a Sergipe, sobretudo à Estância, cujas belezas cantou em acentos apaixonados e cujas glórias relembrou comovidamente.

Estância... c'est le pays qui m'a donné le jour, diz êle, repetindo uma canção da Normandia.

Estância... Não há depois do céu mais formosura, exclama, com os versos encantadores com que Santa Rita Durão celebrou Sergipe d'El-Rei.

Ouvi-o, que faz gosto ouvi-lo:

"No outono da vida, quando todos os esmaltados sonhos meus se vão exsolvendo com a dignidade dos branquejos sutis da auro-ra, compraz-me falar de ti aos montes patricios, amiga minha, tão suave no clima, tão bela na perspectiva.

É um devancio inocente, que não me levarão a mal nem mesmo as almas mortas para as sensações emoventes do carinho, terra amena e úbere.

Mas, devancio ou não, rolando de eco em eco, esvaece na serenidade impassível do ar a última estrofe do meu canto de amor”.

E mais adiante:

“Eu nasci lá onde cantaram poemas divinais as ternas musas dos inspirados poetas...”

E ainda noutra passagem:

“Minha rede de infante embalou-se entre tantos berços illustres! Minha pátria é a enamorada Estância, a mais bucólica cidade de Sergipe.

É aquele mar de pérolas intelectuais, pródigo; é aquele album de veludo verde, cheio de paisagens ridentes e panoramas esplêndidos; é aquele jardim — pomar, abençoado noutros tempos, todas as manhãs, pelo santo D. Domingos Quirino de Sousa, do limiar da casinha-eremitério...”

Ouvi-lhe ainda frases esparsas:

“Um céu de amores, a minha querida pátria!... É a princesa do sul!... A minha pátria é para mim um livro precioso de recordações, que jamais se apagam, uma coleção de quadros impressionantes que eu jamais deixo de contemplar.”

Depois recorda a volta à terra bem amada, donde se partiu saudoso:

“Voltei. Uma saudade profunda de tudo e de todos, extensa como o deserto, me chamava desde a infância para lá, para o lugar onde eu nasci. Ouvia-lhe os acentos reunidos. Era a voz de todos, de tudo: o rio, o sol, a cachoeira, a luz, os sinos, as aguas, os ventos, as flores das campinas, os cemitérios, as nuvens, as sepulturas, as cornetas, os passarinhos, as cigarras, as festas... Não pude resistir. Voltei. Tinha lágrimas nos olhos e risos no coração... Terra adorada, eu não te posso esquecer.”

E assim conclui, num como êxtase de amor que lembra até o Cântico dos Cânticos:

“Se um dia me fôr dado bater às portas, para que me abras o seio querido, na bern-aventurança de uma emoção que não medirei, exclamarei: “Me genuit — E’ minha pátria. C’est le pays qui m’a donné le jour. Deu-me a vida. Depois do céu não há mais formosura.

É a mais bela que eu conheço, a minha amiga, a minha amada”.

Quem assim amou sua terra e sua gente, soube por igual amar sua lingua e suas letras.

Foi um amante apaixonado do idioma venusto em que se expressou Camões, o idioma em que Vasco da Gama deu ordens no périplo famoso e Cabral apontou o Brasil emergindo para a vida civilizada, o idioma dos nossos avós, daqueles ousados lusitanos que, plenos de saudades, “gôsto amargo de infelizes, delicioso pungir de acerbo espinho”, vieram, transpondo oceanos, enfrentar a barbárie e a natureza rude, e construir uma pátria nova, que souberam defender de intrusos poderosos para no-la herdar sem ódios nem preconceitos de raça, sem instintos de brutais conquistas, mas dulcificada pela brandura cristã, que tem resolvido os nossos problemas sociais e que extinguiu entre vivas e flores a negregada escravidão.

A língua nacional é a lingua portugueza recebendo no meio americano contribuições valiosas e polimorfias, aqui se enriquecendo de vocabulário africano e indígena, ali se colorindo de cambiantes novos; o que tem acontecido, aliás, a todos os idiomas dos povos robustos, que chantaram a semente de sua raça e de sua civilização em regiões longinquoas e...

Entre gente remota edificaram

Novo reino que tanto sublimaram.

Assim o inglês nos Estados Unidos, assim o francês no Canadá, assim o castelhano nos dois hemisférios do nosso continente.

Temos a fortuna de ver o idioma luso-brasileiro falado em todos os recantos do nosso país.

Essa unidade devemos mantê-la a todo o poder que possamos.

Até hoje só o germanismo no sul do Brasil ameaçou essa unidade, elo dos mais importantes para a coesão nacional, talvez o mais forte, num país sem unidade étnica, de interêsses econômicos os mais diversos, de uma vastidão imensurável.

A unidade religiosa avulta como fator precípua da unidade nacional; mas as conquistas definitivas da civilização moderna já não permitem a coerção no santuário da alma humana, o desrespeito da liberdade de adorar a Deus onde a consciência ordenar: em casa, na floresta, na igreja, no templo ou na sinagoga...

É amor à pátria amar a lingua dos nossos maiores. Brício Cardoso amou-a carinhosamente.

Haja vista o Tratado da Lingua Vernácula, escrito em 1875, mas dado à estampa somente em 1932. Dêle disse João Ribeiro:

"O seu livro pode ser e deve ser lido pela geração nova, com seguro proveito. A nomenclatura nova não altera nem suprime a ciência velha e verdadeira. É um bom livro o Tratado da Lingua Vernácula, bom, amplo, vivedouro e digno do nome do grande mestre que o subscreve."

João Ribeiro falou: creio que não hei mister citações outras nem outros veredictuns, porque poucos sabedores teve a lingua nesta como na outra banda do Atlântico, que se lhe possam co-tejar.

É verdade que não iremos encontrar no livro as radiosas lições do romanismo, inaugurado por Frederico Diez.

Todos sabemos que só depois de Julio Ribeiro é que se renovaram no Brasil os estudos filológicos, assim como só depois de Adolfo Coelho é que a ciência glótica penetrou em Portugal.

Por isso encontraremos no Tratado inexatidões inevitáveis, que qualquer mestre cometeria naquele tempo.

Exemplo seja o étimo do artigo definido. Diz Brício Cardoso que vem êle do demonstrativo latino hoc, hac, do caso ablativo.

É manifesto o engano.

Porém o é para nós, que temos à nossa disposição os ensinamentos da linguística.

Muito posteriormente a Brício Cardoso, ainda Júlio Ribeiro repetia equivoque erro na sua consagrada gramática.

Para quem apenas se valia de bibliografia escassa, numa época em que Sotero dos Reis e Soares Barbosa se alteavam como autoridades irrefragáveis, admira como, no campo da história da lingua, acertava, muitas vezes, Brício Cardoso.

Seja-me lícito apresentar-vos um exemplo, na origem da particula eis.

Foi o dicionarista Moraes o primeiro, ao que me consta, em dar o verbo haver como étimo da particula citada, argumentando que ela rege os pronomes do caso obríquo: "eis-me aqui", expressão que êle considerava análoga a: "aqui me tendes" ou "aqui me vêdes".

Essa lição frutificou infelizmente, sendo subscrita por muitos como Gonçalves Viana, Epifânio Dias, J. J. Nunes, todos de notável merecimento.

Brício Cardoso, a p. 121 do Tratado, na primeira edição, abraça a verdadeira etimologia : eis, de ecce.

E tem razão.

Como provir do verbo haver, na forma sincopada heis por haveis, se tanto heis como haveis são formas que só aparecem na lingua, do século XV para cá ?

Todos os que estudamos o português arcaico, sabemos que, de então para trás, apenas se deparam as formas hedes e havedes, como em todos os verbos só se deparam, na segunda pessoa do plural, formas terminadas em des.

Assim amades, sodes, estades, vendedes, partides, etc.

Muitos verbos ainda hoje conservam essa desinência, como lembrança da velha conjugação. São chamados irregulares, mas, ao aspecto histórico, são bem regulares, porque aproximados da fonte latina.

Assim tendes, ledes, credes, védes, vindes, ides, sorrides.

Como seria possível eis (interjeição) originar-se de heis (verbo), quando a interjeição é dos primórdios da lingua e a forma verbal é do século XV ?

A história da lingua condena esse étimo, que Brício Cardoso não perfilhou.

Ele registrou a grafia antiga ex da interjeição, grafia que basta para derribar as objeções que se levantam contra o étimo ecce.

Os antigos não escreviam eis, como hoje o fazemos, mas ex, como escreviam, frequentemente, os plurais rex, lex e outros, de modo que o s, que scandaliza certos filólogos, não é antigo, é como o s final de simples, Gonçalves e o médio de mesquita, visconde, esquerdo e de outros muitos vocábulos, que deixo de citar para não alongar-me.

Os que conhecemos o latim, não estranhamos o regime de eis, pois ecce governa também acusativo : ecce me, ecce illum são contraditórios nos grandes mestres da latinidade. (\*)

Como se vê, Brício, apesar do tempo em que escreveu seu Tratado, antecipa-se às vêzes, por uma como intuição divinatória, aos modernos na apreciação dos fatos linguísticos.

---

(\*) Vide Moraes, Dicionário, v. eis ; Nunes, Gramática Histórica, 335 ; e Ottonel Motta, Horas Filológicas, 111.

Sem ter lido Diez, não se engana quanto à origem da língua portuguesa.

Ele repete os Lusíadas :

"E na lingua na qual quando imagina,  
Com pouca corrupção crê que é a latina".

Poderia ainda, se o quisesse, dizer com Antonio Diniz da Cruz e Silva :

"... a bela e fértil lingua nossa,

Primogênita filha da latina".

A doutrina do Tratado segue sempre a parte mais segura.

Como os autores do tempo, combate, de rijo, os estrangeirismos, o galicismo sobretudo.

Hoje êsses horrores já estão amainados ; mas oxalá que não abandonemos as precauções indispensáveis à conservação das feições nativas do idioma.

Os idiomas, sínteses de grandes e fortes civilizações, podem receber contribuições universais, porque tem seiva e vida para assimilar os elementos "alienígenas" que nêles se incorporem.

Assim aconteceu ao latim no império romano ; assim ao inglês nos tempos hodiernos.

Mas, os povos fracos e incipientes (ainda somos um dêsses, a despeito das nossas aspirações patrióticas) acham-se expostos a influências estranhas por demais poderosas, contra as quais têm de precaver-se.

André Thérive num livro que é um brado de alarma — "Le Français, Langue Morte" — mostra a maré montante do inglês e o aponta como perigo para a língua francesa.

Esse é, pois, o sentido das linhas de precaução, que não importam nenhuma hostilidade ao francês nem ao inglês, idiomas de povos excepcionais que nos são caros, e meios de expressão universais que as classes cultas não podem ignorar.

Nas questões do pronome se e do verbo haver, Brício Cardoso segue a boa doutrina vigente.

Em toda a obra, é conveniente notá-lo, revela-se-lhe o pendor para os problemas morais, filosóficos e pedagógicos.

Logo no inicio do Tratado, êle ventila as relações da linguagem com o pensamento e conclui com Condillac que "não podemos pensar sem sinais".

Essa é a tese dos grandes psicólogos modernos, que a demonstram com argumentos de ordem experimental.

Falham ao Tratado certos assuntos, que, naquile tempo, ainda faltavam em livros similares, como a questão da sínclise pronominal, que só veio a ser explanada depois da célebre discussão de Cândido de Figueiredo com Paulino de Brito.

O Tratado da Lingua Vernácula é o monumento duradouro do grande mestre, a viva prova do seu amor ao idioma formoso que temos o orgulho de falar, o prolongamento da cátedra fulgurante, donde irradiou saber e esparziu luzes sôbre a terra natal.

E foi daqui que ele falou à mocidade, lhe incutiu o gosto da ciência e das letras e se sublimou, aumentando o patrimônio glorioso de Sergipe.

Se alguma coisa de nós sobrevive à morte, como cremos, de certo neste momento se achará conosco Brício Cardoso, contente do dever cumprido, dos labores fielmente suportados e da missão de que se desempenhou na terra.

Aqui presentes se encontram alguns dos seus filhos, cujas almas soube ele modelar na sabedoria de suas lições, de tal arte que, herdeiros de seu nome radioso, venceram pela cultura, pelo trabalho, pelo amor à Pátria, a que serviram e ainda servem com dedicação.

Contam os historiadores antigos que se lamentava a Epaminondas, aquele que nem brincando mentia, o não ter êle filhos com que enriquecer a Pátria ; sabe-se ter o tebano illustre respondido que deixava duas filhas imortais : Leuctras e Mantinéia.

Muitas vitórias teve Brício Cardoso, mas suas maiores vitórias, ei-las : Graco, Hunald e Eleison.

Epaminondas tinha seus filhos nas vitórias ; Brício teve suas vitórias em seus filhos.

Reunindo à sua effigie a de seu filho querido, que tanto bem fez a Sergipe e especialmente a esta casa de educação, acreditamos estar coroando seu centenário com as flores mais caras, não ao seu coração que já não pulsa, mas às suas cinzas, que estão a estremecer de alegria nesta hora solene.

\*  
\* \*

Eis, senhores, em escôrço humilde, a figura do sergipano benemérito que tentei gizar, não sabendo se o consegui.

Brilhe sôbre nós todos, moços e velhos, estudantes e mestres, a auréola de seu exemplo, de sua vida devotada ao mister do ensino.

Vivamos na inspiração dos passados gloriosos — êsse o intuito alevantado dos que promoveram esta consagração.

Manter aceso o culto dos venerandos maiores é dever nosso, que não podemos transcurar.

“A maior coisa que uma nação pode fazer é produzir grandes homens” — disse Carlyle.

E o maior estímulo para a germinação dos grandes homens é celebrar as virtudes dos antepassados, mostrando-as como espelho às gerações nascentes.

Sergipe, minúsculo no mapa do Brasil, tem-se agigantado pelo talento e pelo trabalho e não se corre de ombrear com os irmãos da grande pátria.

Sergipe vibra nestes dias, rememorando e honorificando o mestre eminente, que iluminou êste instituto com as lições de sua erudição e penetrou na história com o halo da ciência e da bondade.

## FAUSTO CARDOSO E A REVOLUÇÃO DE 1906 (\*)

Dr. José Calasans Brandão da Silva

Estranho e grande homem, sem duvida alguma, Fausto de Aguiar Cardoso. E paradoxal tambem. Pregou a ditadura num Parlamento republicano e morreu pela liberdade numa praça pública de sua terra natal. A revolta que êle chefiou, no ano trágico e glorioso de 1906, é a página mais empolgante da História Política de Sergipe. A histórica arrancada de agosto não foi, apenas, um embate político-partidário; muito menos ainda, simples luta pessoal entre Fausto e Olímpio. Foi principalmente, um choque de mentalidades. O livre pensamento contra o dogma. Liberdade versus caciquismo. A revolta tinha lastro doutrinário. O pequeno Sergipe, que apparecera na segunda metade do século XIX revolucionando o pensamento nacional com Tobias e Silvio, tentava fazer a passos largos sua evolução política e social. Em última análise, o movimento de 1906 foi consequência lógica dos principios pregados pela escola teuto-sergipana. Tobias herdara aos discípulos e aos conferrâneos o amor à discussão de todas as téses. A revolta de Fausto poderia não ser necessária, mas era fatal. Prepararam-na, aos poucos, bachareis imbuidos dos ideais da época tobiática — moços que ouviram a palavra do Mestre na cátedra gloriosa do Recife — e jovens idealistas, expulsos da Escola Mili-

---

(\*) Discurso pronunciado no dia 28 de agosto de 1938, no Centro Estudantil de Sergipe.

tar, em consequência dos diversos movimentos revolucionários do começo do século, que retornavam à terra natal, com a carreira cortada, mas repletos de são idealismo. Foram eles — os discípulos de Tobias e os ex-alunos da Praia Vermelha — os precursores da epopéia sergipana. Criaram o ambiente. A situação do País, as inimizades pessoais, as intrigas partidárias completaram o quadro. O pretexto político seria a ala Leandro Maciel — Coelho Campos, afastada da situação dominante desde 1902.

Faltava, unicamente, o chefe, o caudilho, o guia. Ele chegaria numa manhã festiva, a 1 de agosto de 1906. Fausto vinha agradecer ao eleitorado sua escolha para a Câmara dos Deputados, vindo, da sacada de Palácio, a passagem do magnífico cortejo, fremente de entusiasmo e exaltação, que ia levar o grande tribuno à casa do jornalista Antônio Mota, onde ficaria hospedado, Manuel dos Passos previu, entre risos irônicos dos presentes, a revolução que se avizinhava, conta-nos nas suas memórias inéditas.

E não se enganou. Dez dias depois, o presidente Guilherme Campos foi deposto. Em torno de Fausto — astro-rei — moveu-se então, quase todo o sistema sergipano. Intelectuais e homens de negócios. Velhos políticos e moços idealistas. Um poeta singular, mixto de cavaleiro mediavel e cidadão da revolução francesa : Artur Fortes ; um senhor de engenho desabusado e altivo : Manuel Dantas, das Vassouras ; um notável orador sacro e homem agitado ; padre Leonardo Dantas ; um velho político experimentado e franco : Leandro Ribeiro de Siqueira Maciel ; um moço austero e sabedor de matemáticas : Abdias Bezerra ; um rapazola inteligente que fazia versos aos vegetais : Costafilho ; um jurista de fama, que enfrentára Rui : Gumercindo Bessa ; um jornalista combativo : Olegário Dantas ; um homem de inteligência : João Mota ; um grande nome da imprensa indigena : Antônio Mota ; um juiz amigo das musas : J. Freire da Costa Pinto. Não era bem ama revolução “éra quase uma festa”. Depostas as autoridades, organizada uma assembléia revolucionária e ilegal, aguardou-se durante 18 longos dias, que os poderes mais altos do País solucionassem o intrincado caso. Telegramas do Rio asseguravam que o Presidente da República, de acôrdo com o Congresso, mandaria repôr Guilherme Campos. Os amigos de Fausto não acreditavam. Estavam certos que Rodrigues Alves prestigiaria, em tôda linha, o eloquente tribuno sergipano. O grande orador dissera, ao terminar o explosivo discurso pronunciado no dia de sua chegada triunfal :

“Armai os vossos braços e vamos vencer. O que fizermos ficará feito”. Coelho Campos, do Rio, avisou cauteloso, seus correligionários: “não embarquem na canôa de Fausto”. Porém ninguém atendeu.

A palavra do tribuno seduzia mais do que o bom senso do velho senador. Enquanto não chegava a decisão final, êle continuava falando, discursando : hão de me encontrar de pé, como o rochedo que Deus plantou na praia e contra o qual se quebram, impotentes, todas as ondas da tirania. A extraordinária eloquência magnetizava, arrebatava, empolgava. Naqueles dias apreensivos, se vivia em Sergipe de figuras de retórica. Pedro Calmon disse que Silveira Martins era Gambeta numa tradução brasileira, Fausto seria Danton traduzido em língua nacional. Não podia haver a menor dúvida — aquele homem extraordinário fugira da Convenção Francêsa. Acertou A. Grieco afirmando que êle era um girondino extraviado numa época amorfa. Mandou dizer ao Congresso: Nenhum govêrno sem o meu apoio poderá dominar a anarquia. Minha presença acalma tudo, minha ausência apavora adversários, anarquiza amigos.

Sentia-se o homem necessário. O tribuno tornou-se caudilho. O caudilho transformar-se-ia em mártir. O mártir em símbolo.

\* \*  
\*

No dia 26 chegaram a Aracaju as fôrças do 9.<sup>o</sup> e 16.<sup>o</sup> batalhões de infantaria. No dia 27, o comandante do 3.<sup>o</sup> Distrito Militar, general Firmino Rêgo, encarregado de fazer a reposição. Fausto se enganára. O general não era amigo. Bulcher e não Grouchy. No dia seguinte, pela manhã, o General dirigiu-se à Torpedeira “Gustavo Sampaio”, onde estavam asiladas as autoridades depostas e o Monsenhor Olímpio Campos.

Fez içar o sinal de autoridade a bordo. Seguiu, depois, para a casa de Antônio Mota, a procura de Fausto. Encontra-o. Disse-lhe da missão que trazia.

O Congresso reconhecera que Guilherme Campos tinha sido deposto e o Presidente da República mandara fazer a posição. Determinára-lhe, entretanto, o dr. Rodrigues Alves, que comunicasse a Fausto a resolução legal. Mostrou-lhe o telegrama. Fausto, agitado, respondeu com verdadeiro discurso. Que êle pensasse

bem no que ia fazer. Era a reposição do regime da desonestidade, do monopólio, da mentira e da tirania. Voltou-se, violentamente, contra as seus colegas do Congresso: Congresso que pulou sobre o cadáver do Presidente do Mato Grosso e tropeçava no caso jurídico de Sergipe. Falou o general, finalmente. Era soldado, cumpria ordens. Faria a reposição. Fausto avisou que iria morrer defendendo a honra de sua terra. Apanhou a bengala, o chapéo de Chile e bradou para os amigos: Ninguem é obrigado, porém quem quiser morrer siga-me. Fez tudo rapidamente, bruscamente, à maneira do relâmpago. Gumercendo, que era para êle um sime-Deus, tentou impedir-lhe os passos. Inutil. Fausto tomou o rumo do Palácio.

Espectáculo inédito e grandioso para Sergipe. Tomou o rumo do Palácio um homem que ia morrer, sabendo que ia morrer, certo de que precisava morrer. Um cartomante, meses antes, profetizara sua morte numa praça pública. Talvez tivesse pensado na profecia do mago. Não andava, corria, voava. Os amigos, gritando, seguiram-no. Passaram pelo general. Ninguem se entendia. Não se compreendia bem o que significava aquilo. Somente o tribuno sabia que ia morrer no cumprimento integral do seu destino glorioso, raro, magnífico. Entraram no Palácio. O general mandou a força evacuar aquela gente ousada. Travou-se a luta. João Mota foi ferido num braço. Nicoláu, homem do povo, atingido mortalmente. O tenente Franco, comandante da tropa, conseguiu porém expulsar os invasores do Paço. Fausto sentiu-se então diante de uma gente que êle nunca enfrentára. Ali não se encontrava o povo que o aclamava sempre; ali não estava a multidão enfurecida que o vaiara certa feita.

Diante dele, um bando de soldados, um grupo de amigos, alguns adversários. Que heterogeneidade, santo Deus! É diante daquela gente que vai cair mortalmente ferido! É defronte daquele povo que êle enviára um gesto à história e sucumbirá heroicamente.

Não se arrecelou. Não se amedrontou. Agitou uma apóstrofe. "Atirem, bandidos!" E a ordem foi cumprida. Um tiro. Fausto ferido. Tentou ficar de pé. Impossível. Tombou, enfim. Caiu assim como caem as aguas das cachoeiras: empolgando pelo grandioso do espectáculo. Era mártir de uma causa. Dissera certa vez, que a liberdade só se prepara na história com o cimento do tempo e o sangue dos homens. Estava ali o seu sangue...

Passado o primeiro momento, aproximaram-se os amigos. Apanharam-no, levaram nos braços o inditoso chefe. Fez o mesmo trajeto que percorrera pouco antes. Viera, na frente, conduzindo. Voltava conduzido. Em caminho, pediu água. Num esforço sobre-humano ergueu o seu último brinde. Bebeu à alma de Sergipe. Morreu, pouco depois, no lar amigo de Antônio Mota.

\*  
\* \*

Na câmara dos Deputados, Pedro Moacir, leader gaúcho e grande orador, disse, fazendo o necrológico de Fausto : — Era um homem.

A posteridade, pela voz da história, homologou o julgamento.

## RIO BRANCO (\*)

### O VULTO — A OBRA

FELTE BEZERRA

Catedrático do Colégio Estadual de Sergipe.

#### R A I Z E S

O alvorecer do século quincentista teria o brilho da grandiosa era dos descobrimentos. A inspiração da escola de Sagres explica a cautela dos soberanos de países cujos navegadores estavam a executar famosas corridas pelos mares, nas quais se faziam entes herois e sobrenaturais. Assim se entende que os reis católicos de Espanha e as fidelíssimas magestades de Portugal houvessem, disciplinarmente, entregue à arbitragem de uma bula papal a bipartição do globo.

O tratado de Tordesilas estabelecia fronteira mundial e geodésica. Os mundos eram dois: ambos ibéricos, que eram os filhos amantíssimos, aos quais se fazia o valioso legado de terras havidas e por haver.

Essas as longínquas raízes dos acêrtos de limites entre nações recensurgidas no século XIX, na América Meridional.

A ação destemerosa dos desbravadores e pioneiros, jamais havia de facultar a obediência ao histórico meridiano. Na antropogeografia é que demorariam as normas dentro nas quais as flutuantes

---

(\*) Conferência proferida no Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, no dia 20-4-1945, consagrado ao centenário do nascimento do Barão do Rio Branco.

migrações teriam de, por fim, gizar as lindes entre as colônias portuguesa e espanhola da Sul América, grave responsabilidade a pesar nos ombros dos países nascentes, aos quais se impunha a solução das demarcações.

Por sua própria natureza, fronteiras coloniais, ou esboçadas, só se definem após terem os povos limitrofes atingido o máximo de sua expansão geográfica, no esforço de que fôr capaz cada organismo político. A contingência para a América do Sul era de que, colônias transmutadas em terras soberanas, herdassem de sua vida passada o delicado problema do traçado de linhas fronteiriças. Para o Brasil, entanto, a dificuldade seria obviada pelo alto senso de Alexandre de Gusmão, que deixaria inserto no tratado de Madrid o instituto romano de *Direito Civil do uti possidetis ita possideatis*, tão inteligentemente transplantado para o Direito Público, como a fórmula jurídica mais corretamente adequada para regular as fronteiras entre territórios coloniais, que haviam de permanecer inalteráveis, segundo aquele notável documento, mesmo que se desentendessem em guerra as respectivas metrópoles. "Cada parte ha de ficar com o que atualmente possui", foi a resolução de bom entendimento do tratado de 1750, cuja linguagem e teor geral, no dizer de Southey, "testemunham a sinceridade e boas intenções dos soberanos contratantes, que parecem ter-se adeantado ao século."

O Brasil independente, como seus co-irmãos da América Antártica, viéra com essa tarefa a cumprir. Para nós, a herança não era unicamente do problema em si, senão também da diretriz que havia de padronizar nossos acertos de limites.

Matéria vasta e tão melindrosa, demoraria muito tempo ainda insolúvel, por todo o 1.º Império, as regências e o 2.º Império, até que, nos princípios da República, fosse executada com tanta honra, vitória e grandeza para o nosso País, mercê da sábia e patriótica atuação de um preclaro brasileiro, tão grande advogado quanto estadista de renome, cuja profunda capacidade diplomática soube, em justos momentos, fazer com que aflorasse, como escudo aos nossos legítimos direitos e interesses, o princípio regulador deixado pelo grande santista.

Com esta visão retrospectiva, melhor sentiremos o fulgurante desempenho do eminente brasileiro José Maria da Silva Paranhos Junior, o consolidador emérito de nossas fronteiras que, com Caxias, foram ambos os unificadores desta imensa e querida Pátria.

E como, ante o desolador espetáculo de uma guerra incruenta, que já vai por um lustro, é reconfortante para nós lembrar que o Brasil grande jamais abusou dessa grandeza, para retificar lindes ou ratificar tratados; antes, numa compreensão lidmamente social, humana e democrática, ajustou suas diferenças, aqui abrigado em direito liquido, ali, pleno de harmonia, apoiado em cláusulas compensatórias, acolá indo além do preciso e, generosamente, espontaneamente, homenageando um vizinho modesto, no conceder-lhe co-atribuições uteis a ambos os países, e que haveriam de realizar o feliz milagre da missibilidade, que hoje se expressa em cidades conjugadas onde fronteiras esboçadas que, seria de esperar, volvessem para fronteiras de tensão, de compressão, de esmagamento, muito ao oposto, transsubstanciaram-se, miraculosamente, em fronteiras vivas, radiantes de felicidade humana, onde coexistem povos amigos que, solidariamente, cooperam num tão grato entendimento.

### PROJEÇÃO

Honra insigne, rememorar vulto de preemência e elevada significação para as gerações em fóra, de um dos maiores brasileiros, que o foi por todos os títulos: o Barão do Rio Branco.

Diplomata por herança, soube-o ser com pujança e plenitude, ao fazer de sua principal carreira o maravilhoso condão com que serviu à pátria, no mais inaltecedor sentido; ao concretizar nossas lindes, sua complexa obra prima, e ao impor seu país ao conceito do mundo culto europeu, pelas credenciais que forjou, com atitudes e ações que consagraram a Nação.

As inatas tendências do eminente patricio puderam desabrochar, de logo, e florecer, e frutificar, sem solução de continuidade, pela riqueza e fertilidade de um ambiente mais que propicio, onde vivera na infância e na adolescência. A cerebração em potencial do jovem Paranhos acostumara-se a ouvir, na veneravel mansão do Visconde, seu ilustre pai e homônimo, "a linguagem polida da intellectualidade, da cortezia, do respeito", nos debates dos assuntos de alta politica, que ali eram de trato diário. Fatal seria, por conseguinte, a absorção dos temas, o despertar do imenso amor à pátria, que ele sempre revelou e tantas vezes comprovou nos propósitos e na atuação das várias fases de sua esplendorosa vida pública. Havia de seguir as pegadas do genitor, ainda com maior cin-

tilação, desde as primeiras manifestações, quando secundou-o na campanha abolicionista, pela imprensa e no parlamento. De começo, tentara a carreira das armas. Depois, atraíram-no as ciências jurídicas, e seu curso foi concluído no auge do fulgor da Faculdade de Recife, onde uma pléiade de futuros nomes nacionais também se preparava: Rui, Tobias, Ouro Preto, Rodrigues Alves, Afonso Pena. Desde logo demonstrara irresistível vocação para os estudos de história nacional, especialmente os feitos militares. Sem permanecer nas malhas e lantejoulas da literatura, enveredou pelos escritos históricos e, aos 19 anos apenas, publicou o ensaio "Episódio do Guerra no Prata". Após um ano de permanência na Europa, volta ao Brasil, onde se inicia como professor de geografia e história do Colégio Pedro II. Em eruditas aulas, se consagra o profundo sabedor da história e corografia do Brasil, o que já era do conhecimento das elites intelectuais, tanto que, aos 21 anos, merecera a honra de sócio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, com a credencial do seu trabalho sobre o "Barão de Sêro Largo", onde a crítica lhe reconhece o poder de análise e investigação, numa feição própria, que fugia aos moldes costumeiros.

A influência e o prestígio do Visconde levam o jovem Paranhos à política. Em 1869 é eleito deputado por Mato-Grosso. Desinteressado, porém, das polêmicas na Câmara, é um dos fundadores do jornal "A Nação", em que rebrilha seu valor jornalístico, na defesa da lei do Ventre Livre. Seus acentuados estudos e trabalhos sobre história pátria, conduzem o Instituto a distingui-lo como sócio honorário. Está em véspera de ingressar na carreira diplomática. Edita-se a sua primeira grande obra, as "Anotações à História da Tríplice Aliança", em que se corrigem êrros, desenvolvem temas, numa magnífica valorização da obra de Schneider. Por influência de Caxias e de Cotegipe, é nomeado consul do Brasil em Liverpool, em 1876. Ali permanece dezessete anos, com intercorrências de comissões que o levam a outras nações da Europa: França, Luxemburgo, Rússia. A esse tempo, aprofundado nos conhecimentos de sua predileção, continua a estudar e investigar o passado brasileiro, fiel à sua divisa: **ubique patrae menor.**

Vindo do regime monárquico, seu espírito filosófico e apolítico recebe, sem grande surpresa, o advento da República. Refere-

se ao acontecimento em missiva ao Barão Homem de Melo; confessa que já presentira o movimento desde dois anos atrás; faz um honroso necrológio para a monarquia e ressalta a responsabilidade do novo regime. Justifica que, embora desaparecidos os títulos nobiliárquicos, continuará assinando -Rio Branco-, "juntando o nome velho ao novo", em homenagem ao Pai, assim conhecido na Europa, como ele próprio começava a sê-lo; e comenta que não haveria utilidade em abolir títulos, suficiente retirar os tais privilégios, bem fictícios, que tinham os titulares. Increpado pelos monarquistas, quanto a sua dedicação ao Brasil republicano, respondia: "sirvo ao meu País, independentemente dos rótulos governamentais". E é verdade. Em nada se altera seu fôto único de servir à pátria. É mesmo em 1889 que colabora na "Encyclopedie Française", a convite de seu autor Lévasseur, com uma perfeita síntese denominada "Brésil", onde se condensam completos informes sobre nossa geografia cósmica e econômica, finanças, imigração e, especialmente, um relato meridianamente claro sobre a questão do Amapá. No mesmo ano publica a biografia de D. Pedro II, onde encobriu-se no pseudônimo de B. Mossé d'Avignon, percebido, porém, por Joaquim Nabuco, ao comentar: "diversas referências a mim; este livro foi escrito pelo Paranhos". Para finalizar esse ano fértil, ainda publicou "Notas Biográficas", estudos de vultos do passado nacional. Em 1892 surge seu novo livro "Efemérides Brasileiras", trabalho de vasta erudição, que merece de José Veríssimo largo elogio, pela "exatidão de informes, precisão das minúcias e consciência meticulosa na exposição dos fatos". E' obra hoje rara.

E a República começa a enxergar seu valor e cultura. Confiam-lhe o cargo de superintendente do Serviço de Imigração, em Paris, em substituição ao Conselheiro Antonio Prado. Depois, recebe a incumbência de ir à Itália, onde resolve, satisfatoriamente, séria questão entre os dois países, motivada por conflito de italianos no porto de Santos. Concebia a política acima das camarilhas partidárias, como fator de unidade, entendimento, respeito mútuo e, sobretudo, de generosidade, como atestam os ambientes em que se desenvolveram e os processos por que se desenrolaram as gigantescas campanhas mentais em que fulgurara o seu nome, que se confundia com o da própria nação brasileira.

Anos de intensa preparação tornaram-no o erudito advogado do Brasil. Enfim, a pátria o reconhece como vulto de larga proje-

ção e vai outorgar-lhe desmesurados mandatos, em que seu talento e erudição vão "engrandecer a própria grandeza do Brasil", na feliz expressão de Afonso Celso.

### P A L M A S

O básico e conciliador tratado de 1750 estabelecia em seu artigo 5.<sup>o</sup>, que, ao deixar o *thalveg* do rio Uruguai, a divisa das terras, então espanholas e portuguesas, prosseguia pelo seu pequeno tributário Peperi, ou Pequeri, desde a confluência de ambos até as cabeceiras do segundo, que se defrontavam, transposto o *divortium aquarum*, com o manadoiro do pequenino rio Santo Antonio, por cujo leito continuava a linha divisória, até seu despejo no rio Iguaçu.

Em tórno da execução dessa minúcia da cláusula 5.<sup>a</sup> girou a velha contenda de limites entre o Brasil e a Argentina. E' que os demarcadores de ambas as partes, insuladamente, incidiram em erro idêntico, ao tomarem afluentes do Paraná como o procurado Peperi. Antes que se elucidassem os enganos, os rigores da estação não permitiram o prolongamento dos trabalhos, e o tratado de Madrid deixara de ser concretizado.

Em 1777, o tratado de Sto. Idelfonso, embora restringisse as terras portuguesas, conservara, entanto, a cláusula 5.<sup>a</sup> Novas demarcações se ensaiam, e agora é o rio Apiterebi que é tomado pelo Peperi-Guassú. Mas, esses mesmos demarcadores conheceram um *Diário de Demarcação*, do ano de 59, e perceberam o engano. Honestamente, rebuscaram a região e deram, por fim, em 1788, com o verdadeiro rio. Era tarde, porém, porque os argentinos já tinham desviado para o oriente a correta linha de demarcação. Agarram-se a falsos achados dos precedentes demarcadores e consignam o engano como verdade. Seria impossível chegar-se a acôrdo. Nova luta entre Portugal e Espanha que, como sempre, se reflete em suas colônias americanas. A páz de Badajós, que pôz termo ao conflito, não cuidou dos pormenores de linhas fronteiriças. Entramos o século XIX, que vai assistir às comoções promotoras do aparecimento das jovens nações sul-americanas, que surgiam à mesma época, e que se queriam afirmar num prurido de movimentos intestinos e de entrechoques, numa continua inquietude, conduzidas por arroubados leaders.

A questão de limites está relegada ao esquecimento, mas não dirimida. Chega-se à segunda metade da centúria. Em 1857 o Brasil tenta, mais uma vez, o ajuste de divisas com a República vizinha, quando é representado pelo Primeiro Rio Branco. Iria o pai, dêste modo, iniciar a obra que caberia ao filho concluir, para executar a "identidade pessoal na continuidade nacional de nossa tradição", conforme expressara Rui, eloquentemente, em Haya, ao expor a seus pares as diretrizes de nossa política exterior.

Ainda essa tentativa é frustrada, pois os portenhos teimavam em substituir os rios da fronteira por dois outros, bem mais a leste: o Chapecó, tributário do Uruguai, e o Chopim, que desaguava no Iguazu. Foram além, e quiseram indicar como fronteiro o rio Jangada, a leste do próprio Chopim. Assim falhou o tratado de Paraná. Novo olvido da pendência, porque ocorriam episódios de maior gravidade, que culminaram com a campanha do Paraguai.

Surge, às vésperas da República, a lembrança do arbitramento, que teria como juiz o presidente dos Estados Unidos. O novo regime nacional, todavia, quis liquidar o assunto com sofreguidão. Não haveria arbitragem, os países litigantes se entenderiam como bons democratas. Quintino Bocayuva, pelo Brasil, e Estanislau Zebalos, pela Argentina, são os chanceleres que concertarão o tratado. A solução proposta foi dividir em partes iguais o território de Palmas. Simples, rápida, mas profundamente injusta, porque incorreta. A Câmara brasileira nega-lhe aprovação. O caminho é a arbitragem. O advogado do Brasil será o Barão de Aguiar, inquestionavelmente ilustre e senhor do terreno, mas que, inesperadamente, falece e deixa suspensa a defesa dos interesses da Nação. A essa altura, o presidente Floriano vai recordar-se de que ha alguém em condições da difícil incumbência, de quem lhe havia falado, ha tempos, Graciano de Azambuja. Aquele modesto e estudioso consul em Liverpool seria capaz de solver tão palpitante querela, que o era tanto pela importância do contentor como pela responsabilidade do desfêcho.

A observação de qualquer mapa, especialmente em projeção cilíndrica, ensina com clareza que as origens do Peperi e do Sto. Antonio estão, a bem dizer, sôbre um mesmo meridiano. Seus cursos se estendem no sentido Sul-Norte para o primeiro e Norte-Sul para o segundo, isto é, acompanham, visivelmente, a letra do tratado. Enquanto isso, os álveos do Chapecó e do Chopim infle-

tem acentuadamente para o ocidente, nas direções Nordeste-Sudoeste para aquele e Sudeste-Noroeste para o último. O divisor de águas, aí, é muito mais pronunciado, a separação bem mais larga e as cabeceiras não se defrontam positivamente. Esta a verdade geográfica que o insigne Barão tão habilmente demonstrou, pelo ajuste e secessão de convênios e cartas de diferentes épocas e autores, apenas aos volumes de suas notáveis memórias, intituladas "Boundary Question between Brasil and Argentine Republic, submitted to the decision of president Cleveland as arbitrator". Provou à sociedade os nossos direitos. Mas não ficou aí; seu discórdio e erudição impetram, pela primeira vez, em nosso favor, o critério do *uti possidetis*. Esclarece que o território de Palmas, tão impropriamente crismado de Missões, denominação que de logo "condena, por inadequada", fôra reconhecido e definitivamente ocupado por portugueses ou brasileiros. Nossa vitória seria líquida e certa, e tal sempre fôra a convicção do nosso eminente defensor, porque ambos os critérios, únicos que com justiça poderia seguir o árbitro, dar-nos-iam ganho de causa franco, mas que só o era, e só o fôra em verdade, mercê da copiosíssima documentação em que se escudou Rio Branco.

Para uma árdua vitória, um triunfo maior. A braços com o gigante que era Estanislau Zebalos, suas provas irretorquíveis e inesgotáveis conduziram o clarividente espírito do Presidente Grover Cleveland a proferir seu notável laudo, em que reconheceu para o Brasil a posse definitiva de cerca de 25.000 quilômetros quadrados. O advogado contrário jamais perdoou-lhe a marcante vitória; com ele se inimizou, para tentar desacreditá-lo, por processos excusos, perante as Américas. Os ardís falharam; um telegrama apócrifo não destruiria a erudição e o patriotismo de tão insigne nome nacional.

### A M A P Á

Já reconhecido pela Pátria como seu maior diplomata, Rio Branco seria o filho ímpar indicado para a solução de outra pendência, por igual antiga e complicada. Agora se ensejava que encontrássemos uma decisão para o célebre caso do Amapá.

Por nunca desistirem do sonho de uma França na América Meridional, os invasores, por duas tentativas, das terras brasileiras, assim que batidos no Maranhão, instalaram-se muito mais

acima, em sua Guiana Francesa. Região desconhecida e despovoadada, os franceses palmilharam-na à vontade, sem respeito a marcos divisórios das terras portuguesas. Cayene tornou-se centro daquela irradiação, entre as bacias do Orinoco e Amazonas, onde só existiam fortins abandonados por expedições ibéricas, inglesas ou holandesas.

Em 1713, para evitar contendas e desentendimentos, D. João V e Luiz XIV assinam o tratado de Utrecht, onde ficava lucidamente esclarecido, no artigo 8.º, que as **Terras do Cabo Norte**, situadas entre o rio das Amazonas e o Japoc ou de Vicente Pinzon, pertenciam legitimamente a Sua Magestade Portuguesa, seus descendentes e sucessores. O sonho de ouro, porém, levou a gente da colônia francesa a transpor o rio limite e penetrar em território da Guiana Brasileira.

O príncipe D. João, recién-transmigrado para aqui, cheio de ódios a Napoleão, manda reaver o terreno e invadir a Guiana Francesa. Este domínio durou 8 anos, quando restituímos a Guiana, afim de concertarmos, para sempre, um tratado de limites.

Referendado o tratado de Utrecht, pela **Convenção de Paris** de 1817, por ele tínhamos a propriedade incontestada das terras ao sul do Oiapoc. Nos tempos regenciais, reincidiram os franceses na ocupação de nossas terras, e o fizeram sem oposição, enquanto a diplomacia da França cuidava logo de se aprestar para a confirmação da conquista. Um irlandês de nome Warden servira-se de um erro de impressão e alterara a latitude do rio fronteira, na *Corografia Brasília*, de Ayres de Casal, para sustentar que o rio Japoc não era o conhecido com esse nome, cuja foz estava a 4.º L. N., mas sim o rio Araguari, que estava a 1.º L. N. Tais informes prenderam as atenções de d'Avezac, que falsamente advogava a posse de 260.000 ks.2 para seu país, de vez que a faixa litorânea Japoc-Araguari aprofundar-se-ia para oeste, até o rio Branco, sub-afluente amazônico. Embalde protestáramos pela invasão; os franceses passaram a considerar definitiva aquela ocupação, por eles próprios admitida antes como provisória. Embora bem conduzidas, as negociações que encetámos pouco conseguiram. A França entregara alguns postos, mas se sustentara em outros. Tal incerteza continuava e, nos primeiros anos da República, o governador Veiga Cabral se insurge de uma vez, e proclama a República do Cunani. A velha questão, por anos esquecida,

ressurgiu. Os dois governos concordam, enfim, em se submeterem, inapelavelmente, ao julgamento do presidente da Confederação Helvética.

O inclito Rio Branco vai, em nova oportunidade, defender o Brasil. Elabora um substancioso trabalho, em cinco alentados volumes, onde a exautiva documentação do profundo conhecedor da geografia e da história nacionais esmaga a pretensão do antagonista. Ele encaixa, encantadoramente, em sua "Memória", a erudita obra de Joaquim Caetano da Silva, intitulada "L'Oyapoc et l'Amazone". O delegado francês é homem afeito às lutas diplomáticas, ao emaranhado das questiúnculas das velhas côrtes européas. Apresenta uma série de exposições para insinuar, conclusivamente, que os poderes do governo suíço não se limitavam a apreciação de fórmulas irreduzíveis e invariáveis; poderá ainda deliberar, no terreno do direito ou no da conveniência e da equidade, ou por meio de uma decisão transaccional. Mas Rio Branco reage incontínente e ressalva que "a Nação Brasileira tem absoluta confiança no juiz, mas frisa que, pelas cláusulas do compromisso, as partes litigantes não se acham em presença de um mediador, mas de um verdadeiro árbitro, chamado a se pronunciar unicamente em nome do direito."

Nosso insigne advogado tinha plena confiança na vitória e compreendia o desvio que pretendiam os franceses, ao tentarem derivar para o recurso da mediação, pela deficiência de provas. Seu trabalho foi monumental, preñado de elementos comprobatórios, no demonstrar que, grafado de várias formas, o rio Japoc ou de Vicent Pinzon era o mesmo Oyapoc, cuja foz situava-se entre os 4.<sup>o</sup> e 5.<sup>o</sup> L. N. Tão brilhante foi a argumentação, aduzida com inúmeros mapas e cartas, que o presidente Walter Houser proferiu seu admirável laudo, em que os direitos do Brasil eram plenamente reconhecidos. Pelo traçado da divisória, ficávamos com 255, dos 260.000ks.2 contestados.

### A C R E

O valor invulgar de Rio Branco revela-se, a nosso vêr, na questão acreana.

Mal chegado ao Ministério do Exterior, o grande estadista se defronta com o caso mais difícil e mais complexo, dentre os diversos problemas de limites que seu patriotismo deveria solver, com tanta felicidade para o Brasil.

Os fundamentos dessa querela mergulhavam muito distante. A argúcia do nosso eminente chanceler apanha, em ampla visão, a profundidade do intrincado conflito. Ele reconhece que, por sua própria natureza e pelas causas que o cercam, é um caso *sui generis*. Rio Branco despreza o aspecto histórico, porque incerto, em face do desconhecimento geográfico da região; o político, porque sem fundamento objetivo para solver o impasse. Firma-se, porém, especialmente, no aspecto humano, porque realista, se o direito de posse era irrecusável aos que tinham chegado primeiro a uma terra inhóspita, vazia e desconhecida, e aí mobilizado sua vasta riqueza latente, a goma elástica.

Em 1852, o brasileiro Manuel Urbano da Encarnação havia subido o sinuoso Purús e descoberto o rio Acre, ou Aquiri. Esta façanha seria repetida mais tarde, em 57 e 61, por João Cametá e João Corrêa, também brasileiros. Ao realizarem tais feitos, ao atingirem as nascentes do Aquiri, superando a natural resistência do selvícola, até então único senhor daquelas paragens, mal cuidavam os desbravadores se pisavam terras nacionais ou estrangeiras. No extenso território compreendido entre os formadores do Madeira e o manadoiro do Javari, tudo estava por devassar. Incerta, em verdade, deveria ser sua soberania política, de vez que, os únicos tratados de limites que incluíam a larga região, elaborados entre Portugal e Espanha, o foram apenas no papel. De fato, o tratado de Madrid, em 1750, como o de Sto. Idelfonso, em 77, jamais foram praticamente executados no terreno. Ao surgirem, no século XIX, no continente sul-americano, os estados autônomos, permaneciam geograficamente amorfos, tendo nos ombros a responsabilidade do acerto condigno, indispensável e justo de suas lindes.

Em 1867 assina-se, em La Paz de Ayacucho, o acôrdo de limites entre o Brasil e a Bolívia, que passou a vigorar, mas sem demarcação. Dez anos depois, chegavam às terras acreanas os primeiros povoadores, os *paraoras*, os corajosos nordestinos, expulsos pela séca inclemente, que de tão longe vinham tentar fortuna no desconhecido. Está aberta a estrada; daí por diante, é incessante a torrente de imigração; o Acre está desbravado, povoado, e nele estabelecidos, exclusivamente, brasileiros. Eis em que assentará Rio Branco a razão fundamental do direito do Brasil àquelas plagas. Verifica-se a apropriação *jure occupantis*, na autorizada expressão de Rui. E' terra que o Brasil descobre e utili-

za, explora e coloniza, ocupa e administra. Não achada por qualquer outro antes, cabia-lhe, humanamente, o direito de posse. Convencer a Bolívia, com tais razões, que assistia ao Brasil o direito lógico de apossamento daquelas terras, e, pois, estabelecer com o país vizinho, suasóriamente, as raias fronterizas, foi a ingente tarefa de Paranhos Jr., em que ele alcançou o pináculo de sua gloriosa carreira de diplomata. Sua vitória, aí, foi legitimamente espetacular, dados os difíceis obstáculos que teriam de ser superados.

Em verdade, aquelas terras haviam sido conquistadas pelo Brasil, cujos filhos até ali haviam levado o desenvolvimento de sua expansão. Mais uma vez, estávamos em face de um caso de limites a ser julgado dentro do consagrado princípio do *uti possidetis*, o legado diplomático de Alexandre de Gusmão, sempre e tão habilmente invocado pelo notável Chanceler. O caso, porém, revestia-se de circunstâncias delicadas, e se tornava, a cada passo, mais e mais melindroso. O estabelecimento dos brasileiros na região discutida, andara assustadoramente rápido. O El-Dourado em que, então, se consubstanciava a Amazônia, era o Canaan dos desditosos nordestinos. Entrementes, não era possível ao nosso governo refletir sobre o litígio, porque se via continuamente a braços com sucessivos e graves problemas externos e os fortes arrepios da procelosa política interior.

Em 1895, concordaram os países limítrofes em executar o tratado de Ayacucho. O ponto mais grave na demarcação era o traçado geodésico da linha divisória que, das nascentes do rio Javari, atingisse a confluência Beni-Mamoré, onde começa o rio Madeira. O resultado foi, para a Bolívia, uma revelação; para o Brasil, uma decepção... Aquela, por seus demarcadores, tomava conhecimento de que, vasta zona de riquíssimo seringal, embora ocupada, à revelia, por brasileiros, lhe pertencia. Ao oposto, nossos representantes compreendiam a angústia em que, dora avante, estaria a Nação, para garantir a filhos seus a "terra de ninguém", que eles haviam tão corajosamente desbravado e cujo valor econômico exibiram ao mundo. Um último recurso nos restava; era uma tentativa, uma esperança vã: a indicação da nascente do Javari, pela comissão demarcadora dos limites Perú-Brasil, em 1874, teria sido errônea. Urgia corrigir as coordenadas do manadoiro em questão. Ganhámos tempo, aparentemente, no aguardo da elucidação do erro sucitado; mas, na realidade, precipitavamo-nos,

irrefreavelmente, para a colisão inevitável. Os acontecimentos acordavam o patriotismo dos brasileiros do Acre, que deliberavam, cada vez mais firmemente, manter a posse do território, cuja valia era feito seu. Abalada pela inesperada nova de que a rica região lhe pertencia, a Bolívia, por seu governo, inicia as manobras para integrá-la a seu território. Teve início, d'este modo, a luta de quatro anos entre a Bolívia e os acreanos, que mantiveram resistência nas diferentes fases da porfia, guiados pelo arrobo, audácia e patriotismo, em curiosa coincidência, de três engenheiros gaúchos: Gentil Norberto, Orlando Corrêa Lopes, Plácido de Castro.

O Brasil assistia a esse esforço crescente de seus filhos que, em louvável teimosia, visaram à anexação do Acre ao patrimônio geográfico nacional. Mas as circunstâncias não lhe permitiam ajudá-los. O tratado de Ayacucho fôra o reconhecimento implícito, que fizemos, de que o território era boliviano. Impossível sofismar; impossível negar; não havia desconhecer o que assináramos.

Tal ambiente político e diplomático não pudera ser alterado, embalde o interesse com que nossos ocupantes da pasta do Exterior tentaram advogar a causa que se afigurava perdida para sempre. Agrava-se, de súbito, a situação: a resistência acreana pudera ser vencida pela Bolívia, mas, pelo caro que lhe custou esse domínio, pontilhado de muitos revêzes, aquela Nação sentiu-se despercebida para sustentar o triunfo. Lançou mão de repugnante medida: fez cessão, por arrendamento, do controle do território a um sindicato estrangeiro, ao **Bolivian Syndicat of New-York**. A reação foi vigorosa e imediata. Avulta aí a patriótica figura de Plácido de Castro. Subjuga, pelas armas, a força boliviana ali existente, proclama a independência da região e, em seguida, sua junção ao Brasil. Crea-se, assim, o *casus belli*. A questão se achava em seu ponto mais nevrálgico; parecia inevitável o conflito. Eis o que Rio Branco, recen-chanceler do Brasil, tem como seu primeiro grande problema. Seu magnífico tino de estadista e ardoroso patriotismo sentem a premência de uma atuação rápida e eficaz. Avalia a questão: contra nós havia a posição geográfica verdadeira da reta Beni-Mamoré-Javari; o reconhecimento do direito boliviano explícito e aceito no tratado de 1867, que assináramos após exame superficial, pois seria inoportuno que desviássemos, para questões diplomáticas, nossa máxima atenção à guerra contra o Paraguai. Inutil recorrer aos velhos tratados coloniais,

em que se baseava o de Ayacucho. Afinal de contas, pela primeira vez pretendíamos incorporação de terras, e para justificá-la dentro da harmonia, só nos ficava a invocação do *uti possidetis*. Nesse princípio abrigou-se Rio Branco, e com ele navegou os perigosos meandros das negociações, até o memorável tratado de Petrópolis. Poderia ter contado, diretamente, com a inestimável ajuda de Rui, mas este resignara seu posto na Comissão, porque se inclinara pelo arbitramento, ao julgar irredutíveis os bolivianos, no que Rio Branco discordara, porque antevia um laudo firmado nos tratados de Madrid e Sto. Idelfonso, referendados pelo de Ayacucho.

O tratado de limites de 1903 é, em verdade, o maior documento da triunfante luta do eminente Ministro do Exterior, por ele próprio considerado sua máxima vitória, segundo se depreende do relatório que apresentou ao presidente Rodrigues Alves. Como veremos a seguir, os ganhos para o Brasil foram além da zona contestada, porque alcançaram a penetração máxima dos brasileiros. Incorporamos terras ao país, para consagrar o feito de seus filhos; mas, ao em vez de odiosa conquista pela força, o que seria fácil para nós, numa guerra com a nação vizinha, agimos pacificamente, dentro de nossas tradições, e à Bolívia fizemos justas compensações. Senão vejamos: —

Area em litigio que agora é do Brasil . . . .	142.800 km <sup>2</sup> .
Terras bolivianas que passam ao Brasil, porque ocupadas por brasileiros . . . .	48.100
Terras brasileiras que vão para a Bolívia por motivos idênticos, <i>mutatis mu-</i> <i>tandis</i> . . . . .	3.019
<hr/>	
TOTAL líquido incorporado ao Brasil ..	187.881 km <sup>2</sup> .

Não pouco custou a Rio Branco esta esplêndida vitória. Sofreu acusações aqui e no estrangeiro. De Rui, de Oliveira Lima, em que pesem às manifestações ruidosas que lhe prestou a massa popular. Em Paris, editam o livro *La Bolivie et le Brésil — La question de l'Acre*, onde o veneno insidioso se espargue nas frases que seguem: — “Pour ceux qui ne connaissent pas l'affaire, nous bornerons à dire que l'actuel ministre des affaires étrangères du Brésil a notifié à la Bolivie que le territoire de l'Acre este litigieux

et que le Brésil a l'intention de l'occuper... La raison: celle du plus fort. Ce territoire a été pendant plus de 30 ans considéré comme indiscutablement bolivien par le Brésil lui-même et, le plus curieux, par le Baron de Rio Branco dans des publications qu'il a faites."

Sair-se de tão perigoso emaranhado é uma ação diplomática de vulto, que justifica as palavras de Sílvio Romero: "Havia ainda quem pudesse torcer o curso das negociações, safar-se da triilha apertada em que se tresmalhavam e perdiam os discutidores de arribação, e encontrar a estrada larga das soluções previdentes e dignas. Havia ainda quem pudesse operar essa milagrosa mutuação, e outro não poderia ser senão o glorioso negociador das Missões e do Amapá."

### P E R U'

A questão acreana, tão galhardamente vencida por Rio Branco, o que vale dizer, pelo Brasil, com o extraordinário tratado de Petrópolis, deixara um apêndice, e não pequeno, para ultimação total do acerto de nossas fronteiras ocidentais. E' que, também o Perú reclama direitos sobre terras por ele tidas como contestadas, em suas vizinhanças conosco e com a Bolívia. E' de notar que seus protestos estão consignados e ressaltados no próprio documento de 1903. Rio Branco não dormiu sobre louros, continuou sendo "o homem acordado por excelência", na expressão de Gilberto Amado. Iniciou, de logo, negociações com o governo peruano, para o que, preliminarmente, estabeleceu um *modus vivendi*, com neutralização de soberania dos territórios do Breu e de Catai. Conciente de como proceder, o Barão é de absoluta clareza em sua primeira exposição, ao demonstrar que, eliminado o tratado colonial de 1777, pela guerra espano-portuguesa, não restaurado na paz de Badajóz, outro princípio, que não o *uti possidetis*, poderia, realmente, ditar a solução da pendência. O Perú era exagerado em suas pretensões, que atingiam grande parte do estado de Amazonas. Reclamava cerca de 450.000 km<sup>2</sup> do Brasil e quasi outro tanto da Bolívia. Mas, o habilidoso caminho que o insigne Barão soube dar às conversações, induziram aquela Nação a aceitar o velho princípio de Alexandre de Gusmão. Ele argumentava com citação minuciosa e abundante da geografia da região; demonstrava à plenitude que os brasileiros ali tinham penetrado em terra vazia e dela foram pioneiros. O Perú compreen-

dera, afinal. Em 1908 é assinado o tratado de limites com a nação vizinha, pelo qual, esclarece Max Fleiuss, "vieram a ser adjudgados ao nosso país 403.000km<sup>2</sup> e 39.000 à nação peruana".

## M I R I M — J A G U A R ã O

De sua glorificante atuação, em seguidos anos de chancelaria, avulta como mais grandioso o altruístico acôrdo de limites com o Uruguai.

Por muito tempo flutuaram as nossas fronteiras meridionais. Se a divisão das Capitâneas Hereditárias não apanhara as terras além de Santa Catarina, os movimentos de elasticidade, positivamente orgânicos, das colônias luso-espanholas, concretizaram-se em choques armados, ao longo das centúrias de existência do Brasil, em récuos e avanços que chegaram a alcançar o Rio da Prata.

Mesmo quando combinámos na separação, em definitivo, da Província Cisplatina, não logo ficaram assentados os limites com o Uruguai. O assunto arrastou-se por muito tempo e o primeiro Rio Branco tentara uma solução, sem a obter no entanto, o que seu ilustre filho iria conseguir, com o mais frisante exemplo de magnanimidade. Aquela secular indecisão de divisas teria uma fixação fraternal, por iniciativa do "chanceler de ouro", em demonstração perene da existência de uma civilização brasileira. Os marcos divisórios com a República vizinha eram fornecidos pelos rios Quaraí e Jaguarão, como pela Lagôa Mirim; mas era aspiração indistigável do pequeno país, a navegação do lago e do rio seu afluente. Desta vez, iríamos tudo dar, sem nada receber. Num gesto tão espontâneo quanto admirável, o grande diplomata levou o Brasil a conceder o pleno condomínio de navegação, e foi além, porque deu ao Uruguai a posse de algumas ilhas, na Mirim e no Jaguarão. O fato foi de notável retumbância no estrangeiro, tanto mais porque era solução diversa da que se costumava verificar entre outros povos cultos. Bem merecêramos a gratidão da república uruguaia, expressa na frase de seu representante Rufino Dominguez quando, ao abraçar Rio Branco, lhes dissera: "Mi patria recordara siempre com reconhecimento el despreendimento e amistad del Brasil". Surpreendente, de vez que raro, o gesto brasileiro. Éramos, em verdade, uma democracia.

## AMERICANISTA E DEMOCRATA

Na magnificência e plenitude da obra de Paranhos Junior, evidencia-se o sentido harmonioso, de superior entendimento e compreensão, que ele soube sempre imprimir às ações e cometimentos. Idealista no pensamento, mas prático na execução, a meritória atividade do eminente brasileiro foi trabalho marcante, respeitável credencial com que elevou o país no conceito dos povos cultos. Enquadrour nosso território em lindes definidas e definitivas, para dar-nos expressão e personalidade, que visou ao aproveitamento integral do desmesurado quão épico esforço dos nossos bandeirantes. Inexcedível patriotismo fê-lo operar tão brilhante confirmação ao arroubo de nossos pioneiros. Ademais, eliminou fontes de atrito e desinteligências, para se afirmar o grande pacifista. Interferiu entre nações do Continente, como contribuição à harmonia sul-americana. Exemplo é o caso Alsop, entre o Chile e os Estados Unidos. Seu programa americanista, tão claramente exposto na memorável Conferência de 1906, ele o exerceu conciente e honestamente, no subido propósito e superior convicção de que outro não poderia ser, por todas as considerações, o norteamento da conduta do Brasil, fadado a uma irrecusável projeção continental.

Em seu maravilhoso discurso de instalação do memorável certame, escrito quasi de um fôlego, consubstanciam-se as idéas básicas de confraternização inter-americana e os louváveis e elevados intuitos de um claro entendimento com os demais povos, de bem compreendida simpatia ao mundo europeu. Côncio estava de que tais congressos poderiam dar "corpo, forma e autoridade à lei internacional". Seus altos fins de concórdia e aproximação entre nações transparecem, com absoluta limpidez, nos conceitos que emitira. Ai vão suas luminosas palavras: — "Nessas conferências, as concessões representam conquistas da razão, transações amistosas e compensações aconselhadas por interêsses recíprocos. Nelas não ha senão gestos amigos, significativos da verdadeira cortesia usada entre pares. Desnecessario afirmar que, formal e implicitamente, todos os interêsses serão aqui respeitados; que, ao se discutirem os problemas políticos e econômicos submetidos a este Congresso, não se trabalhará contra entidade alguma, e que só se terá em mira o mais conveniente estreitamento entre povos americanos, seu bem estar e rápido progresso. A própria considerável extensão dos nossos territórios, em grande parte desertos e

alguns inexplorados, e a certeza de que temos recursos para que, neste Continente, viva com largueza uma população dez, vinte vezes maior, nos aconselham a estreitar, cada vez mais, as relações de bôa amizade, a procurar desenvolver as do comércio com esse inexgotável viveiro de homens e fonte prodigiosa de energias, que é a Europa."

Sintonizou com o ideal do presidente estadunidense, Confiava plenamente em seus benéficos efeitos ; por isso seu inestimavel trabalho, judiciosamente comentado por Calógeras : — "Decair nesse empreendimento superior, valeria por desertar de uma incumbência de civilização". Compreende-se porque Max Fleiuss escrevera : — "Seu programa ministerial era a melhor segurança da solidariedade continental e da paz mundial". Sobejas razões tivera Medeiros e Albuquerque, ao desejar propô-lo ao prêmio Nobel da Paz, ao que ele se opusera, todavia, e peremptoriamente.

Absurda e descabida, pois, a pecha de militarista que, maliciosamente, lhe quizeram atirar. Sua inegavel amisade ao exercito ele a justificava cabalmente, nas palavras que se seguem, em seu discurso, na homenagem que lhe prestara o Clube Militar : — "Mas, ser, como fui, desde a adolescência, um estudioso do nosso antigo passado militar ; um modesto divulgador de feitos gloriosos de nossa gente, portugûesa e brasileira, na defesa e dilatação do território do Brasil, não significa que seja um militarista ; mas, não se pode ser pacífico sem ser forte."

Trabalhou pela pátria, que o proclamou **Benemérito Brasileiro**, sem que o seduzissem glórias e exhibições. Ha grande valia em seus serviços subsidiários, na assistência a Joaquim Nabuco, na questão de Pirara, e no apóio à magistral revelação de Rui na Conferência de Haya. Escreveu a "Memória Histórica e Geográfica" sôbre nossos limites com a Guiania Inglesa, dando a Nabuco contribuição idêntica à que recebera de Joaquim Caetano. Sempre reconheceu que tal campanha só a perdemos por pusilanimidade do árbitro, nunca por incapacidade do nosso advogado, que se mostrara tanto e tanto à altura da responsabilidade da missão.

Aquele título, por demais nobre, que recebera pela Lei 754, êle bem o merecera, porque está imortalmente situado entre os maiores vultos do Brasil.

Glória, pois, ao grande pacifista, ao sincero americanista, ao puro e lídmo democrata.

## NO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE SERGIPE

Resumo do discurso proferido pelo engenheiro LAURO BORBA, por ocasião de sua posse, como sócio correspondente.

É o Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, um órgão representativo da cultura d'êste Estado. Como acontece com frequência em nosso país por defeito de educação, não temos conduzido a planos altos a nossa cultura, mas por aqui como em outras regiões, encontramos os pontos culminantes da cultura, a despertar a admiração geral.

Este Instituto além d'êsse efeito relevante de congregar uma elite da cultura do seu Estado, projeta no continente a influência dessa congregação. E não foi por outro motivo que o Congresso Americano de Bibliografia, reunido em Buenos Aires no ano de 1916 lhe reconheceu oficialmente essa utilidade continental.

É pois e sem dúvida alguma, grande honra fazer parte de uma agremiação como esta, de onde o valor decorre unicamente, das cogitações de cultura.

Quanto a mim é honra excessiva para os méritos de um modesto estudante de geografia, que o é por força do officio profissional de engenheiro, dedicado à hidráulica e por isto sempre às voltas com as cogitações dos rios e sua influência sobre o homem e a sua economia. O meu ingresso aqui foi o fruto de um bondoso julgamento.

A circunstância deu-me porém mais intimidade e maior admiração por um povo que já era da minha estima e que mais se quer quanto mais de perto se conhece. O sergipano é um símbolo dessa fortaleza de ânimo desperta na personalidade do nordestino, pelos óbices que a Natureza lhe opõe para viver. É esse obstáculo mesmo um dos fatores da sua admirável resistência traduzida na fôrça de vontade com que persevera sempre. É grande honraria ser um dos vossos, que assim me considero neste convívio. E já que aqui cheguei hei de procurar imitar-vos os exemplos de perseverança continuando a estudar geografia e a cogitar da sorte dos homens, na parte que dessa ciência depender.

### UM PROBLEMA DE HIDROGRAFIA

Decorre dessa atitude mental que a minha inclusão neste Instituto estimula e revigora, a curiosidade com que ando interrogando e tentando investigar um problema de hidrografia, tão diretamente ligado ao bem estar do homem do interior sergipano, numa larga faixa que vai de Aracaju às margens fertilíssimas do baixo S. Francisco.

Desejo investigar e descobrir os óbices opostos à resolução de um problema que se apresenta sedutor e digno da aplicação da fôrça de vontade dos homens de Sergipe, no estabelecer uma ligação fluvial, na direção de sul para norte, que aparentemente contrária a sua pendência natural, de uma só vertente para o Atlântico. Mas a hidrografia da região apontada, comporta a solução e o seu exame já tem sido feito e o problema abordado, um pouco a medo ainda. Do exame resulta isto : Um pouco a juzante de Vila Nova sobe-se o rio Betume num percurso de 7.400 metros até Santa Izabel. Atinge-se o seu afluente Goiaba e daí a Japarutuba distam 15.855 metros. Dêste último ponto até Aracaju, já existe o canal de Pomonga com 5.285 metros, alimentado pelos rios perenes que são o Japarutuba de um lado e o Cotinguiba do outro. Como vos digo, é um problema sedutor e que desafia a pertinácia dos homens de ação que pensam sinceramente no futuro de Sergipe.

Será uma obra pública de grande vulto e também de grande alcance. Mas que se precisa realizar com tenacidade, porque não há povo que possa progredir tentando só as mediócras realizações.

O Brasil também já saiu do âmbito das pequenas cogitações. Já falamos sem receio em sanear o Amazonas e captar as energias

hidráulicas do S. Francisco. Já temos direito a sair dos planos mediocres de efeitos imediatos, para cuidar de um futuro que só outras gerações aproveitará, mas que as atuais devem começar, para não serem mal julgadas pelas que hão de vir.

## A GEOGRAFIA

Ao abordar e até solucionar problemas como este que vos aponto, ainda estamos no âmbito da Geografia, dos seus estudos, das suas indagações superiores. Por intermédio dessa ciência moderna, pervagamos por não sei quantos ramos de todos os outros domínios científicos.

Em vez da menção à tóa dos nomes de mares e oceanos ; a Paleografia. Em lugar de uma discriminação dos rios da terra por sua nomenclatura decorada ; a Potomografia. E subimos a indagar dos fenômenos meteóricos, para firmar as bases da Climatologia. Depois fazemos a topografia e a geodésia na indagação exata das forças terrestres. E por fim atravez da Biogeografia e da Fitogeografia, chegamos até à Geografia Humana que de vez descobre e sistematiza as relações da Homem com o meio, forma transcendente das indagações do que somos e para que servimos.

Estudar geografia é como se vê mergulhar em um mundo vasto e ignoto de interrogações formuladas, de segrêdos a desvendar. Seria encargo de mais para um só investigador. Por isso andamos tateantes ainda procurando seguir o rumo apontado pelos gênios privilegiados dos fundadores dessa ciência sempre nova. Refiro-me às lições deixadas por Frederico Ratzel, o criador da antropogeografia. Ao impulso continuado nos estudos da Geografia como ciência, devidos ao sábio Carlos Ritter desde o meiado do século 19. Finalmente ao valor da obra de Humboldt com quem aprendemos o emprêgo do barômetro : o traçado das linhas isotérmicas do globo ; a resolução de vários problemas da física do mar ; uma doutrina para o vulcanismo ; e até as explicações sôbre o magnetismo terrestre. O famoso "Cosmos" que se ocupa por excelência de geografia, é a sua obra imortal, sôbre tôdas.

## A LUTA PELOS RIOS

É de todos os tempos a luta travada entre os homens pela posse dos rios, os direitos de sua utilização. Por isto mesmo, sábios e

famosos códigos foram já escritos por muitos povos, para regularizar de uma vez, as relações entre os homens, em face dessa luta que desperta a influência dos rios, nas relações econômicas.

Desde os tempos mais primitivos, é sabido quanto benefício pode oferecer um rio, alimentando os homens, os animais e as plantas. E o homem moderno que aprendeu a captar, transformando em corrente elétrica, a soma fabulosa das energias que a força viva das águas oferece, este sabe bem a influência decisiva que um rio pode exercer, na existência de uma população que a ele se abrigue.

Começamos também por aqui, a compreender o valor dos rios, na vida dos povos.

Já ousamos abordar os problemas econômicos ligados à hidrografia, sem nos arrecearmos do seu vulto. São exemplos bem recentes as proposições do nosso governo acêrca do vastíssimo problema do saneamento do vale do Amazonas, no que mais de perto toca à vida econômica daquelas populações, que até agora estiveram mais ou menos entregues à própria sorte.

Mais concreto e mais próximo de nós é porém o caso recente do rio Dôce, cuja riqueza está servindo de base para a organização de uma vasta empresa de valorização econômica dos bens ali existentes e sob a forma moderna de sociedade anônima. É esta uma forma nova de enfrentar os nossos problemas de aproveitamento econômico dos rios, que vamos experimentar, com as interferências diretas do governo como subscritor de ações. Toma assim o serviço público um caráter de administração privada que de certo lhe será favorável, por influir no rendimento econômico.

### O RIO S. FRANCISCO

Por fim vale bem a pena de nos ocuparmos aqui do caso recente do rio S. Francisco. Quero referir-me ao aproveitamento das energias de uma das grandes cachoeiras desse rio, que vai ser iniciado em breve, pelo Ministério da Agricultura. O próprio titular dessa pasta, o engenheiro agrônomo Apolônio Sales lá esteve pessoalmente há poucos dias, afim de tomar conhecimento mais direto do problema que vai ser atacado ali sob sua orientação superior.

É sem dúvida alguma, um problema tentador porém diante do qual, não poucos foram aqueles que se entibiaram, Vamos a-

gora ter a prova de que já não se atemorizam os nossos dirigentes, ante as dificuldades para alcançar as soluções que vizem a riqueza e o engrandecimento do país.

A solução do problema ali na zona encachoeirada do rio, está naturalmente indicada pela captação do que foi possível no enorme potencial de suas quedas d'água. De posse da energia transformada, o homem das terras secas do nordeste obterá esse elemento preciso que tanta falta lhe faz ; a água perene para as suas atividades prediletas, agro-pastoris. A indústria de certo também se despertará, acompanhando esse primeiro passo que agora se vai ensaiar definitivamente.

Restará ainda em torno desse grande rio brasileiro, uma questão maior ainda e que mais de perto, interessará a economia de Sergipe. É a questão das águas superabundantes do baixo S. Francisco. Quando tivermos convenientemente disciplinado as águas que transbordam em todos os afluentes nessa imensa planície do baixo curso do rio e com isto protegido a sua lavoura, teremos conquistado um enorme celeiro. Para tanto é preciso pensarmos primeiro em que não deveremos estar contentes aqui com o que já possuímos, porém ambiçarmos muito mais ainda.

As águas do S. Francisco sejam aquelas que vamos agora erguer do seu leito nas zonas secas ou aquelas que vamos no futuro disciplinar em seus excessos, nos provarão que é com elas que haremos de dar um combate mais rápido e mais eficiente, aos efeitos das nossas secas periódicas. Não será apenas acumulando águas em grandes volumes e com enormes dispêndios que solucionaremos essa questão já tão antiga e tão mal conduzida até aqui, de fixarmos o homem do nordeste no seu meio natural próprio, ao qual tem ele tanto apêgo.

## DISCURSO DO DESEMBARGADOR GERVASIO PRATA NO CENTENÁRIO DE SANTA ANA DE SIMÃO DIAS

Meus patricios

Foi neste mesmo lugar que há nove anos do passado aqui nos reunimos, num zêlo de amor por êste modesto rincão do nosso nascimento.

Cem anos fazia que a nossa antiga Capéla de Santana de Simão Dias se separava da Freguesia de Nossa Senhora da Piedade do Lagarto, por decreto de 5-Fevereiro-1835, e nós, guardiões dessa idade centenária, não desejando que uma data assim querida transcorresse em branco, demos-lhe todo o apoio de um grande dia, quanto puderam nas suas forças os nossos bons sentimentos, a nossa inteligência, a nossa dedicação. Prestámos o nosso culto à Anápolis de então, a estas terras que nos doôu Ana Francisca de Menezes, para aqui plantarmos, como plantada foi, a hermiada do seu nome, que aí está, com S. Ana lá dentro do seu sacrário e nós os sucessores felizes dessa herança para todos os séculos.

Tudo empenhamos por dar ao magno dia a significação maior possível.

Aos tons encantadores da manhã, aos primeiros chilros dos nossos pássaros de canto nos arvorêdos e nas palmeiras da nossa cidade, repicavam os sinos do nosso campanário, arrojavam-se foguetes no ar, explodindo bem alto, estrondeavam salvas, soavam musicas vibrantes despertando à população o acontecimento do seu primeiro século. E as comemorações se seguiram com a missa festiva e sermão do Padre João de Matos; visita à morada dos nossos mortos com o discurso do acadêmico Belmiro Gois; plantação da árvore, simbólica, do centenário com a saudação do

nosso patricio glorioso Carvalho Neto; oração do nosso patricio academico Milton Dantas de Mendonça, ao ser lançada, neste mesmo lugar onde nos achamos, a pedra fundamental do monumento comemorativo do centenário; a instalação da nossa comarca restaurada de Simão Dias, falando vários oradores; a sessão solene no Cine-Teatro Silvio Romero, toda cheia de bons discursos e como a nota fulgurante das comemorações; a extraordinária procissão de Santana pelas ruas da cidade, encerrada com a palavra tocante do vigário Domingos Fonseca, ouvida defronte da Matrix de onde se seguiu a benção terminal, em lindo còro de vozes da mulher de nossa terra, e à luz de velas que nos punham no mais flagrante contraste entre as pequeninas chamas vacilantes que elas eram e as estrelas lucilando nas alças do firmamento, que já a noite nos apresentava por cima de nossas cabeças humildes; por fim o baile no Grupo Escolar Fausto Cordoso, com fogos de artifício e iluminárias na Praça-Matriz.

Tudo isso foi feito com expressão, com alma, com a fé de que procedíamos com a dignidade espiritual de verdadeiros filhos de nossa terra. Tudo se cumpriu como traçado fôra no programa das solenidades. E como nada devia restar por cumprir, veio cumprir-se afinal o que somente cumprido faltava: o monumento do nosso centenário.

Aquí está. Erguera-o o nosso prefeito querido, Dr. Marcos Ferreira, como dívida de honra do Município ao povo, monumento despretençioso como devia se-lo, se a sua finalidade é assinalar simplesmente um acontecimento no correr do tempo, é portanto, marcar, indicar a passagem de uma idade vencida, para nós, de uma etapa que se vinha de galgar.

Não havia o nosso digno prefeito de esquecer esta obra que êle sabia, como nós, estava prometida desde o dia do nosso centenário e mais do que nós talvez compreendia, no seu elevado espirito superior de homem de letras, não ser possível deixar sem um sinal, sem um traço visível da sua existência, tudo o que aquí enterramos como lembranças, moedas, jornais, objetos, o programa impresso das festas, que aquí jazem depositados em urna de cimento recoberta de terra, em cova rasa do chão, como mensagem que nós os de hoje deixavamos aos nossos patricios de amanhã, aos nossos patricios do 2.<sup>o</sup> século de vida local autônoma, para que êles nos possam ler e compreender, tal como nós compreendemos as civilizações que precederam à nossa, mesmo quando faltam

os testes escritos, pelos renascimentos ficados da sua cultura, das suas tradições, das suas cinzas.

Está portanto assinalado, e belamente assinalado, o lugar onde eles os nossos vindouros encontrarão, sem grande custo, o aperto de mãos que lhes transmitimos, nós os sobreviventes do 1.º centenário a eles os sobreviventes do 2.º centenário da fundação de nossa terra.

Não é em vão que lhes deferimos este nosso legado.

Si eles não tiverem o que apreender de nós, justos não de ser conosco, assim esperamos, fazendo-nos justiça pelo modo porque soubemos tratar os assuntos que tão de perto falaram à nossa vida de comunidade conciente.

Saberão, porque lhes deixamos com que saber, que jamais desprezamos as origens da nossa história local, os bons atos dos nossos patrícios, os seus nomes ou de suas famílias, por modestos que fossem, desde que hajam tomado parte no concerto de nossa sociedade.

Não olvidemos os seus mortos de memória inesquecível. Temos estado presentes a todos os progressos aqui chegados. Lidemos incessantemente com os problemas da nossa agremiação e pugnemos sinceramente por quanto foi dever nosso imposto pela elevação de nossa terra, ou para reparar as diminuições a ela feitas ou para evitar que ela fosse vítima de tais diminuições.

A cidade e o município desfrutam a paz da índole ordeira do seu povo. Assim trabalham e assim vivem nessa atmosfera estimulante de sentimentos dignos e humanos. Quando tem sido preciso formar em colunas ou em multidão, os simão dienses sabem como formar e marchar ao som dos acordes que recebem das nobres causas a enfrentar, dos deveres sagrados a cumprir, dos supremos motivos a considerar. Todos sabem se movimentar como soldados numa batalha. Eis a razão pela qual pode-se dizer que nunca houve entre nós um fracasso por falta de participação ou por indiferença do nosso público ante os fatos significativos da nossa vida básica.

Se a nossa infância ou juventude escolar, como agora, sai à rua, logo os habitantes se dispõem pressurosos a acompanhá-la, a saudá-la. Se uma festa ou uma reunião se realiza para atender a propósitos ou a objetivos de interesse geral, não se faz tardar o mais certo comparecimento dos nossos patrícios a ela.

Assim tem sido e há de ser para honra nossa, a disciplina de um povo. De tudo quanto temos nessa ordem de idéias e de conduta haverão de avaliar os posteros que nos julgarão. E ainda mais êles nos hão de querer quando souberem que esta coluna aqui levantada, como expressão da idade presente, que representamos, não ficou circunscrita puramente a um símbolo recordativo do nosso tempo, apto a transmitir o legado nosso que sob ela repousa, mas crescem e há de crescer, muito mais, daqui por diante, com o destino que lhe viemos de dar levantando aos seus pés este altar à Pátria para saudarmos o Brasil na data maior da sua história.

### Brasileiros

Que de mais comovente seríamos capazes de reservar a êste monumento das nossas evocações !

Daqui do alto de sua projecção parecemos olhar o nosso passado de 322 anos de dependência e 122 como nação livre.

Era natural que no descobrimento e nos periodos seguintes fossemos o que devíamos ser daqueles que nos encontraram pela primeira vez em estado de selvas neste novo mundo. Legítimo era que êles se apossassem das nossas terras descobertas, se aqui desembarcaram, rezaram a sua 1.<sup>a</sup> missa e tomaram conta da terra virgem em nome do seu Rei; se até aqui padeceram as tempestades do oceano sobre frágeis náus de madeira que as velas faziam andar ao sôpro dos ventos tantas vêzes ingratos; se aqui sofreram as consequências do indígena, que se não queria submeter, o que aliás era justo, pois que estavam no que era seu, no recesso da floresta virgem que era de sua origem nativa; se para aqui trouxeram seus compatriotas, seus homens de govêrno, seus fidalgos, sua milícia, seus sacerdotes, seus povoadores, seus rebanhos, suas armas e seus utensílios, como instrumentos da occupação e do desbravamento da imensa terra ilimitada que se veiu a chamar Brasil.

Lógico era que aqueles que o descobriram, o povoaram, o organizaram, o civilizaram fossem os seus primeiros legítimos senhores.

Mas fazendo esta obra de grande préstimo à civilização, durante mais de três séculos, tornou-se também inevitavel que a raça portugueza aqui tivesse suas gerações de descendentes não só entre os de sua branca estirpe, como de mistura desta com o

selvicala, que já habitava a América, e o negro, que fôra importado da Africa como escravo. E no evolver de mais 300 anos do Brasil colônia, que a Portugal pertencia, houve tempo mais que suficiente para o caldeamento de brancos, caboclos e pretos, em que se tornou a população brasileira.

Já eram filhos do Brasil os habitantes mesclados dessas três raças, aqui nascidos para representarem um papel em comum na história do Continente americano, papel que os seus contemporâneos da Europa convertiam em páginas de ouro com a Declarações dos Direitos do Homem escrita para o mundo inteiro com o sangue da Revolução Francêsa e as doutrinas filosóficas de Rousseau e Montesquier; papel que os Estados Unidos da América vinham de glorificar sacudindo o jugo de sua sujeição à Inglaterra e promulgando em Filadelfia a sua primeira Constituição política nacional; papel que as colônias hespanholas do Novo Mundo enchlam de feitos heróicos, escrevendo com a ponta da espada dos seus exércitos libertadores a sua independência afagada por patriotas que não mais queriam o jugo de Castela; papel que fez do México uma nação livre com as armas vitoriosas de Guerrero e de Itúrbide; operando-se pelos mesmos processos da rebeldia pelas armas a emancipação dos outros vice-reinados hispano americanos: da Venezuela e da Colômbia com Bolivar; dos Estados do Prata, Argentina, Uruguai e Paraguai, com Saávedra, Belgrano, Artigas e San Martin, do Chile e do Perú ainda com San Martin e Sucre.

Ondas emancipadoras e creadoras de nações livres, rugindo das plagas do Atlântico às costas do Pacífico, envolvendo entre os dois oceanos as três Américas, não podiam excetuar o Brasil do determinismo político do Continente. Haviam de arrasta-lo na mesma caudal dos povos que rumam para destinos maiores.

O tempo não comportava mais delongas e estava chegada a hora culminante para nós brasileiros. Só faltava o pretexto para atirar no chão as correntes que nos traziam ainda sob a suzerania lusitana.

Todos os antecedentes de uma insofreada aspiração se haviam dispostos na preparação do seu desfecho final. E o que melhor o preparou fôra principalmente o clima das liberdades novas que vinham de emergir no mundo, em consequência das guerras de Napoleão e da morte do absolutismo político na França, que se tornara o espelho dos povos.

Portugal, a nossa gloriosa metrópole, quisesse ou não, teria de receber êste golpe inexorável do destino, teria de perder a sua preciosa colônia no Brasil, êste território imenso a que deu estadistas, padres, governos, agricultores, industriais, juizes, para governá-lo, engrandece-lo. Mas teria de perde-lo por uma lei psicológica da evolução humana. E foi o que aconteceu.

A sub-raça mestiça de três séculos de formação adquiriu a consciência de ser livre como as demais colônias americanas o estavam sendo no mesmo Continente.

Iniciaram-se os levantes e as revoluções nacionalistas, pelos patriotas de Minas e do Recife, com repercussão em algumas províncias do Norte. Logo, porém, o movimento foi sufocado e punidos severamente os seus chefes. O padre Roma caía fuzilado, assim o padre Miguelinho e seus companheiros. Outros foram enforcados. O padre João Ribeiro enforcara-se e sua cabeça cortada foi levada a Recife e ali exposta a escárneo, tal a cabeça de Cícero fôra pregada no rostrum do forum romano. As cabeças decepadas de outros suplíciados eram espetadas em postes nas praças públicas e seus corpos arrastados até o cemitério em caudas de cavalos.

Em Minas a mesma cena pungente já houvera sido representada com sacrifícios iguais de Tiradentes e seus denodados irmãos de causa.

Aumentavam-se, com essas execuções, as animosidades dos nacionais contra os portugueses. Já por sua vez reinava no Brasil profundo desgosto por preterição dos brasileiros nos cargos públicos e pela atitude dos militares portugueses contra os brasileiros.

Dominava abertamente entre portugueses e brasileiros uma hostilidade que nada mais podia conter.

Crise financeira agravava ainda mais a situação de cousas no Brasil. A Metrópole sentia tudo isso e expedia medidas extremas para se não deixar vencer pelas idéias que estavam tomando vulto no Brasil.

O príncipe D. Pedro, que ficou regendo o Brasil, após o regresso do seu pai, D. João VI, para a Europa, de onde havia saído para escapar ao exército invasor de Napoleão, experimentou também êle as represálias do reino contra a sua própria autoridade, eivada de simpatia pelos ideais brasileiros. Seus poderes dantes quasi os de um soberano, tais os deixados por D. João VI, viram-se de repente reduzidos com a volta à Metrópole de importantes

atribuições que eram privativamente suas, agora na dependência direta do governo de Lisbôa.

A opressão se fazia maior e a autoridade do príncipe mingua-va de tal modo que só lhe assistia o governo do Rio de Janeiro e de algumas províncias.

Prosseguindo, houveram determinar as côrtes portuguezas o regresso do príncipe a Portugal, abandonando o govêrno do Brasil. Chegado a êsse ponto, meus patricios, não eram mais os brasileiros somente que ambicionavam a independência de sua pátria. Era o próprio príncipe portuguez que já comungava com os brasileiros os anseios separatistas do Brasil. Eram já os brasileiros que pleiteavam a permanência de D. Pedro no govêrno do Brasil. Eram S. Paulo e Minas representando ao Príncipe para que não saísse do Brasil.

Já era o presidente da Municipalidade, José Clemente Pereira, à frente da sua corporação e do povo, que ia levar pessoalmente ao príncipe a moção das câmaras para que não se retirasse do Brasil, naquela hora grave, e já era também o Príncipe que, respondendo à oração, proferia estas poucas palavras que valiam como uma esperança salvadora aos corações brasileiros : Diga ao povo que eu fico, se é para o bem de todos e felicidade geral da nação.

E logo tratou de organizar novo ministério, em substituição ao que fôra demitido pelas côrtes portuguezas, entregando-o a José Bonifácio de Andrada e Silva.

E êste cuidou de fortalecer a politica do Príncipe regente no sentido da independência.

De nada mais serviram as providências que continuavam a chegar de Portugal, nem a reação das fôrças portuguezas estacionadas no Brasil. A elas tôdas replicava altivamente o Senado da Câmara do Rio de Janeiro indo incorporado oferecer ao Príncipe o título, que êle aceitou, de Defensor Perpétuo do Brasil.

Insistentemente as côrtes de Lisbôa decidem pelo retôrno do Príncipe e lhe anulam o decreto da convocação da Assembléa Geral Constituinte por ela baixado.

Tais resoluções foram mandadas levar ao reconhecimento do Príncipe, que na ocasião se encontrava em S. Paulo. Levara-os ao correio. E quando as leu o Príncipe D. Pedro, já entrando na capital de S. Paulo, de volta da cidade de Santos, acompanhado de grande sequito que o seguia a cavallo, à frente daquele pugilo de brasileiros e num gesto espetacular de rebelde grandeza, dirigin-

do-se à Nação de que se tornara o campeão do seu bem maior, a Liberdade, oficializou êle mesmo, naquele momento, a emancipação política do Brasil.

Arremessando ao chão os brasões de Portugal e encimando ao ar a espada que desembranhara, gritou à soberania da nossa Pátria : Independência ou Morte !

A êste episódio assim passado à margem de um obscuro riacho do nosso território, chamado Ipiranga, deu-se o nome de Grito do Ipiranga ou Brado da Independência, brado êste que há 122 anos ressoa como naquele instante nos ouvidos brasileiras, que não cessou nem cessará jamais na alma ardente da Nação, em cada ano que esta data o recorda, de cada vez que reacendemos o nosso culto pela Pátria, como triunfo sem igual na história nacional do Brasil.

Data esta para nós a magna de todas, sem entretanto a nenhuma humilhar, porque nos permitiu realizar a fado de uma grande nação crescente nos seus limites vastos e poderosa na unidade moral dos seus filhos, repartidos entre 20 Estados e o território, com uma só história, uma só língua, uma só raça, uma só lei, uma cristandade regeneradora, uma índole generosa, sem ódios internos nem internacionais, de tendências bondosas como a sua natureza, de ideais de liberdade extensos como o seu território, de hábitos acolhedores e fraternizantes aproximando, sem escrúpulos ou preconceitos invencíveis, as três raças diferentes na origem, na cor e na alma, que aqui sentiram a necessidade de se fundir para juntas e somente juntas puderam construir esta Pátria incomparável e juntas ainda preencherem, magnificamente, todos os lances das nações bem formadas, como a Independência política, a abolição da escravidão, a República, a Revolução a saneadora de 30, o golpe de Estado de 37 e mais recentemente a instituição do Direito Social brasileiro, pelos métodos pacíficos brasileiros.

A essa terra assim plasmada por circunstancias tão felizes, meus patrícios, cabe-nos ama-la ao extremo dos nossos sacrifícios.

E amar a pátria não é apenas discursar ou entoar hinos laudatórios celebrativos dos seus fastos ou cometimentos, como o de hoje ; não é dispensar-lhe o amor platônico ou romântico em confissões de ama-la e fazer de seus símbolos amulêtos para festas ou exibições dramáticas de civismo ou patriotismo.

Amar a Pátria é obedecer às suas leis e às suas autoridades constituídas ; é receber como exemplo o que por ela fizeram os

seus filhos consagrados ; é venerar a memória dos seus grandes homens ; é não só conhecer a significação espiritual dos seus símbolos, como ainda colocar-se a serviço deles, mesmo sem solicitação ; é não adotar nem reconhecer ideologia nenhuma que não esteja de acôrdo com as inclinações positivas da nação, com os princípios invioláveis da sua integridade e de sua soberania ; é acudir ao seu apêlo nos momentos de necessidade ; é enfileirar-se como soldados que todos nos ufanamos de ser para sustentarmos as causas vitais da sua existência ; é renunciar as comodidades e a família, os bens e a casa ; é não recorrer a pretextos evasivos quando convocados ao serviço ; é, em suma, obrigar-se a deveres supremos por ela, é transformar-se o homem em numero no campo da luta, em um patriota na frente interna, é trocar a vida por um ato de utilidade nacional.

#### Brasileiros :

Nas vossas mãos está a manutenção do Brasil como nação independente que a fizeram os nossos antepassados a 7 de Setembro de 1822, transformada em República por outros brasileiros de ideais igualmente puros em 15 de Novembro de 1889 e assim continuada até hoje sob os nossos vigilantes cuidados.

Não podemos perder mais as conquistas que o gênio político dos nossos homens de Estado e o patriotismo das nossas classes armadas trouxeram à nossa pátria.

São dádivas insubstituíveis que o tempo nos reservou para entrarmos com elas na sociedade das nações.

Mas para asseguar-las é preciso que sejamos unidos e bastante unidos num mundo que pouco tem estado por desaparecer, porque os povos que haviam galgado a liberdade do homem em todos os rumos do direito se desuniram internamente e internacionalmente por ideologias políticas divergentes entre partidários do direito e do espirito e sectários totalistas da força material e da violência. A paixão ideológica fez esquecer a êsses sectários impenitentes que êles eram antes de tudo elementos vivos de uma nação e de uma pátria e que só a esta cumpria servir.

E êles desgraçadamente falhos desse dever nacional supremo, postaram-se mais do lado ideológico do inimigo do que do seu próprio país ameaçado, invadido, conquistado, arrasado por êsse mesmo temível inimigo.

Foi como o agressor nazi-facista conseguiu nesta guerra facilidades na invasão dos seus exércitos através dos países invadidos, inclusive a própria França germanofoba.

Longe de nós os pensamentos ou as doutrinas prejudiciais aos interesses da nação. Formemos uma força homogênea, assumando no todo do nosso poder, para prosseguirmos, sem maiores preocupações, na marcha ascensional do nosso caminho na história, para podermos enfrentar e vencer os problemas todos do futuro, ilimitados e imprevisíveis como a sorte do homem e das cousas.

O nosso território não é apenas para ser explorado nos seus minérios e nas suas terras fecundas, nos seus rios e cachoeiras, nos seus campos e nas suas florestas.

É antes disso e por causa disso para ser preservado e defendido contra o imperialismo ou a conquista que nos dias de hoje mudaram de nome para espaço vital na linguagem de alguns governos de força que ainda pensam em levantar impérios sem haver mais terras vagas ou por descobrir no planeta. Esse o aspecto do novo patriotismo, brasileiros Considerama-lo pensadamente e ensinemos às gerações novas estas noções que elas devem cedo aprender para conservarmos intacto o nosso Brasil, para nunca em tempo algum perdermos sob os pés o único sólo estável em que nos podemos firmar, que é a Pátria, e termos sobre o alto de nossas cabeças o nosso lindo céu azul, o nosso céu brasileiro, com o signo abençoado do Cruzeiro e a luz faiscante das estrelas, guiando-nos em busca da esperança, da paz, da fé e da glória, fazendo-nos sonhar a felicidade e a grandeza no futuro do Brasil.

## A DIGNIDADE E OS DIREITOS DA PESSOA HUMANA

**Helio José Ribeiro**

(Conferência pronunciada no Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe na sessão solene promovida pelo Centro D. Vital de Aracajú em 5 de Novembro de 1943).

Há na febril agitação do momento que passa uma tal confusão relativamente a exata conceituação de alguns termos ou expressões que, não obstante serem eles empregados com frequência, os vemos entendidos de variadas maneiras e até utilizados com uma significação ou um sentido completamente opostos àquele que realmente possuem.

Disto resulta uma tão grande divergência na interpretação das soluções indicadas como capazes de resolver certos problemas cruciais do mundo moderno que, se não houver uma revisão rigorosa no modo de entender e compreender determinados conceitos, correrá grave risco a obra de renovação e reestruturação do mundo, que se anuncia para depois do conflito que presentemente dilacera a humanidade.

Há portanto imperiosa necessidade de se definir exata e legitimamente certos princípios, afim de que o edifício dos novos tempos que se aproximam seja levantado sobre bases sólidas e duradouras.

---

Entre os conceitos atingidos pela imprecisão da época há um que por sua fundamental e transcendental importância exige, mais

do que qualquer outro, ampla compreensão e exata definição pois sem êle ou contra êle qualquer tentativa de reconstrução do mundo será vã e inutil.

Refirimo-nos ao conceito de pessoa humana cuja magnitude e valôr primordial procuraremos demonstrar.

Analizando a posição dum homem no universo, percebemos que êle se destaca dos demais sêres e dos outros homens por determinadas particularidades que lhe são próprias e que o distinguem perfeitamente, fazendo dele um todo diverso e inconfundível, que existe por si mesmo. É pois o homem, antes do mais, um individuo, isto é, um todo indivisível que não pode ser partido nem tampouco identificado com outro.

Isto, porém, ainda não caracteriza o homem como pessoa, pois individuos também o são uma árvore, um automóvel, um gato ou um tinteiro. Cumpre, pois, descobrir outros atributos no homem que o elevem acima da categoria individual.

Aprofundando então a nossa análise vemos de imediato que o homem ao contrário do gato ou do automóvel tem consciência de sua existência, sabendo perfeitamente que é alguém, sentindo e conhecendo sua realidade. Surge assim o primeiro atributo distintivo do homem que é esta sua capacidade de conhecer e de perceber a realidade, ou seja, a faculdade de entender : a inteligência. É pois o homem um ser racional, capaz de pensar e de apreender pelo conhecimento a realidade do mundo que o cerca.

A inteligência arranca o homem do circulo de ferro no qual se estratificam os demais individuos sujeitos às leis inexoráveis que os regem, e lhe abre as portas do universo apontando-lhe o caminho do infinito. Com o dom admirável do conhecimento o homem absorve pela idéia o universo que assim se espelha em sua inteligência transformada num mundo em miniatura ou seja num microcosmo. O homem torna-se pois dum certo modo o próprio universo. E com esta apreensão maravilhosa desabrocha nele uma vocação para o Absoluto que é o único ideal capaz de saciar a inextinguível sede de conhecimento da inteligência. Destaca-se então o individuo humano dos demais como possuidor duma prerrogativa excelsa que o distingue e lhe dá uma posição toda especial no universo.

Voltando-se então sôbre si mesmo, o homem, penetrado desta realidade, toma consciência de si próprio, descobre que é um todo

senhar de sua realidade e possuidor duma vocação própria, sente-se um eu deante do mundo dos seres e se alçando acima do reino dos indivíduos afirma-se gloriosamente como pessoa.

A inteligência portanto eleva o homem da categoria de indivíduo para a de pessoa, podendo nós então definirmos esta última como sendo, conforme afirmou Boécio "um individuo de natureza racional". A pessoa é pois um indivíduo provido de inteligência, capaz de ter consciência de si mesmo e do seu papel no mundo.

A inteligência entretanto não basta para dar à pessoa sua conceitação total; ainda falta um dado, um constitutivo essencial da mesma, que é a fonte donde brota sua suprema dignidade.

A pessoa é um indivíduo que pensa e porque pensa ela tem de ser livre.

De fato, o homem tendo por sua inteligência capacidade para conhecer a natureza dos seus atos e os meios que podem levar estes atos a determinados fins, tem poder para julgá-los, e consequentemente para dominá-los e dirigi-los. Sendo pois senhor de sua atividade, podendo norteá-la a seu arbitrio, o homem sobrepõe-se às forças cegas que dominam o mundo físico e aos impulsos que regem o instinto, e proclama a grandeza excelsa de sua liberdade.

Afirmando esta liberdade, o homem se apresenta portador de um princípio superior que lhe permite "construir seu próprio destino, criar novas ações não contidas, como diz o Pe. Leonel Franca, no determinismo das coisas precedentes e assim desempenhar um papel pelo qual se sente responsável no drama do universo" (1) A liberdade, fazendo a pessoa humana portadora do poder de livremente conduzir-se dentro do mundo, dá-lhe uma grandeza e uma intangibilidade que são a marca de sua suprema dignidade.

Jacques Maritain caracteriza muito bem esta nobreza infinita da pessoa quando afirmando que "a pessoa humana por mais dependente que seja dos menores acidentes da matéria, existe em virtude da própria existência de sua alma que domina o tempo e a morte", sendo portanto o espírito a raiz da pessoa, diz que "por mais indigente e esmagada que seja, uma pessoa é como tal um todo e como pessoa ela subsiste de maneira independente".

---

(1) — Pe. Leonel Franca, S. J. — "A Crise do Mundo Moderno" pag. 161 — 2.<sup>a</sup> edição.

"Asseverar que o homem é uma pessoa, quer dizer que no tudo do seu ser êle é um todo mais do que uma parte e mais independente que servo. E é esse mistério de nossa natureza que o pensamento religioso designa afirmando que a pessoa humana é imagem de Deus. O valor da pessoa, sua liberdade, seus direitos pertencem à ordem das coisas naturalmente sagradas marcadas pelo sinete do Pai dos sêres e que têm n'Ele um termo de seu movimento. A pessoa tem uma dignidade absoluta porquanto está em uma relação direta com o absoluto no qual somente ela pode encontrar sua plena realização". (2)

Assim pois a pessoa humana tem um único e supremo fim que é Deus. Tudo portanto que procure perturbar, desviar ou anular esta destinação, deforma e degrada a pessoa e vai de encontro à ordem natural da criação. Reduzir pois a pessoa ao "simples mistér de instrumento a serviço de fins temporais" como a classe ou o Estado, a nação ou a raça, o gozo dos sentidos ou o prazer da carne é, como diz o padre Leonel Franca "um pecado que introduz na harmonia das coisas a desordem de uma ruina de que nada nos poderá consolar". (3)

"O individuo, diz este mesmo autor, no reino infrahumano só existe para a espécie. A pessoa emerge deste plano da existência em que se encerra a inferioridade da coisa. O seu valor é singular e próprio. Na economia da Providência tudo mais existe e é governado para atingir um destino que é exclusivamente seu". (4)

É momento de entrarmos agora na consideração dum novo dado do problema. O homem quando nasce não vem ao mundo com a sua pessoa plenamente perfeita. Êle a medida que cresce a vai desenvolvendo, a vai enriquecendo até chegar a um ponto de exuberância em que o dom inicial que recebeu manifeste-se em plena maturação.

Esta maioridade da pessoa é o que se chama de personalidade. Enquanto a natureza pessoal é uma dádiva gratuita que recebemos com a nossa condição humana, a personalidade é um fruto de nosso próprio esforço.

---

(2) — Jacques Maritain — "Os direitos do homem" — pags. 12 e 13 (2ª José Olímpio)

(3) — Pe. Leonel Franca, S. J. — Op. cit. — pag. 165.

(4) — Pe. Leonel Franca, S. J. — Op. cit. — pag. 164

Comumente dizemos que alguém tem personalidade quando este alguém demonstra possuir forte e caracterizadamente os atributos essenciais que anteriormente vemos peculiares à pessoa, isto é: subsistência, inteligência e liberdade. Subsistência como capacidade de existir por si mesma, como um todo coeso, indivisível e inconfundível. Inteligência, isto é: conhecimento do que existe, conhecimento de si mesmo, capacidade de entender, de apreender e penetrar a realidade. Liberdade, isto é: livre domínio dos sentidos, capacidade para decidir e opinar, poder de agir, autonomia, independência.

A personalidade portanto, sendo o prolongamento e a expansão da pessoa é necessariamente expressão de sua reta orientação para o seu fim supremo.

A dignidade da pessoa exige por isto plena liberdade para o desenvolvimento da personalidade humana.

---

Com esta consideração passamos à última parte deste nosso estudo, e que é a mais importante, porque diz respeito a aplicação prática de tudo que vimos de expor já que vamos passar a definir os direitos que por sua natureza a pessoa possui perante o mundo e os homens.

Se a dignidade da pessoa humana, como dissemos, exige livre desenvolvimento da personalidade o problema dos direitos da pessoa humana pôde ser resumido nestas palavras lapidares de Veillot: "A questão é sempre saber se o homem deve nascer, viver, unir-se, morrer, receber, transmitir e deixar a vida como uma criatura de Deus a Deus destinada, ou como uma larva aperfeiçoada, unicamente originária das fermentações terrestres".

Ofende portanto a pessoa o Estado que em sua organização tente dar-lhe um fim diverso daquele para o qual foi naturalmente destinada quer sonhando-lhe os meios de desenvolvimento, quer norteando-a para finalidades de ordem puramente material, quer negando-lhe a liberdade para escolher a melhor via para seu aperfeiçoamento. Ofende igualmente a pessoa o Estado que em nome de uma liberdade mal compreendida permite que a pessoa seja vítima dos maiores atentados à sua dignidade quer nada fazendo para impedir a exploração e a corrupção do homem pelo homem, quer abandonando este à ignorância, à miséria, à fome em condi-

ções tais de embrutecimento que quasi impossivel torne o desenvolvimento de sua personalidade. Ofende tambem e irremediavelmente a pessoa, o Estado que não reconhece o fim supremo e último desta, que é Deus. O problema da organização do Estado não pode dispensar deste modo o conhecimento da profunda realidade da pessoa. Como dissemos anteriormente, tudo no mundo está a ela ordenado e o Estado não pôde se furtar a esta ordenação. Ele terá que ter em face da pessoa humana um carater unicamente de meio que facilite em tudo e por tudo o desenvolvimento desta. (5)

Como é facil de concluir tendo em vista a natureza da pessoa humana não é somente o Estado que tem deveres sagrados para com ela. Já nos primeiros anos de vida cabe aos pais o dever de zelar pela formação da personalidade de seus filhos. Os pais têm que vêr naqueles as mesmas creaturas de Deus que o Estado é obrigado a vêr nos seus suditos. Toda educação tem que ser informada pela realidade fundamental da pessoa humana. Tudo tem que ser feito no sentido de permitir à creança o desabrochar pleno de sua personalidade. Para tanto ela exige que um determinado número de condições minimas lhe seja dado. O conjunto dessas condições constitue os direitos imprescritiveis da pessoa humana creança. Assim toda creança tem direito a uma adequada alimentação, a roupa e a amparo. Tem direito de ter iguais oportunidades de possuir instrução completa e finalmente tem o direito de receber assistência médica e ensino religioso. A estes direitos correspondem deveres indeclinaveis para o Estado, para a sociedade.

---

(5) — Sôbre essa questão ninguém melhor ensina do que Maritain: "O segredo dos corações e o ato livre como tal, o universo das leis morais, direito da consciência a escutar Deus e a abrir seu caminho para Ele, todas essas coisas, na ordem natural como na ordem sobrenatural, não podem ser tocadas pelo Estado, nem cair sob a sua jurisdição. Sem dúvida a lei obriga em consciência mas é porque ela só é lei quando justa e promulgada pela autoridade legítima, não porque o Estado ou a maioria seriam a regra da consciência. Sem dúvida o Estado tem uma função moral e não somente material: a lei tem uma função pedagógica e tendo a desenvolver as virtudes morais; o Estado tem o direito de me punir se, minha consciência tendo ficado cega, eu cometo, seguindo minha consciência, um ato em si mesmo criminoso ou delituoso. Mas, em semelhante circumstancia, o Estado não tem a autoridade de me fazer refatar o julgamento de minha consciência, do mesmo modo que ele não tem o direito de lutar nos espíritos seus

para os pais, para os patrões, para todos enfim que possuam meios para cumprí-los.

Para que a pessoa humana possa normalmente se desenvolver há necessidade de cercá-la dum mínimo de conforto material, moral e espiritual sem o que esta fatalmente definha, se degrada e se aniquila. Subverte consequentemente a ordem natural esta-

---

juizes sobre o bem e o mal, nem de legislar sobre as coisas divinas, nem de impor nenhuma crença religiosa, qualquer que ela seja. Ele o sabe muito bem. E é por isto que, toda vez que ele sai dos seus limites naturais para penetrar, em nome das reivindicações totalitárias, no santuário da consciência, ele se esforça por violar este santuário por meios monstruosos de envenenamento psicológico, de mentira organizada e de terror.

Cada pessoa humana tem o direito de se decidir por si mesma no que tange ao seu destino pessoal, quer se trate de escolher seu trabalho, ou de fundar um lar, ou de seguir uma vocação religiosa. Em caso de extremo perigo e para a salvação da comunidade, o Estado pode requerer pela força o serviço de cada um de nós e pedir-nos para expor a vida numa guerra justa; pode também privar de alguns dos seus direitos individuais criminosos (ou melhor, sancionar o fato de que eles mesmos se desistiram destes direitos), por exemplo homens julgados indignos de exercer a autoridade paterna. Mas ele se torna iníquo e tirânico se pretender fundar o funcionamento da vida civil sobre o trabalho forçado, ou se tentar violar os direitos da família afim de se tornar senhor da alma dos homens. Pois da maneira que o homem, antes de ser constituído parte da comunidade política, é constituído como pessoa, feita para Deus e para uma vida superior ao tempo, esta também é constituído parte da sociedade familiar antes de ser constituído parte da sociedade política. O fim que explica a existência da família, é produzir e educar pessoas humanas e prepará-las para realizar seu destino total. E se o tem, também ele, uma função educativa, se a educação não está fora de sua esfera, é para ajudar a família a efetuar sua missão e para completá-la, não para apagar da criança a sua vocação de pessoa humana, substituindo-a pela de utensílio vivo e de matéria do Estado.

Em suma, os direitos fundamentais, tais como: o direito a existência e a vida; — o direito á liberdade pessoal ou direito de conduzir sua vida como senhor de si mesmo e de seus atos, responsável por estes perante Deus e as leis da cidade; — o direito á procura da perfeição da vida humana, moral e racional; — o direito á procura do bem eterno (sem a qual não há verdadeira procura da felicidade); — o direito á integridade corporal; — o direito á propriedade privada dos bens materiais, que é uma salvaguarda das liberdades da pessoa; — o direito de contrair matrimônio segundo sua vontade e escolha, e de fundar uma família, ela mesma garantida das liberdades que lhe são próprias; — o direito de associação, o respeito da dignidade humana em cada indivíduo, represente ele ou não um valor econômico para a sociedade. — todos esses direitos são radicados na vocação da pessoa, agente espiritual e livre, ás ordens dos valores absolutos e com um destino superior ao tempo". — Jacques Maritain — "Os direitos do homem" pags.102 a 106 — (Ed. José Olímpio).

belecida por Deus tudo aquilo que contribuir ou nada fizer para solucionar o problema da pessoa humana desprovida de meios para realizar seu pleno desenvolvimento.

Não se trata aqui e é necessário frizar bem, de um dever de ordem puramente filantrópica, de um imperativo de generosidade ou benemerência. Nada disso. É uma obrigação necessária, é uma decorrência lógica, é uma imposição da ordem natural. Negar esta realidade é ir de encontro a harmonia da criação, é atentar contra a natureza.

Neste carater que dá, de inflexível e indeclinável obrigação aos deveres para com ela, é que o conceito da pessoa humana, tal como o vimos encarando, possui uma feição nitidamente revolucionária. Isso de um modo particular se acentua na questão que passaremos agora a abordar dos direitos da pessoa humana pobre e dos direitos da pessoa humana operária.

A pessoa do pobre, especialmente a do mendigo, é uma pessoa que por razões diversas como nascimento, moléstia, tragédias familiares, insucessos ou miséria do meio em que vive, deixou de possuir as condições mínimas para o desenvolvimento de sua personalidade. Seus direitos, porém, são imutáveis e os deveres para com ela por parte daqueles que têm meios para dar-lhe oportunidade de exercer estes seus direitos são igualmente indeclináveis.

O pobre não pode ser um simples objeto de comiseração, êle é diante de nós, o portador de um direito como pessoa humana que é e sua dignidade como tal, é idêntica a nossa. Bernanos num de seus últimos livros, quando adverte a humanidade materializada do nosso tempo contra o seu crescente desconhecimento da honra do pobre, narra que nas velhas aldeias da França se tirava o chapéu ao mendigo e se o recebia com respeito e acatamento como um visitante cheio de dignidade, uma pessoa humana, uma imagem de Deus.

Não sabemos se os puros aldeões da França conheciam a realidade profunda da pessoa humana, mas sem dúvida tinham dela um conhecimento infuso dado por sua fé cristã.

A restauração da honra do pobre será assim um dever a que não se poderá furtar uma nova civilização estruturada na realidade da ordem natural creada por Deus.

Passemos agora à discussão dos direitos e da dignidade da pessoa operária que no momento atual assume transcendental im-

portância porque, sem dúvida, no seu reconhecimento reside uma das chaves do problema da próxima reconstrução do mundo.

A pessoa operária terá que ser reconhecida como um sujeito de direitos e não como uma creatura mantida em eterna minoridade, carecedora de tutela perene(6). Diante da realidade dos direitos e da dignidade da pessoa humana, cumpre que nas relações entre o operário e o patrão esteja aquele perante este numa relação de "reciproca justiça", como diz Maritain e não "como se fosse uma creança ou um servo". A pessoa humana não pôde servir legitimamente senão a um interesse o do bem comum, assim mesmo enquanto este represente um bem para o destino supremo para o qual foi creada. É rebaixar a pessoa de sua dignidade e desviar sua finalidade fazê-la servir ao bem particular de outrem. A realidade da pessoa repudia todo e qualquer fim diverso daquele para que foi destinada.

O salário terá que ser compreendido doutra maneira e êle deverá perder seu carater individual para tomar um carater pessoal, amplo, envolvendo não só a pessoa do operário, mas também todas as demais que à sua estão ligadas por laços de dependência. Mas a reforma da natureza do salário, não será o bastante, porque deverá ser ela apenas um degráu para a transformação maior que irá dizer respeito ao próprio capital. Este não mais poderá ser o fim ao qual tudo se destina, nem tão pouco o soberano senhor a quem todos devem servir. O capital deixará de ser um fim para passar a ser um meio, um meio de desenvolvimento, elevação e aperfeiçoamento das pessoas na direção de sua suprema finalidade. Tudo isto envolve uma série de questões complexas, de transformações radicais que somente um estudo mais especializado do que este presente trabalho, poderá discriminar.

Em resumo, porém, a organização econômica atual terá que ceder lugar a uma nova concepção em que os direitos e a dignidade da pessoa sejam unânime e legitimamente respeitados.

O problema da dignidade da pessoa humana penetra também como é lógico nas relações privadas do homem e exige igualmente que a soberana dignidade da pessoa tudo se relacione. Assim, por exemplo, a posição do homem e da mulher face a face, um ao

---

(6) — Ver Maritain — "Direitos da pessoa operária" em "Direitos do homem" — (Ed. José Olímpio).

outro na relação matrimonial, assume um carater mais profundo e ganha uma significação nova, pois o matrimônio olhado através do prisma da realidade da pessoa humana, cria nova força e se eleva em grandeza.

O matrimônio, conforme o demonstra Herbert Doms, passa a ter um outro fim além do da propagação da espécie, realizando o desenvolvimento e completamento das pessoas(7) que se unem numa doação total de si mesmas para darem uma a outra o bem de que necessitam para cumprir seu supremo destino. A prole passa a ser o sêlo desta união profunda, seu fruto natural, a marca da mútua entrega das pessoas uma a outra num ato de amor infinito, e, por isso mesmo, a sonogação do filho vai de encontro a dignidade da pessoa pois mutila uma consequência inerente a natureza dum ato no qual as pessoas progridem e se desenvolvem na direção de seu último e soberano fim. Por outro lado a concepção do matrimônio que vimos ligeiramente de esboçar, liberta os esposos de cruciantes dificuldades morais, e os estudiosos do magno sacramento de difíceis impasses doutrinários quando têm de enfrentar a realidade das relações entre os cônjuges sem possibilidades de procreação. Essa nova visão do matrimônio tão intimamente ligada à realidade das pessoas faz nascer para a sociedade e para o Estado deveres indeclináveis relativamente aos lares em formação. Se o casamento é um meio de desenvolvimento e aperfeiçoamento das pessoas exige todo o amparo e todo o estímulo.

Se, como já mostramos mais de uma vez, a mágnã realidade da pessoa humana preside tudo o que existe porque a ela tudo deve ser referido, fácil é imaginar o campo imenso de considerações que ainda tínhamos que fazer se quizessemos esgotar o assunto.

Evitando, porém, a demasia que traz o enfado e o aborrecimento, procuremos finalizar, mas sem deixar antes de lembrar Aquele que imolando-se numa Cruz restituiu ao homem esta dignidade excelsa que atualmente possui.

A humanidade decaída pelo pecado dos primeiros pais perdera o fundamento de sua dignidade já que não mais podia possuir um destino eterno. Condenada pelas consequências da queda, ela

---

(7) — Ver: H. Doms — "Du sens et de la fin du Mariage" — "Desclée de Brouwer" Paris — 2.<sup>a</sup> ed. (Com aprovação eclesiástica).

se debatia sem rumo apoiando-se apenas na esperança da restituição de seu direito à eternidade.

Foi quando veio ao mundo o Cordeiro de Deus e num ato de amor infinito uniu-se ao gênero humano e pelo sacrificio redentor restituiu á humanidade sua dignidade perdida integrando-a em sua vocação eterna. Toda a grandeza da pessoa humana está, pois, construída sobre o mistério sacrossanto da Redenção. Foi o Cristo quem deu de novo á pessoa a dignidade que perdera. Por isso mesmo só com Ele, n'Ele e por Ele poderá o mundo encontrar a salvação.

A pessoa humana devendo ser o eixo em torno do qual deve gravitar toda a estruturação da nova humanidade e tirando ela tudo o que tem de grande, tudo o que lhe dá essa ascendência na ordem creada, d'Aquele que lh'a deu, os novos tempos que se anunciam terão que se impregnar do Cristo, a Ele unir-se e para Ele convergirem num movimento único e total porque só assim terão paz, abundância, amor, grandesa e perfeição!

## ARACAJU (1)

**Epifânio Dória**

**Rádio - ouvintes:** Quis o Prefeito Godofredo Dinís que minha voz, casando-se a outras de maior ressonância, viesse dizer-vos, pelas antenas do rádio, que Aracaju, obedecendo ao ritmo geral, num só diapasão, está vibrando de entusiasmo, nesta hora cívica em q' a alma nacional se funde num só pensamento, num só sentir, num único anseio: a unidade do Brasil.

Quis o Prefeito operoso e entusiasta que eu bordasse frases em tórno da cidade faccira que já não é aquela "boemiazinha, pobretona, filha de Inácio Barbosa e da malária, vulgo sezões", no dizer de Marfório, o grande Gumersindo Bessa, que a incompreensão de um meio, tão aquém do seu elevado nível cultural, não soube colocar no pedestral de glória a quem tinha jús.

A "tabaréa sacudida, sempre namoradeira, sempre ávida de pândegas, de jogatinas", que ele perfilou, já vai adquerindo fóros de moça educada e granfina.

Continua, porém, a "querer sêdas, piqueniques, cinemas, sorvêtes, retretas, música de Wagner, confetis, fêstas e sempre fêstas... e tudo de graça".

Já não se mata pelas serenatas nem adora o pinho e a pinga, mas é ainda "uma rapariga vaidosa até ao delírio".

---

(1) — Palestra lida na rádio-difusora do Estado a 1.º de Janeiro de 1939.

E como não ser assim se a sua beleza é de tal ordem que até os homens sóbrios, dos climas frios, como Eckner, só por vê-la do alto, microscópica, cá em baixo, na planície ribeirinha, ficam de cabeça virada, tecendo-lhe madrigais ?

O Prefeito Godofredo Dinis, apaixonado por esta parasita sedutora que "roubou os amantes a Laranjeiras, a Maruim e a Estância, e aqui os desfruta e os engana", no dizer satírico do rútilo Marfório, atende-lhe, docilmente, aos caprichos.

Cede-lhe às vontades de mulher vaidosa.

Quero isto em JOAQUIM TAVORA, e para lá seguem, sem detenções, lévas de operários para o embelezamento do bairro ; quero aquilo na Atalaia, e para ali se mandam, imediatamente, turmas de trabalhadores para transformarem um areial movediço e sujo numa encantadora praia de banhos, onde as dunas inquietas, tangidas pelos ventos, intranquilizavam os moradores, soterrando-lhes, por vêzes, as casas humildes.

Agora quis a moça vaidosa que se lhe contasse a história mirabolante de sua vida de caprichos e de conquistas.

Uma fantasia como as demais fantasias a que sabe dar força.

E como ela, a "cidade polipo cidade esponja, cidade sanguesuga, cidade servedouro", ainda no dizer de Marfório, teve esta fantasia, Godofredo não resistiu-lhe ao capricho.

Sabendo-me um velho remexedor de arquivos e Presidente do Instituto Histórico e Geográfico, recorreu a mim para que viesse contar, ao microfone, um resumo de sua história.

Mas como fazê-lo sem temor, nesta hora trágica do mundo em que o sentindo da velocidade domina em todos os horizontes, em que o utilitarismo quer tirar do tempo a maior soma possível de proveito ; nesta hora de egoísmo primitivo, em que os detalhes são pecados irremissíveis e as minúcias motivos de pavor ?

A história para ser bem vivida, para ter alma, para ter movimentação, alimenta-se de detalhes, de minúcias que lhe dão clareza e despertam interesse.

Os fatos mínimos, as circunstâncias que parecem inexpressivas, os incidentes que ocorrem através dos acontecimentos, uns tantos nonádas as vezes esclarecem pontos obscuros e são para a história como os ornatos das colunas, os capiteis dos edifícios.

Dai poder-se afirmar que, os detalhes, as minúcias, são o brocado em que se talha o manto da história.

Como, pois, traçar esta fóra dêstes moldes ?

Tentemos, pois, dentro das injunções do momento, perpetrar um arremedo da história de Aracaju, sem as minúcias que uma palestra de rádio não pôde comportar.

Uma história muito rápida, contada pela rama, uma espécie de índice da vida, ainda curta, da cidade, em marcha para grandes destinos.

O Dr. Manuel dos Passos de Oliveira Teles, uma das inteligências mais fortes e cultas de Sergipe, em sua época, lançando um golpe de vista sobre a prehistória de Aracaju, em memória que leu no Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, foi, de ilação em ilação, através da geologia e de meticoloso estudo sobre o sistema hidrográfico do Estado, relacionado com o município, e chegou á conclusão de que o local em que se acha edificada a cidade foi um antigo lago, que o trabalho ininterrupto da erosão das água, aliado ao dos ventos sobre as areias movediças, aterrou, através de séculos seguidos. Copiemos as suas palavras :

“Eis, pois, delimitado, quanto me facilita a observação, o território do município de Aracaju, a Barra dos Coqueiros, inclusive, este território, como sabemos, é em grande parte um taboleiro de areias finas, e logo á primeira vista êle se impõe como uma formação r cente. É todo um solo de depósito. Houve, pois, um tempo em que êle não existia ; era uma vasta extensa superfície de águas. Não virá fóra de propósito perquirir da forma das águas que então o cobriam. Era uma baía ? Era uma enseada ? Não : si é que não me iludem ulteriores observações que me levaram a banir a idéia de que outrora fóra baía o assento de Aracaju. Como quer que fosse, o Poxim e o Rio do Sal eram rios independentes ; não afluíam para um rio real, porque ambos, como também o Cotinguiba, o Sergipe, o Pomonga e outros nos do atual sistema, desembocavam em um grande lago”. (2)

É provável que não faltasse razão ao saudoso mestre. Numa de nossas pesquisas realizadas no ainda opulento arquivo da secretaria geral do Estado encontramos no maço de documentos de 1839, referentes a nossa Alfândega, então intalada em Laranjeiras, ao tempo o maior empório comercial de Sergipe, o seguinte documento, cuja grafia respeitamos :

---

(2) — **Aracaju**: memória lida no Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe em 24 de Fevereiro de 1915. (Diário da Manhã, de Aracaju, de 4 de Março de 1915).

“Illm<sup>o</sup> e Exm<sup>o</sup> Snr. Com toda minudencia procedi a indagação que havia V. Excia. ordenado, sobre existir ou não, nas margens do lugar denominado Barra do Aracaju outra especie de materia alem da simples areia, e fui plene. informando por pessoas desaperebidas do motivo da minha indagação, de não encontrar-se naquella dita praia, inda mesma cavada com profundidade, outro homogênio alem d'areia, por isso quando alguns dos moradores naquelle lugar edificavão algumas pequenas cazas, para tapalas hião buscar nos môrros, ou lugares vizinhos com larga distancia o barro necessario ; e quanto a condução das madeiras chamadas do Matto, para a Barra, se me assegurou ser facilmente ficar em mediato a ella o encontro do rio, por onde as mesmas vem, e são conduzidas a esta Villa. Ds. Ge. a V. Excia. Alfandega de Laranjeiras. 17 de 8br<sup>o</sup> de 1839. Illm<sup>o</sup> e Exm<sup>o</sup> Snr. Presidente da Provincia de Sergipe. O Escrivão de Alida. (A.) Antônio Luciano da Costa”.

Cogitava-se então da construção de um edificio para a Alfândega e pensou-se que elle ficaria melhor na praia de Aracaju, então deserta, mas contando a vantagem de ficar quasi na boca da chamada barra da Cotinguiba.

Em sua citada memória o saudoso escritor conterrâneo aventou a hipótese do nome ARACAJU provir dos termos indigenas **ara** e **acajú**, supresso pela conveniência enfônica o primeiro a e a segunda palavra, significando o conjunto das duas a expressão **terra dos cajueiros**, pelo fato de abundarem elles ao longo da praia onde se fundou a cidade. (3)

A este respeito o acatado mestre fez em sua mencionada memória larga digressão, em que demonstrou sua alta cultura clássica e o seu forte poder de raciocínio.

A actual Capital sergipana, por uma interessante coincidência, foi localizada, em 1855, precisamente nas imediações do ponto onde Cristóvão de Barros fundou a primeira cidade, em 1590.

---

(3) — **Terra dos cajueiros.** **Ara**, variedades de sentidos: tempo, dia, época ou particularmente anteposto ao nome do fruto denota a árvore respectiva (**Aracaju**), ou seja cume, pináculo, cimo; e ainda abreviação de **arara**, preposição causal que indica fim para que, ou é abreviação de **arara**, figurando em muitos termos geográficos.

Memória citada. (Diário da Manhã, de Aracaju, de 6 e 7 de Março de 1915).

Aracaju, não a cidade atual, mas o local primitivo d'êste nome, parece que ficava na colina de Santo Antônio, com irradiação por toda a margem do rio e do estuário fronteiro à cidade atual, sem moldes urbanísticos, habitado por gente humilde, consagrada à pesca e à agricultura rudimentar.

Era mais uma aldeia de índios que uma povoação, aldeia para qual foi nomeado um capitão, em 4 de Novembro de 1669, na pessoa de João Mulato.

O Dr. Manuel dos Passos procurou encontrar sua existência em época remota, anterior a 1590.

No seu dizer Aracaju, antes da Conquista, era uma feitoria dos francêses que aqui viêram e se aliaram ao indígena para dar combate ao elemento português e firmar domínio. Formou-se mesmo uma espécie de feitoria francêsa.

A 3 de Setembro de 1603, foi endereçado a Afonso Pereira, Procurador do Conselho, um requerimento, segundo o qual a feitoria francêsa se tornára portugêsa, pois a cidade, transcrevamos do texto como foi redigido : notall tempo estava no Aracaju.

Essa aldeia, antes feitoria francêsa, era um núcleo de selvagens submetidos a uma fase de transição, imposta pela raça colonizadora, ao passo que a atual Capital, representa um passo do homem civilizado, visando apressar a marcha evolutiva da Província, estanque pelas deficiências mesológicas da velha Capital.

De ordinário com a caligem dos tempos geram-se lendas em torno dos acontecimentos de maior importância na vida dos povos e d'êste modo a verdade dos fatos históricos tanto se nimba de fantasias que termina desfigurando-se.

O Dr. Manuel dos Passos, dirigindo uma saudação à Aracaju, na passagem do seu primeiro cinquentenário, acentuou ésta verdade, nos seguintes termos:

"As origens de muitas cidades não raro se assimelham às origens das revoluções. Vêm dos recessos da história, mas coloridas com as tintas da imaginação popular, que lhes emprésta belas e dramatizadas cambiantes."

Cita então os exemplos de Roma e de Stockolmo.

Do fato: em torno da fundação de Aracaju já se vêm tecendo lendas e a imaginação popular já começou a emprestar ao fato origens fantasiosas, vestidas com roupagens de colorido forte e cambiante.

Oras é a história dramatizada de uma frustrada pretensão de casamento, em que desempenhou papel importante o espírito epigramático do Major Botocudo, com um brinde intempestivo e malicioso, de efeito semelhante ao de um sopro de Eolo sobre um castelo de cartas; oras é uma providência política para golpear de morte a hegemonia de um partido que se tornara invencível, coluna de aço que resistia, galhardo, aos embates das correntes contrárias; e oras é, segundo a maledicência, atribuída a interesses pessoais, a sentimentos egoístas de quem só dera provas de despreendimento, de quem sempre se revelára um coração extremamente generoso, o Barão de Maruim.

Tenho que tudo isto não passa de frutos da imaginação popular, sempre amante da fábula, sempre disposta a fantasiar.

O que motivou a mudança da Capital foi a atração do mar, sempre forte para os povos ciosos de expansão; foi a necessidade imperiosa do contacto, por via marítima, a única possível na época, com os demais núcleos urbanos do país e do estrangeiro, condições estas que faltavam à velha Capital, quasi tricentenária.

Na época de sua fundação, no princípio do século XVII, temiam-se os portos e as planícies, por causa das invasões dos povos conquistadores. Passada a época das conquistas passou tal bem a da preferência pelas montanhas, de onde se pudesse ver bem o inimigo a combater.

O mar voltou a ter para os sergipanos a influência decisiva que sempre teve na vida dos povos. Em 1855 só o mar poderia libertar Sergipe do isolamento atrofiante em que vivia, sem poder desenvolver o seu comércio nem alargar a sua cultura espiritual.

As estradas de ferro eram então miragens mesmo para as grandes províncias; e os automoveis e aviões não tinham entrado ainda nas cogitações humanas.

Florentino Menezes, estudando a influência dos fatores geográficos na formação da sociedade brasileira, reconheceu, com inegável acerto, o papel relevante desempenhado pelo mar e pelos rios navegáveis que cortam o território nacional.

Falando da importância dos rios, particularmente do Amazonas, do S. Francisco, do Tocantins, do Paraguai e do Paraná, disse o talentoso conterrâneo:

“Não existissem estes rios e talvez uma grande parte do território do Amazonas e de Mato Grosso não nos pertencesse e estivesse hoje colonizada pelas repúblicas hespanholas do Pacifico”.

Sergipe vinha ha longos anos clamando pela canalização dos seus rios.

É que via estar o seu futuro nêssa canalização e num contacto mais direto com o mar, por onde podesse expandir-se e receber os frutos da expansão pacífica de outros povos..

Fosse a mudança da Capital um mero ato político ou a realização de um capricho e se teria verificado o fenômeno que se deu, decadas antes, quando se tentou destituir Santo Amaro da sua categoria de vila em favor de Maruim.

Está visto que a mudança não poderia ser automática.

Para sua realização era necessário o fator homem.

A sua aceitação pacífica é um sinal de que éla era uma necessidade, e os tempos não desmentiram. S. Cristóvão em quasi 300 anos de vida como capital nunca logrou atingir o nivel atingido por Aracaju em menos de um século.

A velha cidade, vindo dos primeiros annos do século XVII, pouco progrediu no correr dêsse século e no dos séculos seguintes.

Edificada em terreno montanhoso, suas pequenas chãs não se dilatavam em largura e comprimento. Cresceu com lentidão até que se estacionou por longo tempo, a maneira de uma árvore que cresce mirrada em terreno sáfaro, e depois visse estacionar a sua evolução biológica.

Esta circunstância deu causa a que surgissem murmurações quanto à permanência ali da séde do govérno, murmurações que saíram das palestras íntimas para a publicidade das ruas.

Isto há quasi cem anos da época em que se mudou a capital. Um ouvidor chegára a dizer que a cidade só tinha mato e montanhas. Insinuava-se então a mudança da Capital, insinuações que se foram sedimentando na consciência pública até provocarem o acontecimento previsto.

Disputavam-lhe então a honra de cidade séde do govérno Laranjeiras, Estância e Santo Amaro, e mais tarde Maruim, mas tôdas estas localidades sofriam a falta de porto, e estavam, nêste particular, nas mesmas condições de S. Cristóvão.

Afinal o problema atingiu à fase aguda, e teve a sua solução pelo modo de todos já conhecido.

A necessidade dêssa solução tornou-se tão imperiosa que ninguem se lembrou de que um outro fator de exito para a grandeza de uma cidade não podia ser esquecido, o clima.

As consequências desse erro foram desde logo sentidas, a começar pela morte imprevista do presidente Inácio Barbosa, vítima das febres endêmicas do meio inadequado para onde mudara a sede do Governo.

A insalubridade de Aracaju, era então de tal ordem, que o jornal oficial da época, o CORREIO SERGIPENSE, deixou de circular por tempo relativamente dilatado, devido a falta de empregados em condições de trabalhar, pois todos foram atingidos pela malária logo que aqui estabeleceram suas residências.

A vantagem do porto, porém, cedo deu elementos para que se atenuassem os males do inconveniente, e dentro em pouco a cidade começou a se desenvolver. Modificaram-se desde logo algumas das imperfeições do solo, aterrando-se os pântanos, diminuindo-se os inconvenientes do clima.

O terreno, feito o necessário enxugo, foi se cobrindo de casas de rudimentar construção sem exterior plástico capaz de bem impressionar.

As ruas, embora obedecendo às exigências estéticas impostas pelo Código de Posturas, estendiam-se com casebres baixos, dada a circunstância do meio econômico ser de nível ainda baixo; e recebiam nomes populares, por vezes pouco sugestivos, mas em todo o caso condizentes com as condições do meio, sendo o núcleo urbano formado de um crescido número de casas de palha.

Considerando o presidente da Câmara, Dr. Manuel Pereira Guimarães, que algumas ruas tinham o nome de localidades do interior, lembrou-se de generalizar esta providência, dando a cada rua o nome de uma cidade ou vila do interior, ficando a capital seudo uma espécie de índice dos demais núcleos urbanos espalhados pela então Província. A cidade veio crescendo um tanto desordenadamente, sem se obedecer a um plano rigoroso de conjunto, até o fim da primeira década republicana.

No começo da segunda década, na gestão de Monsenhor Olímpio Campos, tomou ela novo ritmo no seu progresso, iniciando-se o calçamento das ruas, dentro das possibilidades econômicas da época. Esse ritmo foi seguido pelas administrações seguintes, mas sem maior vibração até o governo do General Siqueira de Menezes, quando o progresso da cidade tomou um novo e grande impulso.

No governo do General Valadão, que teve sequência mais animada no Governo Pereira Lobo, iniciaram-se as construções

modernas, a começar pela remodelação do antigo palácio do Governo. Foram então chamados arquitetos de fóra, que imprimiram às construções estilos até então nunca seguidos entre nós.

Esse ritmo foi seguido durante a administração Graco Cardoso, que não desmereceu das demais.

Na gestão Manuel Dantas, porém, sendo prefeito o seu irmão Teófilo Dantas, o progresso de Aracaju teve o seu ritmo acelerado, como nunca tivera.

A municipalidade passou a sair da tutela do Estado, tendo vida mais autônoma e dispondo de melhores recursos para realizar os seus próprios empreendimentos. Essa situação se tornou mais ou menos normal nas administrações municipais posteriores, até que, com a ascensão do Dr. Eronides de Carvalho no Governo do Estado, em Abril de 1935, confiou êste o governo da comuna a um espírito moço, inteligente e operoso, que é o prefeito Godofredo Dinís, a quem coube acelerar mais ainda o progresso da cidade.

A receita do município vem crescendo vertiginosamente,

Em 1935 a arrecadação atingiu a soma de 1.332:758\$000, em 1936, subiu a 1.928:000\$000 e em 1937, a 2.029:417\$000.

Não é possível dar aqui o resultado de 1938 porque o balanço correspondente ao referido ano não foi encerrado. Entretanto sabe-se que êle excedeu em muito ao de 1937.

Cumpre encerrar esta fastiosa palestra e o faço almejando aos que me tenham ouvido venturas perenes no correr dêste novo ano.

## GENERAL ARISTIDES ARMINIO GUARANÁ

*Palestra realisada no Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, no dia 25-XII-943, na Sessão comemorativa do centenário do seu nascimento.*

Constituam as minhas palavras iniciais um sincero agradecimento a este douto soldalício, por haver, como sentinela avançada do civismo, impedido que fôsse olvidado o centenário de nascimento de mais um eminente brasileiro — GENERAL ARISTIDES ARMINIO GUARANÁ — grande soldado, engenheiro civil, administrador consumado, agricultor, industrial, político e notário público.

Ao Exército, para quem o culto dos heróis e das glórias passadas não pôde traduzir-se numa atitude de pura contemplação, de passividade esteril, este Instituto acaba de prestar um grande serviço, serviço este que a Guarnição Federal perpetuará nesta Casa de Sergipe, com uma placa comemorativa a ser oportunamente oferecida.

A Guarnição de Sergipe, precariamente representada nesta tribuna pelo seu Comandante, determinou o Exmo. Snr. Ministro da Guerra, que fôsse parte e promotora de homenagens a memória do grande brasileiro, determinação que já encontrara em mãos deste Instituto o officio de cooperação às cerimônias projetadas.

É pois em cumprimento dessa honrosa ordem que aqui estamos para secundar, mui palidamente, os conceitos emitidos pelo renomado orador escolhido por este Instituto — Conego Avelar Brandão — cujo nome declino com respeito e admiração.

No momento em que vivemos, os melhores ensinamentos que podemos colher da vida de Aristides Guaraná, são os decorrentes

de sua atividade militar, na qual adquiriu a base cultural e se tornou herói. E para isso abordaremos sucessivamente :

- 1.º) — Aristides Arminio Guaraná Militar
- 2.º) — O ambiente militar naquela época (antes e durante a guerra do Paraguai)
- 3.º) — O valor do Paraguai
- 4.º) — Os combates em que tomara parte
- 5.º) — Porque herói?
- 6.º) — O restante da vida de Guaraná
- 7.º) — Conclusão

— I —

### ARISTIDES ARMINIO GUARANÁ MILITAR

A vida militar de Guaraná não foi das mais longas, durou apenas de 1859, quando com 16 anos ingressara na famosa Escola Central, até 10 de Janeiro de 1874, quando por incapacidade física fôra reformado no posto de Capitão de Artilharia.

15 anos de serviço apenas

E como se tornara herói? É o que veremos mais adiante.

— II —

### O AMBIENTE MILITAR NAQUELA ÉPOCA

Ingressara Guaraná na Escola Central em 1859, época em que o ambiente militar brasileiro era bastante precário, como se deprende dos depoimentos de então.

— Em 1858 aludindo Jerônimo Coêlho à proposta de 16.000 homens e justificando essa proposta, escrevia no seu relatório, como Ministro da Guerra :

“A proporção ordinária nos países que têm um Exército regularmente organizado, é, no pé de paz, de 1%; nesta proporção se o Brasil tivesse de imitá-los, o seu Exército, em circunstâncias ordinárias, deverá ser de 80.000 homens”.

E de novo, o Marquês de Caxias, confessava que nada se conseguiria "sem as bases em que devia assentar uma lei de recrutamento, como sejam estatísticas e o censo da população, pelo qual se reconhece a massa recrutavel do pais, afim de se poder fazer uma justa distribuição das levas necessárias".

"O Exército era apenas um nome. Reduzido a um pequeno numero de corpos de infantaria e cavalaria, ainda assim muito desfalcado de pessoal ; muito pouca artilharia, aqueles, os de infantaria, esparsoz pelas diversas provincias ; ás ordens das autoridades policiaes, mais para fins politicos do que para os misteres militares, não podiam de pronto constituir uma força que operasse com a rapidez exigida pelas circunstancias".

Era este o Exército de 1864, que ainda comprehendia os mesmos 16.000 homens de 1858, como afirma Rio Branco.

No decurso da guerra passou a ter successivamente :

35.606 homens em Março de 1865

67.365 " em Abril de 1866

31.606 " em Abril de 1867

26.000 " no fim da luta.

A situação material pouco favoravel do Exército, unia-se a uma incompreensão do meio politico, que se dividia em partidários da guerra e contrários a guerra, conforme as conveniencias dos partidos e os interesses particulares, acrescidos ainda por estar a luta sendo travada em zona muito distante da côrte. Infelizmente naquella época não havia aviação, capaz de levar a guerra até os centros de diversões.

Não fôra o valor pessoal dos chefes militares de então, o espirito de sacrificio e o poder de assimilação que nunca faltou aos brasileiros, e a guerra do Paraguai não nos teria sido favoravel.

Em 1865 é Osório que com sua bravura e popularidade impulsiona seus homens. Em 1867 é Caxias, que após um periodo de treinamento e reequipamento do Exército, que se estende de 18-XI-66 a 21-VII-67, deu inicio as operações contra o quadrilatero inimigo e desde então se sente que ha uma vontade conduzindo as tropas aliadas, vontade que a partir de Julho de 1867 impõe-se definitivamente ao inimigo até Assunção.

É quem era esse inimigo ?

## O VALOR DO PARAGUAI

Enquanto no Brasil tudo corria, em relação ao Exército como acabamos de descrever, o Paraguai possuía naquela época a sua mística, mística que consistia numa desmedida admiração pelo seu grande chefe Solano Lopez, cujo pai havia-lhe legado um país forte, disciplinado e unido em torno de seu Chefe Supremo.

Em 1864, no começo da guerra dispunha dum Exército de 80.000, Exército este que no decorrer da guerra elevou-se a . . . . . 150.000, como afirma Resquin.

Uma descrição de Nabuco permite bem compreender a diferença de ambiente entre o Brasil e o Paraguai :

“Na guerra da Triplice Aliança, a epopéa, o mito nacional é paraguaio. A causa aliada é a causa da justiça, da liberdade, da civilização ; Lopez encarna e representa o sequestro, a mortal estrutura de um povo sob a cola convulsa de um tirano ferido e desapontado. Apesar de tudo, o heroico, o patético, o infinitivamente humano que faz a epopéa, está, nessa guerra, do lado do Paraguai. Não é a história da coragem, esforço varonil, da vitória final das Potências Aliadas ; é a lenda da resistencia, da abnegação, do suicídio da Nação Paraguaia, a nota que se eleva da solidão pesada do Quadrilátero como do céu limpido da Cordilheira, dos juncaes do Estera Belaco como das florestas do Aquidaban, dos restos desses entrincheiramentos colossais que inundam leguas e leguas de movimento de terra, dessas formidaveis linhas que nos recordarão sempre as obras gigantescas dos acampamentos romanos, como desse vasto ossuário do Tuiti, sobre o qual, aqui e ali flutua, como a bandeira branca da paz da reconciliação eterna, um floco de nanduti. De certo o que fizeram os Aliados foi muito, mas, calculados os seus recursos, o que demonstraram, como resolução, tenacidade, intensidade de sacrificio, foi nada ao lado do que demonstrou a Nação Paraguaia. O maior peso, quasi todo o peso de sacrificio nacional na Aliança recaiu sobre o Brasil, mas o Brasil, tambem, em mais de um sentido, desenvolveu-se, fortificou-se, lucrou com a guerra, e quanto a Montividéu e Buenos-Aires, positivamente prosperaram. É isso o que faz que a grandeza, a sublimidade do esforço pertença nesse caso ao Paraguai : literalmente, sem exceção quasi, a raça paraguaia em sua totalidade colocou a guerra, duran-

te todo o tempo que ela durou, acima de qualquer outro interesse, preocupação ou dever. Para os três paizes aliados, a guerra foi um episodio, um acidente exterior longiguo ; para o Paraguai, foi o sacrificio deliberado de todo o seu ser, de tudo o que podia ter valor aos olhos de cada um : riqueza, bem estar, afeições, familia. Um sentimento absoluto assim, — porque foi um sentimento, — tem alguma cousa de sobrehumano, sai da esfera utilitaria em que se movem, com todo o seu ideal e consciencia, os povos modernos, e não basta para explicá-lo a escravidão politica ; é preciso mais, o fundo religioso da raça, como é preciso a doçura, a coragem, o amor ilimitado. A bravura foi igual de parte a parte : o sacrificio nacional não foi. Os que foram ao Paraguai e lá morreram ou de lá voltaram, valem, pelo heroismo, tanto os que se bateram com eles valeriam mais pela intelligência, pela cultura, e até, se o sacrificio está na razão da intelligência, e da liberdade, pela abnegação que mostraram. A intensidade nacional, porém, do sacrificio não se compara. O quadro, por exemplo, dos nossos pequenos navios, isolados, por noites escuras, alguns à flor d'agua, como sentinelas perdidas no meio do Paraná e do Paraguai, expostos a um golpe imprevisto, ao choque, à abordagem de um camalote carregado de polvora e de gente: pode haver nada mais solenemente suggestivo do dever militar do que essa eterna vigia? A passagem de Humaitá, cujo terror seria misterioso, cuja maior dificuldade era a superstição de que era impossivel, é, só por si, como tantos outros episodios, a prova de que a coragem, a serenidade, a resolução brasileira estavam à altura de qualquer esforço e de qualquer audacia. A marcha do Chaco bastaria para mostrar, do ponto de vista militar, a superioridade do papel representada nessa guerra pelo Brasil. Isso, porém, não é o oferecimento de uma nação inteira; o abandono, a renúncia de tudo, a aceitação da morte, da miséria, da fome, da deshonra, dos perigos, do amor da pátria como o Paraguai o compreendia; não é o que está impresso como quadros como estes.

Cerro Leon e Humaitá eram verdadeiros cemitérios... Em um ano Lopez levantou 80.000, ... o sitio do quadrilátero, que, havia tempo, causava privações aos seus defensares, não permitia já que tanta gente se mantivesse naquele ponto. A diarréa e a fome faziam grande número de victimas, só uma pequena quantidade de gado podia vir do Chaco. Das 17.000 cabeças que tinham de reservas, 15.000 morreram de doença e foram enterradas... (Resquin).

A emigração forçada para o interior começou desde o mês de dezembro de 1868, e essas multidões lançadas para os desertos sem abrigo e sem alimento morreram pela maior parte vítimas da fome e das fadigas. O algarimso da mortalidade, por ação da guerra, no exército paraguaio, não alcança a décima parte das vítimas que fez a fome e a doença desse povo infeliz (Garmendia).

E estas notas fugitivas, ao acaso, da fuga por Azarra, Caraguatahy, Santo Estanisláu, Cerro-Corá :

— Já em Panadero a fome era excessiva ; principiou-se a comer os bois dos carros, porque as palmeiras que proporcionavam o côco ficavam muito longe... Durante a marcha para o Cerro-Corá atravessou o exército paraguaio os rios Igatimi, Amambai e Corrientes. A marcha do exército de Panadero e Cerro-Corá, contando com as voltas do caminho foi muito mais de 60 leguas, talvez de 80 leguas. Toda aquella região era completamente deserta, e a marcha foi muito penosa. Muita gente morreu de fome, e os soldados fugiam em numero de oito ou dez. Os que eram encontrados eram imediatamente lanceados, sem mais forma de processo. A estrada ficou semeada de cadáveres ; uns tinham morrido de fome, outros lanceados. Dos cinco mil e tantos homens que partiram do Panadero, apenas chegaram trezentos a Cerro-Corá, incluindo nesse numero Chefes e officiaes. Da população que acompanhava o exército, bem pouca gente chegou com ele. Delvade ficou atraz com pouca gente e duas peças de artilharia, guardando as carretas atrazadas. O general Roa ainda conservava dez peças de artilharia. O general Cabalero foi mandado de Cerro-Corá a Dourados com 23 officiaes, a pé, afim de reunir gado... O deserto, as marchas forçadas, a fome, as miserias de toda espécie, tinham devorado, 5.000 homens, ultimo resto dos 150.000, se não mais que Lopez armou para esta guerra... Havia oito dias que estavam no Cerro-Corá, quando foram surpreendidos pelo general Camara no dia 1.º de Março (Resquin).

A guerra do Paraguai foi um dos grandes crimes da America do Sul ; não foi, porém, o crime do vencedor ; foi o crime de Lopez, que exigiu do seu povo até o suicidio. Esse suicidio, na sua tragica inconsciencia, é um dos nobres holocaustos que o sentimento moderno da patria tenha deixado na historia ; é duvidoso mesmo que tenha igual, e cerca com um resplendor legendario de martir o nome do Paraguai.

— “Para mim, são os dois maiores esforços de energia que a America do Sul desenvolveu neste meio seculo : a resistencia paraguaia e a revolução chilena. Um, barbaro, horrivel, mas ainda assim sublime, alguma cousa de parecido com o incendio de Moscow, porém mais vivo, mais palpitante, mais trágico, porque era com vidas humanas, e não com labaredas, que a nação fazia o deserto deante do invasor. A resistencia paraguaia até o ultimo homem, sinistra como se toma pela loucura do tirano, quando se apossa do seu animo a suspeita de todos, é o gráu de maior intensidade, o gráu absoluto, a que o sentimento de patria possa chegar. A revolução chilena não traz esse cunho sombrio, exclusivo, intransigente, do genio de Francia. É um fato de ordem moderna, jogo de molas inteiramente outras, resultado de educação oposta, responde a uma ordem superior de sentimentos, a outra classe de homens, mas, como reforço nacional, é também o atual limite humano”.

Em resumo o Paraguai naquela época realizou a guerra total tal qual como a Alemanha de hoje, como bem provam as perdas sofridas : do lado dos aliados 39.390 homens, sendo 32.240 brasileiros, 5.944 argentinos e 1.192 uruguaiois, e do lado dos Paraguaiois, 85.000 homens, entre mortos e feridos.

— I V —

### OS COMBATES EM QUE TAMARA PARTE

Integrado nas forças combatentes desde o inicio da guerra, como Tenente de Artilharia, o que por si só representava certo valor pessoal e cultura, trabalhou Guaraná no Exercito do legendario Osorio, em 1865, e em 1867 lá está ele, firme, sem descanso em suas atividades no Exercito eficiente e ativo de Caxias.

Foi do forte de Itapirú até os campos de Tuíuti, combater quasi diariamente, comandou frente a Humaitá o reduto de “Passo Benitez” o mais avançado dos que cercavam aquela fortaleza inimiga, tomou parte nos combates de Puebebuy, Caacupê e Campo Grande, comandando uma das baterias que atacavam Lomas Valentinas ai perdeu sua mão direita dilacerada por uma bala de artilharia, em 21 de dezembro de 1868, apesar disso só deixou o posto quando chegou um substituto. Por ocasião do ferimento, indagou um companheiro o que era e êle respondeu sorrindo : “É uma loteria isto aqui. Meu camarada foi premiado num quinto, eu,

porém, tive o bilhete inteiro". É que um outro oficial havia antes perdido um dedo.

Por força do ferimento viajou para a Côrte, onde não se quis deter, apesar de o haver determinado o Imperador, a quem respondeu :: "Desejo buscar a gloria onde perdi a mão". E assim mesmo com a mão amputada fez a campanha das Cordilheiras como ajudante de ordens do Conde D'Eu.

Foi condecorado com as medalhas da campanha do Uruguai e da Argentina. Promovido sucessivamente por bravura a 1.º Tenente e a Capitão. Na Republica foi elevado a General Honorario.

— V —

### PORQUE HEROI ?

Desde a antiguidade que o investimento de praças fortificadas exigiam armas de arremesso para apoiar o seu investimento por elementos que se movimentassem e podessem abordá-las ao aniquilamento dos seus defensores.

Orá os paraguaios apresentaram ao Exercito invasor uma successão de praças fortes e nessa época a arma de apoio era a artilharia, missão que somente na guerra atual esta nobre arma divide com a aviação (bombardeio e assalto).

Na guerra do Paraguai a gama do material de artilharia por si so já tornava heroi o que nela servisse, heroi pelo esforço de adaptação, heroi pela necessidade de fazer do nada alguma coisa que nunca vira fazer mas que constava dos livros e a guerra exigia.

Alem disso cabia tambem a artilharia a ação preponderante na preparação e apoio de execução de ataques e se levarmos em consideração que em Tuiuti dispunha o Exército Aliado de 87 peças, das quais as 24 de Malet, repeliram a 1.ª linha um vitorioso ataque inimigo, bem podemos medir o que era então o serviço na nobre arma.

Essa deficiência de material de artilharia, suprida em algumas operações pelos canhões da nossa então poderosa Marinha de Guerra, permaneceu durante toda a campanha, o que exigia do pessoal a seu serviço uma ação continua e uma dedicação extrema.

Dai compreendermos bem a preocupação de mesmo ferido, permanecer Guaraná no posto, mesmo fisicamente combalido, de-sejar regressar à Campanha.

Ele bem sabia quanto era preciosa a ação da artilharia na campanha em curso.

É pois Aristides Arminio Guaraná um herói de verdade.

Herói em função dos serviços prestados por sua arma, herói pela sua atuação pessoal, herói porque já consagrado pelos seus feitos e mutilado, insiste com o Imperador para retornar ao campo da luta, quando lhe era oferecido permanencia na Côrte, longe dos campos de batalha.

E assim podemos afirmar que o valor e os feitos que tornaram Aristides Arminio Guaraná herói, não careceram dos 15 anos de serviço, pois decorreram nos seus 9 primeiros anos de serviço. É que ele tivera a felicidade de ingressar num Exército em luta e concorrer durante a luta com seus conhecimentos, dedicação, espirito de sacrificio e bravura pessoal para tornar um Exército improvisado em um Exército vitorioso e digno do Brasil.

— VI —

### O RESTANTE DA VIDA DE GUARANÁ

Retirando-se da vida militar, foi Guaraná chamado a aplicar sua atividade em outros setôres, engenheiro da Estrada de Ferro D. Pedro II, Engenheiro nesta então Provincia, Diretor da migração no Espirito Santo, onde realizou um programa de colonização e nacionalização infelizmente não seguido no Sul do Paiz, foi fazendeiro no Espirito Santo, Politico, Industrial e Notario público.

Foi uma figura honrada, muito culta, util ao Pais e boa, que desapareceu aos 84 anos de idade, em 29-XII-927.

— VII —

### CONCLUSÃO

Meus senhores :

Até agora alinhei frases e citei fatos para provar que de fato, sob o ponto de vista militar a memoria do nosso homenageado merece a presente consagração :

Mas dos fatos relatados alguns merecem meditação pelos ensinamentos que encerram e pela oportunidade de estarmos em no-

va guerra com um País cujos fundamentos organicos são os mesmos do adversario com que se deffrontára Guaraná.

Nós que empregamos a nossa atividade na caserna sabemos e podemos proclamar com orgulho que o Corpo de Officiaes do Exército Brasileiro está em condições de enquadrar um grande efetivo levantado de sua reserva, mas que infelizmente a presente guerra ainda nos encontrou no que se refere a material em estado incipiente.

Dai uma pequena demora no deslocamento do Corpo Exdicionario Brasileiro, demora apenas aparente, pois o treinamento que não foi feito no País, se-lo-á imperiosamente em campos aliados, já que hoje como na propria guerra do Paraguai não se admite o auto-didatismo em técnica militar, pois a mesma é uma arte e não ciência pura.

Na guerra do Paraguai infelizmente o treinamento fôra feito no proprio campo de batalha, como nos testemunha a ação de Caxias.

Aplicar pessoal já treinado é permitir ritmo acelerado ás operações militares e consequentemente evitar perdas de valores tão necessários ao nosso País.

Há porém um fator imponderavel que, muito prejudicial na guerra do Paraguai, é fatal nas guerras contemporaneas — o fator moral —

Naquela a demora ou a inexistencia da correspondencia retardava o conhecimento das mas noticias e o moral era função do chefe sob cujas ordens diretas atuavam.

Hoje, com o emprego do radio e das proclamações por via aérea, das variadas opiniões em que se subdividem as elites dos Países, inclusive o Brasil, algumas frutos de estudos e de convicções sinceras e outras produto de interesses subalternos e da vaidade e outras de conhecimentos incompletos das cousas — o fator moral — não pode ser mantido pelo valor pessoal do Chefe, ele é dependente da compreensão que a Nação, como um todo, tem da guerra que executa.

Si o Brasil está em guerra, pensemos no Brasil, nos seus problemas, no seu futuro.

Lembremo-nos que a nossa paixão por esse ou aquele País, com esse ou aquele regime político, nos retornará ao passado de ontem e então continuaremos a ter senhores ou patifes. Isto não só no sentido material como no sentido intelectual.

É preciso que os elementos do Corpo Expedicionário Brasileiro levem consigo um moral que atenda intransigentemente as cousas, aos homens e aos fatos do Brasil e isto depende única e exclusivamente do comportamento do elemento civil que deve ter uma só mística — a do BRASIL, acima de tudo e de todos...

JOAO BAPTISTA DE MATTOS  
Ten. Cel., Cmt. da Guarnição

## DIVISÃO JUDICIÁRIA DE SERGIPE

### DA COLONIA A ESTADO

Aos meus colegas de judicatura

J. DANTAS MARTINS DOS REIS

A Ouvidoria de Sergipe d'El-Rei, criada pelas cartas regias de 26-2-1695 e 28-2-1696, era uma só comarca, da qual, fôra primeiro ouvidor DIOGO PACHECO DE CARVALHO, com residência em São Cristóvão, tendo o ordenado anual de duzentos mil réis.

A comarca de Sergipe foi elevada à Província pelo Decreto de 8 de Julho de 1820 e Carta Régia de 5 de Dezembro de 1822, elevação essa confirmada pela Carta de Lei de 8 de Abril de 1823 e Aviso de 5 de Maio do mesmo ano. A referida Carta de Lei também elevou São Cristóvão à cidade e capital da nova Província. Com a extinção das ouvidorias pelo Código de Processo Criminal de 1832, o Presidente, em Conselho, dividiu a Província em três comarcas: SÃO CRISTÓVÃO, ESTÂNCIA e SANTO AMARO DE BROTAS. (1833) — O ato do Conselho sobre a divisão da província em termos e comarcas foi remetido em officio de 31 de Maio de 1833 à Assembleia Geral, pelo presidente José Pinto de Carvalho. Era assim concebido: — "Art. 1.º Haverá na província de Sergipe d'El-Rei três comarcas, a saber: comarca de SÃO CRISTÓVÃO, DA ESTÂNCIA e SANTO AMARO DE BROTAS. Art. 2.º A comarca de SÃO CRISTÓVÃO compreenderá os termos da cidade de São Cristóvão e das vilas de Santo Antô-

to e Almas de Itabaiana e do Coração de Jesus de Laranjeiras. Art. 3.º A comarca de ESTÂNCIA compreenderá os termos das vilas de Estância, Geru e N. S. da Piedade de Lagarto. Art. 4.º A comarca de SANTO AMARO DE BROTAS compreenderá os termos das vilas de Santo Amaro de Brotas, de Vila-Nova, de Sto. Antônio do rio São Francisco e de Santo Antônio de Propriá. Art. 5.º Em cada uma das três comarcas haverá um juiz de direito, com jurisdição civil e crime que lhe competir, com o ordenado de 1:600\$000 anual para cada. Art. 6.º Ficam de nenhum efeito as criações das novas vilas e supressões de outras feitas pelo vice-presidente em conselho. (FELISBELO FREIRE, Historia Territorial do Brasil, vol. 1.º, pag. 326).

Havendo o ato adicional (Lei de 12 de Agosto de 1834), dado às Assembleias competência para legislarem sobre divisão civil, judiciária e eclesiástica das respectivas provincias, o território de Sergipe foi dividido, pela Lei Provincial de 6 de Março de 1834, nas quatro seguintes comarcas:

1.ª SÃO CRISTÓVÃO: — Compreendia os termos da cidade de São Cristóvão, das vilas de Santo Antônio e Almas de Itabaiana e de N. S. do Socorro da Cotinguiba.

2.ª ESTÂNCIA: — Compreendia os termos das vilas de Estância, Santa Luzia, N. S. da Conceição de Itabaianinha, Canvos e Lagarto.

3.ª SANTO AMARO: — Compreendia os termos das vilas de Santo Amaro de Maroim, o das Laranjeiras e o de N. S. da Purificação da Capela.

4.ª VILA NOVA DO SÃO FRANCISCO: — Compreendia os termos de Vila-Nova de Santo Antônio, Propriá e de São Pedro do Porto da Folha.

Em cada uma delas havia um juiz de direito com jurisdição no civil e crime. (1)

O da Capital e o de Estância tinham ordenado anual de 1:400\$000 e os demais de 1:300\$000. No mesmo ano de 1835, por Lei de 11 de Agosto, LARANJEIRAS passou a Comarca, sendo supressa a de SANTO AMARO, por ter sido considerada "extinta" a categoria de vila, séde da mesma. No ano seguinte o muni-

---

(1) Os decretos Gerais de ns. 197-147-1842 e 298 de 20-5-1843 cogitaram dos promotores para as quatro comarcas da provincia.

cípio da CAPELA foi separado da comarca de LARANJEIRAS, incorporado à de VILA-NOVA DE SÃO FRANCISCO, (Dec. de 21-3-1836) e as vilas do ROSARIO DO CATETE E DIVINA PASTORA, criadas pelo mesmo decreto, ficaram anexadas à Comarca de LARANJEIRAS. Assim continuaram estas quatro comarcas: SÃO CRISTÓVÃO, LARANJEIRAS ESTANCIA e VILA-NOVA. Os municípios e termos das vilas sofreram muitas alterações.

Em 1843, em execução da Lei de 3 de Dezembro de 1841, o Governo Geral criou em Sergipe sete termos para serem providos por juizes municipais e de orfãos, letrados, com ordenado annual de 300\$000 (Dec. n.º 319 de 25-8). (2)

Os termos criados por este Decreto, foram:

- I — SÃO CRISTÓVÃO — reunido a Socorro e Itabaiana.
- II — ESTANCIA — reunido a Santa Luzia.
- III — LAGARTO — reunido a Campos e Itabaianinha.
- IV — SANTO AMARO — reunido a Maroim e Rosário.
- V — PROPRIA — reunido a Vila-Nova e Porto da Folha.
- VI — CAPELA — reunido a Divina Pastora.
- VII — LARANJEIRAS.

O Decreto n.º 444 de 24-1-1846 reuniu o termo de Laranjeiras ao de Divina Pastora, separou Itabaiana e Vila-Nova, erigindo-os em termos especiais, para serem providos na forma referida.

De 1835 a 1853 continuaram as quatro comarcas em que fôra dividido o território da Província, as quais apenas sofreram alteração na sua composição, o que era frequente, como já salientamos.

Em 1854, MAROIM e LAGARTO passaram a Comarca (Resolução Provincial n. 379 de 9 de Maio) e foi criado o termo de Itabaianinha para ser provido por juiz letrado (Dec. Geral n. 1.320 de 3 de Fevereiro) —

Nesse ano ficou Sergipe com seis comarcas e dezesseis termos, sendo dez especiais, providos por juizes municipais letrados. Eram estas as seis comarcas: SÃO CRISTÓVÃO, ESTANCIA, LAGARTO, LARANJEIRAS, MAROIM, e VILA-NOVA.

---

(2) A divisão judiciária era da competência da Assembléa Provincial e a criação de termos especiais competia ao Governo Geral, a quem cabia nomear os juizes togados.

Ainda em 1854, PROPRIÁ passou a ser séde da Comarca de VILA-NOVA (Resol. n.º 379 de 9-5), por lembrança do Presidente Barbosa, que a justificou em a sua Fala de 20 de Abril de 1854.

Pela Resol. n. 461 de 20-2-1857, a comarca de VILA-NOVA passou a ter o nome de comarca de PROPRIÁ.

Pelos Decretos numeros 1.654 de 10-10 de 1855, 1.992 de 10-10 de 1858, 2.270 de 2-10 de 1858 e 2.483 de 28-9 de 1859 foram criados os termos especiais de Rosário do Catête, Divina Pastora, Santa Luzia e Simão Dias, também para serem providos por juizes letrados.

Em 1857, depois da mudança da Capital (17-3-1855), a comarca de SÃO CRISTÓVÃO passou a ter o nome de ARACAJU, com séde no povoado do mesmo nome, que fôra elevado a cidade. (Resol. 461 de 20-2).

No ano seguinte (1858), eram estas as 6 comarcas existentes:

ARACAJU — Aracaju, São Cristóvão e Itaporanga.  
LARANJEIRAS — Laranjeiras, Divina Pastora, Itabaiana.  
MAROIM — Maroim, Santo Amaro, Rosário e Capela.  
PROPRIÁ — Propriá, Porto da Folha e Vila-Nova.  
ESTÂNCIA — Estância, Santa Luzia e Espirito Santo.  
LAGARTO — Lagarto, Simão Dias, Campos e Itabaianinha.

Em 1859 foi criada a comarca de ITABAIANA (Resol. n. 56 de 9 de julho). Daí por diante novos termos foram sendo criados, para serem providos por juizes letrados ou não.

E assim ficou a Província com as sete seguintes comarcas:

ARACAJU - LARANJEIRAS - ESTÂNCIA - MAROIM  
- LAGARTO - PROPRIÁ - ITABAIANA.

Criada a comarca da CAPELA em 1861, (Lei n. 607 de 22 de Março), somente instalada em 19 de Março de 1863, ficou a Província com as 8 comarcas seguintes:

ARACAJU - MAROIM - LARANJEIRAS - PROPRIÁ -  
CAPELA - ITABAIANA - LAGARTO - ESTÂNCIA.

Em 1867 ainda existiam as 8 comarcas, compreendendo nas suas circunscrições judiciárias 20 termos, inclusive os não especiais. Eram: —

ARACAJU — Termos: — Capital, São Cristóvão, Itaporanga  
ESTÂNCIA — Termos: — Estância, Santa Luzia.

LAGARTO — Termos: — Lagarto, Campos, Itabaianinha

ITABAIANA — Termos: — Itabaiana, Simão Dias.

LARANJEIRAS — Termos: — Laranjeiras, Divina Pastora.

MAROIM — Termos: — Maroim, Rosário, Santo Amaro.

CAPELA — Termos: — Capela, Japarutuba, e o distrito de N. S. das Dôres.

PROPRIÁ — Termos: — Propriá, Vila-Nova, Porto da Fôlha.

Em 1870 as 8 comarcas do território de Sergipe, estavam distribuídas por entrâncias, deste geito:

De primeira: — ITABAIANA, compreendendo o termo de Simão Dias. PROPRIÁ, os termos de Vila-Nova e Porto da Fôlha. LAGARTO, os termos de Campos e Itabaianinha. MAROIM, os termos de Rosário e Santo Amaro. CAPELA, os termos de Japarutuba e N. S. das Dôres.

De segunda: — LARANJEIRAS e o termo de Divina Pastora. ESTÂNCIA e o termo de Santa Luzia.

De terceira: — ARACAJU, os termos de São Cristóvão e Itaporangá. (Vide relatório com que foi aberta a 1.<sup>a</sup> Sessão da 19.<sup>a</sup> Legislação da Assembleia Provincial de Sergipe em 4-3-1870). Em 1873 LARANJEIRAS e ESTÂNCIA fôram classificadas comarcas de terceira entrância; MAROIM e VILA-NOVA de segunda (Dec. de 1.<sup>o</sup> de Fevereiro). A esse tempo existiam 21 termos, 16 providos por juizes letrados ou togados.

Os assim providos eram: Capital São Cristóvão, reunido a Itaporanga, Laranjeiras, Divina Pastora, Maroim, Rosário reunido a Santo Amaro, Capela, Japarutuba, reunido a N. S. das Dôres, Propriá, Vila-Nova reunido a Porto da Fôlha (Ilha do Ouro), Itabaiana, Simão Dias, Lagarto, Itabaianinha, reunido a Campos, Estância e Santa Luzia. (3)

Criadas em 1874 as comarcas de São Cristóvão (restauração) e a do DIO REAL (Resol. n. 974 de 25-4) e a de JAPARATUBA em 1875, (Resol. 1006 de 17-4), com séde em Rosário, a Província

---

(3) O Dec. Geral n.<sup>o</sup> 559 de 28 de Junho de 1850 dividiu as comarcas do Brasil em 1.<sup>a</sup>, 2.<sup>a</sup> e 3.<sup>a</sup> entrâncias. Nas de primeira, os juizes deviam passar 4 anos e nas de segunda, 3 anos, para obterem remoção de uma para outra.

ficou com as 11 comarcas aqui enumeradas, divididas em 23 termos, sendo 18 destes providos com juizes togados:

ARACAJU — Aracaju e Socorro.

LARANJEIRAS — Laranjeiras e Divina Pastora

SÃO CRISTÓVÃO — São Cristóvão e Itaporanga.

ESTÂNCIA — Estância e Santa Luzia

LAGARTO — Lagarto e Riachão.

ITABAIANA — Itabaiana e Simão Dias.

RIO REAL — Itabaianinha (sede) e Campos.

JAPARATUBA — Rosário do Catête (sede) e Missão de Japaratuba.

MAROIM — Maroim e Santo Amaro.

CAPELA — Capela e N. S. das Dôres.

PROPRIÁ — Propriá, Vila-Nova e Ilha do Ouro.

Em 1877 foi criada a comarca de GARARU (Resol. n. 1049 de 13-4) passando a Provincia a ter 12 comarcas e 25 termos, devendo 18 serem providos por juizes letrados.

As 12 comarcas eram:

ARACAJU — Aracaju e Socorro.

SÃO CRISTÓVÃO — São Cristóvão e Itaporanga.

ESTÂNCIA — Estância, Santa Luzia.

LAGARTO — Lagarto, Riachão, Buquim.

ITABAIANINHA — Itabaianinha, Campos.

ITABAIANA — Itabaiana, Simão Dias.

LARANJEIRAS — Laranjeiras, Divina Pastora.

MAROIM — Maroim, Santo Amaro.

JAPARATUBA — Japaratuba, Rosário.

CAPELA — Capela, N. S. as Dôres.

PROPRIÁ — Propriá, Vila-Nova.

GARARU — Ilha do Ouro (Porto da Fôlha), Curral de Pedras

Em 1881 foi criada a comarca do BUQUIM (Resol. n.º 1180 de 30-4), e em 1882 a de RIACHUELO (Resol. n.º 1239 de 5-5).

Somente foram instaladas, a de RIACHUELO em 24 de Novembro de 1884 e a de BUQUIM em 18 de Dezembro de 1884, ficando Sergipe com 14 comarcas, compreendendo 27 termos, destes, 20 deviam ser providos por juizes letrados.

Eram as seguintes as 14 comarcas existentes em Dezembro de 1884 :

ARACAJU — Aracaju, Socorro.  
SÃO CRISTÓVÃO — São Cristóvão, Itaporanga.  
ESTÂNCIA — Estância, Arauá, Santa Luzia.  
LAGARTO — Lagarto, Simão Dias.  
BUQUIM — Buquim, Riachão.  
RIO REAL — Itabaianinha, Campos.  
ITABAIANA — Itabaiana.  
LARANJEIRAS — Laranjeiras.  
RIACHUELO — Riachuelo, Divina Pastora.  
MAROIM — Maroim, Santo Amaro.  
JAPARATUBA — Japaratuba, Rosário.  
CAPELA — Capela, N. S. das Dôres.  
PROPRIÁ — Propriá, Vila-Nova.  
GARARU — Gararu, Pôrto da Fólha.

Os termos a serem providos por juizes letrados eram :—

Aracaju, Socorro, Laranjeiras, Divina Pastora, Japaratuba, Rosário, Maroim, São Cristóvão, Itabaiana, Simão Dias, Lagarto, Buquim, Estância, Santa Luzia, Itabaianinha, Campos, Capela, Propriá, Vila-Nova e Pôrto da Fólha.

Em 1888 a comarca de PROPRIÁ voltou a ter o nome de comarca de VILA-NOVA, com sede nesta vila (Resol. 1332 de 28-8). Proclamada a República, o Estado foi dividido pelo art. 1.º da Lei n.º 3, de 19 de Setembro de 1891, em 30 termos, indicados pelas denominações de suas sedes :

Porto da Fólha, Gararu, Propriá, Vila-Nova, Aquidaban, N. S. das Dôres, Capela, Japaratuba, Rosário, Maroim, Siriri, Divina Pastora, Riachuelo, Laranjeiras, Socorro, Santo Amaro, Aracaju, São Cristóvão, Itaporanga, Itabaiana, São Paulo, Simão Dias, Lagarto, Riachão, Itabaianinha, Campos, Buquim, Arauá e Santa Luzia.

Estes termos foram distribuidos por 10 comarcas (art. 13 da cit. lei), que tiveram estas denominações :

1.ª GARARU — comprehendendo os termos de Porto da Fólha e Gararu, tendo sede na vila de PORTO DA FOLHA.

2.ª SÃO FRANCISCO — comprehendendo os termos de Propriá, Aquidaban e Vila-Nova, com sede em PROPRIÁ.

3.ª JAPARATUBA — comprehendendo os termos de N. S. das Dôres, Capela, Japaratuba e Siriri, com sede em CAPELA.

4.<sup>a</sup> RIO SERGIPE — compreendendo os termos de Divina Pastora, Rosário, Maroim e Santo Amaro, com sede MAROIM.

5.<sup>a</sup> COTINGUIBA — compreendendo os termos de Riachuelo, Laranjeiras e Socorro, com sede em LARANJEIRAS.

6.<sup>a</sup> ARACAJU — compreendendo os termos de Aracaju, São Cristóvão e Itaporanga.

7.<sup>a</sup> ITABAIANA — compreendendo os termos de Itabaiana e São Paulo, com sede em ITABAIANA.

8.<sup>a</sup> ALTO VASA-BARRIS — compreendendo os termos de Simão Dias, Lagarto e Riachão, com sede em SIMÃO DIAS.

9.<sup>a</sup> RIO REAL — compreendendo os termos de Itabaianinha, Campos e Buquim, com sede em ITABAIANINHA, que ficou eréta em cidade.

10.<sup>a</sup> PIAUITINGA — compreendendo os termos da Estância, Arauá e Santa Luzia, com sede em ESTÂNCIA.

Esta divisão teve vida breve, de vez que o Dec. n.º 17, de 28 de Novembro de 1891 declarou de nenhum efeito os atos da Assembleia de Estado, praticados na sessão de 8 de Junho de 1891, bem como os do Governador Coronel Vicente de Oliveira Ribeiro, que, tendo aderido ao golpe de Estado, foi forçado a abandonar o governo em consequência do contra-golpe de 23 de Novembro que pôs fim à ditadura Militar.

Em consequência da Constituição de 1892, o Estado ficou dividido pelo Dec. 45 — A. de 15 de Fevereiro de 1893, em as 9 comarcas, aqui discriminadas:

GARARU — composta dos termos de Gararu e Porto da Folha, com sede em VILA DE GARARU.

PROPRIÁ — composta dos termos de Propriá, Aquidaban e Vila-Nova com sede em PROPRIÁ.

CAPELA — composta dos termos de Capela, N. S. das Dóres, Siriri e Japaratinga, com sede em CAPELA.

MAROIM — composta dos termos de Maroim, Rosário, Santo Amaro e Divina Pastora, com sede em MAROIM.

LARANJEIRAS — composta dos termos de Laranjeiras, Riachuelo e Socorro, com sede em LARANJEIRAS.

ARACAJU — composta dos termos de Aracaju, São Cristóvão e Itaporanga, com sede em ARACAJU.

ITABAIANA — composta dos termos de Itabaiana, São Paulo e Simão Dias, com sede em ITABAIANA.

LAGARTO — composta dos termos de Lagarto, Campos e Buquim, com sede em LAGARTO.

ESTÂNCIA — composta dos termos de Estância, Santa Luzia, Arauá e Itabaianinha, com sede em ESTÂNCIA.

Atualmente existem as seguintes comarcas:

ARACAJU — São Cristóvão e Itaporanga.

PRAPRIA — Gararu, Porto da Fôlha, Aquidaban e Cedro.

ESTÂNCIA — Arauá, Espírito Santo, Santa Luzia e Salgado.

LAGARTO — Anápolis, Buquim e Riachão.

ITABAIANA — São Paulo e Campo do Brito.

CAPELA — Japaratuba, Dôres, N. S. da Glória e Muribeca.

MAROIM — Rosário e Siriri.

LARANJEIRAS — Riachuelo e Divina Pastora.

ITABAIANINHA — Vila Cristina e Campos.

VILA-NOVA — São Francisco e Jabotão.

Todas têm sede nas localidades dos seus nomes.

No decurso da primeira República muitas foram as alterações feitas na divisão judiciária do Estado. Eram frequentes as criações e apressões de comarcas e termos, verdadeira giga-joga para satisfazer interesses políticos, quando não pessoais.

Seria fastidioso relatar minudentemente as referidas alterações. O Ponto em mira foi lembrar as transformações judiciárias, porque passou a Província.

### CONCLUSÃO

#### DA COLONIA À PROVINCIA

de 1696 a 1833 — 1 comarca  
de 1833 a 1835 — 3 comarcas  
de 1835 a 1854 — 4 comarcas  
de 1854 a 1859 — 6 comarcas  
de 1859 a 1861 — 7 comarcas  
de 1861 a 1874 — 8 comarcas  
de 1877 a 1881 — 11 comarcas  
de 1881 a 1882 — 13 comarcas  
de 1882 a 1889 — 14 comarcas

#### DA PROVINCIA AO ESTADO

Em 1892 — 10 comarcas  
Em 1893 — 9 comarcas  
Em 1943 — 10 comarcas

**DISCURSO PRONUNCIADO PELO TENENTE DAMIÃO MENDONÇA DE SANTANA, AO SER RECEBIDO PELO "INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE SERGIPE", NA SESSÃO SOLENE REALIZADA NO DIA 25 DE AGOSTO DE 1944.**

Exmo. Sr. Coronel AUGUSTO MAYNARD GOMES, dd. Interventor Federal ;

Exmo. Sr. Professor JOSÉ AUGUSTO DA ROCHA LIMA, md. Presidente deste INSTITUTO ;

Exmas. Autoridades Cíveis e Militares ;

Minhas SENHORAS, Meus SENHORES :

Quis a atual Diretoria do INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE SERGIPE, que as portas deste sodalício se me abrissem, de par em par, afim de receber-me, nesta noite memorável para mim.

Gesto de generosa acolhida, tem êle para o meu espírito, voltado sempre às coisas imponderáveis do Belo, um teor de elevado quilate espiritual, com as ressonâncias próprias das coisas que emanam da grandeza d'alma, de quem as cria e pratica.

Minh'alma está de joelhos diante de vós, que me dais as mãos amigas, a conduzir-me pela estrada larga da bondadosa hospitalidade. E meu coração, qual corola de flôr trescalante no virente jardim deste templo de evocação e Saber, como que se entreabre agora, ao calor vivificante do sol ardente da vossa tolerância, para guardar, com a mais justa avareza, no pobre estame da minha inteligência e no relicário das emotividades, as generosas palavras de saudação do vosso brilhante orador.

A NUNES DE MELO, tão pródigo em conceituar minha humilde personalidade, que poderia eu dizer, condizente com a grati-

dão, que será eterna, além do que vêdes e do que sentis de mim mesmo ?

Acostumei-me admirar-lhe a perseverança no trato dos bons livros, rebuscando filosofia entre os imortais ensinamentos da cultura clássica, dando lustre ao cavalheirismo acolhedor e amigo, e realizando, pelo dinamismo e pelo desdobramento da personalidade bem formada, o tantas vezes raro consórcio das tarefas diurnas com as belezas sem par da literatura.

Além de a vós outros, meus ilustres e dignos pares, é a êle, mui especialmente, a quem dirijo o meu **MUITO OBRIGADO**, pela bondosa insistência com que me trouxe até aqui, neste seletto e distinto ambiente, onde me sinto dominado pela mais profunda alegria e felicidade.

Espírito imprático, e, por isso mesmo, sabendo-me melhor à sensibilidade uma estrofe de Castro Alves ou um trecho de Graça Aranha, um verso de Hermes Fontes ou uma tese de Tobias, do que a ressonância metálica do maldito ouro que inspira a ganância e suscita o ódio, — tem êste momento o sabor inefável do melhor triunfo igual àquela glória somente gozada pelos que, na Helade antiga, sonhavam com os louros imortais do Partenon . . .

Ficai certos, pois, de que eu carregarei comigo, por onde quer que o Destino me leve a palmilhar escolhos, a grata recordação dêstes instantes felizes, vividos sob a cúpula abençoada desta Casa, onde se irmanam, em magnífico e estimulador consórcio, a vossa generosa acolhida e a comovedora tolerância dos ouvintes.

E que feliz coincidência esta !

Ser recebido hoje, justamente no dia em que se comemora em toda a Pátria, genuflexa e agradecida, por entre as mais nobres expansões do Civismo Nacional, o 141.<sup>o</sup> aniversário de nascimento do Marechal **LUIZ ALVES DE LIMA E SILVA, DUQUE DE CAXIAS**, aquele que tem sido, para a minha vocação de soldado, a fonte inesgotável de perenal estímulo !

E que outra personalidade, Senhores, senão a sua, melhor se ajustaria ao trôpego desenvolvimento da minha idéia, desafinada com o mavioso diapasão cujas vibrações ecoam pelos meus ouvidos, na embevecida sinfonia dos acordes, que se sonorizam do passado, pelos manes gloriosos dos ilustres pares, que honraram e dignificaram esta Casa e esta Tribuna !

Oh ! manes imortais de **JOÃO DA SILVA MELO, CALDAS BARRETO, NOBRE DE LACERDA, MANUEL DOS**

PASSOS e tantos outros, que aqui viveram e pontificaram, que aqui trabalharam e deram lustre à cultura indígena : — alimentai-me da seiva bendita da vossa complacência, se eu vos apouco demais a tradição, e deixai que eu repita a apropriada expressão de Castilho : — “Perdoai-lhe a ignorância, oh! manes do imortal...”.

Oh ! manes ilustres de CAXIAS, que vejo percorrendo os céus do BRASIL, inquietos e aflitos pelos seus destinos e envolvidos na clâmide alvinhenta da imortalidade : — perdoai-me, se vos deslustro o nome e diminuo a glória !

\*  
\* \*

### SENHORES :

Para as Nações jovens como a nossa, mais avulta a necessidade de conservar-se uma atmosfera divinatória em torno daqueles que, como CAXIAS, foram, no passado, um símbolo de real grandeza, pelos lances heróicos cometidos nas lutas em que se empenharam, pelos feitos de elevada renúncia com que se houveram em adversas circunstâncias de sua carreira política, e, sobretudo, pelos gestos de sadia e confraternizadora solidariedade humana, nas magníficas realizações da Paz, em que o inolvidável Patrono do Exército soube consagrar-se emérito campeão.

Nunca a nossa Pátria careceu tanto dessa atmosfera de que vos falo, como agora, no instante em que nossos espíritos estão voltados para o ingente esforço de guerra, que nos coloca, hombro a hombro, muito embora com relativa sobriedade, com as demais nações que lutam, em mais de um Continente, pela preservação dos sagrados postulados da JUSTIÇA, do DIREITO e da LIBERDADE !

Nunca um povo necessitou tanto evocar a memória de seus heróis no passado, dentre os quais se destaca, em merecido conceito, a figura ímpar do invicto Marechal, como neste angustioso momento vivido entre as mais ansiosas expectativas, porque, relembrá-los naquilo que eles possuem de mais caro à nossa veneração e ao nosso respeito, é travar conhecimento com o estímulo que demanda arrojado sacrifício, é desfazer o hiato existente entre duas épocas, que se irmanam pelo sentido que a elas pertence, dado que, ontem como hoje, o mesmo destino glorioso

nos impele para a frente, mostrando-nos o caminho da honra e do dever.

A figura inconfundível do genial Soldado, que a Campanha do Paraguai imortalizou em feitos imarcescíveis, ora transfeita em nume tutelar da Pátria Brasileira, cresce à nossa visão introspectiva, porque, penetrando nos seus sagrados refolhos, encontramos-a agigantada pelas proporções em que se formou, sob um signo de abençoada existência.

Falando-vos neste instante, e mui especialmente à juventude esperançosa de minha terra, no dia em que se comemora, em nosso calendário cívico, mais um aniversário de nascimento de LUIZ ALVES DE LIMA E SILVA, nada se ajustaria mais, do que a discorrência a respeito de quem, como êle,

Dand' brilho invulgar ao seu braço,  
no Império, dentre muitos, o primaz,  
cessada a luta, punha o coração  
a se viço do Bem, fazendo a Paz !

Estou ocorde, pois, em que o prestígio lendário de CAXIAS terá muito maior transcendência para o seu fluído animador, do que mesmo a extensa rememoração de toda a sua obra positiva, realizada através de um incontável acervo de fatos, que o recomendam à posteridade reconhecida.

E eis aí por que, fugindo à rigidez dos fatos históricos, se-  
diça emuneração dos pontos altos de sua atribulada existência,  
preferi ater-me, sem os enleantes florilégios da literatura, que os  
não possuo, à desataviada sintetização dos fenômenos psicológi-  
cos de sua vida privilegiada, toda ela, como o sabeis, posta ao ser-  
viço da Pátria comum.

## CAXIAS SOLDADO

LUIZ ALVES DE LIMA E SILVA foi uma esplêndida vo-  
cação de Soldado.

Trouxe no espírito, predestinado a uma existência gloriosa,  
aquele halo divino que só circunda os que estão façados a uma  
trajetória de luz eterna, fanal protetor de gerações sem fim.

Dir-se-ia que su'alma emanava da Anima-Mundi, a Essen-  
cia Divina que, no dizer de Otaviano Bastos, penetra, impregna,

anima e informa todas as coisas, desde o mais diminuto átomo de matéria, até o homem e o dever.

E a sua noção de dever, como Soldado, foi uma emanção dessa Essência Divina, o Nirvana eterno e imperscrutavel, o Alaya misterioso e insondável dos discípulos de Buda — dever que o consagrou herói, dever que o elevou às cumiadas da glória e da posteridade, dever que o imortalizou na consciência cívica do BRASIL grandioso e eterno, agradecido e reverente à sua luminosa memória !

Tendo tantos militares insignes como precursores, na família, sua vida só poderia estar ligada, por feliz tradição, aos mais prodigiosos eventos.

Seu nome acha-se, porfim, colocado na vanguarda das celebridades brasileiras, e, sob alguns aspectos, das celebridades universais, segundo lhe sentenciara a individualidade ma cante, ainda êle em vida, o Padre Joaquim Pinto de Campos ,seu mais cintilante biógrafo.

Quanto ao seu valôr, dêle melhor diria Cícero, em sua "Oração pela lei de Manlio", referindo-se a Pompeu :

— "Sua benignidade é tanta, que se não discerne facilmente nos inimigos, se o temor que êles têm do seu valôr antes da peleja, se o amôr que mostram à sua mansidão após a vitória"

Portador de uma geração de Marechais, fazia-se cadête aos cinco anos de idade, dando os seus primeiros passos na carreira das armas nas fileiras do 1.º Regimento de Linha do Primeiro Império.

Dez anos mais tarde, matriculava-se na "Academia Militar da Córte", de onde saia para encetar a sua jornada gloriosa e a sua brilhantíssima fé de ofício, jamais tributada aos anais do Exército Nacional.

Todos os seus lances, nessa primeira fase da carreira militar, são seguidos, pari-passu, pela mesma estrela flamígera que o iluminou sempre, desde o galgar do primeiro degrau da Escada de Jacó da sua ascensão difinitiva para a glória e para a posteridade !

Consoante a sentença de Georgino Avelino, em sua "Síntese emocional", CAXIAS teve a sua trajetória, como militar, arqueira na organização, no preparo, na modificação do plano de batalha,

numa longa paciência para atingir os pontos mais altos em Itororó, Avaí e Lomas Valentinas.

A ação decisiva do grande Cabo de Guerra, desde que assumiu o Comando das Forças da Tríplice Aliança, na campanha do Paraguai, assentou-se no dogma da disciplina e na mística da ordem, daí irradiando, ora com rigidez, ora com entusiasmo, todas as necessárias medidas à feliz e vitoriosa consecução de seus consagrados planos de batalha.

Jamais regateou apóio e encômio a quem quer que, amparado no seu lema lapidar lançado em Itororó — “Quem fôr brasileiro que me siga”, se tornasse digno da confiança que a Pátria ultrajada estivesse a reclamar de seus filhos, convocados para o maior e mais alevantado compromisso perante ela assumido.

Nunca, tão pouco, deixou de aplicar a mais rigorosa medida disciplinar, àqueles que, de qualquer gráu hierárquico, em lamentáveis momentos de esquecimento de seus sagrados deveres, algo cometesse, capaz de prejudicar o ritmo normal das execuções de suas ordens.

CAXIAS, dest’arte, revelava-se o Chefe de qualidades excepcionais, que êle sabia ser, possuidor das excelsas virtudes que demandam as cumiadas da glória, porque esta só se atinge, quando, como o invicto Marechal, possuidor de um espirito bafejado pela Pivindade, para servir de dadivoso exemplo às gerações que lhe sucederam.

Dir-se -ia que o bravo condutor de muitas batalhas consorciava, na rígida e imponente compleição de Soldado, os dois magníficos conceitos de Goethe e Kant, sôbre a Vida, quando, o primeiro, o solitário de Weimar, afirmava que a Vida era Ação, e o segundo, o eterno namorado do cosmos, dizia que a Vida era Dever.

Como Soldado, CAXIAS foi, em verdade, a mais bela e mais sublime reafirmação do Dever e da Ação, postos ao serviço da Pátria.

Nas memoráveis campanhas do Paraguai, nas do Prata, e nas de pacificação da família brasileira, foi o guia impertérrito do Exército Nacional, conduzindo-o, com a sua espada-símbolo, desde os campos ensanguentados da luta, até às soberbas realizações da Paz.

Tanto o vemos agigantado em denodo e bravura, nas lutas pela nossa Independência, no seu batismo de fogo, reunido ao Exército Libertador, na Bahia; na Campanha Cisplatina; na repressão de vários motins no Rio de Janeiro; na Abrilada; na fa-

mosa Guerra dos Farrapos; na célebre Balaiada, no Maranhão; nas rebeliões de Sorocaba e Barbacena; nas lutas que o BRASIL teve que travar contra os desmandos de Oribe no Uruguai e a tirania de Rosas na Argentina, — como nas sanguentas batalhas a que os nossos Exércitos foram compelidos, afim de salvaguardar a honra e a integridade nacionais, ontem como hoje, ultrajadas e vilipendiadas pelo ignóbil e tenebroso pesadelo de dois déspotas e dois tiranos!

A tão elevado acêrvo de serviços prestados à PÁTRIA, bem se pode ajustar o conceito, que, a-cêrca de Pompeu, foi expellido por Cícero:

— “Que gênero há de guerra em que a fortuna da “República o não exercitasse? A civil e a estrangeira...”

E mais o verso de Camões :

— “Ditosa pátria que tal filho teve.”

## CAXIAS CIDADÃO

Ao estudarmos CAXIAS como cidadão, podemos fixar dois de seus aspectos mais interessantes e capazes de deixar, em vossos espíritos, na estreiteza de tempo a que sou forçado, para não enfadar-vos com o efeito sedativo das minhas palavras, uma impressão de sua personalidade ilustre e marcante, facetada pelas mais enternecidas nuances de su'alma de escol.

É quando êle se nos apresenta como Pacificador, e como CAXIAS-Sentimento, espôso amantíssimo e dedicado, a personificação perfeita do amor-sacrifício, do amor-renúncia e do amor-sublimação.

São duas páginas cintilantes no livro de ouro de sua existência, aberto, hoje, à divagação da História.

Como Pacificador, CAXIAS transforma o gênio das batalhas, das quais nunca saiu vencido, no anjo abençoado da Paz.

Aquela vontade ferrea e inquebrantável, posta a serviço de uma cultura militar aliada ao mais elevado senso das oportunidades, transmudava-se, como que por encanto, na doçura de um sentimento sobrepujado de ideiais altruísticos, colocados sempre, com a mais comovedora sinceridade, ao trato benfazejo da pacificação.

na obra humana de esquecimento dos odios, de ólvido das questões e desentendimentos da véspera.

É precisamente aí, que parece ter o eterno enamorado da Pátria pensado com o imortal criador de "Fausto", ao sentenciar que "A melhor coisa que temos a fazer é perdoar e esquecer."

É positivamente aí, que LUIZ ALVES DE LIMA E SILVA transcende a si mesmo, porque não parece mais obra do intrépido Soldado, — sentinela indormida da Pátria—, e sim da própria Divindade, aquele sublimado impulso que o iluminava antes e depois das vitórias, fazendo com que a mão privilegiada que brandia com denodada virilidade a espada-símbolo nos campos rasos da luta, se estendesse, amiga e generosa, calçada na luva branca da bondade e da pureza, às mãos do adversário ou do inimigo, com quem antes terçara armas.

De sua luminosa trajetória como Pacificador, em cujas facetas se lapidaram os mais fecundos exemplos de generosidade cristã, vemos-lo consagrado à opinião pública brasileira, e, depois de temido no entrechoque sangrento das batalhas, acatado e respeitado por seus concidadãos, a dirigir-lhes o coração a serviço do Bem, e a alma a serviço da Pátria.

Ele estava destinado a ser, à época em que viveu, e segundo afirmava em proclamação dirigida aos sul-riograndenses, na Guerra dos Farrapos, — um instrumento de Paz duradoura entre os brasileiros, porque, ao invés de oprimir os vencidos, dava-lhes as mãos generosas e abria-lhes o coração animoso e benfazejo, por compreender, como Aristóteles, que as tiranias são, em verdade, os mais frageis govêrnos.

Eis aí, pois, o segrêdo de seus magníficos triunfos como Pacificador, vencendo as tiranias, subjugando os despotismos e fazendo estancar, com as suas ações decisivas e conciliadoras, o sangue generoso e bom dos brasileiros, tantas vezes regando, em lutas fratricidas, o pátrio sólo.

\*

\* \*

Analizando CAXIAS-Sentimento, vemos nêle a sublimação do amor e da bondade, do carinho e da dedicação, colocados no altar onde entronizara o mais caro motivo da sua existência de cidadão, voltada à contemplatividade da beleza eterna que se di-

viniza na doçura de um afeto, todo impregnado de sacrifícios e renúncias, de desvêlos e aflições

CAXIAS teve alongados momentos de profundo amor e enternecida saudade.

Amou, como sabem amar as criaturas elevadas e boas.

Seu coração era um relicário de desdobrados afetos por aquela que a êle se unira pelos liâmes sagrados do amor, e seu espírito, puro e santificado, era como uma estrela de primeira grandeza, cintilando, altaneira e bela, no engaste azul do firmamento.

Amou e sofreu. E no amor, de serena exaltação, que devotara à sua adorada ANA LUIZA, não lhe faltaram os sofrimentos maiores, as mais enternecidas demonstrações de carinho e dedicação, aquelas agrídoces alternativas que são a constante realidade da vida, e que, a LUIZ ALVES DE LIMA E SILVA remarcou a atribulada existência, enchendo-a de momentos felizes e de crueis desenganos, de consoladores instantes de alegria e de amargas decepções...

ANA LUIZA, a sua adorada ANICA, era uma flor de infinita pureza, a inebriar-lhe a existência com o perfume suave, delicado, do seu afeto.

Como companheira, representava tudo para êle: paixão, amor, amizade; dedicação, renúncia, sacrifício; estímulo e encorajamento.

A vida de LUIZ ALVES DE LIMA, como comumente se assinava, com ANA LUIZA, a filha querida do Intendente FERNANDES VIANA, compõe um romance de páginas floridas, dos mais belos jamais vividos por duas criaturas.

Ambos desfrutaram 41 anos de vida conjugal, vida que, no dizer de Afonso de Carvalho, como nenhuma outra, se excele em venturas e virtudes, em confôrto e tranquilidade, opulência e paz, afeto e confiança.

A meu ver, CAXIAS foi maior e mais feliz do que Napoleão.

Foi maior, porque, sem querer compará-lo ao gênio guerreiro que a revolução Francêsa revelou, não teve o invicto Marechal uma Waterloo a marcar-lhe o angustioso eclipse da sua carreira militar. Foi mais feliz, porque, não seria demasiado afirmar ter sido o Condestável do Império, consoante a acertada denominação de Osvaldo Orico, muito mais e muito melhor correspondido do que o amargurado prisioneiro da Ilha de Santa-Helena, em seus devotados amores pela Imperatriz Josefina.

Mas, como o apaixonado Bonaparte, conservava o denodado guerreiro o coração amargurado pela saudade da espôsa modelar e amantíssima, e o espírito, embora atribulado com as profundas excogitações em tórno do destino das batalhas, estava sempre voltado para a sua inesquecível ANICA, a cuja requintada sensibilidade enviava, de quando em quando, mensagens como esta:

— “Meu bem, Esta é escrita às 11 horas da noite em uma barraca de palha em que estou morando, e sóbe agora mesmo um correio para a Capital só para levar esta carta a tempo de sair no barco, tal é o cuidado que me dás e o amor que te tenho que, cheio de trabalhos, me não esqueço de ti.”  
“Dá um beijo nos meus anjinhos e saudades a todos de casa.”  
“Sou só teu — LUIZ.”

Que e abençoada simplicidade em tudo — no dizer e no sentir! Que de natural doçura e espontânea sinceridade, naquelas singelas expressões de aprofundado carinho, em que não faltaram os desvelados mimos aos rebentos felizes de tão aventurado amor!

Houve um momento, em que a exaltada paixão da Duquesa, vendo-se-lhe roubar o espôso pela Pátria que dêle tantas jornadas e sacrifício impunha, constantemente, apela, o coração trespassado pelas setas de Cupido, para que CAXIAS deponha a espada e se concentrem ambos “nos inefaveis gozos da vida particular.”

Nesse grito de su’alma transbordante de carinho, nunca podem eivada do malsinado egoísmo de que nos fala Schopenhauer, pode-se ver o conceito de Goethe, ao sentenciar que “A coisa mais certa dêste mundo, é que o afeto, tão somente, torna o homem necessário.”

E como LUIZ ALVES DE LIMA E SILVA julgava-se, em sua consciência, culpado de tamanho afeto, para ANA LUIZA tão necessário ao preenchimento de seus dias de incompleta felicidade, determina-se, na maior prova de sacrifício a que poderia se submeter seu coração de patriôta, em acceder ao apêlo da espôsa, quando esta, não mais apenas a espôsa, mas agora tambem a patriôta, insculpe, nos fastos de uma das mais lindas histórias de amor então vivida, esta belíssima reflexão do seu elevado espírito:

— “Errei, amigo, perdôa. Ao egoísmo do meu afeto, sacrificava-te. Não: Nunca mais me ouvirás desviar-te da honrosa estrada que trilhas. Continuem a encher-te o coração o dever, a Pátria, a glória: com tais imagens ufana-se a minha de associar-se.”

Não é, pois, perdularia a expressão de Afonso de Carvalho, quando diz que, naquele momento, “o Brasil esteve todo êle nas mãos de uma jovem esposa apaixonada. . .”

Mas aquele romance não podia ser eterno, pois que somente a alma é eterna, nas sucessões do “Karma”.

E um dia, CAXIAS depara-se viuvo, desalentado e só, a chorar, inconsolavel, em seu retiro de Santa Monica, a perda do “maior bem que neste mundo gozava”.

Dizia o autor de “Werther”, que “a natureza humana é limitada, e só suporta a alegria, a tristeza, a dor, até cer o ponto; se ultrapassá-lo, sucumbirá.”

Êle sucumbia, mesmo, à terrivel dor, deixando, com udo, antes de partir para as regiões do imperscrutavel, esse eloquente testemunho, em repassadas palavras de desalento, em carta dirigida a um amigo:

— “Vivo agora muito triste depois do golpe que sofri com a morte de minha Duquesa, a quem eu amava muito e só hoje desejo ir para onde Deus a levou.”

Segundo Camilo Castelo Branco, o esquecimento é coisa mais aviltante do que a indiferença.

Nem indiferença nem esquecimento aviltaram, jamais, o seu amor a ANA LUIZA, por interessante capricho do Destino, portadora de um sobrenome que é uma flexão do seu próprio nome.

E mesmo depois de morta, apesar do penetrante golpe, fuge CAXIAS ao lugar comum de quase todo o homem, quando procura incidir na maviosa sentença de bardo illustre, ao dizer “que mal de amor só n’outro amor tem cura. . .”

Êle, não.

Quis conservar imaculado aquele sentimento de respeito e veneração pelo eterno amor de sua vida, porque, consoante ainda Monsenhor Pinto de Campos, tinha a convicção “de que a bela alma lá continua no empíreo a protegê-lo, a inspirá-lo, a ser além-campa, como em vida o fôra, o seu anjo tutelar.”! . . .

## CAXIAS SÍMBOLO

### SENHORES:

Os heróis, na Terra, são como os santos, no Céu.

Os santos, divinizam-se pela piedade e pelo amor ao próximo. Os heróis, elevam-se às cumiadas da glória, pelo denodo e pelo estoicismo.

Uns, são sublimes pela humildade e pela paciência. Os outros, são estóicos, pelo arrojo das atitudes e pela renúncia à própria vida.

Os santos, saem da Terra para o Céu, envoltos na aureola esplendente da Luz Divina. Os heróis vêm do Céu para a Terra, cobertos pela clâmide alvinhenta dessa mesma Luz, para as jornadas ingentes do sacrifício.

Os santos, são os eleitos do Pai Celestial, para conduzir os rebanhos e o redil do Senhor, no beatífico trabalho da Paz.

Os heróis, são os escolhidos de Deus para a obra de salvação da Humanidade, livrando-a dos déspotas e dos tiranos, através do cataclismo das guerras.

Os santos, foram, em vida, os heróis da Paz. Os heróis são, em verdade, os santos da Guerra, conduzindo as batalhas, no inexorável determinismo das lutas fratricidas, à vitória das causas nobres.

CAXIAS foi herói e santo, ao mesmo tempo.

Conduzia, nas campanhas, um altar para reerguimento da Fé, durante os horrores da guerra.

E hoje, vemo-lo santificado no Altar da Pátria, conduzido pela veneração e pelo respeito dos pósteros, como um Símbolo de verdadeira grandeza !

\*

\* \*

CAXIAS trouxe, do berço, o signo da honra e da glória.

Nasceu predestinado para os grandes feitos e talhado para as realizações memoráveis.

Realizou, como nenhum outro herói, em magnífico conjunto, "o trabalho da unidade brasileira, a ação civil conservadora, a vitória militar pela civilização."

Todos os passos da sua vida, como que foram sopesados e medidos, previamente, pelo Supremo Arquiteto do Universo, cioso na Sua magna sabedoria, de enviar, vez por outra, ao conturbado seio humano, os seus guias e os seus condutores.

Há criaturas, como o Condestável do Segundo Império, que são um reflexo da Divindade.

Cícero já o afirmava, quando, em sua "Oração pela lei de Manlio", dizia que "Não se pode negar ter havido em alguns grandes homens uma certa felicidade divina, como que anexa, para tudo o que era excelente e glorioso, e para acabarem com acerto todas as emprêsas".

Se visseis exageração nesse conceituar do meu julgamento, eu vo-la apagaria do espírito, mostrando-vos como é diferente e antagônico o destino das criaturas privilegiadas como o foi CAXIAS, e a sorte anônima das grandes massas humanas, fadadas à eterna contemplação dos gênios.

Todos, neste Mundo ainda malsinado pelas grandes e deploráveis contingências humanas, afóra os segregados da sorte, realizamos, com relativas variantes, uma tarefa digna da nossa capacidade e dos nossos esforços.

Nossas ações são levadas ao natural cotejo das existências mais ou menos vulgares, sem os altos relevos que fazem, das figuras ímpares e marcantes como a do grande vencedor de Avaí, os aureolados nomes da história de uma nação.

As ações daqueles, porém, somam as obras grandiosas que transcendem ao lugar comum das realizações humanas, porque elas representam o paradigma da existência de um povo, o espelho cristalino onde se miram, através dos séculos, gerações sobre gerações.

CAXIAS foi, por conseguinte, a cristalização do século em que viveu.

Renan, estudando as origens do cristianismo, atribuía a JESUS uma alma sublime, de onde se originava, de algum modo, o princípio de sua força.

Guardadas as devidas proporções e respeitadas as distâncias que vão entre o sentido divinatório da presença do meigo RABINO da Galiléia no Mundo, Mundo que ainda vive, por assim dizer, os pródromos das sublimes realizações de Suas sagradas doutrinas, — e a existência privilegiada do DUQUE DE CAXIAS, forçoso será reconhecer, que, tendo sido este, herói e santo ao mesmo tem-

po, su'alma nimbada de luz se aproxima do sublime e do divino, porque eja marcha, sempre, para a frente, rumo à posteridade.

Estudando sua individualidade marcante e inconfundível, não podemos deixar de atribuir-lhe as sublimações que só acometem aos grandes enviados, capazes, como CAXIAS, de assimilar, no ciclo eterno das gerações de um povo, um rastro de imensa luz, luz divina, e um ciclo de glória eterna e imortal.

Depois da nossa Bandeira auri-verde, CAXIAS é um dos mais respeitáveis símbolos nacionais.

Símbolo de heroísmo, símbolo de bondade, símbolo de renúncia, símbolo de sacrificio !

Ninguém, em nossa Pátria, e talvez fóra dela, terá podido reunir, em uma só personalidade, aquelas remarcadas e excelsas virtudes, que tornaram sua existência digna de tanto respeito, tanta veneração e tantas homenagens.

Ele be n o merece.

No momento em que o BRASIL, desagravando sua honra ultrajada, defende, de armas nas mãos, os sagrados direitos que assistem a todos os povos, de viverem em liberdade, consoante suas tendências e suas tradições, — evocar a figura inconfundível de LUIZ ALVES DA LIMA E SILVA, é levar estímulo aos brasileiros, é transmitir-lhes encorajamento, é ensinar-lhes a mística do Dever, é mostrar-lhes o maior e mais belo exemplo de bravura e desprendimento a serviço da Pátria, é, porfim, incitar-lhes a verter, se preciso fôr, o próprio sangue, em defesa de todas as dignidades humanas !

Relevai-me repetir Pinto de Campos, quando dizia que homens como CAXIAS não deviam morrer, porque "são esteios da Pátria, farol seu, sua gloria, sua esperança".

Sim. Mas CAXIAS não morreu !

Ele continua redivivo para sempre na memória e no coração de todos os brasileiros, como uma recordação esplêndida e uma glória imarcescível, engrandecido cada vez mais pela ótica da razão humana, que lhe aumenta, todos os dias e todos os instantes, a projeção do nome aureolado, insculpido no céu da Pátria com estrelas refulgentes, sob o pálio sagrado do Cruzeiro do Sul !

Seus manes gloriosos continuarão, envoltos em imensa aureola le luz, governando e iluminando, pelos évos a fóra, a consciência intangível dos inspirados de patriotismo, combatendo e expun-  
dindo os cataclismos que possam surgir do cáus, tal qual o fazia

em vida, brandindo a espada-símbolo com a mão bentazeja e a m i g a .

E quando se consumir a sentença de Castro Alves, de que nós "somos a raça eleita do futuro"; quando, reinando a Paz e a tranquilidade entre os homens na Terra ; quando a LIBERDADE, a IGUALDADE e a FRATERNIDADE humanas, deixarem de ser mera utopia no espírito iluminado dos idealistas, aí então CAXIAS poderá descansar para sempre na mansão eterna dos justos e dos eleitos, porque terá cumprido, perante a Pátria e a História, a mais elevada e a mais sublimada missão, jamais conferida a outro nume tutelador da essência humana !...

## DOIS DE JULHO

Luiz de Oliveira Belo

O povo português foi um bom colonizador no Brasil porque aqui se revelou inteligente, ativo, humano, tolerante e defensor da terra. Explorou as suas riquezas mais acessíveis sem haver aproveitado outras que também lhe poderiam ser proveitosas, mas fez isso mais por ignorância que por inércia ou cálculo.

Não se revelou normalmente tirano, nem opressor e, se escravizou o preto que importou da África, também concedeu ao branco, e mesmo ao mameluco, certa liberdade de ação. Se combateu o índio e o liquidou, foi porque ele resistiu à sua assimilação e não se submeteu a um pacífico caldeamento. Também ao preto e ao índio, de acordo com a moral da época, não poderia conferir liberdade afim de não os colocar no seu nível, nem mesmo no do colono branco. As restrições que este impôs em sua liberdade não impediram que ele vivesse com certa folga de espírito e de ação, censurasse leis e autoridades e até, por vezes, contra elas se rebelasse.

Não seria natural, lógico nem conveniente que o espírito de rebeldia do colono não fosse abafado nem castigado e se, para escarmento e impedir reproduções, algumas cabeças rolaram no patíbulo, tal sentença estava nos moldes de antanho e esse processo de justiça era geralmente aplicado entre todos os povos.

Houve injustiças, atrocidades, violências e mesmo crimes, que tiveram o cunho pessoal de Governadores e autoridades que agiam em seu nome, mas isso não era o moral, nem o geral, e só partiram de Governadores prepotentes e autoridades malvadas a quem delegavam atribuições para aplicar penas severas. Agiam assim, não

por nato sentimento de deshumanidade, mas porque supunham poder evitar outros desrespeitos de leis e novos assomos de liberdade.

Quando se estuda imparcialmente a obra realizada pelos Donatários, Vice-Reis e Governadores, dentro do ambiente físico, econômico, social e político da época em que governaram, constata-se que poucos foram os que negligenciaram nos seus cargos e administraram realmente mal, revelando-se deshonestos ou deshumanos. Ao contrário, a grande maioria deles esforçou-se para manter o equilíbrio político da Colônia com a Metrópole, procurando agradar aos seus Reis, enriquecer o Erário Real e cumprir as Ordens Regias, sem contudo arruinar a Colônia e oprimir o seu povo. Mas para cumprir tão singular e proveitoso programa, descuravam da expansão econômica do país e do desenvolvimento social e cultural do povo, porque isso convinha aos interesses Reais, que tinham oficial primazia sobre os interesses do povo e da Colônia.

O português colono, em geral, era bravo, lutador, pertinaz, trabalhador, paciente, tolerante, apreciador da terra e do dinheiro, poupado e dotado de espírito cristão e bons sentimentos, e, às vezes comungava com os naturais da terra na sua liberdade e até nas suas necessidades. Foi por isso que, mais do que pelo gosto das riquezas materiais, o luxo, o conforto, a cultura e o progresso, êle inoculou na psiché do brasileiro (branco, mameluco ou mulato) bons sentimentos e qualidades morais que criaram nesta margem atlântica do Novo Mundo um povo sentimental, generoso, cristão, consciente, transigente para o bem, dotado de bom senso e boa fé, algo ingênuo porque não estima o mal, pacífico e amigo de sua Pátria, que é o brasileiro.

Ora, êste tão lisongeiro e complexo conjunto de qualidades, atributos e predicados que formam o caráter brasileiro, não precede dos ameríndios, primitivos donos da terra, nem dos bantús, nagôas, mandingas e outros africanos importados e só pode ter sido herdado dos portugueses dos séculos XVI e XVII. Os advenas de outras nacionalidades, mesmo com mais cultura que êsses, caldearam-se em proporções dosimétricas com os habitantes da Colônia, e suas influências, somática e espiritual, foram muito diluídas e não lograram "ponto" para modificar aquele conjunto. Como prova apresentamos os habitantes das nações hispano-americanas, procedentes do povo que mais se assemelhava aos portugueses da-

queles séculos, e que, pelo seu caráter e mentalidade, são muito diferentes dos brasileiros.

A-pesar-de tudo isso nunca reinou completa e sincera harmonia entre os reinóis e os naturais da terra de Santa-Cruz, desde o início de sua colonização, porque os interesses desses povos raramente poderiam ser idênticos e tal não conviria aos portugueses porque naturalmente enfraqueceriam a sua ascendência moral e a sua força. E nem se compreende que isso fosse possível ou aconselhável porque, em tôdas as épocas e situações e em todos os povos sempre houve distâncias entre senhores e servos, conquistadores e colôno, vencedores e vencidos.

Mas exatamente porque os portugueses nunca se revelaram sistematicamente inimigos ou algozes dos brasileiros, foi que estes, quasi ao findar do século XVII começaram a viver com mais liberdade e a pensar na sua emancipação. E bem sabiam que só poderiam alcançá-la com a luta. Se os vários motins ocorridos com este elevado e patriótico objetivo, desde 1684 com José Beckmann no Maranhão até 1798 com os "alfaiates" na Baía, foram sufocados com sangue e morte "natural" na força, dos seus principais autores, para que não se reproduzissem, foi porque a todos êles faltaram a necessária coesão entre os naturais da terra e alguns reinóis seus amigos e infiéis ao trono, indispensável e apropriada orientação política, imprescindíveis elementos materiais de força e outros morais, para enfrentarem os dominadores. E se estes sempre reagiram com rapidez, vigor e deshumanidade, sem compreenderem que, assim agindo, fomentavam e alimentavam a dissidência entre reinóis e brasileiros e estimulavam os anseios de liberdade, isso foi por um inadiável imperativo do momento.

Assim se vinham desenhando o ambiente político geral da Colônia quando D. João VI e sua fútil Côrte abandonaram o Reino e vieram abrigar-se na longinqua e segura região, que então representava o Brasil, e mais se agravou durante o Brasil-Reino, devido a notória simpatia desse Rei à nova terra e ao povo. Talvez ela não fosse tão sómente por ambos e sim pela tranquilidade, abundância de recursos e impossibilidade das forças francesas de darem um pulo até às brasílicas praias e impedirem que o astuto monarca continasse calmamente a devorar os seus prediletos frangotes...

O povo, compreendendo isso, foi pouco a pouco dilatando os seus desejos e ampliando manhosamente a sua liberdade enquanto sentia-se satisfeito com o Rei, bom, generoso, paciente, tolerante

para o bem e aparentemente indeciso, inerte e lerdo de inteligência. Assim mesmo, com esse complexo moral, êle pôde governar o Brasil em treze anos, com mais bondade, sabedoria, progresso, franquias e moral que os seus gananciosos predecessores, que só pensavam em explorar a terra e maniar a inteligência e a atividade do povo, proscrevendo-lhe a instrução, as indústrias, o comércio e alguns até a dignidade pessoal de viver.

O Governo liberal, pacífico e progressista de D. João abriu o horizonte político dos brasileiros e tímidamente desvendou o Brasil aos outros povos numa época em que Portugal precisava mais desta Colônia para subsistir do que os brasileiros necessitavam do Reino para viver. Fácilmente Portugal podia continuar "riscado do mapa das Nações", conforme dissera arrogantemente Napoleão, por sua absorção pelo Reino de Espanha ou pelo Império francês, enquanto que seria muito difícil e improvável que as forças do audacioso Imperador chegassem um dia às costas brasileiras. O incêndio que ainda lavraria intenso na Europa por muitos anos, não permitiria que mesmo extintas suas cinzas, os povos recém-beligerantes se reconstituissem e pudessem tentar novas aventuras, maximé a enormes distâncias de suas bases.

Com a fuga os franceses tomaram posse de Portugal e, quando o abandonaram, as forças inglesas, com Lord Beresford à frente, nele permaneceram supervisionando o Governo afim de garantir a antiga aliança que ligava aquele Reino a Grã-Bretanha. Mas uma tão vexatória situação não poderia continuar indefinidamente, mesmo que D. João permanecesse no seu "dolce farniente" na terra que Cabral descobriu. Isso foi abalando o prestígio da Côrte, já mal vista com a prolongada ausência do Rei, e tão confusa se tornou a situação política que o General Gomes Freire, herói da luta contra os franceses, rebelou-se e à frente de algumas forças exigiu a outorga ao seu povo de uma Constituição liberal nos moldes da recente imposta ao rei de Espanha e por êle jurada, com o fim de acabar com o despótico absolutismo, que vinha sendo condenado pelos fracos povos europeus, depois da derrota de Napoleão.

Convidado D. João a regressar ao Reino para o fim de amparar a sua oscilante coroa, receando ter que entrar em luta com o espírito liberal da nova política portuguesa e abdicar de suas prerrogativas de Senhor absoluto, êle maneirosamente, com falsas promessas de próximo regresso, foi ficando no Brasil, tranquilo e es-

perançoso de que tudo se resolvesse em Portugal por conchavos entre as duas facções hostis e, assim, êle pudesse continuar como Soberano do Reino Unido. Mas os políticos conheceram ou compreenderam a sua solerte atitude e, como no momento, para êles valia mais uma Constituição liberal do que um Rei indeciso e fraco, ameaçaram depô-lo se não quisesse lhes outorgar uma nos moldes da que os espanhóis haviam arrancado do seu Rei.

D. João, astuto e oportunista, se bem que aparentemente lerdo e patriota, considerou que seria preferível jurar uma Constituição, ainda mesmo desconhecida, pois com astúcia poderia deixar de cumprí-la, a ter que regressar para Portugal e amanhã ser forçado a uma abdicação ou a nova fuga.

Então, cá nesta banda do Atlântico, jurou-a pensando que o mais perigoso que poderia agora lhe suceder era perder o trono. Ora, se o fizessem a tal violência, poderia continuar como Rei do Brasil, cujo povo tanto estimava e que, com certeza, não iria abandoná-lo em tão grande emergência ou recusar a honra de ser governado por êle ou pelo seu primogênito. E, assim pensando, foi se deixando ficar entre os brasileiros, que provavelmente o apoiariam sempre, e os portugueses fiéis que o procurariam conservar.

Entretanto, sete províncias do Norte e as de Goiás e Mato Grosso, tendo aderido às Côrtes portuguesas, vinham em boas relações com elas e governadas por Juntas Provisórias, que menosprezavam a autoridade do Rei. Isso tornava bastante séria a situação política do novo Reino, se bem que a adesão das províncias fosse mais às idéias liberais que deviam ser consubstanciadas na nova Constituição do que aos homens do Govêrno, gastos na política e fracos, que viviam acutilando o Rei para regressar afim de envolvê-lo no labirinto, do qual não sabiam sair sós.

O seu regresso era bem conveniente aos brasileiros, cujos anseios de emancipação do domínio português eram cada vez maiores, mas a forma de govêrno, a que êles aspiravam, era a República, a qual se lhes desenhava impossivel, porque os portugueses seus amigos eram todos realistas com D. João ou D. Pedro. Demais, as numerosas fôrças, cuja maioria dos officiais era de reinóis, naturalmente constituiriam o maior entrave a qualquer gesto da libertação.

Entre os dois, talvez D. João, com o seu temperamento moderado, avesso à lutas, julgando-se estimado pelo povo, desconfiado com os políticos do Reino, que já não o prezavam mais, favorecesse

momento da emancipação, contanto que a Coroa continuasse na sua cabeça ou na do Príncipe, o que já seria uma grande vantagem para os brasileiros e um largo passo avançado nas suas aspirações.

D. Pedro, jovem afoito, trêfego, impetuoso, dado a aventuras e a equívocas amizades, não oferecia a mesma confiança e naturalmente procuraria governar com maior absolutismo que seu augusto pai, já habituado a tergiversar, temporizar e acabar cedendo, sem oprimir nem magoar, porque sabia contornar as crises e afastar a borrasca iminente. D. Pedro representava um barril de pólvora prestes a explodir com qualquer imprudência. Assim, o problema político do Brasil que, em síntese, era mais do Príncipe que do Rei.

Chegado a Lisboa, no dia seguinte D. João compareceu às Côrtes e aí jurou cumprir uma Constituição que ainda estava em demorada e angustiada gestação, conseguindo assim conservar a Coroa. Mas o seu poder foi enfraquecendo cada vez mais e, cinco anos depois, falecia, deixando uma complicada herança real.

No Brasil D. Pedro nunca mais teve um dia de tranquilidade após a partida do pai, pois tornou-se uma piorra nas mãos dos brasileiros e portugueses, ora manejada por outros, procurando sempre sobrepujá-los, afim de conduzi-los para o seu precípua objetivo, que era o respeito às Ordens Reais. Mas, bem cedo, os que o arrastavam para os respectivos interesses criaram uma tal situação que êle começou a compreender que, se não enfrentasse com ânimo e habilidade o problema da emancipação nacional, breve poderia ter o triste destino de seu pai, isto é, o afastamento de uma terra e de um povo que o estimava. Agora então, com mais conhecimento do assunto e ferido em seu amor próprio por algumas Ordens Régias restringindo as suas atribuições e até exigindo o seu regresso, como o fizeram com o Rei, passou a apoiar fundamentalmente aquela aspiração e a trabalhar "pro domo sua" atendendo também à advertência que D. João lhe fizera, com o abraço da partida, acerca da possibilidade da Coroa ter que passar a outras mãos ou mesmo se desfazer.

Com toda a sua atenção presa a essas múltiplas filigranas da política, o jovem Príncipe não podia preocupar-se intensamente com o que vinha se passando nas províncias nem mesmo lhes mandar recursos ou empenhar apoio concreto. As forças constituíam o maior entrave à sua ação conciliadora entre as duas correntes políticas do Rio de Janeiro. E, como a grande maioria de seus ofi-

ciais era constituída de reinóis, inclusive os Chefes, êle vivia sempre em sobressaltos, dos quais felizmente se saía bem porque agia com rapidez e audácia. Mas não podia fracioná-las para enviar reforços aos patriotas que na Baía lhe vinham hipotecando apóio e, porisso, sentia-se em dificuldade de intervir convenientemente na situação política dessa província para coibir os arreganhos do General Madeira de Mello. Bem compreendia que, se êste se tornasse realmente vitorioso e invencível aí no seu reduto, fácil lhe seria auxiliar, pelo menos moralmente, os govêrnos provisórios das outras províncias rebeldes e estabelecer uma secessão no país. Enquanto o General não recebesse auxílio de fôrças do Reino ainda se poderia, com astúcia e manha, manter aquela dúbia situação política.

Foi com júbilo que D. Pedro recebeu a participação de que a patriótica Câmara da vila da Cachoeira o havia aclamado entusiasmaticamente "defensor perpétuo do Brasil". Se lhe fosse possível, no mesmo mo mento, apoiar e enviar recursos aos patriotas que tão corajosamente e assim agiram, sinceramente o teria feito. Mas primeiro tornava-se necessário firmar a situação geral da política na Capital do Brasil, que frequentemente vinha sendo perturbada pelas exigências das Côrtes.

A 9 de Janeiro de 1822 D. Pedro, a convite do povo dessa cidade, resolveu permanecer no Brasil. Desde então começa para êle uma fase de perene luta, ora com as Côrtes, ora com as fôrças portuguezas sediadas na capital e enfim, com os próprios portuguezes, que tentavam tutelá-lo. Somente os brasileiros, se bem que divididos a respeito da nova forma de regime, conservavam-se firmes no apóio que patrioticamente vinham lhe prestando. Essa confusa situação dia a dia foi se agravando até que D. Pedro, farto de responder às impertinências das Côrtes, resolveu romper os laços políticos que já, ténueamente, maniatavam o Brasil a Portugal e a 7 de Setembro, às margens do Ipiranga, lançando fora as côres lusitanas, soltou gloriosamente o brado de "Independência ou Morte". E o altisonante eco de liberdade ressoou célebre pelas serras, quebradas e campinas da intérmina nação brasileira, que entrava assim na segunda fase da sua existência.

Liberto das garras que o prendiam ao Reino, pôde então D. Pedro preocupar-se com a estabilidade da situação política afim de considar o novo regime, acalmar os ânimos desvairados, sopitar as paixões incandescentes, conciliar os espíritos dissidentes e afastar os recalcitrantes que se obstinavam em não reconhecerem

a sua autoridade. E logo que, com o geral apôio dos nacionais e dos reinóis, se considerou seguro no poder, resolveu enfrentar os inimigos da sua nova pátria. Seu carinhoso olhar voltou-se em primeiro lugar para os intrépidos patriôtas baianos, que haviam tido a coragem, o cavalheirismo e a nobreza de proclamá-lo "defensor perpétuo do Brasil" revelando, com tão altivo gesto, a confiança que nele depositavam.

Há cêrca de um ano que os baianos vinham sofrendo com abnegação as violências cometidas pelas tropas do despótico General Madeira. Fiel às Côrtes êle dominava a situação política da Província e aguardava valiosos refôrços do Reino. As vitórias de Cachoeiras, Funil, Manguinho, Recôncavo e ilha da Maré, que infligiram pesadas perdas às suas fôrças, não tinham sido suficientes para lhes abater a arrogância e vilania. Os manes da abadessa Maria Angélica, do Padre Daniel e dos patriôtas que haviam tombado em holocausto à sublime causa que defendiam, clamavam por vingança, que ainda não havia sido possível executar.

As derrotas do forte de S. Lourenço e da ilha de Itaparica, valorosas posições estratégicas que foram defendidas com todo o denôdo e honra, não haviam entibiado o entusiasmo, o ardor e a audácia dos patriôtas e dos habitantes da ilha e do Recôncavo, que ansiavam por expulsar do solo natal aquelas fôrças e o seu desvairedo Chefe. Guiavam-nos ainda a fé nos seus esforços e a confiança na vitória, mas os elementos materiais e pessoais com que contavam eram assaz reduzidos para enfrentar o inimigo que, já lhes sendo superior, acabava de receber ponderáveis refôrços.

O que vinha contendo os adversários eram as derrotas que as façanhas do famoso João das Bottas, em improvisadas frotilhas de variados barcos, parcamente armados, vinham infligindo sucessivamente ao adversário, muito mais armado e melhor organizado. Mas é que o valoroso marinheiro, com o seu apurado senso, audácia, astúcia e orientada direção, numa zona que bem conhecia, chefiava homens fortes de espírito que, sem vilanias, combatiam com denôdo, honra, coragem e bravura por um ideal que êles mesmos criaram com desprendimento.

Não os movia o interêsse mercenário de acautelar situações adquiridas com o dinheiro e o trabalho dos nativos da terra e que, naturalmente, teriam que cessar. Ao contrário, carecia o adversário do ímã do patriotismo que galvaniza tôdas as ambições pessoais e faz nascer o amor ao torrão natal.

D. Pedro, em hora oportuna, que já vinha tardando, compreendeu que devia ajudar aos baianos, que tão briosamente defendiam uma nobre causa, e enviou, a bordo de uma esquadilha, sob o comando do Almirante Rodrigo de Lamare, tropas comandadas pelo General Labatut. Desembarcaram elas em Maceió, onde se reuniram a outras aí existentes e, mais tarde, atravessaram a província de Sergipe, que o General compeliu a respeitar a autoridade do Imperador. Incorporando novas tropas e prosseguindo para o sul, ela penetrou no sertão baiano, no qual recebeu a adesão de cinco batalhões de patriotas, já organizados, e de muitos adeptos da emancipação nacional. Com tóda essa caudal de gente armada, superior a três mil homens ávidos de lutar e expulsar o inimigo recalcitrante, acampou em Engenho Novo onde estabeleceu o seu quartel, espalhou uma proclamação aos baianos, louvando-os e concitando-os à luta. Entrou em comunicações com a Junta Provisória, que dirigia a política da Província, e enviou uma oportuna e enérgica intimação ao General Madeira de Mello convidando-o a depor as armas e reconhecer a autoridade imperial.

Madeira, a despeito de muitas deserções nas suas tropas, contava com cêrca de oito mil homens para combate, inclusive vinte navios de guerra tripulados e fundeados no pôrto, e vários fortes armados e guarnecidos e, porisso, do alto da sua arrogância, nada respondeu a Labatut.

A situação das tropas nacionais não era bôa, pois êsse General contava com poucos recursos e encontrava dificuldades para tudo, sendo parcimoniosos os auxílios que os fazendeiros, simpáticos ao novo regime, lhe prestavam. Melhorou-a um pouco, um tesouro de moedas que foi encontrado escondido num engenho de portugueses, porém o seu emprêgo contituiu um forte motivo que fez o General romper com a Junta Provisória de Cachoeira, com quem já vinha divergindo, porque esta não queria reconhecer a sua autoridade militar, superior a dela.

Enquanto marchavam as coisas assim periclitantes e as tropas jaziam inertes, Madeira recebia valiosos refôrços de artilheiros, infantess e soldados avulsos e completava os corpos de tropa. Labatut difficilmente reforçava os postos do Recôncavo e apertava o sítio da Capital. João das Bottas, sempre ativo e astucioso, continuava as suas façanhas pelo Recôncavo e o Major Souza Lima chefiava os habitantes de Itaparica e os estimulava na resistência.

Acutilado pela sua tropa, Madeira, que sempre desdenhava dos recursos e do valôr dos baianos, a despeito das várias derrotas que elas tinham lhe infligido, resolve atacá-los no pôsto de Pirajá, que se achava bem defendido por tropas e patriótas. Fez desembarcar 250 soldados nas praias de Itacaranhas e Plataforma para inopinadamente atacar os habitantes, enquanto numerosas fôrças, por outros lugares, investiriam o pôsto. Descobertos a tempo pelas patrulhas de Coqueiro e Batefolha na estrada para Pirajá, estas rompem cerrado fogo. em seguida, mais adiante em Cabrito, as fôrças engajam renhido combate, que durou várias horas e terminou com a desordenada fuga dos portugueses, que sofreram consideráveis perdas. Esta brilhante vitória teve forte retumbância e seus écos chegaram à Capital da Província impressionando as restantes tropas de Madeira, ali aquarteladas.

No dia 29 de Dezembro, quando êste General lia às suas tropas uma empolada proclamação concitando-as a jurarem e nova Constituição, já aceita em Lisbôa por D. João VI, avisaram-lhe que Labatut, à frente de suas fôrças, estava se aproximando da cidade. Em pânico as tropas de Madeira foram escaladas para guarnecer o largo da Lapinha, o campo do Barbalho e outros sítios importantes e estratégicos. Labatut investiu pela Conceição e Gomes Caldeira por Itapoan e, encontrando o inimigo em pé de guerra, com êle travaram feroz combate e sangrenta luta, dos quais foram forçados a se retirar com grandes perdas devido à inferioridade de suas fôrças.

A vista de tal resultado, Madeira, já com sua fôrça reduzida a quasi metade, resolveu recrutar os escravos e reapossar-se de Itaparica para tentar dominar o Recôncavo, mas todos êsses planos foram frustrados porque Souza Lima continuava vigilante na ilha e não permitia o desembarque do inimigo. O General começava a fraquejar enquanto Labatut melhorava a situação de suas fôrças, que vinham crescendo em efetivo. Parecia que o infeliz desfecho para elas estava se aproximando.

Eis que se agravam as relações entre êle e a Junta da Cachoeira, e o Imperador, tendo conhecimento disso, envia novas tropas sob o comando do Coronel Lima e Silva, das quais fazia parte o famoso "batalhão de Guardas do Imperador", cujo Ajudante era o Tenente Luiz Alves de Lima e Silva, que vinha realizar no solo baiano o seu batismo de fogo e fazer jús às esporas de Cavaleiro da

Glória, pois mais tarde tornou-se o famoso herói nacional. "Duque de Caxias".

Incorporadas essas tropas, Labatut muda o seu quartel e se aproxima da Capital para apertar-lhe o assédio, mas quando isso se processa e se iniciam os necessários reconhecimentos para verificar a verdadeira situação e os recursos do inimigo, soube que este acabava de receber um reforço de 2.500 peças que desembarcaram de uma frota recém chegada de Lisboa e, ainda mais, que um novo reforço já se achava em caminho. Isso mudou completamente a sua resolução de investir contra o inimigo, e fez precavidamente retirar suas tropas para as primeiras linhas, sem contudo haver esmorecido e abandonado o seu plano inicial, tanto assim que enviou a Madeira e aos portugueses da Baía proclamações convidando-os a decidir pelas armas a diferença que os separava.

Nesse interim, chega às águas baianas, pela altura do Monte São Paulo uma esquadra sob o comando de Lord Cochrane, primeiro Almirante brasileiro, composta de oito navios de linha, com o objetivo de bloquear o porto do Salvador, no qual se achava fundeada a esquadra portuguesa do Chefe João Felix de Campos, com treze navios. Quando Madeira soube disso ordenou a este Chefe que saísse com sua frota e fosse dar combate àquela esquadra. Quando ela iniciava os seus movimentos, a capitânea encalha no banco da Panela defronte do forte do Mar e os outros navios permaneceram aguardando ordens. Ignorava-se a verdadeira razão porque depois João Felix não executou a ordem de Madeira. Seria receio de combater? Teria sido fortuito ou intencional o encalhe num local conhecido e bem marcado por aquele forte? Fato é que, com a maré, a capitânea desencalhou, mas a esquadra permaneceu fundeada e não se fez ao mar nesse dia. Cochrane, com a sua esquadra, inferior em navios e em canhões, começou a cruzar defronte da entrada do porto convidando o inimigo para a luta, porém parece que isso não lhe apetecia muito, tanto assim que, somente cinco dias depois, foi que as duas forças navais se encontraram fora do porto, não tendo a sua ação passado de apalpadoras escaramuças.

Cochrane tentou combater mas constatou a inferioridade de sua força, mas, aproveitando a falta de ordem dos navios inimigos, introduziu-se com a sua nau Pedro I, entre eles, com o intuito de separá-los mais, combatê-los isoladamente e apressá-los. Infelizmente os outros navios não o acompanharam porque os seus ar-

baieiros, sendo portugueses, esquivaram-se em atirar. Precavido, retirou-se com a sua força, sem haver engajado combate, e continuou a cruzar entre o Morro de S. Paulo e a entrada do Pôrto do Salvador, onde aprisionou vários navios carregados de recursos para os reinóis. E a esquadra de Felix de Campos recolheu-se ao pôrto, donde saiu sómente a 2 de Julho de 1823, para abandonar o Brasil vencedor.

Enquanto isso se passava assim no mar, Labatut continuava em dissidências com a Junta de Cachoeira e últimamente também com os Chefes militares sob suas ordens. Como o seu temperamento era enérgico, altivo, arbitrario e avesso a conciliações, viu-se repentinamente colhido em insídias que acabaram apeando-o da chefia das fôrças nacionais, exatamente no momento em que mais necessária se tornava a união e boa compreensão de todos os seus chefes para o desencadeamento da batalha que devia decidir a posse da cidade do Salvador e, consequentemente, o destino da causa pela qual os baianos tão patrióticamente vinham lutando com nobreza há um ano.

Deposto e prêso pelos seus subordinados, foi êle substituído pelo Coronel Lima e Silva, posteriormente Visconde de Magé, militar de estirpe e de linha, dotado de bom senso, espirito conciliador, bravo e patriota que, assumindo a chefia de tôdas as fôrças nacionais, immediatamente se comunicou com Lorde Cochrane e com êle combinou o ataque simultâneo e inopinado à cidade do General Madeira.

Êste arrogante General já não era o mesmo espirito lutador pois, à proporção que suas fôrças foram aumentando com os reforços chegados do Reino e a despeito das consideráveis perdas que sofreram nas refregas com os patriotas dos destimidos João das Botas e Souza Lima, na Capital iam se avolumando as dificuldades de ordem econômica e social e já muitas famílias de representação e haveres e vários reinóis se tinham afastado para o interior. Eram ponderáveis as faltas de recursos alimentícios, gado para abater, animais e remédios para as tropas e população civil. O assedio era um fato que Madeira com o seu feitio bruto e a antipatia que os baianos lhe tributavam, mais agravava. E disso tudo Lima e Silva era conhecedor.

Reorganizado o Exército Libertador em moldes militares, compatíveis com os recursos do momento, e aproveitando o renascimento do ardor patriótico que a todos contaminava, militares e

civis, esse bravo Chefe resolveu apertar o cêrco da Capital e precipitar o ataque às forças contrárias. Para isso entendeu-se com Cochrane, cuja esquadra jazia inativa no Mar, enquanto que a portuguesa continuava baloiçando com a brisa dentro do pôrto, assustada do seu destino.

Em Junho, Lima e Silva recebia no seu quartel-general uma deputação de negociantes da cidade, que lhe pediam garantias de vida contra os famigerados madeiristas. Serenamente a ouviu e prometeu-lhe as possíveis seguranças. Por sua vez, semelhantemente, a Junta de Cachoeira recebera uma representação do comércio e comprometeu-se também a agir. E como angustiosa situação de falta de recursos gerais começava a tornar-se aflitiva, resolveu o General Madeira reunir os comandantes dos seus batalhões, o Chefe da Esquadra e seus principais oficiais e, após sucinta exposição das sensíveis dificuldades que eles já conheciam, solicitou-lhes sugestões para sair honrosamente de tão crucial crise.

Quat o bravos membros dêsse conclave opinaram que se devia continuar a resistir e conservar a praça até ser atacada pelos libertadores, pois estavam confiantes que os venceriam. Os demais, em macissa maioria, opinaram pela imediata evacuação da cidadela. Em consequência dêste parecer, que se lhe afigurou o mais sensato, Madeira incontinentemente ordenou as necessárias providências para a sua rápida execução, antes que os nacionais os viessem surpreender em seus preparativos. À frota de Felix de Campos haviam sido incorporados oitenta navios mercantes de vários tipos. As forças terrestres, que já se haviam elevado a cêrca de nove mil homens, estavam reduzidas a pouco mais de cinco mil, assim mesmo com feridos e inutilizados. Mas abandonar a Capital, ainda defensavel e sem combater, parecia a Madeira, que era militar bravo e ousado e se havia revelado ativo e patriota, um grande vexame que lhe custaria sofrer. E, porisso, tentando evitá-lo, resolveu enviar o Coronel de Milícias Cunha Menezes para officiosamente se entender com Lima e Silva, afim de que êste permitisse a retirada total das forças sitiadas, terrestres e marítimas, e o seu regresso para o Reino sem agravos do seu Exército e sem que elas fossem molestadas pela esquadra de Cochrane.

Lima e Silva, que era militar de pudonor, patriota e generoso, condoído da angustiosa situação dos baianos, armados ou civis, que estoicamente vinham lutando pela liberdade nacional, compreendeu que seria mais natural, lógico, possível, brilhante e glo-

rioso, vencer o inimigo em renhido combate. Mas também a Nação não se deslustraria se o Exército Libertador aceitasse uma capitulação incondicional com o fim de acabar o mais ativo foco de rebelião dos reinóis no Brasil independente. E, assim pensando, comunicou-se com Cochrane, a quem deu conhecimento do seu parecer, logrando sua opinião favorável.

Não convindo que os "marotos" de Madeira e de Felix de Campos demorassem a sua retirada porque bem poderia ser que novos reforços pessoais e alimentícios chegassem do Reino, e eles, então em melhor situação, resolvessem reencetar a luta, respondeu àquele General, por escrito, que só permitiria o abandono da praça "sob forma de capitulação" e que "não seria concedida licença para o regresso da esquadra ao Reino". E, particularmente disse ao Coronel Menezes que no dia seguinte assaltaria a cidade para apressar o desfêcho da injustificada resistência.

Sabedor de tão desconcertante decisão, Madeira comunicou-a a Felix de Campos e imediatamente, por ambos foras, dadas as necessárias providências para que tôdas as fôrças civis e as famílias que quizessem partilhar de sua sorte e regressar para o Reino, embarcassem durante a noite porque os navios partiriam pela madrugada. E isso assim foi feito de modo que, antes do meio dia de 2 de Julho, já a cidade do Salvador estava completamente livre dos indesejáveis portugueses e desolada porque há muito as famílias brasileiras dela se haviam retirado e algumas dos reinóis estavam embarcadas nos vários navios mercantes fundeados defronte da Gamboa e do Arsenal, onde Felix de Campos os reunira e conservava sob a proteção de sua esquadra.

Lima e Silva, em seu acampamento de Pirajá, sabedor de tudo isso, nas primeiras horas do dia ordenou que um corpo de exploradores se aproximasse da cidade, procedesse ao necessário reconhecimento e, se de fato, ela estivesse abandonada, nela penetrasse e lhe mandasse aviso. Em seguida ordenou que suas briosas fôrças marchassem direto à valorosa cidade e, após ter recebido confirmação do seu abandono, logo depois do meio dia, à sua frente e em garboso cavalo, nela entrou, mandando imediatamente tomar posse dos fortes e estabelecimentos públicos e guarnece-los, içando-se o estandarte imperial ao som de fanfarras e dos entusiasticos vivas ao Imperador, levantados pela população emocionada.

No mar, Lorde Cochrane, receando que a esquadra inimiga e sua numerosa frota mercante tentassem arribar a algum pôrto pa-

ra ludibriarem os brasileiros e fazerem novas tentativas de resistência, visto que no Norte as províncias do Piauí, Maranhão e Pará ainda continuavam fiéis às Côrtes, resolveu persegui-las e durante a noite logrou capturar alguns de seus barcos retardados ou desgarrados. Pela manhã, percebendo que um navio de guerra, destacando-se do combôio, rumava direto para o Norte, correu ao seu encalço, e aprisionando-o, teve a oportunidade de saber que o General Madeira pretendia dirigir-se ao Maranhão para occupá-lo e aí continuar a sua obstinada e infrutifera resistência.

Então, à vista desta insídia, dirigiu-se para esse pôrto com a sua frota e destacou a corveta Niterói, sob o comando do destemido Jonh Taylor, para acompanhar a esquadra fugitiva até vê-la fora das águas nacionais. Mas este capitão, bravo e precavido, em cujo navio era encarregado dos cronômetros e jovem praticante de Pilôto, Joaquim Marques Lisboa, mais tarde Almirante e Marquês de Tamandaré, audaciosamente a seguiu até a bôca das águas do Tejo, cavalgando, por vezes, o lais da vêrga do velacho para contar os navios e certificar-se do rumo que êles levavam.

Eis aí, neste sucinto relato, o que houve no memorável dia dois de Julho, de tão cara e honrosa recordação para todos os baianos, que tão fervorosamente amam a sua Pátria e particularmente o solo do seu torrão natal — a Baía. Foi um dia de glórias que lembra uma vitória branca, isto é, sem combate, mas que assinala a fuga de um inimigo arrogante, que preferiu revelar-se covarde a sacrificar-se herói.

A generosidade de Lima e Silva e o consentimento de Cochrane ao permitirem que o tempo desse ao Mundo a prova da sua fraqueza e da displicência do seu caráter, fugindo de um combate desejado pelos brasileiros e temerosamente esperado por êle, em nada deslustra a atitude militar e patriótica que assumiram.

Durante um ano de lutas os patriotas baianos do interior, Recôncavo e Itaparica conseguiram algumas vitórias de verdadeiro valor contra as forças regulares de Madeira; sofreram duas derrotas e recuaram três vêses, enquanto que essas forças, superiores em número e recursos bélicos, sofreram oito derrotas, recuaram duas vezes, chacinaram civis e militares durante os dias 18 a 20 de Fevereiro de 1822 na Capital, perderam a iniciativa nos últimos tempos e acabaram fugindo para não sofrerem o vexame de capturar.

Ora, tudo isso honra os baianos e os brasileiros que cooperaram com êles e avilta os emproados reinóis, recalcitrantes e tímidos.

Do seu lado, nenhum feito épico e nenhum herói puderam apresentar, enquanto que os baianos o fizeram com relêvo. A abordagem da escuna, seu aprisionamento e o grande número de mortos, feridos e prisioneiros na refrega da Cachoeira, Funil, Cabrito, Coqueiros, Amoreiras, ilhas das Fontes, da Maré e dos Frades são honrosas etapas da vitória final. Os sustos e as corridas que o intrépido João das Botas, o verdadeiro herói que se tornou o lendário personagem da significativa guerra libertadora, foram incisivos açoites sôbre o dorso dos marinheiros lusos. A épica defesa de Itaparica pela gente de Souza Lima foi outro dourado elo da cadeia de vitórias que iria garrotear os marotos" de Madeira, mas que êles evitaram deslizando sorrateiramente o pescoço. Mais ainda, o heroísmo de Madre Angélica, o martírio do padre Daniel e a audácia e bravura do soldado-militar Maria Quitéria de Medeiros, são verdadeiros padrões de glória do patriotismo baiano, digno de emulação, exemplo e reprodução.

E naturalmente, por assim pensar, foi que o poeta baiano Franklin Dória, ao cantar, em sua maviosa lira, o heroísmo de Maria Quitéria disse:

"Vede-a tão jovem, coração virgínio,  
O amor da pátria veemente o alaga;  
Ela agora só cuida do extermínio  
Dos que tomaram-lhe a risonha plaga.

Deixa de Parte fascinantes galas,  
Os doces seios lhe comprime a farda  
E, perfilada ante as imígas alas,  
Não sabe trepidar, não se acobarda".

Por sua vez, Agrário de Menezes, também inspirado vate baiano, ao celebrar alguns heróis dessa guerra, assim cantou:

“Morrer a pátria salvando  
Das suas cadeias vis,  
É um feito memorando  
É uma sina feliz!  
Morrer no campo da guerra,  
P’ra libertar sua terra  
É ditosa condição!  
Antes morrer co’a vitória  
Que o estandarte da glória  
Ver atirado no chão!”

É portanto justo, nobre, digno e honroso que até hoje, nesta data, os baianos comemorem, com sinceridade e votos de são patriotismo, a vitória de seus patrícios ou ancestrais tão abnegadamente conseguida com as suas refregas vencedoras e que, se não se realizou brilhante, honrosa e decisiva, como a almejavam e estavam ardentes e prontos a colher no campo de batalha, foi porque o inimigo acobardado, fugiu. Portanto, que nesta data, pelos anos em fora, os baianos de hoje e de amanhã não se encantem só com as épicas narrativas daqueles prêmios, e os louvores entoados aos seus bravos, mas também compreendam que a nossa vida, a nossa inteligência e os nossos labores não nos pertencem integralmente pois, em sua maior e melhor parte, são um patrimônio da Nação, que tem o direito de exigi-los e empregá-los nos momentos em que periclitam a sua soberania, a vida dos seus filhos ou os altos interesses coletivos da pátria.

E nesta hora aziaga, em que a humanidade se contorce em ondas de barbaria, desencadeadas por ímpios, desvairados e hipertrofiados de ambição e vaidade, não devem olvidar os baianos, e com eles todos os brasileiros, que no dia 2 de Julho de 1823, um punhado de bravos destruiu, sem maiores derramamentos de sangue, o forte bastião de resistência que os portugueses recalcitrantes haviam firmado à ilharga da Capital do Império, com o objetivo de impedir a consolidação do novo regime, que concedera ao Brasil, então Reino, a sua carta de liberdade.

Lembremo-nos agora do que acerca dessa valorosa luta proferiu o genial poeta Castro Alves em sua patriótica “Ode ao Dois de Julho”:

Não! Não eram dois povos que abalavam  
Naquele instante o solo ensanguentado...  
Era o porvir — em frente do passado, —  
A liberdade — em frente à escravidão!  
Era a luta das águias — e um abutre,  
A revolta dos pulsos — contra os ferros,  
O pugilato da razão — com os erros,  
O duelo da treva — e do clarão.

A vitória incruenta de 2 de Julho representa, assim, uma das maiores datas da História Política Nacional porque ela teve enorme alcance e efeito decisivo concorreu para que em pouco tempo, a autoridade do Imperador fosse definitivamente respeitada, desde as margens do caudaloso rio Mar até as do delgado Chui e que êle pudesse, com serenidade e clarividência, completar a consolidação tão necessária para a existência e o desenvolvimento do Império.

E agora concluindo, com João das Botas, no seu veleiro Pirajá e aqui em espírito, repitamos o que ainda cantou Agrário de Menezes:

Pirajá livro de ouro  
Em que tua glória luz  
Tu és o maior tesouro  
Da terra de Santa Cruz.  
Tu és a folha brilhante  
Dessa memória gigante  
Que o passado nos rendeu.  
Tu és a figura augusta  
Dessa crônica vetusta  
Que a liberdade escreveu!

## TESTAMENTO COM QUE FALECEU O SARGENTO- MÓR DIONISIO RODRIGUES DANTAS

Em nome de Deos amen.

"Folhas hua. Cunha".

Eu o Sargento mor Dionisio Rodrigues Dantas achando-me presentemente nesta cidade da Bahia em tratamento de huma molestia que padeço, porem em meo perfeito juizo, e prompto em todas as lunçoens intellectuaes, e temendo-me da morte, pois q. não sei o dia, em que possa ser chamado ao Tribunal da verdade, determino fazer o meo solenne testamento, ultima e derradeira vontade pela maneira seguinte:

Encomendo primeiramente minha Alma a Deos Padre, que a creou, a Deos Filho, que a Remio com seu Precioso Sangue, e a Deos Spirito Santo, que a illuminou e encheo de Graças, para que a recebão, e colloquem na Eterna Bem aventurança quando deste enganoso Mundo se apartar: imploro igualmente os Socorros da Sempre virgem Maria, Mãe, e Advogada dos Peccadores, para que no tremendo dia da minha morte me livre e defenda das ilusoens e ciladas do inimigo das Almas humanas, e depois interponha seu valimento para com o mesmo Seu Bento Filho de minha Alma: não menos imploro e depreco do Anjo da minha Guarda e Santo do meo Nome, dos quaes espero todo o auxilio, e proteção perante o Supremo Arbitro de quem São atendidos.

Declaro, que sou natural da Povoação da Instancia(1), residente na Cotinguiba da Villa de Nossa Senhora do Socorro, Provincia de Sergipe, filho do Capitão José Rodrigues Dantas e D. Michaela Maria da Purificação, ambos fallecidos.

---

(1) — Estancia Nota do copista.

Declaro que fui Baptisado na dita Freguezia de sua naturalidade, e embalado no Berço da Fé Catholica, que professo, e nesta mesma Fé protesto morrer e Salvar minha Alma,

Declaro que sou casado a face da Santa Igreja, e conforme a constituição do Arcebispado e Santos Concilios, e por carta de ametade, com Dóna Antonia Gomes de Mello, existente na dita Villa de Nossa Senhora do Soccorro, de cujo consorcio tivemos cinco filhos que tambem existem e são : o Coronel José Rodrigues Dantas, o Padre Manoel Gomes Rodrigues Dantas, o Capitão Antonio Rodrigues Dantas, Dona Joana Maria de Santa Rosa casada com o Coronel Francisco Barretto de Mello, e Dona Michaela Maria da Purificação, que existe em estado de solteira em companhia da dita minha consorte e todos estes são os legitimos e universaes herdeiros de todos os meus bens, e até o serão dos remanicentes da minha terça cumpridos que sejão os meus legados e disposições.

Nomeio meos Testamenteiros em primeiro lugar a dita minha mulher Dona Antonia Gomes de Mello, em segundo lugar o dito meo filho Reverendo Manoel Gomes Dantas ; e em terceiro lugar ao dito meo filho o Coronel José Rodrigues Dantas, e a todos estes, e cada hum de per si, peço que por serviço de Deos e bem da minha Alma; aceitem esta minha testamentaria, e ultima vontade para cumprirem exactamente quanto neste passo a declarar, e lhes deixo pelo trabalho a vintena que a Ley confere, e para dare conta no Juizo competente marco o prazo de quatro annos, e ainda assim não sendo bastante o tempo marcado poderão recorrer ao Juizo da conta para a prorrogação de mais tempo.

Declaro que sento certo e de ordinario apparecerem duvidas em casas de familias por morte das columnas das mesmas casas acerca de dinheiro desencaminhados, pela presente verba declaro, que em minha casa e puder de minha consorte so deixel em dinheiro moeda o seguinte: vinte e hua pessos de ouro de vallor de seis mil e quatrocentos reis cada hua pessa, e assim mais trinta e tantos mil reis em moeda de prata lavrada que tudo será apresentado pela minha consorte, pois que esta tem bastante probidade para limpamente offerir sem prejudicar a terceiros, e nada mais existe a respeito de dinheiro moeda.

“Folhas trez”.

Declaro que de muitos annos tenho tido amisade intima que ainda tenho e conservo com meo afilhado José Gomes Salgado

Guimaraens encontrando-o sempre em lisura e boa fé, tanto quanto a mesma amizade, como em negocios e transações commerciaes, que tivemos, e na fruição de hum e outro motivo recebi sempre do mesmo meo afillhado José Gomes Salgado Guimaraens caricias e obsequios, e em recompensa destes bons officios lhe deixo hum Legado huma morada de casas que possui sitas na Povoação de Laranjeiras, na rua que vai para a Igreja Matriz; e assim mais lhe deixo hum cavallo para sua sella, e esta Verba lhe servira de titulo, e meo Testamenteiro a fará cumprir exatamente logo que tenha o Legatario pago a competente Sisa.

Declaro que se eu morrer nesta cidade onde presentemente me axo não quero pompa alguma no meo enterramento, e os devidos Sufragios por minha Alma ficarão ao Arbitrio de meu Testamenteiro que de todos os nomeados confio farão quanto me possa servir de arrimo a minha Alma.

Declaro que meus Testamenteiros mandarão dizer Sete Cappellas de Missas de esmola do costume, a saber cinco por minha Alma huma pellas Almas de meos Pais, e outra pellas de meos Escravos.

Declaro que a minha escrava a parda Joana Rosa, por meu falecimento será obrigada a acompanhar minha molher enquanto viva, por falecimento desta, gosará de inteira Liberdade e isto lhe confiro em recompensa dos bons serviços que me tem prestado, e esta verba lhe servirá de titulo quando falecer a dita minha consorte.

Declaro que tenho contas e devo a meo compadre Antonio José Teixeira, e assim como de igual sorte com o Tenente Coronel Felix Barretto de Vasconcellos e Menezes, que o meo Testamenteiro as quitará e pagará sem contendas judiciaes, estando por quanto pelos ditos meus credôres for dito, e apresentado por isso que são pessoas idoneas, e dignas de todo o credito, e que para melhor esclarecimento do ajuste examinarão o meo Livro de Razão e mais papeis relativos a economia da minha casa, dos quais tem noticia minha molher e filhos.

Declaro que comprei hum Premio de Disimo juntamente com o meo sobrinho o Coronel José Rodrigues Dantas de Mello, de cujo negocio e sociedade não ajustamos contas porque ambos noz recebiamos pagamentos feitos pelos devedores de Disimos, e afinal o dito meo Sobrinho vendeo o resto deste negocio, com audiencia e consenço meo, ao Coronel Domingos Dias e a outras : meos Testa-

Declaro que fui Baptisado na dita Freguezia de sua naturalidade, e embalado no Berço da Fé Catholica, que professo, e nesta mesma Fé prótesto morrer e Salvar minha Alma.

Declaro que sou casado a face da Santa Igreja, e conforme a constituição do Arcebispado e Santos Concilios, e por carta de ametade, com Dóna Antonia Gomes de Mello, existente na dita Villa de Nossa Senhora do Soccorro, de cujo consorcio tivemos cinco filhos que tambem existem e são : o Coronel José Rodrigues Dantas, o Padre Manoel Gomes Rodrigues Dantas, o Capitão Antonio Rodrigues Dantas, Dona Joana Maria de Santa Rosa casada com o Coronel Francisco Barretto de Mello, e Dona Michaela Maria da Purificação, que existe em estado de solteira em companhia da dita minha consorte e todos estes são os legitimos e universaes herdeiros de todos os meus bens, e até o serão dos remanicentes da minha terça cumpridos que sejão os meus legados e disposicoens.

Nomeio meos Testamenteiros em primeiro lugar a dita minha mulher Dona Antonia Gomes de Mello, em segundo lugar o dito meo filho Reverendo Manoel Gomes Dantas ; e em terceiro lugar ao dito meo filho o Coronel José Rodrigues Dantas, e a todos estes, e cada hum de per si, peço que por serviço de Deos e bem da minha Alma; aceitem esta minha testamentaria, e ultima vontade para cumprirem exactamente quanto neste passo a declarar, e lhes deixo pelo trabalho a vintena que a Ley confere, e para dare conta no Juizo competente marco o prazo de quatro annos, e ainda assim não sendo bastante o tempo marcado poderão recorrer ao Juizo da conta para a prorrogação de mais tempo.

Declaro que sento serto e de ordinario apparecerem duvidas em casas de familias por morte das columnas das mesmas casas acerca de dinheiro desencaminhados, pela presente verba declaro, que em minha casa e puder de minha consorte so deixel em dinheiro moeda o seguinte: vinte e hua pessas de ouro de vallor de seis mil e quatrocentos reis cada hua pessa, e assim mais trinta e tantos mil reis em moeda de prata lavrada que tudo será apresentado pela minha consorte, pois que esta tem bastante probidade para limpamente oferir sem prejudicar a terceiros, e nada mais existe a respeito de dinheiro moeda.

"Folhas trez".

Declaro que de muitos annos tenho tido amisade intima que ainda tenho e conservo com meo afillhado José Gomes Salgado

Guimaraens encontrando-o sempre em lisura e bôa fé, tanto quanto a mesma amisade, como em negocios e transaçoes commerciaes, que tivemos, e na fruição de hum e outro motivo recebi sempre do mesmo meo afilhado José Gomes Salgado Guimaraens caricias e obsequios, e em recompensa destes bons officios lhe deixo hum Legado huma morada de casas que possuo sitas na Povoação de Laranjeiras, na rua que vai para a Igreja Matriz; e assim mais lhe deixo hum cavallo para sua sella, e esta Verba lhe servirá de titulo, e meo Testamenteiro a fará cumprir exatamente logo que tenha o Legatario pago a competente Sisa.

Declaro que se eu morrer nesta cidade onde presentemente me axo não quero pompa alguma no meo interramento, e os devidos Sufragios por minha Alma ficarão ao Arbitrio de meu Testamenteiro que de todos os nomeados confio farão quanto me possa servir de arrimo a minha Alma.

Declaro que meus Testamenteiros mandarão dizer Sete Capellas de Missas de esmola do costume, a saber cinco por minha Alma huma pellas Almas de meos Pais, e outra pellas de meos Escravos.

Declaro que a minha escrava a parda Joana Rosa, por meu falecimento será obrigada a acompanhar minha mulher enquanto viva, por falecimento desta, gosará de inteira Liberdade e isto lhe confiro em recompensa dos bons serviços que me tem prestado, e esta verba lhe servirá de titulo quando falecer a dita minha consorte.

Declaro que tenho contas e devo a meo compadre Antonio José Teixeira, e assim como de igual sorte com o Tenente Coronel Felix Barretto de Vasconcellos e Menezes, que o meo Testamenteiro as quitará e pagará sem contendias judiciaes, estando por quanto pelos ditos meus credores for dito, e apresentado por isso que são pessoas idoneas, e dignas de todo o credito, e que para melhor esclarecimento do ajuste examinarão o meo Livro de Razão e mais papeis relativos a economia da minha casa, dos quais tem noticia minha mulher e filhos.

Declaro que comprei hum Premio de Disimo juntamente com o meo sobrinho o Coronel José Rodrigues Dantas de Mello, de cujo negocio e sociedade não ajustamos contas porque ambos noz recebiamos pagamentos feitos pelos devedores de Disimos, e afinal o dito meo Sobrinho vendeo o resto deste negocio, com audiencia e consenço meo, ao Coronel Domingos Dias e a outras : meos Testa-

menteiros por tanto ajustarão estas contas, e para isso existe em hum livro meo extravilhado outro livro já usado e dentro deste hum conta feita de meo punho em que se acha declarada toda a força deste negocio.

Deixo a menima Claudina, minha agregada, que existe em companhia de minha consorte, filha do finado José da Cruz a quantia de secenta mil reis que meo Testamenteiro lhe os dará logo que tome o estado de casada, e caso aconteça não tomar a dita menina este estado, e venha a prostituir-se, em tal caso reverterá para o meo casal este Legado e meo Testamenteiro applicará a quantia que nelle se declara, em obras pias, e da maior necessidade é que quando assim cumprir se lhe deverá attender na conta que prestar, ainda mesmo que não vá especificada a applicação.

Declaro que no meo livro de Razão se acha a declaração de todos os bens que em causa dotis dei aos meos filhos ; que se acham casados, e estes estarão pela mesma declaração, que é fiel e verdadeira.

Declaro que o falecido meo sogro Manoel Gomes dos Santos deixou hua quantia ou legado para ser dividida entre seus netos meus filhos, e fazendo-se o dividendo tocou aos varoens a cada hum destes cento e sincoenta mil reis, e as femeas tresentos mil reis, e tendo eu pago aos meos quatro filhos suas quotas partes deixei de o fazer a minha filha Dona Michaela, que se acha ainda por pagar desta quantia de tresentos mil reis, que meo Testamenteiro promptamente a indenizará.

Declaro que sendo a dita Minha filha Dona Michaela a que menos tem desfructado o meo casal por isso lhe deixo em legado que sahirá da minha terça a molatinha Fausta, filha da escrava Lourença parda, no valor de duzentos mil reis, que em tanto a estimo.

Declaro que meo filho o Reverendo Manoel Gomes Rodrigues Dantas nada tem de entrar para cottação a respeito de bens, porque os que elle hoje possuiu foram adqueridos pelas suas ordens, e nada teve de ajuda ou favor nem ao menos depende-o de alguma cousa que pertencesse ao meo Casal, e se os bens pertencentes ao referido meo filho existem partem delles em minha casa he porque este reside em minha companhia por ser bom filho, e amante de seus Paes, e esta verba lhe servirá de titulo para obviar duvidas de futuro.

Deixo a Anna, parda forra que me tem tratado nesta enfermidade, que padeço, com todo o desvelo e amor, a quantia de sincoenta

mil reis, que lhe serão dados por meo Testamenteiro logo que eu faleça. Tenho finalizado por esta forma o meo Solene testamento ultima e derradeira vontade que quero tenha todo o vigor por ser de minha livre e espontanea vontade e por este revogo todos os demais que antes destes tenha feito, e quando nele se encontrar alguma falta das que a Ley exige, imploro a justiça de Sua Magestade Imperial Constitucional para que lhe juntem os Socorros da mesma Ley quando faltem alguma das cláusulas em Direito precisas : este Testamento pois foi escripto por meu dictame, pelo Advogado Lucio Pereira de Azevedo que lendo-me claramente e axando-o eu conforme o mesmo que havia ditado o assignei de meo proprio punho e firma, juntamente com o dito Amamense delle. Bahia oito de Maio de mil oitocentos e trinta e cinco.

(A) Dionizio Rodrigues Dantas.

Eu escrevi e rogo do Testador, (A) Lucio Pereira de Azevedo.

#### APROVAÇÃO :

Saibam quantos este Publico Instrumento de aprovação de Testamento ou como em Direito melhor nome e lugar tenha virem que sendo no Anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil oitocentos e trinta e cinco, aos oito dias do mez de Maio do dito anno nesta Leal e Valorosa Cidade de Sam Salvador Bahia de Todos os Santos e Rua do Passo Freguezia do Sacramento da Rua do Passo, e casa do Testador Sargento Mór Dionizio Rodrigues Dantas, onde eu Tabelaão vim ahy o axei doente de cama mais em seu perfeito juizo e intendimento segundo as respostas que me deo as perguntas que lhe fiz, e das suas para as minhas maons em presença das testemunhas ao diante nomiadas e a Signadas me foram intregues quatro folhas de papel escriptas em dez laudas e meia que findão onde esta aprovação comessei dizendo-me era o seo Solene Testamento ultima e derradeira vontade que mandara escrever pelo Advogado Lucio Pereira de Azevedo e que por estar a seo gosto conforme tinha ditado que a Signara com o seo signal costumado requerendo-me lho aprovasse. E passando eu o dito Testamento pelos olhos, e pelo o axar limpo sem vicio emenda, borrão interlinha ou cousa que duvida faça o numerei e rubriquei com a minha rubrica que diz : Cunha, e o aprovo e hei por aprovado tanto quanto em Direito devo e posso em razão do meo Officio sou obrigado, sendo presente por testemunhas, o Advogado Lucio

Pereira de Azevedo, Silvestre Pereira Pinto, Joaquim Rodrigues Veiga, João da Silva Santos, e Jeronimo da Silva que a Signarão com o Testador depois de Lida esta aprovação eu Manoel Pinto da Cunha Escrivão o escrivi. Em testemunho de verdade estava o Signal Publico do Tabelião Manoel Pinto da Cunha.

(AA) Dionisio Rodrigues Dantas, Lucia Pereira de Azevedo, Silvestre Pinto Pereira, Joaquim Rodrigues Veiga, João da Silva Santos, Jeronimo da Silva. Aberto na Bahia a 10 de Julho de 1835.

Nota do copista :

Dionisio Rodrigues Dantas era proprietario e residente no engenho Jiqui.

Sua viuva, alegando doença, não aceitou a testamentaria que recaiu no seu filho Pe. Manoel Gomes Rodrigues Dantas.

O inventario foi feito amigavelmente.

O Jiqui foi avaliado em 16\$800, com as benfeitorias.

Monte mor . . . . .	50:231\$603
Monte liquido . . . . .	48:731\$896
Meação . . . . .	24:365\$948
Monte partiavel com herdeiros . . . . .	23:342\$948
Cada herdeiro . . . . .	4:668\$589

Este inventario está no cartório do tabelião José Euclides de Souza. (maço 50). Foi concluido em 1836.

## TESTAMENTO

Testamento de Clara Angelica do Bom Sucesso, natural do Socorro, filha natural de Caetana Arcangela e viuva de Manuel Lopes de Oliveira. Cartorio José Euclides de Souza, em 29 de Março de 1932. N. 196 Aberto em Julho de 1838.

"Em nome de Deos Amen. A folhas huma. Guimaraens Junior.

Saibão quantos este público instrumento de Testamento, ou codicilio virem que sendo no Ano do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil oitocentos e trinta e quatro.

Aos vinte e oito dias do mez de Janeiro do dito ano neste citio Maratahi estando eu doente porém de pé, e em meo perfeito juizo e entendimento, e querendo dispor de algumas coisas em beneficio de minha alma e de meo proximo faço este Testamento pela manci-  
ra seguinte :

Primeiramente emcomendo a minha alma a Deos Padre, a Deos Filho, e a Deos Espirito Santo, e pesso a Maria Santissima May de Deos, dos peccadores queira ser minha interceçora na hora da minha morte. Sou Christão verdadeira, e acredito em todos os Dogmas da Religiam catolica Apostolica Romana.

Sou natural da freguezia de Nossa Senhora do Socorro onde sepre morei, Filha natural de Caetana Arcangela.

Fui casada com Manoel Lopes de Oliveira, de cujo Matrimonio tivemos os filhos seguintes: Manoel José de Oliveira, Evaristo José de Santa Anna, João Felix de Pontes, Maria de Jesus, Anna

Clemencia, Francisca Nicacia, Elena Francisca. Alem de outros que não deixaram filhos, que presentemente possam entrar na herança p<sup>a</sup>. o futuro.

Para cumprir minhas determinações pesso por caridade, e pello amor de Deos serem meos Testamenteiros, imprimeiro lugar do Senhor Tenente Coronel Antonio Rodrigues Montes, em segundo lugar, do Senhor Tenente Francisco Antonio de Andrade, e interceiro lugar a meo filho João Felix de Pontes, que queirão serem meos Testamenteiros, e ao que aceitar este meo Testamento lhe deixo de premio trinta trinta (Sic).

Declaro, que os bens que possuo são os seguintes : Caetano, cabra Agostinho molato, Anna Victoria molata, Jacinta molatinha, João Africano, parte na escrava mulata Maria mulher de Claudio, uma junta de bois manços, e hum carro, parte no citio Sobrado, e huma pequena parte no sitio da alagoa redonda. A telha da casa onde moro, e alguns moveis bem conhecidos.

O meo Testamenteiro dará da minha filha Francisca Nicacia e a minha filha Anna Clemencia todo o remanicante de minha terça a quem instituo por herdeiros della. Declaro que o meo Testamenteiro dará a minha filha Lina, filha de meo primeiro Testamenteiro (Sic) e Senr. Tenente Coronel Antonio Rodrigues Montes a quantia de oitenta e quatro mil reis. Declaro, que a parte que tenho na molata Maria della lhe deixo metade para adjutorio de sua liberdade. Declaro que do meo casal se cobra serto porção de sal, que elle não deve; antes o passada Anno levou Francisco da Rocha sento, e tantos alqueires, que se lhe não devia, que por evitar duvidas o dei, e o meo Testamenteiro defenderá este negocio a custa de meos beins. Declaro que meo filho João Felix de Pontes me deve trinta mil reis de um cavallo que o abonei. Declaro que meo Testamenteiro procurará saber quem seja hum homem do pripiri a quem meo finado marido comprou hum boi, ou de hum boi deste homem recebo dez mil reis e nunca lhos pagou por nunca mais o ver, e no caso de não estar ainda pago lhe pagará pelos beins de meo casal.

Declaro que o meo Testamenteiro ao Senhor dos Passos doze mil reis. Declaro que tive duas demandas que me propoz meo filho Evaristo, e foram defendidas a custo de meo primeiro Testamenteiro o Senhor Tenente Coronel Antonio Rodrigues Montes, por minha Ordem, assim como defende da mesma forma huma outra demanda sobre huns pinhores.

Declaro, que tenho contas com o dito meo primeiro Testamenteiro a quem devo o que elle disser de suprimimento.

Bois e ditas demandas. Declaro que em minha vida mandei dizer algumas capellas de Missas por minha alma e pelas de meos pais e filhos e por isso o meo Testamenteiro só mandará dizer as Missas de corpo presente. Huma a Senhora Santa Anna a quem prometti duas pelas Almas do purgatorio, hua as tres pessoas da Santissima Trindade, hua a Nossa Senhora da Conceição, hua ao Anjo da minha guarda, e outra a todos os Santos da Corte celeste.

Declaro que o meo Testamenteiro primeiro tenha ordenado a forma do meo intterramento o qual será a sua elleição em quem confiei, e confio procurará todo bem para minha alma.

Deixo a Suteria mulher pobre que mora no Sobrado mil reis, deixo a meo netto José Joaquim filho de meo filho João Felix de Pontes dez mil reis e por esta forma tenho concluido este meo testamento que pesso as Justiças o hajam por firme e valioso e por não saber ler nem escrever pedi a José Rodrigues Montes este por mim fizecé e assignaci.

Manguinhos 28 de Janeiro de 1834. Clara Angelica do Bom Sucesso. Como testemunha, que este fiz a rogo da Testadora José Rodrigues Montes.

Segue-se a aprovação.

## FÉ DE OFICIO DO GENERAL CHAVES

Histórico da vida militar do General Vicente Lopes de Medeiros Chaves durante a campanha de Paraguay na qual tomou parte desde o seu início até o fim para onde marchou como voluntário tendo então o posto de Alferes da Guarda Nacional. É este histórico o que consta da sua fé d'ofício abaixo :

“Antônio José da Silva, comandante interino do quadragésimo Corpo de voluntários, da Pátria, condecorado com a medalha de Merito Militar, Cavalleiro da Imperial ordem da Rosa e Major honorário do Exército e Cavalleiro da Imperial Ordem do Cruzeiro etc. Certifico que o oficial abaixo declarado tem n'este Corpo os assentamentos do teor seguinte : Terceira Companhia - Capitão Vicente Lopes de Medeiros Chaves, filho legítimo de Manoel Lopez de Medeiros Chaves, natural da Província de Sergipe, nasceu em mil oitocentos e quarenta, estado solteiro. — Sendo Alferes do doze-Batalhão de Infantaria da guarda Nacional da Cidade de Propriá da mesma Província, alistou-se como voluntário da Pátria a três de Setembro de mil oitocentos e sessenta e cinco e marchou para a Capital d'aquella Província a vinte e três do mesmo mês; apresentou-se a Presidência a vinte e seis do dito mês; aquartelou a vinte e sete e embarcou para a Capital da Bahia a cinco de Novembro e desembarcou a seis; embarcou para a Côte do Império a vinte um e desembarcou a vinte e cinco; embarcou para Santa Catarina a vinte e nove e desembarcou no dia três de Dezembro; embarcou para Montividéo a cinco e desembarcou a oito; embarcou para Buenos Ayres a dôse e desembarcou a treze; embarcou para Corrientes a quinze e desembarcou a vinte e seis; marchou a

reunir-se ao Exército na Lagoa Brava a vinte e nove de Dezembro do mesmo Ano. Por ordem do comando em chefe de seis de Janeiro de mil oitocentos e sessenta e seis, foi mandado incluir no terceiro Corpo de voluntários da Pátria que fazia parte da vanguarda que comandava S. Exa. o Senhor General Don Venâncio Flores, a qual reuniu-se a sete, no lugar denominado Lagoa Grande; seguiu para o acampamento S. Domingos a oito e para o Rincão d'esse nome, junto a Vila de Santo Antônio de Itaty, a trinta do mesmo mês; seguiu para as Três Lagoas a dezoito de Fevereiro acampando nesse dia; seguiu no dia dois de Março e acampou na "Lagoa Grande"; seguiu a reunir-se ao Exército na Costa do rio Paraná no dia primeiro de Abril, chegando a oito; Transpôs o rio Paraná para o território Paraguay em deseseis de Abril, assistindo aos ataques d'esse dia e seguinte, e a tomada do Forte de Itapirú no dia dezoito, tudo de Abril; tomou parte nos combates de dois, onde foi elogiado, de vinte, vinte e quatro e vinte e oito, tudo de Maio; assistiu ao bombardeio inimigo do dia quatorze de Junho; foi contemplado nos elogios feito pelo Comandante em chefe do primeiro corpo de Exército em ordem do dia numero cento cinquenta e três; foi tambem contemplado no elogio feito a 6.<sup>a</sup> Divisão pelo Excelentissimo General Don Venâncio Flores, pelo denodo e sangue frio com que assistiu ao mesmo bombardeio; tomou parte do combate de dez de Junho nas linhas avançadas do Exército, pelo que foi elogiado por S. Excia. o Senhor General Flores, pela bravura e disciplina que teve em duas horas de combate; assistiu ao combate de dezesseis e tomou parte no de dezoito, tudo de Julho, onde foi levemente ferido e mencionado na parte, dada pelo Corpo em referência a esse dia. Assistiu ao bombardeio feito pelo inimigo a trinta de Outubro e foi mencionado pelo Comando do Corpo, por seu comportamento n'esse dia, tudo no Ano de mil oitocentos sessenta e seis. Deixou de pertencer a vanguarda dos Exércitos Aliados em vinte e três de Fevereiro de mil oitocentos sessenta e sete, por ter o Corpo passado a pertencer a primeira Divisão de Infantaria. Pela ordem do dia do comando em chefe, sob numero sessenta e três, de cinco de Abril, foi nomeado Tenente em comissão; acampado com a primeira Divisão de Infantaria na linha de vanguarda da extrema esquerda, ali permaneceu até vinte de Julho de mil oitocentos sessenta e sete, data em que acompanhou o Exército na marcha que fez flanquiando o inimigo, acampando em Tujo-cuê a trinta e um do mesmo, seguiu com o Corpo

para São Solano acampando no Tadj a dôse; marchou com o Corpo para a Vila do Pilar a quatorze, e regressou ao acampamento a quinze, tudo do mês de Novembro; sendo Tenente da segunda Companhia, foi pela Ordem do dia do comando em Chefe de três de Julho de mil oitocentos sessenta e oito, sob número duzentos e vinte e seis, nomeado Capitão em comissão, e pela Ordem regimental de nove do corrente, sob número oitenta e um foi mandado adir a terceira companhia, e em virtude do disposto na lembrança do comando do primeiro Corpo do Exército, sob número trinta e um do mesmo mês, foi mandado incluir no estado efetivo da mesma. E pela ordem regimental sob número oitenta e sete, passou a comandar a terceira companhia. Fez parte das forças que repetiram a abordagem dos encorçados estacionados no porto do Tadj a dez de Julho; a dezessete de Agosto acompanhou o Exército na marcha que fez em perseguição do inimigo, acampando em Suruby-hy a vinte e quatro de Setembro; tomou parte no reconhecimento feito a viva fôrça na fortificação de Angustura a primeiro de Outubro, pelo que foi contemplado no elogio feito na Ordem do dia do Comando em chefe, sob número duzentos cincoenta e quatro, de três do mesmo, pela coragem, calma, galhardia e bôa ordem que demonstrou; pela ordem do dia Regimental, sob número cento e sete, de vinte e seis do mesmo mês, passou a exercer as funções de Fiscal, deixando-as a sete de Novembro, e pela Ordem do dia também Regimental da mesma data, sob número cento e onze reverte-o ao comando de sua Companhia, sendo elogiado pela coadjuvação prestada nos poucos dias que exerceu as funções de Fiscal, mostrando-se bastante zelôso no cumprimento de suas obrigações. Embarcou para o porto de Santa Tereza a vinte e dois de Novembro desembarcando n'esse dia. Tomou parte na estrada do Chaco, e atravessou o rio Paraguay a cinco, saltando no porto denominado "Santo Antônio"; tomou parte no combate de seis na ponte do Itororó, na batalha de onze no "Avahy", no combate de vinte e um em "Lomas Valentinas", onde foi contuzo e ferido levemente, sendo elogiado na parte dada pelo comandante do Corpo, pelo seu comportamento no referido combate, e baixando ao hospital a vinte e dois teve alta a vinte e seis; apresentou-se n'esse mesmo dia a este Corpo por ter sido dissolvido o em que servia. Por este Corpo tem mais os serviços seguintes: Passou a comandar a terceira Companhia a vinte e seis e tomou parte no combate de vinte e sete e Rendição de Angustura a trinta, todo do mez de Dezembro

e ano de mil oitocentos sessenta e oito. Marchou com o Exército para Assumpção a trez de Janeiro, aquartelando n'esse logar a cinco ; a onze expedicionou com a brigada para "Luque" fazendo parte da vanguarda do Exército até sete de Março, data em que regressou para Assumpção onde conservou-se fazendo parte da guarnição da mesma ; a dezesete de Junho seguiu comandando a ala direita do corpo para a estação da Trindade, onde conservou-se até vinte, data em que regressou para Assumpção ; a vinte e dois do mesmo marchou com o corpo a reunir-se ao segundo Corpo do Exército no "Taquaral" ; tomou parte no reconhecimento de primeiro de Julho sobre as posições inimigas feito pelo segundo corpo do Exército em frente a Ascurras ; marchou com o mesmo a dois de Agosto e tomou parte no ataque do desfiladeiro "Sapucahy" a cinco, bem como no assalto de Perebebuy a dôse, pelo qual foi elogiado ; na batalha do "Barreiro Grande" a desesseis onde foi gravemente ferido e elogiado, data em que baixou ao hospital. Apresentou-se ao Corpo a desesseis de Novembro no acampamento da Vila do Rosario com alta do segundo Hospital Militar de Assumpção de oito de Outubro, assumindo o comando de sua companhia n'aquella data, tudo no ano de mil oitocentos e sessenta e nove. Foi contemplado no elogio feito pela Camara dos Senhores Deputados, por ter concorrido para os triunfos alcançados por nossas armas nos memoráveis combates do mês de Dezembro de mil oitocentos e sessenta e oito. Foi tambem contemplado no louvor feito pelo comando do segundo Corpo do Exército em ordem do dia sob numero três, de vinte de Agosto, pelo valor, calma e inexcédível bravura com que se portaram as forças do mesmo Corpo do Exército, nos gloriosos combates do mês de Agosto de mil oitocentos e sessenta e nove. Foi contemplado no voto de felicitação e reconhecimento feito, pela Camara dos Senhores Deputados em sessão de cinco de Junho de mil oitocentos e sessenta e nove, e consignado em ata de suas sessões, por alcançar no campo de Combate no Paraguai, para a Pátria, glórias imorredoras, e para si, renome e gratidão do País. Foi contemplado na manifestação e reconhecimento feito pela Camara dos Senhores Senadores em sessão de vinte e cinco de Agosto pela parte que lhe coube no grande feito d'armas que teve lugar no dia doze do referido mês e ano, como tambem foi publicado na mesma ordem do dia. Foi louvado por S. Alteza o Senhor Conde d'Eu em nome de S. Magestade o Imperador, por ter valiosamente concorrido para os triunfos al-

cançados no mês de Agosto de mil oitocentos e sessenta e nove, por seus esforços em prol da honra e segurança do Brasil, como foi publicado em Ordem do dia do Quartel General do comando em Chefe, sob numero trinta e sete, de catorze do mesmo ano. Embarcou com o Corpo na Vila do Rosário a três e desembarcou na Côte do Imperio a vinte e dois de Fevereiro d'este ano. Por Decreto do Ministério da Guerra de quatro de Março, foi nomeado Capitão honrarário do Exército, em atenção aos relevantes serviços prestados na guerra contra o Governo da República do Paraguai. Embarcou com o corpo, da Côte para a Capital da Baía a sete e desembarcou a doze do corrente; tendo sido nomeado para fiscalizar o Corpo a primeiro de Fevereiro, exerceu essas funções até esta data, em que é exonerado a seu pedido, afim de seguir para a provincia de Sergipe. É condecorado com o habito de Cavalheiro da Ordem de Nosso Senhor Jesus Cristo em atenção aos serviços militares prestados na guerra do Paraguai nos combates de dezesseis e dezessete de Abril, dois e vinte e quatro de Maio de mil oitocentos sessenta e seis, e com o da Imperial Ordem da Rosa tambem pelos serviços ali prestados nos combates de dezesseis e dezoito de Julho do mesmo ano. Por decreto número quatro mil cento e trinta e um, de vinte e oito de Março de mil oitocentos sessenta e nove, foi igualmente condecorado com a medalha de merito militar (de bravura) pelo combate de vinte e um de Dezembro de mil oitocentos sessenta e oito. Por Decreto do Ministério da Guerra de sete de Março de mil oitocentos e setenta, foi condecorado com o officialato da Imperial Ordem da Rosa pelos revelantes serviços prestados na Campanha do Paraguai. É tudo que consta de seus assentamentos a que me reporto. Eu Eliseu Dantas Bacellar, Tenente servindo de Secretário escrevi e subscrevi a presente. Quartel do Quadragéssimo Corpo de Voluntários da Pátria, no Forte do Barbalho, Baía, vinte e quatro de Março de mil oitocentos e setenta. Antonio José da Silva" Reconheço a firma supra. Baía vinte e cinco de Setembro de mil oitocentos e setenta. Em testemunho (Logar do sinal público) de verdade. Alvaro Lopes da Silva. Estava devidamente selada. Era o que se continha na fé de officio acima transcrita. Foi-lhe conferido o uso da medalha geral da Campanha do Paraguai com o passador de prata concedida por Decreto número quatro mil quinhentos e sessenta, de seis de Agosto de mil oitocentos e setenta. Diversas são as medalhas estrangeiras a si conferidas a saber: Pelo Governo da República de

Uruguai em mil oitocentos e noventa e uma de bronze com as seguintes inscrições em todos os seus lados: "Campanha del Paraguay 1865-1869" A las virtudes militares" Republica Oriental del Uruguay". Em 1889, pelo Governo Argentino a criada nesse ano com o diploma que encerra-se assim: Correspondido al Capitan Don Vicente Lopes de Medeiros Chaves el prêmio acordado por la Ley de 20 de Agosto, el Gobierno de la Republica Argentina acuerda el uso de uma medalha de plata". Esta medalha tem escrito o seguinte: "Alvator J. la constancia, a Nacion agradecida". Por atestados de diversas autoridades militares ainda são comprovados os serviços do mesmo official, como ainda se vai vêr: Do Major Floriano Vieira Peixoto, o seguinte: Floriano Vieira Peixoto, Major de Artilharia e Comandante interino do Batalhão d'Infantaria número 9. — Atesto que o Senhor Capitão Vicente Lopes de Medeiros Chaves tem exemplar conduta civil e porta-se com valor em combate. Acampamento do Batalhão de Infantaria numero nove na Vila do Rosário, República do Paraguai, dezesseis de Janeiro de mil oitocentos e setenta. — Floriano Vieira Peixoto" Do Major Carlos Frederico da Rocha, o seguinte: Carlos Frederico da Rocha, Capitão da 6.<sup>a</sup> Companhia do primeiro Batalhão d'Infantaria, major em comissão, fiscal do 4.<sup>o</sup> Corpo de Voluntários da Pátria, Cavalheiro das Imperiais Ordens de Aviz, Cristo e Rosa, condecorado com as medalhas da Campanha do Uruguai de 1865 e de Merito Militar — Atesto que o Senhor Capitão da 3.<sup>a</sup> Companhia deste Corpo, Vicente Lopes de Medeiros Chaves durante o tempo que comigo serviu neste Corpo deu-me sempre as melhores provas de boa conduta civil e militar, e exercendo bem as funções de seu posto muito me coadjuvou no serviço nacional. Acampamento na Vila do Rosário, República do Paraguai, 29 de Janeiro de 1870. — Carlos Frederico da Rocha" Do Coronel Antonio Tiburcio Ferreira de Souza, o seguinte: Atesto que o Senhor Capitão do 40.<sup>o</sup> de Voluntários Vicente Lopes de Medeiros Chaves, como Tenente do 3.<sup>o</sup> de Voluntários de que fui Fiscal durante os mezes de Junho e Julho de 1866, serviu bem, e no combate de 18 daquele último mês foi um dos subalternos que se distinguiu por seu comportamento durante a ação. Acampamento na Vila do Rosário, em 29 de Janeiro de 1870. Antonio Tiburcio Ferreira de Souza, Coronel Deputado do Ajudante General das Forças do Norte do Manduvirá". As firmas estavam reconhecidas por Tebelião Público. Por Decreto do Governo da Republica de

15 de Novembro de 1892, foi-lhe conferidas as honras de Tenente Coronel em atenção aos serviços prestados na referida Campanha do Paraguai, e por outro Decreto do então Vice-Presidente em exercício Marechal Floriano Peixoto, de 12 de Novembro de 1894 foi elevado ao posto de Coronel em comemoração a inauguração da Estátua do Marechal Ozorio, que naquela Campanha tão alto elevou o nome Brasileiro. E por decreto de três de Março de mil novecentos e vinte foi promovido a General de Brigada Honorario do Exército, visto se achar compreendido nas disposições do Decreto Legislativo número três mil novecentos e cinquenta e oito, de vinte e quatro de Dezembro de mil novecentos e dezenove, como consta de sua patente datada dos oito dias do mês de Abril do mesmo ano de mil novecentos e vinte, assinada pelo Presidente da República Dr. Epitacio Pessoa e Ministro da Guerra João Pandiá Callogeras. É o que consta de sua vida militar.

## ATAS DAS SESSÕES DO INSTITUTO

1 9 4 3

Ata da sessão ordinária da Diretoria do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe de 6 de Janeiro de 1943.

Aos seis dias do mês de Janeiro de mil novecentos e quarenta e três, presente número legal de membros da Diretoria, foi aberta a sessão, sob a presidência do Professor José Augusto da Rocha Lima.

Foi lida e aprovada sem emendas a ata da sessão anterior.

O expediente constou de cartas e cartões do Museu Paulista, do Arquivo Nacional, da biblioteca da Faculdade de Direito de S. Paulo, dos Institutos Históricos e Geográficos de S. Paulo, Pará e Amazonas e do Departamento Estadual de Estatística do Amazonas acusando o recebimento do número 16 da Revista deste Instituto; de ofícios da Inspeção Federal de Obras Contra as Secas, comunicando não lhe ser possível a remessa de Boletins daquela Inspeção, anteriormente pedidos, por se acharem esgotadas as respectivas edições, e do consócio, recentemente admitido, Antonio Porfírio de Brito agradecendo a sua eleição para o quadro de sócios efetivos e devolvendo, devidamente preenchido, o questionário pessoal; de uma carta e uma circular da firma Ugo Bernardini, de S. Paulo, comunicando o recebimento da quantia de duzentos e quarenta e um cruzeiros e meio, que lhe fôra remetida para pagamento do débito do Instituto, e comunicando a transformação da firma numa sociedade anônima, sob a razão de Fábrica de Cofres e Arquivos "Bernardini" S. A.; de um ofício do

Real Gabinete Português de Leitura no Rio de Janeiro, comunicando não ter recebido os volumes que lhe foram remetidos pelo Instituto.

Foram lidas também no expediente duas propostas, uma indicando os intelectuais conterrâneos Alfrêdo Gomes e José Sampaio para sócios efetivos e outra indicando os nomes dos Drs. Guedes de Miranda e Anfilóbio de Melo para o quadro de sócios correspondentes.

As referidas propostas foram encaminhadas à Comissão respectiva. Ainda no expediente foram apresentados os pareceres da Comissão de Admissão de Sócios exarados nas propostas recebidas na sessão passada sugerindo a eleição dos intelectuais patrióticos José Amado do Nascimento para sócio efetivo e Dr. Dicesar Plaisant para correspondente.

Ditos pareceres ficaram reservados para ordem do dia da sessão de hoje.

O Secretário apresentou crescida lista de Jornais, revistas e livros recebidos no correr do mês de Dezembro findo.

Aberta a ordem do dia, foram lidos os dois pareceres da Comissão de sócios favoráveis à eleição dos candidatos José Amado do Nascimento para sócio efetivo e Dr. Dicesar Plaisant para correspondente, pareceres que foram unanimemente aprovados.

O Consócio Dr. José de Calazans, fazendo uma demorada justificação propôs dois votos de pesar, um pelo falecimento do Embaixador Afranio de Melo Franco e outro pelo do Dr. Ranulfo Prata, sugerindo a transmissão de telegramas do Instituto às famílias dos mesmos, proposta que foi unanimemente aprovada.

O tesoureiro major João Nunes de Melo, comunicou que o cobrador das mensalidades de sócios, pedira, justificadamente, a elevação de sua percentagem de 10% para 15% o que lhe parecia justo.

Submetido à deliberação, foi aprovado o aumento.

O Dr. José de Calasans deu conhecimento à casa da suspensão temporária de suas atividades no que toca ao projetado Congresso de História de Sergipe, em consequência da situação internacional que envolvera na guerra o nosso País.

Apresentou em seguida uma cópia da fé de officio do bravo sergipano general Vicente Lopes de Medeiros Chaves, conseguida pelo consócio professor José de Magalhães Carneiro do neto do mesmo general, telegrafista José Chaves Dantas, para figurar no

arquivo do Instituto, lendo nessa ocasião uma carta que recebera do professor Magalhães Carneiro, a qual ficou anexa à referida fé de ofício.

O consócio Epifanio Doria comunicou que vinha dando passos no sentido de receber o Instituto a subvenção Federal de 1942, o que não fôra possível ainda conseguir.

Nada mais ocorrendo, foi encerrada a sessão de que eu, Anfiloquio Vale, segundo secretário, lavrei a presente ata.

(aa) José Augusto da Rocha Lima — Presidente  
Anfiloquio Vale — 2.º Secretário

---

**Ata da sessão ordinária da Diretoria do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe realizada a 6 de Fevereiro de 1943.**

Aos seis dias do mês de Fevereiro de mil novecentos e quarenta e três, presente número legal de membros da Diretoria, foi aberta a sessão, sob a presidência do professor José Augusto da Rocha Lima.

Foi lida e aprovada sem emendas a ata da sessão de seis de Janeiro último. O expediente constou de um telegrama do presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, agradecendo as condolências dêste Instituto pelo falecimento do secretário perpetuo daquele sodalicio, o historiador patricio Max Fleuiss; de uma circular do dr. José de Barros Nunes, comunicando haver assumido a 18 de Janeiro findo o cargo de Delegado Regional do Ministério do Trabalho neste Estado; de um ofício do Delegado Regional do X Congresso Brasileiro de Geografia neste Estado, enviando as Instruções para adesão ao mesmo Congresso e de dois cartões um da viuva e filhos do dr. Ranulfo Prata, agradecendo as condolências que o Instituto lhes enviou por ocasião do falecimento do mesmo dr. Ranulfo Prata, e outro da Biblioteca do Museu de Entre Rios, na Argentina, acusando o recebimento do número dezesseis da Revista do Instituto. Foram apresentados pelo primeiro secretário vários jornais, folhetos, livros e revistas recebidos de diversas procedências. O presidente mandou arquivar o expediente lido, depois de feito o expediente agradecendo.

Na ordem do dia o presidente leu o seu Relatório correspondente ao ano de 1942, segundo o qual o Instituto teve uma receita própria de Cr. \$ 2.332,00 e outra de coadjuvação, isto é de subvenções federal, estadual e municipal de Cr. \$ 11.188,00, as quais juntas ao pequeno transporte vindo de 1941, na importância de . . . . Cr. \$ 1.982,80, deu a soma de Cr. \$ 15.502,80.

A despesa paga foi de Cr. \$ 11.171,40, passando para 1943 a cifra de Cr. \$ 4.331,40, destinada ao pagamento de despesas de 1942 que não puderam ser pagas dentro do exercício, por motivos obvios.

Consta do Relatório que a Revista foi contratada e executada a despeito das dificuldades de papel; e que em 31 de Dezembro de 1942 contava o sodalicio 334 socios, sendo 179 efetivos, 8 beneméritos, 56 honorários e 91 correspondentes.

Nesse dia tinha a biblioteca 3.336 obras em 9.369 volumes, além de numerosos folhetos, jornais e revistas, tendo recebido durante o ano de 1942 um total de 80 periódicos: 63 revistas e 17 jornais, em carater gratuito.

Nada mais ocorrendo foi encerrada a sessão de que eu, Anfiloquio Vale, lavrei a presente ata.

(aa) José Augusto da Rocha Lima — Presidente  
Anfiloquio Vale — 2.º Secretário

#### Termo de Comparecimento de 6 de Março de 1943

Aos seis dias do mês de Março de mil novecentos quarenta e três, no edificio do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, ás vinte horas, presentes os membros da diretoria do mesmo Instituto, a saber: João Nunes de Melo, Doutor José Calasans Brandão da Silva, Epifanio Doria, comigo, Anfiloquio Vale, segundo secretario, verificou-se não haver numero suficiente para deliberações, em face do não comparecimento, aliás justificado, dos demais membros da Diretoria.

Para constar eu, Anfiloquio Vale, segundo secretario, lavrei o presente termo.

(aa) José Augusto da Rocha Lima — Presidente  
Anfiloquio Vale — 2.º Secretário

Ata da sessão ordinária da Diretoria do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, de 6 de Abril de 1943.

Aos seis dias do mês de Abril de mil novecentos e quarenta e três, às vinte horas, no edificio do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe e sala das sessões, presentes os membros da Diretoria, professor José Augusto da Rocha Lima, dr. José Calazans Brandão da Silva, major João Nunes de Melo e Epifanio da Fonseca Doria, comigo Anfiloquio Vale, segundo secretário, havendo maioria, foi aberta a sessão, sob a presidencia do professor José Augusto da Rocha Lima.

Foram lidos a ata da sessão de seis de fevereiro e o termo de comparecimento de seis de março deste ano, sendo aprovados sem emendas.

O expediente constou de uma carta da Biblioteca Pública de New-York, Estados Unidos, acusando o recebimento do número 16 da Revista dêste Instituto, e de dois officios um do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, sugerindo solenidades na passagem do Centenário do nascimento do Visconde de Taunay e outro de Monsenhor Carlos Costa, oferecendo ao Instituto um medalhão, em bronze, com a cabeça do presidente Ciro Azevedo. Constou mais do numerosos jornais e revistas recebidos nos meses de Fevereiro e Março ultimos, bem como de livros também recebidos de varias procedências. O presidente mandou agradecer e arquivar o expediente lido.

Aberta a ordem do dia, foram lidos dois pareceres da comissão de admissão de sócios, opinando pela aceitação dos seguintes sócios: efetivos José Sampaio e Alfredo Gomes de Oliveira; correspondentes: drs. Guedes de Miranda e Anfilofio de Melo.

Aberta discussão reinou silêncio, postos a votos, foram unanimemente aceitos os quatro candidatos, mandando o presidente fazer as devidas comunicações. Foi eliminado a pedido, o sócio dr. José Dantas Fontes.

Nada mais ocorrendo foi encerrada a sessão de que eu, Anfiloquio Vale, segundo secretário, lavrei a presente ata.

(aa) José Augusto da Rocha Lima — Presidente  
Anfiloquio Vale — 2.º Secretário

Ata da sessão ordinária da Diretoria do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, de 6 de Maio de 1943.

Presentes os membros da Diretoria, professor José Augusto da Rocha Lima, dr. José Calasans Brandão da Silva, João Nunes de Melo e Epifanio da Fonseca Dória, comigo, Anfiloquio Vale, segundo secretário, foi aberta a sessão, sob a presidência de professor José Augusto da Rocha Lima.

Foi lida e aprovada, sem emendas, a ata da sessão anterior.

O expediente constou de duas cartas, uma da biblioteca da Universidade de Berkeley, na California, acusando o recebimento do numero 16 da Revista deste Instituto e outra do dr. Dicesar Plaisant, agradecendo a sua eleição para sócio correspondente; bem como de cinco officios, um do comandante da Fôrça Policial, agradecendo o ter o sodalicio cedido o seu salão para uma palestra do coronel Orozimbo Martins Pereira, diretor do Serviço de Defesa Passiva Anti-aérea; outro do Diretor do Departamento Municipal de Estatística de Vitória, Espírito Santo, oferecendo publicações à biblioteca do Instituto; outro do Chefe do Serviço de Publicidade do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comercia-rios, no Rio de Janeiro, oferecendo um exemplar do livro "O Problema da Habitação na Escandinavia"; e outro do presidente da Associação Profissional dos Contabilistas, no Estado de Sergipe, comunicando que o sócio José Brandão de Carvalho assumiu as funções de secretário da referida Associação.

Foram apresentados também numeros de jornais, revistas e livros recebidos de várias procedências no correr do mês de Abril.

Foi lida ainda no expediente uma proposta, firmada por cinco consócios quites, no sentido de ser aceito sócio correspondente o dr. Antonio de Araújo de Aragão Bulcão Sobrinho, a qual foi despachada à comissão de admissão de sócios. Aberta a ordem do dia declarou o presidente não haver assuntos à discussão. O primeiro secretário Epifanio Dória deu conhecimento à casa dos esforços que vem desenvolvendo para o recebimento da subvenção de cinco mil cruzeiros concedida pelo govêrno federal pelo exercício de de mil novecentos e quarenta e dois.

Nada mais ocorrendo foi encerrada a sessão de que eu, Anfiloquio Vale, segundo secretário, lavrei a presente ata.

(aa) José Augusto da Rocha Lima — Presidente  
Anfiloquio Vale — 2.º Secretário

---

**Ata da sessão ordinária da Diretoria do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, de 6 de Junho de 1945.**

Presente numero legal de membros da Diretoria, foi aberta a sessão, sob a presidência do Professor José Augusto da Rocha Lima.

Foi lida e regularmente aprovada a ata da sessão anterior.

O expediente constou do parecer da comissão de admissão de sócios, opinando pela aceitação do candidato dr. Antonio de Araujo Aragão Bulcão Sobrinho, que ficou reservado à ordem do dia da presente sessão; de um officio do inspetor da Alfândega do Rio Grande, oferecendo a Relação que organizou, dos chefes da mesma Alfândega de 1804 até agora; de uma circular do secretário geral do Estado, solicitando o auxilio do Instituto para que tenha a maior divulgação possível o apelo do Conselho Nacional de Geografia para que os estudiosos de Sergipe concorram para o concurso anual de monografias de aspectos municipais; de um officio do presidente do Tribunal de Apelação do Estado, oferecendo ao Instituto 6 retratos, devidamente emoldurados, que se achavam no antigo salão da extinta Assembléa Legislativa, onde se acha funcionando atualmente o Tribunal, sendo três em litografia, do Marechal Floriano Peixoto e dos drs. Campos Sales e Prudente de Moraes, e três a crayon, dos generais Siqueira Menezes, Oliveira Valadão e Pereira Lôbo, retratos, que foram tambem recebidos. Foram presente tambem no expediente vários numeros dos Diários Officiais, do Maranhão, Mato-Grosso, Minas-Gerais, Paraná Pernambuco, Piaui, Rio de Janeiro e Santa Catarina; e bem assim das revistas Rotary Club do Recife; Boletim Informativo da la Republica del Ecoador; Revista do Departamento Nacional do Café; Revistas dos Institutos Históricos do Rio Grande do Sul e Santa Catarina; Revista do Arquivo Municipal de S. Paulo; Coop, da

Baia; Hamann, Rio de Janeiro; Boletim do Conselho Nacional de Geografia; Informaciones Argentinas, Buenos Aires; Brasil Ferro Carril, Rio de Janeiro; Revista Brasileira de Geografia; Revista da Academia Brasileira de Letras; Revista do Instituto Brasil Estados Unidos; Revista Brasileira, Rio de Janeiro; Tzunpame, da Republica do Salvador; O Brasil de hoje, de ontem e de amanhã e Dos Jornais. Foram apresentados ainda os livros e opusculos: O pensamento politico do presidente, remetido pelo Departamento de Imprensa e Propaganda da União; O descobrimento do Piauí e o documento de Pereira da Costa, remetido pelo autor, dr. João Pinheiro; O lugar de Cruz e Souza no movimento simbolista pelo dr. Roger Bastide, remetido pela Diretoria de Geografia e Terra de Santa Catarina; Regulamento do X Congresso Brasileiro de Geografia e Regimento para a sua comissão organizadora, remetidos pela mesma comissão e Relação dos chefes do Consulado e Inspetores da Alfandega do Rio Grande, organizada pelo atual inspetor José Bragança de Azevedo.

O presidente mandou agradecer e arquivar o expediente lido

Aberta a ordem do dia foi lido o parecer da comissão de admissão de socios emitido na proposta de acitação do dr. Antônio de Araujo de Aragão Bulcão Sobrinho, para socio correspondente, o qual foi aprovado unanimemente, mandando o presidente que se fizesse a devida comunicação.

O dr. José Calazans lembrou a adesão do Instituto ao X Congresso Brasileiro de Geografia e se reunir em Belem do Pará de 7 a 16 de Setembro proximo, ficando deliberado fazer-se a mesma adesão, mandando o presidente que se tomassem as devidas providências. Nada mais ocorrendo, foi encerrada a sessão, de que eu, Anfilóquio Vale, segundo secretario, lavrei a presente ata.

(aa) José Augusto da Rocha Lima — Presidente  
Anfilóquio Vale — 2.º Secretario

---

Ata da sessão ordinária da Diretoria do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, de  
6 de Julho de 1943.

Presente número legal de membros da Diretoria, foi aberta a sessão, sob a presidência do Professor José Augusto da Rocha Lima.

Foi lida e aprovada, sem emendas, a ata da sessão anterior.

O expediente constou de vários números de jornais e revistas, de várias procedências, quer do país, quer do estrangeiro, e de obras recebidas por oferta dos respectivos autores, como consta dos registos da biblioteca. Constou mais o expediente de dois telegramas, um da Divisão do Orçamento do Ministério da Educação, comunicando a aprovação da prestação de contas de 1939, e que já fôra pedido o pagamento, ao Instituto, da subvenção de 1942; e outro do procurador do Instituto, no Rio de Janeiro, comunicando que a ordem de pagamento da referida subvenção de 1942 já tinha sido remetida à Delegacia Fiscal do Tesouro Nacional neste Estado. Constou ainda o expediente de duas propostas uma do consócio Epifanio Doria, instituindo um premio denominado "Dr. Rodrigues Doria", em homenagem à memória desse grande sergipano, a ser concedido à aluna da Escola Normal Rui Barbosa que melhores notas tenha obtido este ano na cadeira de historia e geografia, premio que deverá ser entregue no proximo dia 6 de Agosto, 31.º aniversário da fundação do Instituto, cabendo ao sodalicio resolver anualmente, daqui por diante, de acordo com as suas possibilidades financeiras, a repetição ou não da concessão do referido prêmio, que será de cem cruzeiros. A outra proposta foi no sentido de ser accito socio correspondente o desembargador José de Mesquita, culto homem de letras do Estado de Mato Grosso e presidente do Tribunal de Apelação do mesmo Estado e da Acedemia Matogrossense de Letras.

A primeira proposta ficou reservada à ordem do dia da presente sessão e a segunda foi despachada à comissão de admissão de socios para parecer. Foram lidos ainda uma circular do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, comunicando a eleição e posse de sua nova diretoria e outra do Snr. Emilio Vieira de Vasconcelos, comunicando a sua nomeação e posse no cargo da diretor da diretoria de Estatística e Estudos Económicos do Municipio desta Capital; um officio do presidente do Instituto Genealógico Brasileiro, secção de Minas Gerais, pedindo a remessa da Revista deste sodalicio; outro do Dr. Bueno de Azevedo Filhe residente em São Paulo, pedindo informações sobre o projetado Congresso Sergipano de História e Geografia; dois outros do secretaria geral do Conselho Nacional de Geografia, um acusando o recebimento de outro officio deste Instituto e o último comunicando a remessa do 1.º número do Boletim do mesmo Conselho.

recentemente fundado, e, por fim, outro officio do Diretor da Officina Internacional de Informaçõeess da Universidade de Havana, pedindo a remessa da Revista do Instituto. Findo o expediente e aberta a ordem do dia foi submetidá à discussão e depois à votação a proposto do consócio Epifanio Doria, instituindo o prêmio escolar Dr. Rodrigues Rorio, a qual foi unanimemente aprovada, com aplausos especiais do redator da presente ata. Nada mais ocorrendo foi encerrada a sessão, lavrando eu, Anfiloquio Vale, 2.º secretário, a presente ata.

(aa) **José Augusto da Rocha Lima** — Presidente  
**Anfiloquio Vale** — 2.º Secretário

---

**Ata da sessão solene do Instituto Histórico  
e Geográfico de Sergipe, realizada a 13 de  
Julho de 1943.**

Aos treze dias do mês de Julho do ano de mil novecentos e quarenta e três, às vinte horas, presente grande número de socios, autoridades publicas, inumeros cavalheiros e numerosas senhoras e senhorinhas da sociedade aracajuana, presente tambem o excellentissimo Interventor Federal, coronel Augusto Maynard Gomes, foi aberta a sessão, sob a presidência do professor José Augusto da Rocha Lima, que convidou para ocupar a presidência o sr. Coronel Augusto Maynard Gomes, depois de haver declarado, em brilhante improviso, que a sessão solene do dia fôra convocada para nela receber e inaugurar o sodalício custosa tela do pintor patricio Florival Santos, com retrato do mesmo excelentissimo senhor Coronel Augusto Maynard Gomes, oferecida ao Instituto pelos seus amigos.

É concedida, em seguida, a palavra ao orador official dos ofertantes, Monsenhor Carlos Costa, que proferiu eloquente discurso entusiasticamente aplaudido e no qual fez o panegirico do homenageado. Falou em seguida o consocio e segundo secretário Anfiloquio Vale, que, num ligeiro improviso, agradeceu aos amigos do homenageado a preciosa oferta feita ao Instituto, terminando por afirmar, em nome da diretoria, que a tela recebida será carinhosamente conservada.

Falou depois o Coronel Augusto Maynard Gomes, que num belo e comovido improviso, externou os seus agradecimentos aos amigos que lhe prestaram tão significativa homenagem, e bem assim ao Instituto Histórico que, pela voz de um dos seus membros, prometera ser fiel guarda do seu retrato, naquele instante oferecido ao Instituto.

Prolongada salva de palmas seguiu-se às últimas palavras do orador.

Nada mais ocorrendo foi encerrada a sessão de que eu, Anfiloquio Vale, segundo secretário, lavrei a presente ata.

(aa) José Augusto da Rocha Lima — Presidente  
Anfiloquio Vale — 2.º Secretário

---

**Ata da sessão de Assembléa Geral do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, realizada a 30 de Julho de 1943 para eleição da Diretoria e comissões permanentes do biénio de 1943-1945.**

Aos trinta dias do mês de Julho do ano de mil novecentos e quarenta e três, às vinte horas, no edificio social, presente numero legal de socios, ocupou a presidência o Professor José Augusto da Rocha Lima, formando a mesa com os primeiro e segundo secretários Epifanio da Fonseca Doria e Anfiloquio Vale. Declarou em seguida aberta a sessão, não havendo leitura de ata, nem expediente. Aberta a ordem do dia declarou o presidente ser ela a eleição da diretoria e comissões permanentes para o biénio de 1943-1945 e verificada a presença de 25 socios, número suficiente para haver eleição, anunciou que esta ia ter inicio.

Mostrou que a urna existente sobre a mesa estava completamente vazia e fechou-a à chave.

Em continuação mandou proceder á chamada dos socios pelo livro de presença. Iniciada a mesma cada socio que era chamado comparecia á mesa, depositava na urna a sua cedula retirando-se depois. Finda a chamada o presidente anunciou que ia proceder á apuração dos votos, nomeando dois escrutadores para tomarem

o resultado da votação. Aberta a urna verificou que continha a mesma vinte e cinco cédulas, numero que correspondia ao de socios inscritos no livro de presença. Procedeu depois à apuração das cédulas pela maneira tradicional, verificando-se o seguinte resultado: Para Presidente, professor José Augusto da Rocha Lima, vinte e quatro votos; desembargador Huald Cardoso, um voto. Para 1.<sup>o</sup> vice-presidente, desembargador Huald Cardoso, vinte e quatro votos; Dr. José Calazans Brandão da Silva, um voto. Para segundo vice-presidente dr. Francisco Leite Neto, vinte e cinco votos. Para Secretário Geral, Doutor Luiz Garcia, vinte e quatro votos, Epifanio da Fonseca Doria, um voto. Para primeiro secretário, Epifanio da Fonseca Doria, vinte e quatro votos. Anfiloquio Vale, um voto. Para segundo secretário, Jornalista Anfiloquio Vale, vinte e quatro votos, José Euclides de Souza, um voto. Para orador, doutor José Calasans Brandão da Silva, vinte e quatro votos, doutor Luiz Garcia, um voto. Para tesoureiro, major João Nunes de Melo, vinte e quatro votos, Epifanio da Fonseca Doria, um voto. Para a comissão da fazenda e orçamento, coronel Francisco de Souza Porto, Onesimo de Araujo Pinto e Irineu Marques de Oliveira vinte e quatro votos cada um, Lindolfo de Souza Campos, três votos. Para a comissão de história, professor Artur Fortes, vinte e cinco votos, doutor Mario de Araujo Cabral, doutor João de Araujo Monteiro vinte e quatro votos cada um, jornalista José Maria Fontes, dois votos. Para a comissão de Geografia, Jornalista José Maria Fontes, vinte e quatro votos, doutores Felte Bezerra e José Rolemberg Leite, vinte e cinco votos cada um, Dr. João Marques Guimarães, um voto. Para a comissão de manuscritos e autografos, dor Ernani de Mesquita Prata vinte e cinco votos e jornalista Zozimo Lima e Armando de Magalhães Barreto vinte e quatro votos cada um, doutor João Marques Guimarães, dois votos. Para a comissão de admissão de socios, Dr. Lauro Dantas Hora, vinte e cinco votos, Major Nicanor Ribeiro Nunes e Antonio Bragança de Azevedo vinte e quatro votos cada um, Nelson Garcez, dois votos. Para a comissão de revista, Doutor Conçalo Rolemberg Leite, vinte e cinco votos, doutores João Dantas Martins dos Reis e Carlos Garcia, vinte e quatro votos cada um, conego Domingos Fonseca de Almeida dois votos. Anunciando este resultado o presidente abriu discussão, franqueando a palavra a quem dela quizesse fazer uso para formular qualquer reclamação contra a eleição e seu resultado. Como reinasse silencio

declarou aprovada a mesma eleição e proclamou eleitos os que obtiveram maioria de votos, feito o que suspendeu a sessão afim de que fosse lavrada a presente ata que eu Anfiloquio Vale, segundo secretário, lavrei imediatamente.

Reaberta a sessão, foi esta mesma ata lida e unanimemente aprovada, mandando o presidente que fizessem as devidas comunicações.

(aa) José Augusto da Rocha Lima — Presidente  
Epifanio da Fonseca Dória — 1.º Secretário  
Anfiloquio Vale — 2.º Secretário

---

Ata da sessão solene de posse da Diretoria e comissões permanentes do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, realizada a 6 de Agosto de 1943.

Presentes numero legal de sócios, o representante do Exmo. Snr. Interventor Federal e Prefeito da Capital, autoridades publicas federais, estaduais e municipais, bem como grande numero de cavalheiros, senhoras e senhorinhas foi aberta a sessão, sob a presidência do 1.º vice-presidente, desembargador Hunald Cardoso, na falta justificada do presidente, professor José Augusto da Rocha Lima. Não houve leitura de ata. O expediente constou de três officios um do Collegio Estadual de Sergipe, comunicando que o aluno que maior nota de aplicação apurada foi Jair Ribeiro de Brito, outro do diretor da escola normal Rui Barbosa, comunicando, por sua vez que a aluna que maior nota de aplicação apurada na cadeira de historia do Brasil e de Sergipe fora Carolina Assis Andrade e o ultimo de Monsenhor Carlos Costa propondo a aposição no salão nobre do Instituto de um retrato a oleo de D. José Tomaz Gomes da Silva, nosso primeiro bispo, proposta que foi aprovada por uma unanime salva de palmas, por indicação do sr. presidente.

Usando da palavra o presidente declarou que o fim da presente sessão era dar posse solene aos novos eleitos e fazer entrega dos premios escolares Rodrigues Doria e Dr. Nobre de Lacerda, realizando-se a seguir a referida posse e a entrega dos premios, sob calorosas salvas de palmas.

Antes de encerrar a sessão o presidente agradeceu aos presentes o seu comparecimento à solenidade. Nada mais ocorrendo foi encerrada a sessão de que eu, Anfiloquio Vale, segundo secretario lavrei a presente ata.

(aa) José Augusto da Rocha Lima — Presidente  
Anfiloquio Vale — 2.º Secretario

---

**Ata da sessão ordinária da Diretoria do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, de 8 de Setembro de 1943.**

Aos oito dias do mês de Setembro do ano de mil novecentos e quarenta e três, às vinte horas, na sede social, presentes os membros da Diretoria, professor José Augusto da Rocha Lima, Dr. Luiz Garcia, João Nunes de Melo, Epiifanio da Fonseca Doria e Jornalista Anfiloquio Vale, foi aberta a sessão sob a presidência do primeiro. Foi lida e aprovada, sem reclamações, a ata da sessão anterior.

Constou o expediente de ofícios do Secretaria Geral do Estado, do presidente do Departamento Administrativo, do Comandante do 28.º B. C., do Diretor do Serviço de Agua e Esgôtos, do Chefe de Polícia do Estado, do Chefe do Centro de Saude, do Comandante Geral da Fôrça Policial, do delegado fiscal do Tesouro Nacional no Estado e do Diretor do Instituto Profissional Coêlho e Campos, agradecendo a comunicação da posse da nova diretoria do Instituto. Constou ainda de circulares do Instituto Histórico e Geográfico do Espirito Santo, comunicando a pösse de sua nova diretoria e da Comissão Organizadora Central do X Congresso Brasileiro de Geografia, comunicando o adiamento do mesmo Congresso para 7 de Setembro de 1944; de ofícios da Diretoria Regional de Defesa Passiva Anti-Aérea, solicitando uma providência que foi logo satisfeita e do Diretor do Departamento Municipal de Estatística de Vitória, Espirito Santo, enviando publicações oficiais. Foi apresentado tambem no expediente diversos numeros dos Jornais: Correio de Aracaju; Diário do Estado — Recife; Diário Oficial do Maranhão, de Mato Grösso, do Paraná do Piauí, do Estado do Rio, de Santa Catarina e Sergipe; Folha

da Manhã — Aracaju; Sergipe-Jornal — Aracaju; Minas Gerais — Belo Horizonte; A Republica — Natal e Boletim da Associação Comercial de Sergipe — Aracaju; bem como exemplares das Revistas: Boletim do Rotary Club do Recife; Boletim del Archivo General del Gobierno, de Carâcas; — Coop, da Baia; Dos Jornais; Brasil de hoje de ontem e de amanhã; Informaçôes Argentinas, de Buenos Aires; Boletim Estatístico do Instituto do Açúcar e do Alcool; Revista Brasileira de Geografia; Boletim do Departamento Estadual de Estatística de São Paulo; Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul; Revista da Faculdade de Direito de São Paulo e Revista de Assistência ao Cooperativismo de Pernambuco. Constatou mais do expediente três opúsculos remetidos pelo Departamento Municipal de Estatística de Vitória, Espírito Santo, e três propostas, uma firmada pelo primeiro Secretário Epifanio Dória, para que se solenizasse a passagem do primeiro centenário do nascimento do saudoso educador e intelectual patricio Professor Brício Cardoso, em 9 de Julho de 1944, pedindo-se o concurso do Governo do Estado e tirando-se uma edição comemorativa do Tratado da Língua Portuguesa do saudoso mestre; outra para que sejam aceitos como sócios correspondentes os Drs. José de Mesquita, presidente do Tribunal de Apelação do Estado do Mato Grosso, e da Academia Matogossense de Letras e Dr. — José Bueno de Azevêdo Filho, advogado na Capital Paulista e membro de várias instituições culturais do país e a ultima para que sejam aceitos sócios efetivos os Srs. Manuel Cabral Machado, Sálvio Oliveira e João Rezende, residentes nesta Capital.

A primeira proposta ficou reservada à ordem do dia da sessão de hoje e as duas outras foram despachadas à comissão de admissão de sócios.

Aberta a ordem do dia o presidente submeteu a proposta do consórcio Epifanio Dória, no sentido de ser solenizado, em julho de 1944, o primeiro centenário do nascimento do saudoso mestre professor Brício Cardoso, sendo a mesma unanimemente aprovada, ficando organizada uma comissão composta dos sócios Professor José Augusto, João Nunes de Melo e Epifanio Dória, para entender-se com o Exmo. Snr. Interventor Federal, no intuito de conseguir de S. Excia., o auxílio do Estado para a celebração do referido centenário.

Ponderou em seguida o presidente que os vencimentos do bibliotecário eram exíguos, parecendo-lhe justo que fossem melhorados. O consórcio João Nunes de Melo, propôs então que passassem a ser trezentos cruzeiros o que foi aprovado unanimemente.

Nada mais ocorrendo foi encerrada a sessão de que eu Amintas Andrade Garcez, funcionário administrativo, lavrei a presente ata, calcada nas notas tomadas pelo segundo secretário, jornalista Anfiloquio Vale.

(aa) José Augusto da Rocha Lima — Presidente  
Anfiloquio Vale — 2.º Secretário

---

Ata da sessão ordinária da Diretoria do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, de 6 de Outubro de 1943.

Presentes os membros da Diretoria, Professor José Augusto da Rocha Lima, Dr. Luiz Garcia, Major João Nunes de Melo, jornalista Anfiloquio Vale e Epifanio Dória, foi aberta a sessão, sob a presidência do primeiro. Foi lida e regularmente aprovada a ata da sessão anterior.

O expediente contou do seguinte :—

Ofícios. Do Secretário Geral do Estado enviando cópia de uma sugestão do Departamento Estadual de Estatística, indicando novos nomes para diversas cidades, vilas e distritos de Sergipe, em face do disposto no Decreto-lei federal n.º 3.599, de 6 de Setembro de 1941, e pedindo, a respeito, o pronunciamento do sodalício, com a possível urgência, o qual ficou reservado à ordem do dia da presente sessão ; do Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico de Pernambuco, pedindo apoio deste Instituto para um apêlo ao Conselho Nacional de Geografia, no sentido de ser revogado o artigo 9.º do Decreto-lei federal n.º 3.599, de 6 de Setembro de 1941, que prescreve a mudança de nomes duplicados de localidades, na geografia do Brasil, o qual ficou também reservado à ordem do dia desta sessão ; do sócio Dr. Abilio Faria, pedindo, em vista do seu estado de saúde, que o prive de frequentar as sessões, uma licença por tempo indeterminado, com isenção do pagamento de mensalidades, durante a licença, ficando também reservado à ordem

do dia de hoje ; dos Drs. M. A. Teixeira de Freitas, secretário Geral do Conselho Nacional de Estatística, e Luiz Simões Lopes, presidente do Departamento Administrativo do Serviço Público Federal e dos Institutos Históricos e Geográficos do Amazonas, Pará e Minas Gerais, agradecendo a comunicação de posse da nova Diretoria deste Instituto ; do Dr. José Nazaré Teixeira Dias, diretor da Divisão do Orçamento do Ministério da Educação, comunicando a aprovação da prestação de contas da subvenção de 1942 ; do professor José de Magalhães Carneiro, presidente, em exercício, da Academia Sergipana de Letras, oferecendo uma fotografia emoldurada da aula inaugural do Curso Prático de língua inglesa, instituído pela mesma Academia.

**Circulares.** — Dos Institutos Históricos e Geográficos do Espírito Santo e Paraíba e da Associação Sergipana de Imprensa, comunicando a eleição e posse das respectivas diretorias.

**Cartão.** — Da Faculdade de Direito de São Paulo, remetendo um volume de sua revista.

**Carta.** — Do dr. João Rodrigues da Costa Dória, oferecendo um interessante quadro genealógico de sua ilustre família, trabalho em que se revela a paciência e o espírito artístico do autor.

**Pareceres.** — (dois) — Da Comissão de Admissão de Sócios, opinando pela aceitação de três nomes para sócios efetivos e dois para sócios correspondentes, os quais ficaram reservados à ordem do dia de hoje.

**Proposta.** — Assinada por cinco sócios, indicando para sócios correspondentes, o intelectual paranaense Dr. Samuel Lupion de Quadros, diretor da Biblioteca Pública de Curitiba e o nosso conterrâneo Professor Antônio Simões dos Reis, diretor do Serviço de do Ministério da Educação.

**Telegrama.** — Do dr. Carlos Drummond, chefe do Gabinete do Ministério de Educação, enviando, em nome do Ministro, agradecimentos pela comunicação da eleição e posse da nova Diretoria.

**Jornais.** — Boletim da Associação Comercial de Sergipe ; Correio Colegial ; Diário do Estado de Pernambuco ; Diários Oficiais dos Estados do Maranhão, Mato Grosso, Paraná, Piauí, Rio de Janeiro, Santa Catarina e Sergipe ; Folha da Manhã ; Minas Gerais ; A República, de Natal e Sergipe Jornal, de Aracaju.

**Revistas.** — Coop. da Bahia ; Revista do Instituto Arqueológico, de Cusco — Perú ; Boletim Municipal, de Porto Alegre ; Revista do Arquivo Municipal, de São Paulo ; — Em Guarda, do Rio

de Janeiro ; Revista do Departamento Nacional do Café ; Revista do Departamento de Assistência ao Cooperativismo, de Pernambuco ; Brasil Ferro Carril, do Rio de Janeiro ; Rotary Club do Recife, Pernambuco ; Revista do Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico, de Pernambuco ; Boletim do Ministério das Relações Exteriores ; — Boletim da Secretaria de Agricultura, Industria e Comércio, de Pernambuco.

**Livros.** — *Trasanteontem*, por Alberto Rangel, oferta de Antônio Simões dos Reis ; *Primeiros Passos*, por Joaquim Caldas, oferta do autor, *Informes de la Comisión para estudiar la Organización de la Paz*, oferta da Dotación Carnegie para la Paz Internacional ; *Curitiba e as comemorações do seu 250.<sup>o</sup> aniversário e O Paraná na história militar do Brasil*, ambos pelo Dr. Davi Carneiro, e, oferta da Biblioteca Pública de Curitiba, *o Cego*, pelo dr. João Rodrigues da Costa Dória, oferta do autor, *Elementos de Química agrícola*, pelo Prof. Arquimédes Pereira Guimarães, oferta do autor.

Entrando-se na ordem do dia foi aberta a discussão sobre o officio do Senhor Secretário Geral do Estado, no qual pediu o pronunciamento do Instituto, sobre a proposta da mudança de nomes de várias localidades. Foi resolvido que se o enviasse, por cópia, aos membros das comissões reunidas de História e Geografia, para estudo e parecer. Entrou, a seguir, em discussão o officio do Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico de Pernambuco. Sobre o mesmo falou o 1.<sup>o</sup> Secretário, Epifanio da Fonseca Dória, que disse achar justa a sugestão do referido sodalicio, no tocante ao pedido de revogação do artigo 9.<sup>o</sup> do Decreto-lei federal n.<sup>o</sup> 3.599, de 6 de Setembro de 1941, pois acha que a nova política do Brasil é uma política de respeito à opinião amadurecida no trato do estudo, política de respeito às tendências liberais do espirito nacional, e aviltrou, que se desse apóio à referida sugestão, até porque coincidiu ela com o ponto de vista deste Instituto. — Descendo a detalhes, disse não lhe parecer bastante imperiosa a necessidade da mudança de nomes a que se refere o citado Decreto-lei. Dizendo não desejar de modo algum desmerecer as intenções elevadas que inspiram a inserção do artigo 9.<sup>o</sup> no corpo desse Decreto-lei, achava que a providência ia exercer influência sobre elevado interesse nacional cuja inteireza lhe parece dever ser preservada, tanto quanto possível, qual seja o das tradições das cidades, vilas e povoados, atingidos pela medida, talvez não suficientemente

meditada. Disse, continuando, que o nome das localidades tem para os sentimentos dos seus naturais e habitantes importância capital, como têm o fêriume, a graça artística e o colorido das flôres, afirmando que a flôr sem o feitiço do aroma é como uma estátua fria de mármore : tem beleza artística, mas falta-lhe a alma que lhe faça vibrar. Tirar os nomes das localidades, substituindo-os por outros sem raízes na história local, sem qualquer influência nos fatos e tradições do meio, sem nenhuma feição racional, sem ponto de apôio em que se arrimem, parece-lhe, disse, um tanto suscetível de mágua. O novo nome ficará sem bastante expressão para concretizar a síntese que deverá exprimir, flôr sem aroma : cheia de graça, mas sem atrativo. Lembrou que a mudança de nomes virá sobrecarregar a memória dos estudiosos da história e geografia, estabelecendo confusões. Quem leia a história de Minas, onde há fatos de tanto encanto, desenrolados em Vila Rica, terá necessidade de descer à cronologia para saber que a tradicional cidade mineira tomou o travesti de Ouro Preto, e quem seja mais apressado, não podendo descer a buscas e exames, ficará no engano de que existem em Minas uma Vila Rica e uma Onro Preto. Quem leia os fatos de Sergipe, fora do nosso meio, sem se perder em detalhes de geografia, ficará certo de haver no Estado um Simão Dias e uma Anápolis. Ademais, disse, em continuação, estudando-se bem o assunto, os nomes poderão não ser rigorosamente iguais ; Campos, em Sergipe, por exemplo, sempre foi Campos do Rio Real, e Campos no Estado do Rio, sempre foi Campos dos Goitacazes. No caso seria bastante recomendar a não omissão de parte dos nomes tradicionais de cada localidades, como vem acontecendo, por um exagerado amor à lei do menor esforço. Rosário, em Sergipe, não é simplesmente Rosário, mas Rosário do Catête. Quando esta hipótese não ocôrra, haverá o recurso de dizer-se, por exemplo ; Canindé — Sergipe, Canindé — Ceará. Nos casos entre nós, de Igreja Nova, São Paulo, etc., será o caso de volver-se aos nomes primitivos, errôneamente mudados : Simão Dias, Samambaia, etc. Continuando, disse, ninguem poderá afirmar que já se registrassem grandes males com dualidade de nomes em aprêço, e lembrou ter lido no recente livro "O drama da América Latina", de Jonh Gunther, haver nos Estados Unidos, cinco cidades com o mesmo nome, cousa que o autor do livro, tão forte nas suas críticas, não condenou. Ficou depois resolvido que se adotasse a sugestão do Instituto Arqueologico Histórico e Geográfico

de Pernambuco, de vez que se trata de um pedido formulado e inspirado em proposito elevado e sem intransigências nos respeitosos termos em que está redigido.

Foi, em seguida, submetido à deliberação o pedido de licença e isenção do pagamento de mensalidades, formulado pelo dr. Abílio Faria, o qual foi deferido.

Foram submetidos à discussão os pareceres da Comissão de Admissão de Sócios, opinando pela aceitação dos nomes do dr. Manuel Cabral Machado, Sálvio Oliveira e João Rezende para sócios efetivos e os do Desembargador José Mesquita e Dr. José Bueno de Oliveira Azevedo Filho para sócios correspondentes, sendo aprovados e mandando o presidente fazer as devidas comunicações.

Considerada objeto de deliberação a proposta dos nomes do dr. Saul Lupion de Quadros e do Professor Antonio Simões dos Reis para sócios correspondentes, foi a mesma despachada à Comissão de Admissão de sócios.

Nada mais ocorrendo, foi encerrada a sessão de que eu, Amintas Andrade Garcez, funcionário administrativo, lavrei a presente ata calcado nos apontamentos tomados pelo 2.º Secretário, jornalista Anfilóquio Vale.

(aa) José Augusto da Rocha Lima — Presidente  
Anfilóquio Vale — 2.º Secretario

---

**Ata da sessão ordinária da Diretoria do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, de 6 de Novembro de 1943.**

Presente os membros da Diretoria, Professor José Augusto da Rocha Lima, Dr. Luiz Garcia, major João Nunes de Melo, jornalista Anfilóquio Vale e Epifanio da Fonseca Doria, foi aberta a sessão, sob a presidência do primeiro.

Foi lida e regularmente aprovada a ata da sessão anterior. O expediente constou do seguinte:

**Offícios.** Do diretor do Instituto Histórico de Pesquisas Agrônomicas de Pernambuco, agradecendo a comunicação que lhe foi feita da posse da nova Diretoria deste Instituto e do Provedor da Santa Casa de Misericórdia de Santos, Estado de São Paulo, con-

vidando o sodalicio a se fazer representar nas solenidades comemorativas do 4.<sup>o</sup> Centenário da fundação da mesma Santa Casa Mandou o presidente arquivá-los, depois de processado o expediente telegráfico designando o sócio correspondente, Dr. Amazonas Duarte, para representar o Instituto nas festas da Santa Casa.

**Telegrama.** Do secretário do Conselho Nacional de Geografia, comunicando ter recebido o memorial deste Instituto sobre a questão da mudança de toponimos e que o chefe da nação baixára decreto-lei confirmando disposição legal anterior sobre a mesma matéria. Resolveu-se mandar copia ao Instituto Archeologico Historico e Geográfico Pernambuco, a pedido do qual se resolvêra encaminhar ao Consêlho Nacional de Geografia o referido memorial.

**Parecer** da comissão de admissão de socios opinando pela eleição do Dr. Saul Lupion de Quadros e do Prof. Antonio Simões dos Reis para sócios correspondentes, o qual ficou reservado à ordem do dia da presente sessão.

**Jornais.** Correio de Aracaju; Diário do Estado de Pernambuco Diários Officiais dos Estados de Mato Grosso, Paraná, Rio de Janeiro, Piauí, Santa Catarina e Sergipe; Folha da Manhã, desta Capital; e Sergipe Jornal, desta Capital.

**Revistas.** Brasil Ferro Carril, Revista do Departamento Nacional do Café, ambas do Rio de Janeiro; Revista do Departamento de Assistência ao Cooperativismo de Pernambuco; Revista Nacional de Cultura, de Caracas, Venezuela; Boletim do Rotary Club do Recife; Boletim Informativo del Ministério de las Relaciones Exteriores del Ecuador, e Economia e Finanças, da Baía.

**Livros e opusculos.** Oferta do Professor Antonio Simões dos Reis: Anais do Ministério da Educação e Saude, de Janeiro a Julho de 1942; Subsídios para a historia da educação brasileira, anos I e II; Organização do ensino primário e normal nos Estados do Amazonas, Pará, Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Baía, Espírito Santo, Rio de Janeiro, S. Paulo, Paraná, Santa Catarina, Mato Grosso, Goiaz e Minas; Paisagens do Chile, por Aleyone Costa; Vida Intelectual nos Estados Unidos, vol. I; La caravana de los elefantes por José Boadella Garrós; A questão ortográfica, discurso do Ministro do Gustavo Capanema; Programas de ensino secundário; Sistema de remunerações e registo de professores particulares; Organização da Faculdade Nacional de Filosofia; O ministério da Educação

e Saude na Conferência Nacional de Economia e Administração; Federação das sociedades de Assistência aos Lazaros e Defesa contra a lepra; Organização dos desportos; Lei organica do ensino secundário; Situação geral do ensino primário; O ensino primario no Brasil no quinquenio de 1936-1940; Administração dos serviços de educação; O ensino no Brasil no quinquenio de 1932-1936.

Oferta da Academia Carioca de Letras: Cadernos, n. 5; Publicações, do 1.º semestre de 1943, e Aspectos do Distrito Federal. Oferta da Divisão de Moral Social da C. P. A. S. de S. Paulo: Manifesto de Catolicos Europeus domiciliados na America, diante da crise mundial.

Oferta do autor: Paginas de história e de polemica por C. Parra-Perez, escritor venezuelano.

Oferta da Dotação de Carnegie para a Paz Internacional: El desarrollo de las ideas en los Estados Unidos por V. Louis Parrrington, tomo, III.

Oferta do Ministério de Educação da Venezuela: Venezuela ante el futuro, la política economica del Presidente Medina Juzgada por la opinion nacional.

Oferta do Snr. Camilo Calazans: Rotary Brasileiro ns. 171 a 173 e Importancia social da alimentação, generos alimentícios, o abastecimento da cidade de Campinas pelo Dr. Renato Marcos V. Funari.

Oferta da American Library Association de Washington: The problemes of lasting peace by Herberto Hoover and Hugh Gibson.

**Ordem do dia.** Aberta a ordem do dia foi lido e submetido à discussão e a votos o parecer favoravel à eleição dos Snrs. Dr. Saul Lupion de Quadros e professor Antonio Simões dos Reis, para sócios correspondentes, qual foi unanimemente aprovado, mandando o presidente que se fizessem as devidas comunicações.

**Votos de pesar.** O Dr. Luiz Garcia, diretor proprietario do Correio de Aracaju, propôs se lançasse na ata um voto de pesar pelo falecimento do grande jornalista patrio Dr. Edmundo Bittencourt, diretor do Correio da Manhã e um dos nomes de maior projeção no jornalismo brasileiro pelo descortino e desassombro de suas atitudes, telegrafando-se à redação do Correio da Manhã e à sua familia. O consocio Epifanio Doria propôs igual voto pela morte do venerando e valoroso general Manuel do Nascimento

Vargas, progenitor do preclaro socio benemerito deste Instituto, o Presidente Getulio Vargas, a quem o sodalicio deve a sua maior prosperidade, pelos auxilios que vem recebendo do governo federal, já tendo o presidente do Instituto telegrafado ao grande brasileiro, enviando pezames. As duas propostas foram unanimemente aprovadas. Nada mais ocorrendo foi encerrada a sessão de que eu Amintas de Andrade Garcez, funcionario administrativo, lavrei a presente ata, calcada nas notas fornecidas pelo segundo Secretario jornalista Anfiloquio Vale.

(aa) José Augusto da Rocha Lima — Presidente  
Anfiloquio Vale — 2.<sup>o</sup> Secretario

---

Ata da sessão ordinária da Diretoria do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, de 6 de Dezembro de 1943.

Com a presença de numero legal de membros da Diretoria foi aberta a sessão, sob a presidência do Professor José Augusto da Rocha Lima, sendo lida e aprovada, sem emendas, a ata da sessão anterior.

O expediente constou do seguinte:

**Ofícios:** Da Diretoria de Informações para o Exterior, do Ministerio das Relações Exteriores da Argentina (dois), comunicando a remessa de numeros da Revista Informaciones Argentinas, que lhe foram pedidos e agradecendo a comunicação da posse da nova Diretoria deste Instituto; do Departamento Estadual de Estatística do Piauí, agradecendo a comunicação de posse da nova Diretoria deste Instituto; do Departamento Municipal de Estatística de Vitoria, Espírito Santo, comunicando a remessa de publicações oficiais do mesmo Departamento; da biblioteca do Instituto, e do Secretário Geral do Conselho Nacional de Geografia comunicando a remessa do n. 2 do Boletim do mesmo Conselho, anteriormente pedido.

**Telegrama:** Do Dr. Luiz Vergara, secretário da Presidencia da Republica, agradecendo, em nome do chefe da nação, as condolencias do Instituto pela morte do General Manuel do Nascimento Vargas.

**Circular:** Do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, comunicando a posse de sua nova diretoria

**Cartas:** Do 1.º Secretario do Instituto Historico e Geografico Brasileiro, comunicando a remessa de numeros da revista do mesmo sodalicio, anteriormente pedidos; do Coordenador dos Negocios Inter-Americanos dos Estados Unidos da America, no Rio de Janeiro, comunicando a remessa de um exemplar do livro *Brasil Builds* e pedindo o concurso do Instituto para uma exposição sobre a arquitetura brasileira, a ser realizada na Capital Federal e do consocio, Dr. José Bueno de Oliveira Azevedo Filho, agradecendo a sua eleição de socio correspondente.

**Jornais:** Correio de Aracaju, Diário do Estado de Pernambuco, Diários Officiais dos Estados de Mato Grosso, Paraná, Piauí, Rio de Janeiro, Santa Catarina e Sergipe, Folha da Manhã, desta Capital, Minas Gerais, de Belo Horizonte, A Republica, de Natal, e Sergipe-Jornal, desta Capital.

**Revistas:** Revista de Aracaju, Informaciones Argentinas, de Buenos Aires, Revista do Departamento de Assistencia às Cooperativas de Pernambuco, Coop, da Baía, Boletim da Diretoria de Estados Economicos da Prefeitura de Aracaju, Boletim do Rotary Club do Recife e Economia e Finanças da Baía.

**Livros e opusculos:** por oferta do autor: A comarca da Capela e sua vida judiciária; O julgamento singular, (formulário); Formulario do juri, de acordo com a lei de 5 de Janeiro de 1938 e As almas das Carnaibas e outros artigos, tudo pelo Dr. João Dantas Martins dos Reis, e todos encadernados num só volume.

**Quadros:** Dois retratos, devidamente emoldurados, um do comendador João Dantas Martins dos Reis e outro do seu filho coronel João Dantas dos Reis, ambos oferecidos pelo Dr. João Dantas Martins dos Reis, neto do primeiro e filho do segundo, e 9 quadros, devidamente emoldurados, com vários retratos, oferecidos pelo Capitão dos portos deste Estado, comandante Sergio Ferreira.

Na ordem do dia o 1.º secretario Epifanio Doria justificou uma proposta no sentido de ser celebrado condignamente pelo Instituto o centenário do nascimento do General Aristides Armínio Guaraná, cujo perfil deu em traços ligeiros, proposta que foi unanimemente aceita.

Nada mais ocorrendo foi encerrada a sessão de que eu Amintas Andrade Garcez, funcionário administrativo, lavrei a presente ata, pelas notas recebidas do segundo secretário, jornalista Anfiloquio Vale.

(aa) José Augusto da Rocha Lima — Presidente  
Anfiloquio Vale — 2.º Secretario

---

**Ata da sessão solene do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, realizada a 25 de Dezembro de 1943, na celebração do 1.º centenário do nascimento do general Aristides Arminio Guaraná**

Aos vinte e cinco dias do mês de Dezembro do ano de mil novecentos e quarenta e três, às vinte horas, no salão de conferencias do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, presentes varios socios, representantes do poder publico e das forças armadas do país, cavalheiros, senhoras e senhorinhas da sociedade local, foi aberta a sessão sob a presidência do 1.º secretario Epifanio da Fonseca Doria, na falta, justificada, do presidente e seus demais substitutos, da ordem estatutaria.

Foi adiada a leitura da ata da sessão ordinária do dia 6.

O expediente constou de três telegramas, um do general Ministro da Guerra, dando o seu apoio à comemoração, outro da viuva do desembargador Armindo Guaraná, justificando o seu não comparecimento, por motivo de saude, e agradecendo, em nome de sua illustre familia, as homenagens prestadas à memoria do seu parente Aristides Guaraná, e outro do dr. Nelson de Sousa Oliveira, residente na Baía, enviando votos de feliz Natal; de um cartão da biblioteca do Serviço de Economia Rural, do Rio de Janeiro, pedindo a remessa de um exemplar do n. 17 da revista do Instituto, de dois officios, um do coronel João Batista de Matos, comandante da guarnição federal neste Estado, dando o seu apoio às homenagens à memoria do general Aristides Guaraná e prometendo comparecer à solenidade, e outro da mesa administrativa da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Santos, agra-

decendo a participação do Instituto na comemoração do seu 4.º centenário; de uma circular do desembargador Henrique Jorge Hurley, comunicando a sua posse na presidência do Instituto Histórico e Geográfico do Pará, e de uma carta do jornalista Manoel Monteiro oferecendo o cabeçalho de um exemplar do jornal "A Rua", dirigido pelo dr. Mavial do Prado e de propriedade de Souza Filho.

O presidente mandou arquivar o expediente, uma vez processado o agradecimento da parte que estivesse a exigir esta formalidade. Em continuação declarou que o fim da presente sessão, era a celebração da passagem do 1.º centenário do nascimento do notavel sergipano general Aristides Guaraná, que teve atuação heroica na guerra do Paraguai, onde levantou bem alto o nome de sua pátria, tendo prestado, mais tarde, outros serviços à nação e às letras. Convidou o sr. coronel João Batista de Matos, comandante da guarnição federal no Estado e representante do Exercito Nacional na solenidade, a fazer o seu discurso de representante do Exercito. O illustre militar ocupou então a tribuna, sendo saudado por uma salva de palmas. Proferiu a seguir longa e brilhante oração que mereceu novos aplausos da grande assistencia.

Ocupou depois a tribuna o orador official do Instituto, na solenidade, conego Avelar Brandão, sendo igualmente saudado por uma salva de palmas, ao chegar à tribuna.

O illustre orador sacro proferiu belo discurso, em empolgante improviso, que mereceu calorosos aplausos da crescida assistencia. Foi em seguida concedida a palavra a quem dela quizesse fazer uso, reinando silencio.

Foi então encerrada a sessão pelo presidente, que agradeceu aos presentes a honra do seu comparecimento.

Nada mais ocorrendo foi encerrada a sessão de que eu Anfiloquio Vale, 2.º secretario, mandei lavrar a presente ata pelo funcionário administrativo, segundo os dados por mim fornecidos.

(aa) José Augusto da Rocha Lima — Presidente  
Anfiloquio Vale — 2.º Secretario

## ATAS DAS SESSÕES DO INSTITUTO

1 9 4 4

Ata da sessão ordinária da Diretoria do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, realizada a 6 de Janeiro de 1944.

Presentes os membros da Diretoria, professor José Augusto da Rocha Lima, dr. José Calazans Brandão da Silva, Major João Nunes de Melo e Epifanio da Fonseca Doria, comigo, Anfiloquio Vale, 2.<sup>o</sup> secretário, foi aberta a sessão, sob a presidência do primeiro.

Foram lidas e aprovadas, sem emendas, as atas de 6 e 25 de Dezembro ultimo.

O expediente constou de vários jornais, revistas, e opusculos recebidos do pais e do estrangeiro.

Aberta a ordem do dia o presidente leu o relatório do ano de 1943, dando conta das atividades da Diretoria no correr do mesmo ano.

O primeiro secretário, Epifanio da Fonseca Doria, tratou do projeto de celebração do centenário do saudoso mestre conterraneo professor Brício Cardoso, ficando resolvido que se voltasse ao Exmo. Snr. Interventor Federal, afim de solicitar de sua Excelência o necessário apoio do Estado, de vez que o sodalicio não dispõe de recursos suficientes para o financiamento das festas.

Nada mais ocorrendo foi encerrada a sessão de que eu Anfiloquio Vale, 2.<sup>o</sup> secretário, mandei lavrar a presente ata pelo funcionário administrativo, segundo os dados por mim fornecidos.

(aa) José Augusto da Rocha Lima — Presidente  
Anfiloquio Vale — 2.<sup>o</sup> Secretario

**Ata da sessão ordinária da Diretoria do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, realizada a 6 de Fevereiro de 1944.**

Presentes os membros da Diretoria, professor José Augusto da Rocha Lima, dr. José Calazans Brandão da Silva, Major João Nunes de Melo e Epifanio da Fonseca Dória, comigo. Afiloquio Vale, segundo secretário, foi aberta a sessão sob a presidência do primeiro.

Foi lida e aprovada, sem emendas, a ata da sessão anterior. O expediente constou de cinco telegramas; um do dr. Luiz Vergara, secretário da Presidência da Republica, agradecendo as felicitações do Instituto, enviadas por ocasião da posse de sua Excelência na Academia Brasileira de Letras; um do Conselho Nacional do Serviço Social sobre a subvenção federal de 1945, dois do Conselho Nacional de Imprensa, sobre o registo da Revista do Instituto, e um do general Pinto Guedes, Secretário Geral do Ministério da Guerra, dando o seu aplauso á iniciativa do Instituto, celebrando a passagem do centenário do nascimento do General Aristides Arminio Guaraná; de 4 officios, sendo um do Departamento Estadual de Estatística de Santa Catarina, oferecendo publicações á Biblioteca do Instituto; um do Departamento Municipal de Estatística da Prefeitura de Vitória, Estado do Espírito Santo, em indentico sentido; um do escritor paranaense Lupion de Quadros, agradecendo a sua eleição de sócio correspondente e um do Diretor da Divisão de Material do Departamento do Serviço Público do Estado, requisitando, em nome do Sr. Secretário Geral do Estado, para serem utilizadas na Junta Comercial, 8 cadeiras que pertenceram á extinta Assembléia Legislativa; de tres cartões, sendo um do Centro Rio Grandense de Estudos Históricos, da cidade do Rio Grande, remetendo um exemplar do seu Boletim; um do dr. João da Costa Pinto Dantas, acusando o recebimento do n.º 17 da Revista; e um do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, no mesmo sentido. Constou ainda o expediente de vários jornais, revistas, livros e opusculos recebidos do pais e do estrangeiro.

Aberta a ordem do dia, o 1.º secretário, Epifanio da Fonseca Dória, comunicou que estivera com o Exmo. Snr. Interventor Federal, Coronel Augusto Maynard Gomes, durante a ausencia

do presidente do Instituto, tratando da celebração do centenário do saudoso mestre professor Bricio Cardoso, e que ouvira de sua Excia. a afirmação de que o Estado financiaria a segunda edição do Tratado de Língua Vernácula, da autoria do mesmo, bem como participaria das homenagens a serem prestadas a sua memória, notícia que foi recebida com o maior agrado.

Nada mais ocorrendo foi encerrada a sessão de que eu, Anfiloquio Vale, 2.º secretário, mandei lavrar a presente ata pelo funcionário administrativo, segundo os dados por mim fornecidos.

(aa) José Augusto da Rocha Lima — Presidente  
Anfiloquio Vale — 2.º Secretário.

---

**Ata da sessão ordinária da Diretoria do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, realizada a 6 de Março de 1944.**

Presentes os membros da Diretoria, Professor José Augusto da Rocha Lima, Dr. José Calazans Brandão da Silva, Major João Nunes de Melo e Epifanio da Fonseca Dória, comigo, Anfiloquio Vale, 2.º secretário, foi aberta a sessão, sob a presidência do primeiro.

Foi lida e aprovada, sem emendas, a ata da sessão anterior.

O expediente constou de quatro cartões, um da Biblioteca da Faculdade de Direito de S. Paulo, oferecendo o volume 38 de sua revista, um da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Santos, agradecendo a participação do Instituto nas solenidades do seu 4.º centenário, e dois das Bibliotecas Públicas da Paraíba e Pernambuco, agradecendo a oferta do n.º 17 da Revista do Instituto; de um telegrama do Conselho Nacional do Serviço Social sobre a subvenção federal de 1945; de cinco ofícios, sendo um da Diretoria do Domínio da União, um do Serviço de Documentação do Ministério da Justiça, um do Serviço de Documentação do Ministério da Educação, um do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo e um do Arquivo Nacional, agradecendo a oferta do n.º 17 da Revista; de três circulares, uma do Instituto Geográfico e Histórico da Baía, uma da União Nacional de Estudantes, e uma da Associação Comercial de Sergipe, comunicado a eleição e pos-

se de suas diretorias ; de uma carta do diretor de Cultura dos Estados Unidos da Venezuela, comunicando não ser possível a remessa de determinadas publicações que lhe foram pedidas.

Constou ainda o expediente de vários jornais, revistas, livros e opusculos, recebidos do país e do estrangeiro.

Foram apresentadas duas propostas de socios efetivos e correspondentes que o presidente despachou à comissão de admissão de sócios para o devido parecer. Com a palavra o 1.º secretário, Epifanio da Fonseca Dória, comunicou este, à casa que, no curso da ausencia do presidente, professor José Augusto, tivéra ensejo de voltar a falar, em nome do Instituto, com o Exmo. Sr. Interventor Federal Coronel Augusto Maynard Gomes, sobre as comemorações do centenário do saudoso professor Brício Cardoso, tendo sua Excia. prometido financiar, por conta do Estado um retrato a óleo do mesmo professor, a ser aposto no salão do Instituto, retrato já contratado com o pintor Santos pela quantia de Cr.\$ 2.000,00 (dois mil cruzeiros), estando o mesmo pintor executando o trabalho. A noticia foi recebida com maior agrado.

Nada mais ocorrendo foi encerrada a sessão, de que en, Anfiloquio Vale, 2.º secretário, mandei lavrar a presente ata pelo funcionário administrativo, segundo os dados por mim fornecidos.

(aa) José Augusto da Rocha Lima — Presidente  
Anfiloquio Vale — 2.º Secretário.

---

**Ata da sessão ordinária da Diretoria do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, realizada a 6 de Abril de 1944.**

Presentes os membros da Diretoria : professor José Augusto da Rocha Lima, Dr. José Calazans Brandão da Silva, Major João Nunes de Melo e Epifanio Dória, comigo, Anfiloquio Vale, segundo secretário, foi aberta a sessão sob a presidencia do primeiro.

Foi lida e aprovada sem emendas a ata da sessão anterior.

O expediente constou de vários livros, opúsculos, revistas e jornais recebidos do país e do exterior, bem como de um officio do secretário Geral do Conselho Nacional de Geografia, solicitando a devolução do n.º 2, ano V, da "Revista Brasileira de Geografia",

existente em duplicata na biblioteca do Instituto ; de três cartas, uma da "Livraria J. Leite", do Rio de Janeiro, propondo-se à venda de volumes da "Revista do Instituto", mediante comissão; uma da Biblioteca da "Faculdade de Direito de S. Paulo", acusando o recebimento do n.º 17 da Revista do Instituto e agradecendo a remessa do mesmo, e uma do consócio Dr. Claudio Ganns, comunicando os seus entendimentos com a "Livraria Editora Zelio Valverde, do Rio de Janeiro, para a impressão do "Tratado da Língua Vernácula" do saudoso mestre professor Brício Cardoso, em edição especial comemorativa do 1.º Centenário do autor ; e de um telegrama do Exmo. Sr Ministro presidente do Conselho do Nacional do Serviço Social, dando resposta a uma consulta formulada pela presidência do Instituto. O presidente mandou arquivar o expediente lido, depois de convenientemente respondido.

Aberta a ordem do dia foram lidos dois pareceres da comissão de admissão de sócios, um opinando pela aceitação dos candidatos Orlando Correia Dantas, Manoel Luiz Dantas e Drs. Helio José Ribeiro e Lauro Barreto Fontes para o quadro de sócios efetivos, e outro opinando pela aceitação dos candidatos; professor Luiz Lavenère e Dr. João da Costa Pinto Dantas Junior para quadro de sócios correspondentes, pareceres que foram unanimemente aprovados em votações sucessivas, depois de aberto sobre os mesmos a necessária discussão. Mandou o presidente que se fizessem as devidas comunicações aos novos sócios.

O consócio Epifanio da Fonseca Dória, propôs que, por uma deferência especial, dado o seu empenho em mandar à biblioteca do Instituto, as numerosas publicações que vem fazendo o "Serviço de Documentação do Ministério da Educação", de que é diretor, se dispensasse do pagamento da joia de sócio correspondente, ao nosso conterraneo professor Antonio Simões dos Reis, aceito em 6 de Novembro de 1943, proposta que foi aprovada.

O mesmo consócio Epifanio da Fonseca Dória comunicou à casa o falecimento, na cidade da Baía, onde se encontrava em tratamento de saúde, do consócio Lindolfo de Souza Campos, pessoa de reconhecidos dotes morais e intelectuais, que deixou vácuo sensevel no seio da sociedade de Aracaju, onde exercia a função de tabelião e oficial do registro civil. Pediu, que se lançasse na ata da sessão um voto de pesar pelo mesmo falecimento, ocorrido a 3 deste mês de Abril.

Em continuação comunicou que o consócio Major João Nunes de Melo oferecera um exemplar do seu recente livro "Conceitos e Raciocínios" e aproveitou o ensejo para felicitar o mesmo consócio pelo seu gesto de coragem editando um livro de divulgação de idéias nesta época de dificuldades quasi insuperáveis. Terminou pedindo que lhe consignasse na ata um voto de louvor por este seu testemunho de amor às letras e de espírito de sacrificio em prol da cultura.

As duas propostas foram unanimemente aprovadas.

O referido consócio Nunes de Melo agradeceu e propôs, por sua vez, que se consignasse na ata um voto de louvor ao Exmo. Sr. Interventor coronel Augusto Maynad Gomes pelo apóio dado ao Instituto nos passos que vem dando para comemorar condignamente o centenário do saudoso professor Brício Cardoso, proposta que foi aceita.

O consócio Epifanio da Fonseca Dória propôs a consignaço na ata de igual voto ao prefeito de Estância, Dr. Arquibaldo Ribeiro, que em recente telegrama prometeu ao Instituto propiciar-lhe o seu apóio para o êxito da referida comemoraço, proposta que foi igualmente aceita.

Sugeriu o Major João Nunes de Melo, tesoureiro do Instituto, que se convocasse a Assembléia Geral de Sócios para votar modificaço es aos atuais Estatutos, entre elas a contribuiço dos sócios efetivos que é a mesma estatuida em 1912 há 32 anos, mandando o presidente que a Secretaria providenciasse a publicaço de edital de convocaço. Sugeriu ainda o mesmo tesoureiro que se escolhesse uma comissáo para angariar donativos para o centenário do saudoso professor Brício Cardoso, ficando este assunto adiado para a próxima sessáo, pelo adiantado da hora.

Os consócios Epifanio da Fonseca Dória e Major João Nunes de Melo, comunicaram à casa que compareceram, representando o Instituto, aos funerais de D. Tereza Maynard Gomes, genitora do Exmo. Sr. Interventor Augusto Maynard Gomes, na cidade do Rosário do Catete, tendo apresentado pezames à família enlutada. Nada mais ocorrendo, foi encerraða a sessáo de que eu, Anfiloquio Vale, segundo secretário, mandei lavrar a presente ata, pelo funcionário administrativo, com os dados por mim fornecidos.

(aa) José Augusto da Rocha Lima — Presidente  
Anfiloquio Vale — 2.º Secretário.

**Ata da sessão ordinária da Diretoria do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, realizada a 6 de Maio de 1944.**

Presentes os membros da Diretoria : Professor José Augusto da Rocha Lima, Dr. José Calazans Brandão da Silva, Major João Nunes de Melo, Epifanio da Fonseca Dória e o jornalista Anfilóquio Vale, foi aberta a sessão, sob a presidência do primeiro. Foi lida e aprovada, sem emendas, a ata da sessão anterior.

O expediente constou de dois telegramas, um do Prefeito Municipal da Estância comunicando estar de acôrdo com o Instituto no sentido de se comemorar o centenário do Professor Brício Cardoso, e outro do Diretor da Divisão de Orçamento do Ministério da Educação, respondendo uma consulta que lhe foi encaminhada ; de uma circular do Rotary Club de Aracaju, comunicando a eleição do seu novo conselho diretor ; de duas cartas, uma do dr. Valentim Bouças, diretor do "O Observador Econômico e Financeiro do Rio de Janeiro", comunicando ter, em atenção ao pedido do 1.º secretário Epifanio da Fonseca Dória, seu pessoal amigo, resolvido enviar a referida revista, em carater permanente, e outra do comandante do 38 B. C. com sede em S. Paulo, pedindo livros para a biblioteca do mesmo batalhão.

Constou ainda o expediente de livros, opúsculos, jornais e revistas, recebidos de várias precedências, os quais o presidente mandou encaminhar à biblioteca.

Aberta a ordem do dia foi debatido o programa das comemorações do centenário do Professor Brício Cardoso, a 6 de Julho próximo, o qual ficou assim deliberado, e sujeito a possíveis modificações :

**DIA 6:** Palestra do poeta Freire Ribeiro, no rádio, sobre Brício Cardoso como jornalista ; conferência pelo Dr. Avila Lima, neste Instituto, às 20 horas, seguindo-se a abertura de uma exposição especial de livros, manuscritos, retratos e quaisquer outros objetos relativos ao Professor Brício Cardoso.

**DIA 7 :** Palestra de Mons. Carlos Costa, no rádio, sobre Brício Cardoso, como educador ; conferência pelo professor José Augusto da Rocha Lima, no Colégio Estadual de Sergipe, às 20 horas.

**DIA 8 :** Palestra da normalista D. Maria das Graças de Azevedo Melo, no rádio, evocando reminiscências de Brício Cardoso;

conferência pelo professor José Calasans Brandão da Silva, na Escola Normal Rui Barbosa, às 20 horas.

**DIA 9** : Missa solene na Catedral, às 9 horas, romaria ao túmulo de Brício Cardoso, às 16 horas, falando no cemitério o Dr. Paulo Costa ; sessão solene de encerramento das comemorações, realizadas pelo Instituto e pela Academia Sergipana de Letras, em conjunto, às 20 horas, sendo orador dos dois sodalícios o desembargador Hunald Cardoso, seguindo-se a inauguração de um retrato a óleo do professor Brício Cardoso, oferta do Estado ao Instituto e a distribuição de exemplares às autoridades presentes do "Tratado da Língua Vernácula", reeditado especialmente pelo governo do Estado, para comemorar a passagem do centenário do autor.

Nada mais ocorrendo, foi encerrada a sessão de que eu, Renato Aquino de Vasconcellos, funcionário administrativo, lavrei a presente ata, servindo-me dos elementos fornecidos pelo segundo secretário jornalista Anfilóquio Vale.

(aa) José Augusto da Rocha Lima — Presidente.  
Anfilóquio Vale — 2.º Secretário.

---

**Ata da sessão ordinária da Diretoria do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, realizada a 6 de Junho de 1944.**

Presentes os membros da Diretoria : Professor José Augusto da Rocha Lima, Dr. José Calazans Brandão da Silva, Major João Nunes de Melo, Epifanio da Fonseca Dória e o jornalista Anfilóquio Vale, foi aberta a sessão, sob a presidência do primeiro.

Foi lida e aprovada, sem emendas, a ata da sessão anterior.

O expediente constou de um telegrama do consócio Elmano Ribeiro sobre as comemorações do centenário do Professor Brício Cardoso na Estância ; de um ofício do diretor da Divisão de Orçamento do Ministério de Educação, comunicando a aprovação da comprovação das contas do exercício de 1943 ; de um telegrama do Dr. Luiz Vergara, transmitindo agradecimentos do Sr. Presidente da República pelas felicitações de aniversário enviadas pelo Instituto ; de um ofício do Rotary Club de Recife, enviando exemplares do seu Boletim ; de uma circular da Diretoria de Cultura do

Ministério de Educação Nacional da Venezuela, comunicando estarem exgotadas as edições de publicações periódicas da mesma Diretoria ; de uma carta do Centro Rio-Grandense de Estudos Históricos da cidade do Rio Grande, agradecendo a remessa do número 17 da Revista ; de uma carta do Diretor da "Bibliotéca da Shell E. C.", do Rio de Janeiro, solicitando a remessa de volumes da Revista ; de um officio do secretário geral do Conselho Nacional de Geografia, acusando o recebimento de uma revista que lhe fôra enviada e de uma proposta firmada por cinco sócios quites, no sentido de serem accitos sócios efetivos os senhores : Manuel Rodrigues do Nascimento e João Alves Bezerra ; constando mais o expediente de vários livros, jornais e revistas procedentes de diversas partes do pais e do estrangeiro.

O Presidente mandou arquivar o expediente lido, depois de respondido, e despachou à comissão de admissão de sócios a proposta lida.

Aberta a ordem do dia, foi revisto o programa das festas comemorativas do centenário do Professor Brício Cardoso a se realizarem em Julho próximo, fazendo-se ligeiras modificações no mesmo, para melhor êxito das mesmas festas.

Nada mais ocorrendo foi encerrada a sessão de que eu, Renato Aquino de Vasconcellos, funcionário administrativo, lavrei a presente ata, calcada sôbre os elementos fornecidos pelo segundo secretário, jornalista Anfiloquio Vale.

(aa) José Augusto da Rocha Lima — Presidente  
Anfiloquio Vale — 2.º Secretário.

---

Ata da sessão solene do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, realizada a 6 de Julho de 1944, para início das comemorações do centenário do Professor Brício Cardoso.

Presentes os membros da Diretoria : Professor José Augusto da Rocha Lima, Desembargador Hunald Cardoso, D. José Calazans Brandão da Silva, Epifanio da Fonseca Dória, jornalista Anfiloquio Vale e Major João Nunes de Melo, além de vários sócios, altas autoridades civis e militares, inúmeros cavalheiros, senho-

ras e senhorinhas, foi aberta a sessão, sob a presidência do Professor José Augusto da Rocha Lima.

Foi lida e regularmente aprovada a ata da sessão anterior.

O expediente constou de telegramas do consócio Nelson de Souza Oliveira, sugerindo fazer-se o Instituto representar-se nas solenidades do cincoentenário do Instituto Geográfico e Histórico da Baía ; do Sr. João Bezerra, (dois), um comunicando ter assumido as funções de diretor geral da "Rádio Difusora" ; e outro comunicando que o sr. Interventor Federal, coronel Augusto Maynard, atendendo à solicitação deste Instituto, autorizou o editor Zélio Valverde a tirar uma edição especial de mil exemplares do Tratado da Língua Vernácula do Professor Bricio Cardoso ; do Diretor da Divisão de Orçamento do Ministério da Educação e Saúde, comunicando que o pagamento da subvenção de 1944 está dependendo de crédito ; do Dr. Newton Lacerda (dois) comunicando a remessa de trescentos cruzeiros destinados ao pagamento dos prêmios escolares, "Dr. Nobre de Lacerda" pelo mesmo instituídos ; do Diretor da Imprensa Oficial do Estado do Piauí, comunicando a remessa de números do "Diário Oficial" que lhe foram pedidos ; do Secretário do Conselho Nacional de Imprensa recomendando trocar no título do órgão de publicidade deste Instituto a palavra revista, pela palavra boletim e do Dr. Graco Cardoso sobre a impressão do Tratado da Língua Vernácula. Constatou mais o expediente de ofícios do Arquivo Nacional, da Biblioteca Nacional e do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, agradecendo a oferta de três retratos do General Aristides Guarana ; de uma carta do conterrâneo Dr. Hélio José Ribeiro, agradecendo a sua eleição para o quadro de sócios efetivos ; de circulares do Instituto Geográfico e Histórico da Baía, convidando este Instituto para as festas do seu cincoentenário ; da Santa Casa de Misericórdia de Santos oferecendo um exemplar do livro "Santa Casa de Misericórdia de Santos" ; da Comissão Preparatória das Comemorações do Centenário do Barão do Rio Branco, agradecendo a acolhida que este Instituto deu ao seu apêlo, e da Associação dos Estudantes Secundários de Sergipe, comunicando a eleição e posse de sua Diretoria de 1944 - 1945. Constatou também o expediente de vários livros, opúsculos, jornais e revistas, recebidos de diversas procedências, bem como de uma proposta firmada por cinco sócios quites no sentido de serem aceitos sócios efetivos

o Dr. Julio Cezar Leite e o 1.º Tenente Damião Mendonça de Santana.

Mandou o presidente que se encaminhasse ao arquivo e à biblioteca o expediente lido, depois de respondido e despachada à comissão de admissão de sócios a proposta apresentada.

Foi lido em seguida o parecer da mesma comissão opinando pela aceitação dos candidatos João Bezerra e Manuel Rodrigues do Nascimento para sócios efetivos, o qual, pôsto a votos, foi aprovado.

Foi em seguida concedida a palavra ao consócio Dr. Avila Lima para realizar a sua anunciada conferência sobre "Brício Cardoso e sua projeção na família e na sociedade sergipana".

Ao subir à tribuna foi o Dr. Avila Lima alvo de uma salva de palmas. Proferiu a seguir o seu belo estudo, e, ao terminar, foi alvo de nova salva de palmas do seieto auditório.

O Presidente agradeceu às pessoas presentes, o seu comparecimento à sessão, tecendo considerações sobre a figura invulgar do velho mestre patricio, rememorado na brilhante conferência do Dr. Avila Lima, e encerrou, em seguida, a sessão de que eu Renato Aquino de Vasconcellos, lavrei a presente ata, calcada sobre as notas fornecidas pelo 2.º secretário jornalista Anfiloquio Vale.

(aa) José Augusto da Rocha Lima — Presidente  
Anfiloquio Vale — 2.º Secretário.

---

Ata da sessão ordinária da Diretoria do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe e da Academia Sergipana de Letras, realizada a 9 de Julho de 1944, comemorando a passagem do centenário do nascimento do Professor Brício Cardoso.

Presentes os presidentes do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe e da Academia Sergipana de Letras, Professor José Augusto da Rocha Lima e Dr. Antonio Manuel de Carvalho Neto, bem como o chefe do Estado, Coronel Augusto Maynard Gomes, autoridades civis e militares, e crescido número de cavalheiros, senhoras e senhorinhas da sociedade arucajuana, realizou-se a sessão so-

lene conjunta dos dois referidos sodalícios, comemorativa do primeiro centenário do nascimento do Professor Bricio Cardoso.

Abriu a sessão o presidente da Academia Sergipana de Letras que convidou o chefe do Estado, Coronel Augusto Maynard Gomes a ocupar a cadeira de presidente.

Foi concedida a palavra ao orador oficial dos dois sodalícios, Desembargador Hunald Cardoso, que proferiu exaustivo trabalho sobre o seu ilustre progenitor, sendo largamente aplaudido ao descer da tribuna.

Coube falar, encerrando a sessão o Professor José Augusto da Rocha Lima, que, em brilhante improviso, declarou inaugurado o retrato, em grande tela, executado pelo pintor patricio Florival Santos e oferta do Governo do Estado ao Instituto.

O orador pôs em destaque a patriótica munificencia do honrado chefe do Estado, Coronel Augusto Maynard Gomes, mandando editar o Tratado da Língua Vernácula do Professor Bricio Cardoso, afim de servir de marco rememorativo da passagem do centenário comemorado, e oferecendo, com o mesmo objetivo, a grande tela que se inaugurava. Foi em seguida encerrada a sessão de que eu, Iolanda Mendonça, funcionário administrativo lavrei a presente ata, calcada sobre as notas fornecidas pelo 2.º secretário jornalista Anfiloquio Vale.

(aa) José Augusto da Rocha Lima — Presidente  
Anfiloquio Vale — 2.º Secretário.

---

Ata da sessão ordinária da Diretoria do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, realizada a 6 de Agosto de 1944.

Presentes os membros da Diretoria, Professor José Augusto da Rocha Lima, Dr José Calazans Brandão da Silva, Major João Nunes de Melo, Epifanio da Fonseca Dória e jornalista Anfiloquio Vale, foi aberta a sessão sob a presidencia do primeiro.

Foram lidas e aprovadas, sem emendas, as atas de 6 e 9 de Julho findo. O expediente constou do seguinte :

**Telegrama** do consócio almirante Amintas Jorge, agradecendo as felicitações de aniversário que lhe enviára o Instituto ;

**Circulares :** da Liga Sergipense Contra o Analfabetismo, comunicando a eleição e posse de sua nova Diretoria, e do Dr. Orlando Cavalcanti, secretário do Instituto Genealógico de Pernambuco, comunicando a fundação do mesmo Instituto, na cidade do Recife ;

**Ofícios :** da Diretoria do grupo escolar João Ribeiro, de Laranjeiras, D. Maria Catarina Mendes de Oliveira, prometendo enviar oportunamente o nome do aluno a quem deva caber o prêmio Dr. Nobre de Lacerda ; do Secretário Geral do Estado, em exercício, Dr. Arício Guimarães Fortes, enviando uma cópia da ata da instalação da comarca de Tobias Barreto ; do presidente da Comissão Executiva da II. Reunião Pan-Americana de Consulta sobre Geografia e Cartografia, a realizar-se na Capital Federal no corrente mês, pedindo a colaboração deste Instituto para maior êxito da referida Reunião ; do diretor da Biblioteca Pública do Estado, monsenhor Carlos Camélio Costa, comunicando que o aluno do Colégio Estadual de Sergipe que mais frequentou a mesma Biblioteca nos últimos doze meses foi Luiz Carlos Prestes de Oliveira Mota ; do Chefe da administração do "Minas Gerais", comunicando a remessa de vários números atrasados do mesmo jornal, pedidos pelo Instituto ; do Museu Histórico Nacional, do Instituto de Geografia Militar do Brasil, e dos Institutos Históricos e Geográficos da Baía, Goiaz, Pará, Paraíba, Petrópolis e Santa Catarina, acusando o recebimento de três retratos do general Aristides Guaraniá, remetidos a cada um deles por este Instituto.

Constou ainda o expediente de vários jornais, revistas, livros e opúsculos recebidos do país e do estrangeiro. Mandou o presidente arquivar o expediente lido, depois de respondido.

Aberta a ordem do dia foi lido um parecer da comissão de admissão de sócios, opinando pela aceitação dos candidatos tenente Damião Mendonça de Santana e Dr. Julio Cesar Leite, o qual em discussão não sofreu debate e em votação foi unanimemente aprovado.

Mandou então o presidente que se fizessem as devidas comunicações.

Como nada mais ocorresse foi encerrada a sessão de que eu, Iolanda Mendonça, funcionário administrativo, lavrei a presente

ata, com os elementos fornecidos pelo 2.º secretário, jornalista Anfiloquio Vale.

(aa) José Augusto da Rocha Lima — Presidente  
Anfiloquio Vale — 2.º Secretário.

---

**Ata da sessão solene do Instituto Histórico  
e Geográfico de Sergipe, realizada a 25 de  
Agosto de 1944**

Presentes os membros da Diretoria, em sua maioria, vários sócios, representantes dos Srs. Interventor Federal e Secretário Geral do Estado, comandantes e oficiais do Exército e da Força Policial, docentes e discentes do Colégio Estadual de Sergipe, bem como o Orfeão da mesma Escola, cavalheiros, senhoras e senhorinhas da sociedade local, foi aberta a sessão, sob a presidência do professor José Augusto da Rocha Lima, não havendo leitura de ata nem de expediente. Abrindo a ordem do dia o presidente declarou que a sessão se destinava a render culto cívico à memória do Duque de Caxias, e bem assim à posse do novo sócio efetivo 1.º tenente do Exército Damião Mendonça de Santana e à entrega dos prêmios escolares Dr. Nobre de Lacerda, instituídos pelo Dr. Newton Lacerda.

Concedeu em seguida a palavra ao consócio João Nunes de Melo que ocupou-se da figura gloriosa e inesquecível do Duque de Caxias, dirigindo em seguida ao sócio recipiendário as saudações do Instituto Histórico, sendo aplaudido ao terminar o seu breve discurso.

A convite do presidente o novo sócio compareceu à mesa, recebendo, sob uma salva de palmas, o respectivo diploma.

Ocupou então a tribuna o referido sócio tenente Damião Mendonça que dissertou demorada e eloquentemente sobre a figura central de nossa história militar, o Duque de Caxias, agradecendo a seguir as saudações do Instituto pela palavra do consócio João Nunes de Melo.

O orador recebeu também os aplausos da numerosa e seleta assistência. Foram depois distribuídos, sob repetidas salvas de palmas, os prêmios Dr. Nobre de Lacerda aos estudantes, Carlos

Oliveira e Luiz Carlos Prestes de Oliveira Mota do Colégio Estadual de Sergipe, o primeiro por ter reunido as notas mais altas de conduta e aplicação e o segundo por ter sido o aluno do mesmo estabelecimento que mais frequentou a Biblioteca Pública nos últimos doze meses. Foi entregue também igual prêmio à menina Maria José de Oliveira, aluna do grupo escolar João Ribeiro, da cidade de Laranjeiras que, por sua vez, obteve nos últimos doze meses as notas mais altas de conduta e aplicação.

Foi em seguida dada a palavra ao aluno Carlos Oliveira, que em belo discurso, de todos aplaudido, agradeceu, por si e pelos outros premiados os prêmios recebidos.

Palou, por fim, o professor José Augusto da Rocha Lima, agradecendo o comparecimento das autoridades civis e militares, dos mestres e alunos, dos cavalheiros, senhoras e senhorinhas e dos próprios sócios à magnífica festa daquele dia, encerrando-se a sessão com o hino nacional, cantado, vibrantemente, pelo Orfeão da Escola Normal Oficial, dirigido pelo professor Genaro P l e c h.

Compareceu também à solenidade cívica a banda do 28 B. C. gentilmente cedida pelo seu ilustre comandante coronel João Batista de Matos. Encerrada a sessão lavrei eu, Iolanda Mendonça, funcionario administrativo, a presente ata, servindo-me das notas fornecidos pelo 2.º secretario jornalista Anfiloquio Vale.

(aa) José Augusto da Rocha Lima — Presidente  
Anfiloquio Vale — 2.º Secretario.

---

Ata da sessão ordinária da Diretoria do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, realizada a 6 de Setembro de 1944.

Presentes os membros da Diretoria, professor José Augusto da Rocha Lima, Dr. José Calazans Brandão da Silva, major João Nunes de Melo, Epifanio da Fonseca Dória e jornalista Anfiloquio Vale, foi aberta a sessão sob a presidência do primeiro, foram lidas e aprovadas sem emendas as atas das sessões de 6 e 25 de Agosto.

O expediente constou do seguinte :

**Telegramas.** Do Dr Leite Neto, secretário geral do Estado, apresentando despedidas por ter de seguir para o Rio de Janeiro e oferecendo seus préstimos naquela cidade e do Dr Xavier da Silveira, secretário do Conselho Nacional do Serviço Social pedindo a remessa de documentos para estudo do pedido de subvenção para o exercício de 1945.

**Circulares.** Do Dr. Carlos Guimarães Domingues, vice-presidente da Comissão do Décimo Congresso Brasileiro de Esperanto a se reunir na Capital da República, em 1945, solicitando a adesão do Instituto ao referido Congresso e do Núcleo Filatelico de Aracaju, comunicando a eleição e posse de sua nova Diretoria.

**Ofícios.** Do Departamento de Assistência às Cooperativas de Pernambuco, comunicando ter enviado exemplares, pedidos, de sua revista ; do Conselho Federal de Comércio Exterior, fazendo igual comunicação referente a números do seu Boletim ; do Departamento Federal de Segurança Pública, comunicando que os Arquivos de Medicina Legal estão com a publicação suspensa ; do Grêmio Cultural Clodomir Silva, agradecendo a oferta de um exemplar da História de Sergipe do Dr. Felisberto Freire ; do diretor da Biblioteca Pública do Estado, respondendo um ofício do Instituto ; do Sr. Joseph F. Brown, coordenador dos assuntos inter-americanos dos Estados Unidos da América, sobre a remessa de números de Em Guarda ; do Comando Geral da Força Policial (dois) oferecendo exemplares do Almanaque da mesma Força.

**Cartas.** Da Biblioteca Pública de New York, Estados Unidos, acusando o recebimento de um exemplar do n.º 17 da Revista do Instituto ; e do Dr. João da Costa Pinto Dantas Junior, agradecendo a sua eleição para sócio correspondente.

Constou mais o expediente de vários livros, opúsculos, jornais e revistas, recebidos de várias partes do país e do estrangeiro, bem como de uma proposta firmada por cinco sócios quites, no sentido de serem aceitos sócios efetivos os Drs. Severino Pessoa Uchôa e Dr. Ivan Hora Fontes, proposta que foi encaminhada à comissão de admissão de sócios.

Mandou o presidente que se arquivasse o expediente lido, depois de respondido convenientemente.

Não houve matéria para a ordem do dia pelo que foi encerrada a sessão de que eu, Iolanda Mendonça, funcionário adminis-

trativo, lavrei a presente ata, servindo-me das notas fornecidas pelo 2.º secretário jornalista Anfilóquio Vale.

(aa) **José Augusto da Rocha Lima** — Presidente  
**Anfilóquio Vale** — 2.º Secretário.

---

**Ata de sessão ordinária da Diretoria do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe realizada a 6 de Outubro de 1944.**

Presentes os membros da Diretoria, professor José Augusto da Rocha Lima, Dr. José Calazans Brandão da Silva, major João Nunes de Melo, jornalista Anfilóquio Vale e Epifanio da Fonseca Doria foi aberta a sessão, sob a presidência do primeiro.

Foi lida e aprovada sem emendas a ata da sessão anterior.

O expediente constou do seguinte :

**Circulares** : do Instituto da Ordem dos Advogados de Sergipe e da Academia Sul-Riograndense de Letras, do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano e da 19.ª Circunscrição de Recrutamento, as três primeiras comunicando a eleição e posse de suas novas diretorias e a última convidando o sodalício para a solenidade das comemorações do centenário do Marechal José Bernardino Bormann.

**Ofícios** : do Departamento Federal de Segurança Pública do Distrito Federal, atendendo a uma solicitação que lhe fôra dirigida ; outro da 19.ª Circunscrição de Recrutamento convidando o Instituto a comparecer à solenidade do sorteio militar da classe de 1924 ; outro do Centro Operário Sergipano, convidando o Instituto para uma sessão solene em homenagem à memória de Horácio Hora ; outro do Arquivo Público da Baía, atendendo a uma solicitação que lhe fôra dirigida ; outro da Inspetoria da Guarda Cível e de Veículos fazendo uma solicitação ligada às suas atividades.

**Cartas** : da direção do Boletim Shell Energina publicado pela Anglo-Mexican Petroleum Company, Limited, no Rio de Janeiro, enviando ao Instituto cem exemplares do n.º 23 do mesmo Boletim, no qual saiu uma reportagem sôbre o Instituto e outra do jornal A Informação Económica e Financeira, do Rio de Janeiro.

oferecendo, em caráter gratuito, uma assinatura do mesmo jornal ao Instituto.

Constou ainda o expediente de vários números de jornais e revistas nacionais e estrangeiras, além de livros e opúsculos de várias procedências.

Aberta a ordem do dia o 1.º secretário, Epifanio Dória, informou que não havia matéria para discussão, aproveitando a oportunidade para informar que as dificuldades de energia elétrica não permitiram ainda que se iniciasse a impressão do n.º 18 da Revista. Nada mais ocorrendo foi encerrada a sessão de que eu, Iolanda Landi Mendonça, funcionário administrativo, lavrei a presente ata calcada sobre as notas fornecidas pelo 2.º secretário jornalista Anfilóquio Vale.

(aa) **José Augusto da Rocha Lima** — Presidente  
**Anfilóquio Vale** — 2.º Secretário

---

**Ata de sessão ordinária da Diretoria do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe realizada a 6 de Novembro de 1944.**

Presentes os membros da Diretoria, professor José Augusto da Rocha Lima, Dr. José Calazans Brandão da Silva, major João Nunes de Melo, jornalista Anfilóquio Vale e Epifanio de Fonseca Dória, foi aberta a sessão, sob a presidência do primeiro.

Foi lida e aprovada, sem reclamações, a ata da sessão anterior.

O expediente constou do seguinte :

**Circulares** : do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, comunicando a eleição e posse de sua nova Diretoria, e da União Pan Americana, pedindo informações para o fichário.

**Cartas**, da Companhia Telefônica Brasileira, comunicando a remessa de volumes pedidos pelo Instituto e da direção dos Arquivos de Higiene e Saúde Pública, de São Paulo, em idêntico sentido.

**Radiograma** : do Presidente do Conselho Penitenciário, convidando o Instituto para a sessão solene de hoje.

**Ofícios** : do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, acusando o recebimento de três retratos do General Aris-

tides Guaraná, remetidos por êste sodalício ; do Departamento Federal de Segurança Pública do Distrito Federal, comunicando não ser possível, por esgotadas, edições do "Arquivo da Polícia Civil do Distrito Federal", da Legião Brasileira de Assistência, fazendo uma solicitação ; do diretor do Arquivo Público da Baía, acusando o recebimento da relação de duplicatas que lhe foi mandada ; do Diretor do Serviço de Documentação do Ministério da Educação, solicitando a remessa, em serviço de permuta, de um volume que o Instituto possui em duplicata ; do Diretor da Imprensa Oficial do Estado do Rio, comunicando a remessa de exemplares do Diário Oficial que foram pedidos ; do encarregado da expedição da Revista das Academias de Letras, comunicando a remessa de um exemplar do n.º 46 ; do Diretor da Bibliotéca e Arquivo Público do Pará comunicando a remessa do volume n.º 8 dos Anais da mesma Bibliotéca ; do Diretor da Imprensa Oficial do Piauí, comunicando a remessa de números do Diário Oficial que lhe foram pedidos e do Diretor da Imprensa Oficial do Estado de Minas em idêntico sentido.

Constou ainda de vários livros, opúsculos, revistas e jornais de diversas procedências.

Aberta a ordem do dia foi lido e submetido à deliberação e parecer da comissão de Admissão de sócios sôbre a proposta no sentido de serem accitos para o quadro de sócios efetivos os Srs. Severino Pessoa Uchôa e Ivan Hora Fontes, sendo o mesmo unanimemente aprovado.

Pelo 1.º secretário Epifanio da Fonseca Dória foi apresentada uma proposta, apoiada por mais quatro sócios, no sentido de ser accito para o quadro de sócios correspondentes o capitão de Mar e Guerra Dr. Dídio Iratim Afonso da Costa, proposta que foi encaminhada à comissão de admissão de sócios.

O mesmo 1.º secretário propôs e foi unanimemente aprovado que se pedisse ao Conselho Nacional de Imprensa, reconsideração de sua deliberação referente ao nome da publicação que o Instituto vem mantendo desde 1912 com o nome de Revista Trimensal do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, nome que já mereceu registro no Departamento de Imprensa e Propaganda, conforme comunicação do Diretor Geral, sob n.º 3.838, de 12 de Dezembro do referido ano.

Nada mais ocorrendo, eu, Iolanda Mendonça, funcionário administrativo, layrei a presente ata, calcada sobre as notas fornecidas pelo 2.º secretário jornalista Anfilóquio Vale.

(aa) José Augusto da Rocha Lima — Presidente  
Anfilóquio Vale — 2.º Secretário

---

**Ata de sessão ordinária da Diretoria do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe realizada a 6 de Dezembro de 1944.**

Presentes os membros da Diretoria, professor José Augusto da Rocha Lima, Dr. José Calazans Brandão da Silva, jornalista Anfilóquio Vale, major João Nunes de Melo e Epifanio da Fonseca Dória, foi aberta a sessão sob a presidência do primeiro.

Foi lida e aprovada, sem emendas, a ata da sessão anterior.

O expediente constou do seguinte :

**Cartas.** Do Instituto Brasil-Estados Unidos, do Rio de Janeiro, comunicando ter atendido o apêlo dêste sodalicio, com a remessa de publicações que se tinham extraviado no correio ; do editor Zélio Valverde comunicando ter remetido a êste Instituto os cem exemplares da 2.ª edição do Tratado da Língua Vernácula do professor Bricio Cardoso, cedidos pelo govêrno do Estado ; do redator do Boletim Shell Energina, do Rio de Janeiro, comunicando que nada tinha a cobrar pela remessa de 100 exemplares do mesmo Boletim a êste Instituto ; da Diretoria de Estatística, Propaganda e Turismo do Recife, comunicando que lhe seria grato receber a Revista dêste Instituto.

**Cartões.** Do Diretor da Bibliotéca Pública de Curitiba (2), agradecendo a remessa dos retratos do General Guaraná, e remetendo volumes em permuta.

**Circular.** Da Cooperativa de Consumo dos Servidores Públicos em Sergipe Ltda., comunicando a sua fundação nesta Capital.

**Ofícios.** Do Arquivo Público da Baía, em resposta a outro que lhe fóra endereçado ; do Departamento de Imprensa, Propaganda e Publicações da República do Equador, remetendo publicações ao Instituto ; do Centro D. Vital de Aracaju (3) convidando o Instituto para solenidades no mesmo Centro realizadas ; do Museu

Imperial de Petrópolis, agradecendo a oferta de volumes ao mesmo Museu; do Serviço de Documentação do Ministério da Educação e Saúde acusando o recebimento de um volume que lhe foi remetido em serviço de permuta, e do Sr. João Bezerra, da L. B. A. pedindo cadeiras para uma solenidade da mesma L. B. A.

Constou ainda, do expediente vários jornais, revistas, livros e opúsculos de diversas procedências, bem como de um parecer da comissão de admissão de sócios, opinando pela aceitação do candidato capitão de Mar e Guerra Dídio Iratim Afonso da Costa para o quadro de sócios correspondentes.

Mandou o presidente arquivar o expediente lido, depois de respondidos os ofícios, cartões, cartas e circulares e agradecidos os donativos de livros, opúsculos, jornais e revistas.

Aberta a ordem do dia foi lido e depois submetido à discussão o parecer da comissão de admissão de sócios, referente a admissão do capitão de Mar e Guerra Dídio Iratim Afonso da Costa, o qual foi unanimemente aprovado, mandando o presidente que a Secretaria fizesse a devida comunicação ao eleito.

Entrou em debate a proposta verbal do Dr. José Calazans, no sentido de serem solenizadas em 17 de Março do próximo ano a passagem do 90.º aniversário da fundação da cidade de Aracaju e em Abril seguinte o centenário do nascimento do Barão do Rio Branco, o que foi aprovado.

Por proposta do sócio Epifanio Dória foi aprovada a inserção na ata de um voto de pesar pelo falecimento do consócio professor Artur Fortes, cuja memória deverá receber oportunamente homenagem mais concreta.

O referido sócio Epifanio Dória deu parte das dificuldades que vem experimentando para a publicação da Revista.

Nada mais ocorrendo foi encerrada a sessão, de que eu, Iolanda Mendonça, funcionário administrativo, lavrei a presente ata, calcada sobre as notas fornecidas pelo 2.º secretário jornalista Anfilóquio Vale.

(aa) José Augusto da Rocha Lima — Presidente  
Anfilóquio Vale — 2.º Secretário.

**Ata da sessão extraordinária da Diretoria do  
Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe,  
de 17 de Dezembro de 1944.**

Presentes os membros da Diretoria : professor José Augusto da Rocha Lima, Dr. José Calazans Brandão da Silva, major João Nunes de Melo, jornalista Anfiloquio Vale e Epifanio da Fonseca Dória, foi aberta a sessão, sob a presidência do primeiro.

Foi lida e regularmente aprovada a ata da sessão anterior. Não houve expediente.

Aberta a ordem do dia declarou o presidente destinar-se a resolver, além de outros assuntos, a convocação de uma sessão da assembléa geral para discussão e deliberação de assuntos de interesse geral para o sodalício inclusive razoável aumento da mensalidade de sócio.

Foram debatidos vários assuntos, entre êles o estabelecimento de prêmios e gratificações a conferencistas de notório saber que sejam convidados para discorrerem sôbre assuntos ligados as atividades culturais do Instituto, como o estudo da história e geografia pátrias, especialmente de Sergipe.

Cogitou-se da celebração do centenário do nascimento do coronel José Faro Rolemberg, ficando essentado que o sodalício franqueasse o seu salão para as solenidades que a família do grande político sergipano entendesse de realizar, não tomando o mesmo sodalício qualquer iniciativa por se não conhecer, infelizmente, a data precisa do nascimento do mesmo coronel José de Faro Rolemberg.

Sugerida a convocação de uma sessão de assembléa geral afim de resolver vários assuntos de interesse do Instituto, especialmente um razoável aumento da mensalidade de sócios, foi aprovada a mesma sugestão. Tratou-se ainda das dificuldades para a publicação da Revista, ficando autorizado o 1.º secretário Epifanio da Fonseca Dória, a aceitar razoável proposta da Casa Ávila, desta Capital. Nada mais ocorrendo foi encerrda a sessão de que eu, Iolanda Mendonça, funcionário administrativo, lavrei a presente ata, calcada nas notas fornecidas pelo 2.º secretário jornalista Anfiloquio Vale.

(aa) José Augusto da Rocha Lima — Presidente  
Anfiloquio Vale — 2.º Secretário.

## CADASTRO SOCIAL

---

Em 31 - 12 - 1944

### SÓCIOS EFETIVOS

Abílio de Faria, Dr.  
Abílio de Vasconcelos Hora, Dr.  
Acrísio Cruz, Prof.  
Adroaldo Campos, Advogado  
Aldemar Hora Dantas Brito, Dr.  
Alfredo Gomes de Oliveira  
Alfredo Sebrão Busch  
Alvaro Andrade, Dr.  
Aúsió Ezequiel de Barros, Coronel  
Antônio Bragança de Azevedo  
Antônio Freitas, Cônego  
Antônio Garcia Rosa, Dr.  
Antônio Manuel de Carvalho Neto, Dr.  
Antônio Militão de Bragança, Dr.  
Antônio Porfírio de Brito  
Antônio Xavier de Assis Junior, Dr.  
Aricio de Guimarães Fortes, Dr.  
Arlindo Ribeiro da Silveira, Dr.  
Armando Barreto  
Arnaldo Rolemberg Garcez  
Artur Alfredo Passos, Padre  
Avelar Brandão Vilela, Cônego  
Benedito Oliveira, Prof.  
Benício da Silveira Fontes, Major

Bernardino Dantas, Coronel  
Cantidiano Vieira, Coronel  
Carlos Camélio Costa, Mons.  
Carlos Garcia, Dr.  
Carlos Rolemberg Rodrigues da Cruz, Dr.  
Carlos Valdemar Acioli Rolemberg, Dr.  
Carlos Vieira Sobral, Dr.  
Clodoaldo Vieira Passos, Dr.  
Damião Mendonça de Santana, 1.º Tenente  
Domingos Fonseca de Almeida, Cônego  
Edgar Barroso  
Edgar Brito, Cônego  
Edgar Coelho, Dr.  
Edgar Lacerda Ferreira  
Elias Carmelo, Major  
Elmano Alves Ribeiro  
Enoch Santiago, Desemb.  
Epifanio da Fonseca Dória  
Ernani Mesquita Prata, Dr.  
Eteivino de Menezes Tavares, Dr.  
Euripedes Esteves Lima, Coronel  
Exupero Monteiro  
Felte Bezerra, Dr.  
Fernando de Figueiredo Porto, Dr.  
Filadelfo Jônatas de Oliveira, Padre  
Flávio da Rosa Melo, Dr.  
Francisco Leite Neto, Dr.  
Francisco Porfírio de Brito, Coronel  
Francisco de Souza Porto, Coronel  
Gentil Tavares da Mota, Dr.  
Gervásio de Carvalho Prata, Desemb.  
Godofredo Diniz Gonçalves  
Gonçalo Rolemberg Leite, Dr.  
Gonçalo Rolemberg do Prado, Coronel  
Guilhermino Chaves de Rezende, Coronel  
Hélio José Ribeiro, Dr.  
Heráclito Diniz Gonçalves, Dr.  
Hercílio Porfírio de Brito, Dr.  
Hermeto Rodrigues Feitosa, Coronel  
Inocência Astério de Menezes Lins, Dr.

Irineu Marques de Oliveira, Major  
Jacinto Dias Ribeiro, Coronel  
Jadriel Benevides, Coronel  
Jessé de Andrade Fontes, Dr.  
João Alves Bezerra  
João de Araujo Monteiro, Dr.  
João Batista Percz Garcia Moreno, Dr.  
João Bosco de Andrade Lima, Desemb.  
João Costa Santos  
João Dantas Martins dos Reis, Desemb.  
João Firpo Filho, Dr.  
João Francisco de Campos, Major  
João Freire Ribeiro  
João José dos Anjos, Major  
João Marques Guimarães, Dr.  
João Nunes de Melo, Major  
João Rezende  
Joaquim Lins de Carvalho  
Joaquim Maurício Cardoso, Dr.  
Joaquim Sabino Ribeiro, Dr.  
Joaquim Vieira Sobral, Prof.  
Joel Macieira de Aguiar, Dr.  
Josafá Brandão, Dr.  
José de Alencar Cardoso, Prof.  
José Amado Nascimento  
José Augusto Garcez  
José Augusto da Rocha Lima, Prof.  
José Barreto Fontes, Prof.  
José Calazans Brandão da Silva, Dr.  
José de Carvalho Andrade  
José Correia dos Santos, Tenente  
José Euclides de Souza, Major  
José Felizola  
José Francisco de Oliveira  
José Gemeniano de Freitas, Cônego  
José Hermenegildo da Cruz  
José Mesquita da Silveira  
José Rolenberg Leite, Dr.  
José Sebrão de Carvalho, Coronel  
José Sebrão de Carvalho, Sobrinho, Prof.

José Tomaz de Avila Nabuco, Dr.  
Josias Ferreira Nunes, Advogado  
Josias Vieira Dantas, Coronel  
Jucundino de Souza Andrade, Prof.  
Judite de Oliveira Ribeiro, Prof.  
Juliano Calazans Simões, Dr.  
Julio Pinto Filho, Major  
Ladisláu Milet, Dr.  
Lauro de Brito Porto, Dr.  
Lauro Dantas Hora, Dr.  
Leandro Maynard Maciel, Dr.  
Leonardo Gomes de Carvalho Leite, Dr.  
Leonor Teles de Menezes, Prof.  
Levindo Cruz, Dr.  
Luiz Figueiredo  
Luiz Garcia, Dr.  
Luiz Kraus  
Luiz Loureiro Tavares, Desemb.  
Luiz Magalhães, Dr.  
Luiz Pereira de Melo, Dr.  
Luiz da Rocha Cerqueira, Dr.  
Maços do Espírito Santo, Coronel  
Manuel Barbosa de Souza, Dr.  
Manuel Cabral Machado, Dr.  
Manuel Dantas  
Manuel Franco Freire, Prof.  
Manuel Nicanor do Nascimento  
Manuel Ribeiro, Dr.  
Manuel Rodrigues do Nascimento  
Manuel Sobral  
Marcos Ferreira de Jesus, Dr.  
Maria Amélia Fontes, Prof.  
Maria da Conceição Melo Costa, Prof.  
Maria da Glória Chaves, Prof.  
Mário de Araujo Cabral, Dr.  
Maximino Chaves José Ribeiro, Coronel  
Napoleão Agélio de Oliveira Dória, Prof.  
Nelson de Freitas Garcez, Coronel  
Nelson Tavares da Mota, Dr.  
Nicanor de Oliveira Leal, Dr.

Nicanor Ribeiro Nunes, Major  
Norma Monte Alegre Reis, Prof.  
Olavo Ferreira Leite, Dr.  
Onésimo de Araujo Pinto, Major  
Orlando Vieira Dantas  
Oscar Batista do Nascimento, Dr.  
Oséas Maynard Lemos  
Osman Hora Fontes, Dr.  
Oswaldo Barreto Dantas, Dr.  
Otaviano Vieira de Melo, Dr.  
Oto Watson Leite, Dr.  
Paulo Costa, Dr.  
Pedro Diniz Gonçalves, Coronel  
Renato Cantidiano Vieira, Dr.  
Salvio Oliveira  
Serapião Machado de Aguiar, Cônego  
Simeão Vieira Sobral, Dr.  
Teodorico do Prado Montes  
Teonilo Leite  
Teotonilio Mesquita, Dr.  
Vicente Barreira de Alencar, Dr.  
Zacarias Lourenço de Carvalho, Desemb.  
Zozimo Lima

#### SÓCIOS BENEMÉRITOS

Amintas José Jorge, Almirante  
Augusto Maynard Gomes, Coronel  
Eronides Ferreira de Carvalho, Dr.  
Getúlio Dornelas Vargas, Dr.  
João Rodrigues da Costa Dória, Dr.  
Jordão Oliveira, Dr.  
Maurício Graco Cardoso, Dr.  
Washington Luiz Pereira de Souza, Dr.

#### SÓCIOS HONORARIOS

Afonso de Escragnolle Taunay, Dr. — S. Paulo  
Alberto Del Salas, — Buenos Aires  
Alfredo Braquiriz Moreno, — Quinto, Equador

Altino Arantes Marques, Dr. — S. Paulo  
Anfilóquio da Silva Vale, Advogado — Aracaju  
Antônio Augusto Borges de Medeiros, Dr. — Irapuá, Cachoeira,  
Rio Grande do Sul  
Antônio Carlos Simões da Silva, Dr. — Rio de Janeiro  
Artur da Silva Bernardes, Dr. — Rio de Janeiro  
Augusto Alvaro da Silva, Dom — Baía  
Bernardino José de Souza, Dr. — Rio de Janeiro  
Bruno Lobo, Dr. — Rio de Janeiro  
Carivaldo Bomfim Lima — Rio de Janeiro  
Carlos Alberto Rola, Dr. — Aracaju  
Carlos Benedito Otoni, Dr. — Minas  
Cláudio Ganns, Dr. — Rio de Janeiro  
Edmundo Gutierrez, Santiago — Chile  
Evangelino José de Faro, Desemb. — Aracaju  
F. de S. Meira Sá — Rio de Janeiro  
Florentino Teles de Menezes, Prof. — Aracaju  
Francisco de Aquino Correia, D. — Cuiabá, Mato Grosso  
Gilberto Amado, Dr. — Rio de Janeiro  
Gilberto Freyre, Prof. — Recife, Pernambuco  
Goran Bjorkman — Suecia  
Gustavo Capanema, Dr. — Rio de Janeiro  
Henrique Deschamps — Paris  
Hunald Santa-flôr Cardoso, Desemb.  
João Pedro Cardoso — São Paulo  
Joaquim Inácio de Almeida Amazonas, Dr. — Recife, Pernambuco  
José Calazans, General — Aracaju  
José Carlos de Macêdo Soares, Embaixador — Rio de Janeiro  
José de Magalhães Carneiro, Dr. — Aracaju  
José Maria Barreto, Dr.  
José Maria Goulart de Andrade, Dr.  
José Tomaz Gomes da Silva, D. — Aracaju  
Josué Serôa da Mota, — Rio de Janeiro  
Libério de Souza Monteiro, Desemb. — Laranjeiras  
Lourival Fontes, Dr. — Rio de Janeiro  
Luiz Gastão de Escragnole Doria, Dr. — Rio de Janeiro  
Luiz José da Costa Filho, Dr. — Rio de Janeiro  
Manuel Liberato Bitencourt, General — Rio de Janeiro  
Maria da Conceição Freire de Menezes, D. — Rio de Janeiro  
Nelson Coelho de Sena, Dr. Rio de Janeiro

Niceu Correia Dantas, Dr. — Aracaju  
Paulo Parreiras Horta, Dr. Rio de Janeiro  
Pedro Freire de Carvalho, Coronel — Simão Dias  
Ricardo Coto, — São José da Costa Rica  
Robustiano Patron Costa — Buenos Aires  
Rodolfo Jacob — Rio de Janeiro  
Santiago Dias, Coronel — Cordoba, Argentina  
Silvio Guimarães Cravo, Dr. — Rio de Janeiro  
Venceslau Braz Pereira Gomes, Dr. — Itajubá — Minas  
Virginio de Sant Ana, Dr. — Aracaju

### SÓCIOS CORRESPONDENTES

#### Acre

Mário Lobão, Dr. Cruzeiro do Sul

#### Alagôas

Alvaro Correia Pais — Meceió  
Anfilofio de Melo, Dr. — Maceió  
Hermilo de Freitas Melro, Dr. — Penêdo  
Luiz Lavenère Wanderley, Prof. — Maceió  
Túlio Pais Leme, Major — Meceió

#### Baía

Alberto de Assis, Dr. — Capital  
Altamirando Requião, Dr. — Capital  
Antonio de Araujo de Aragão Bulcão Sobrinho, Dr. — Capital  
Arquimedes Pereira Guimarães, Dr. — Capital  
Epaminondas dos Santos Torres, Dr. — Capital  
Ernesto Simões Filho, Dr. — Capital  
Evando Ribeiro da Silveira, Dr. — Capital  
João da Costa Pinto Dantas Junior, Dr. — Capital  
João de Matos Freire de Carvalho, Padre Dr. — Paripiranga  
Nelson de Souza e Oliveira, Dr. — Capital  
Oséas Santos, Prof. — Capital  
Raul Schmidt, Dr. — Capital  
Rogério Gordilho de Faria, Dr. — Capital  
Vicente Hora de Mesquita — Capital

**Ceará**

Euzébio Neri Alves de Souza, Dr. — Fortaleza

**Distrito Federal**

Abelardo Gonçalves Torres, Dr.  
Afonso Costa, Jornalista  
Aldo de Sá Brito Souza, Comandante  
Amando Fontes, Dr.  
Aníbal Freire da Fonseca, Ministro  
Antonio Boto de Menezes, Dr.  
Antonio Simões dos Reis, Prof.  
Artur de Souza Marinho, Dr.  
Augusto Tavares de Lira, Dr.  
Braz Hermenegildo do Amaral, Dr.  
Carlos Alberto Campos Seabra, Dr.  
Carlos Coelho Muniz  
Cícero Sampaio  
Didio Iratim Afonso da Costa, Comandante  
Elias Fernandes Leite, Dr.  
Ernesto Garcez Caldas Barreto, Dr.  
Evaristo da Fonseca, Dr.  
Floro Edmundo Freire, Dr.  
Francisco Barreto do Rosario  
Gastão Ruch, Dr.  
Gileno Amado, Dr.  
Henrique Boiteux  
João da Cruz Abreu, Dr.  
Jorge de Lima, Dr.  
José de Arimatéa Pinto do Carmo, Dr.  
José Barreto Filho, Dr.  
José Bonifácio de Andrade e Silva, Embaixador  
Laurenio Lago, Coronel  
Levi Fernandes Carneiro, Dr.  
Luiz Alves de Oliveira Belo, Comandante  
Luiz do Prado Ribeiro, Dr.  
Osmundo Lima  
Oswaldo Melo Braga de Oliveira, Dr.  
Otavio Mangabeira, Dr.

Pedro Alves dos Santos, Dr.  
Pedro Calmon Muniz de Bittencourt, Dr.  
Rafael Xavier, Dr.  
Rosalvo Fernandes dos Santos, Dr.  
Sebastião Batista Baronto, Dr.  
Traacredo de Barros Paiva  
Teodoreto Arcanjo do Nascimento, Dr.

#### **Mato Grosso**

José de Mesquita, Desemb. — Cuiabá

#### **Minas Gerais**

Anibal Pinto Matos, Dr. — Belo Horizonte  
Antonio dos Santos Cabral, Dom. — Belo Horizonte

#### **Paraíba**

Isidro Gomes da Silva, Dr. — João Pessoa  
João Coriolano de Medeiros, Prof. — João Pessoa

#### **Paraná**

Dicesar Plaisant, Dr. — Curitiba  
Leocadio Cyneiros Correia, Dr. — Curitiba  
Samuel Lupion de Quadros, Dr. — Curitiba

#### **Pernambuco**

Artur da Silva Rêgo, Desemb. — Recife  
Lauro Borba, Dr. — Recife  
Manuel Ferreira da Silva Neto, Dr. — Recife  
Mario Carneiro do Rêgo Melo, Jornalista — Recife

#### **Piauí**

João Pinheiro, Dr. — Terezina

**Rio Grande do Norte**

Nestor dos Santos Lima, Dr.

**Rio Grande do Sul**

Jorge Bahlis, Prof. — Porto Alegre

**Santa Catarina**

Fernando Machado, Dr. — Florianópolis

**São Paulo**

Antonio Campos de Oliveira, Dr. — Capital

Antonio Carlos de Sales Junior, Dr. — Capital

Ciro Onesimo Maria Mondim, Dr. — Capital

Clovis Botelho Vieira, Dr. — Capital

Creobulo Amazonas Duarte, Dr. — Santos

Edmundo Krug, Dr. — Capital

Fausto Ferraz, Prof. — Campinas

Félix Soares de Melo, Prof. — Capital

João Pires Wynne, Dr. — Capital

José Bueno de Oliveira Azevedo Filho Dr. — Capital

José Catalino dos Reis, Dr. — Capital

Lauro de Melo Andrade, Dr.

Luiz Zacarias de Mima, Dr. — Capital

Pedro Antonio de Oliveira Ribeiro, Dr. — Capital.

**Exterior**

Alfredo Válio

Daniel Peña

Gumersindo Busto — Buenos Aires, Argentina

Fidelino Figuelredo — Lisboa — Portugal.

## PÁGINA DE SAUDADE

Durante os anos de 1943 e 1944 a ceifa da morte nos roubou os sócios cujos nomes ficam gravados nesta página rememorativa, véro tributo nosso à memória de cada um.

**EFETIVOS** : **Alonso Esteves da Silveira**, falecido em Aracaju, a 14 de Outubro de 1943 ; **Lindolfo de Souza Campos**, falecido na cidade da Baía, a 8 de Abril de 1944 ; capitão **Heráclito de Araújo Barros**, falecido em Aracaju, a 11 de Maio de 1944 e professores **Abdias Bezerra** e **Artur Fortes**, falecidos também nesta Capital, o primeiro a 14 de Junho e o último a 27 de Novembro de 1944.

**HONORÁRIOS** : **Dom Manuel Raimundo de Melo**, falecido em Propriá, a 11 de Março de 1943 e **Dr. Clovis Bevilaqua**, falecido na cidade do Rio de Janeiro, a 26 de Julho de 1944.

**CORRESPONDENTES** : **Professor Antônio Esteves de Freitas**, general **Lauro Sobré** e **Dr. Jônatas Arcanjo da Silveira Serrano**, falecidos na Capital federal, os dois últimos a 16 de Junho e 17 de Outubro de 1944, respectivamente.

## NUMERAÇÃO DA REVISTA DO INSTITUTO

Afim de facilitar o trabalho dos colecionadores, de vez que não houve uma certa ordem na numeração desta Revista, damos aqui a relação dos fascículos publicados, na sua ordem de aparecimento.

- 1 — corresponde à 1.<sup>a</sup> parte do vol. I
- 2 — corresponde às 2.<sup>a</sup>, 3.<sup>a</sup> e 4.<sup>a</sup> partes do vol. I
- 3 — corresponde à 1.<sup>a</sup> parte do vol. II
- 4 — corresponde à 2.<sup>a</sup> parte do vol. II
- 5 — corresponde às 3.<sup>a</sup> e 4.<sup>a</sup> partes do vol. II
- 6 — corresponde ao vol. III (1915).
- 7 — corresponde ao vol. especial consagrado à memória do Dr. Inácio Joaquim Barbosa, em 1917.
- 8 — corresponde ao vol. IV, editado em 1919
- 9 — corresponde ao vol. V, tirado para comemorar o 1.<sup>o</sup> centenário da emancipação administrativa de Sergipe, em 1920
- 10 — corresponde aos fascículos I e II, do vol VI, editado em 1925
- 11 — corresponde aos fascículos III e IV do vol. VI, editado em 1926
- 12 — corresponde ao vol. VII (1926 - 1927), editado em 1927
- 13 — corresponde ao vol. XIII (1928) editado em 1928
- 14 — corresponde ao vol. IX (1929), editado em 1929. Foi o de menor tiragem, reduzida a 200 exemplares.
- 15 — corresponde ao vol. X, consagrado ao 1.<sup>o</sup> centenário do nascimento do Dr. Tobias Barreto de Menezes, editado em 1939. Sua tiragem foi de 400 exemplares.

- 16 — corresponde ao vol. XI (1930 - 1940),  
1942. Sua tiragem foi de 400 exemplares.  
17 — corresponde ao vol. XII (1941 - 1942), cuja tiragem  
foi de 400 exemplares.

### **N O T A**

As quinze primeiras edições estão exgotadas, com exceção apenas dos ns. 12 e 13. O Instituto receberá com agrado a devolução dos primeiros exgotados, feita pelas pessoas que possuam duplicatas, especialmente as dos ns. 1 a 6 e 14, que, se perfectos, comprará na razão de 10 cruzeiros cada.

Sede do Instituto : -- Rua Itabaianinha, 41

## I N D I C E

	Pag.
Explicação necessária . . . . .	4
Érico Cardoso, professor e filólogo pelo prof. José Augusto da Rocha Lima	5
Fausto Cardoso e a revolução de 1906 pelo Dr. José Calasans Brandão da Silva . . . . .	19
Rio Branco: O vulto, a obra pelo Dr. Elte Bezerra . . . . .	24
No Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe: resumo do discurso do pose- do sócio correspondente Dr. Lauro Barba, em torno da canalização dos rios de Sergipe . . . . .	42
Discurso do desembargador Gervásio Prata na celebração do centenário de Sant'Ana de Simão Dias . . . . .	47
A dignidade e os direitos da pessoa humana pelo Dr. Hélio José Ribeiro	57
<u>Aracaju</u> : palestra de rádio por Epifânio Dória . . . . .	68
General Aristides Arminio Guarani: palestra pelo tenente-coronel João Batista de Matos na celebração do centenário do referido general . .	77
Divisão judiciária. Da Colônia ao Estado pelo desembargador J. Dantas Martins dos Reis . . . . .	88
Discurso pronunciado pelo 1.º tenente Damião Mendonça de Santana ao ser recebido sócio do Instituto, a 25 de Agosto de 1944 . . . . .	97
Dois de Julho por Lutz de Oliveira Belo . . . . .	114
Testamento do Sargento-mór Dianisio Rodrigues Dantas, de 8 de Maio de 1835 . . . . .	130
Testamento de D. Clara Angelica do Bom Sucesso, de 28 de Janeiro de 1834	136
Fé de officio do general honorário Vicente Lopes de Medeiros Chaves . .	140
Atas das sessões do Instituto de 1943 . . . . .	147
Atas das sessões do Instituto de 1944 . . . . .	173
Cadastro social . . . . .	195
Página de Saudade . . . . .	205
Numeração da Revista do Instituto . . . . .	206

● REGINA ●  
LIVRARIA ●  
ARACAJU ●  
LIMITADA ●

destinatario

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_